



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 154, SEXTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

Não houve sessão.

PARTE II

1 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

1.1 – EXPEDIENTE

1.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 87, 196, 246, 249, 345, 407, 441, 494, 513, 523, 600, 675, 700, 731, 977, 1006, 1028, 1032, 1033, 1646, 1873, 1965, 1988, 2026, 2118, 2133, 2167, 2260, 2273, 2322, 2671, 2737, 2860, 2953, 2981, 3033, 3040, 3041, 3156, 3164, 3300, 3323, 3330, 3341, 3347, 3348, 3360, 3369, 3467, 3545, 3769, 3844, 3915, 3941, 3981, 4057, 4063, 4064, 4132, 4155, 4194, 4223, 4224, 4229, 4326, 4472, 4489 e 4490/2025; e ao Projeto de Resolução nº 18/2025. 7

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 2621/2023. 15

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2158/2023 e o Projeto de Lei nº 6172/2023 sejam apreciados pelo Plenário (**Ofícios nºs 25 e 26/2025-CAS**). 16

1.1.2 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 79/2025**). 20

Do Senador Magno Malta, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 18 a 22 de setembro (**Ofício nº 233/2025**). 21

Do Senador Eduardo Girão, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 18 a 22 de setembro (**Ofício nº 228/2025**). 22

1.1.3 – Despacho



Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 2170/2019, 5949 e 5950/2023 e 1510/2025.	24
--	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos projetos perante a Comissão de Educação e Cultura.</i>	24
---	----

1.1.4 – Encaminhamentos

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 2926/2023 às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.	26
--	----

Encaminhamento dos Projetos de Lei Complementar nºs 42 e 133/2025; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 7, 19 e 24/2025; e do Projeto de Lei nº 5528/2023 às comissões competentes.	27
--	----

1.1.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 1.219/2025, na origem (Mensagem nº 61/2025, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.	29
--	----

Nº 1.220/2025, na origem (Mensagem nº 62/2025, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.	58
---	----

Nº 1.221/2025, na origem (Mensagem nº 63/2025, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.	117
--	-----

Nº 1.222/2025, na origem (Mensagem nº 64/2025, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.	165
--	-----

Nº 1.259/2025, na origem (Mensagem nº 65/2025, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.	184
--	-----

1.1.6 – Parecer aprovado em Comissão

Nº 89/2025-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 175/2019	250
---	-----



1.1.7 – Projeto de Lei

Nº 4660/2025, do Senador Jorge Seif, que altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para instituir a obrigatoriedade de exame toxicológico como requisito para aprovação em concurso público e exercício de função pública.	258
---	-----

1.1.8 – Projeto de Lei Complementar

Nº 196/2025, do Senador Mecias de Jesus, que permite a participação das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte na inovação e na construção da infraestrutura do país.	266
---	-----

1.1.9 – Requerimentos

Nº 680/2025, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, sobre o Contrato nº 604/2025, celebrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA com o historiador Eduardo Bueno, conhecido como Peninha, da PEN Publicações Ltda. (representada por Eduardo Bueno), relativo à atualização de obras institucionais, com nova edição comemorativa, edição bilíngue digital e web série documental, no âmbito do Processo Administrativo nº 5688.01.2127.0/2024.	275
--	-----

Nº 681/2025, do Senador Nelsinho Trad, requer voto de aplauso à Sra. Tatiana Monteiro de Barros, por ter conquistado a outorga do título de cidadã sul-mato-grossense.	285
---	-----

Nº 682/2025, do Senador Omar Aziz, requer voto de aplauso ao Portal Brasil Norte de Comunicação (BNC), em nome de seu fundador, o jornalista Neuton Corrêa, por todo o trabalho exemplar, pelos anos de dedicação ao jornalismo e pela relevante contribuição à sociedade, no mês de celebração do 10º aniversário do portal.	288
--	-----

1.1.10 – Término de Prazo

Término do prazo, em 17 de setembro, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 2996/2024.	293
--	-----

PARTE III

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	294
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	297
4 – LIDERANÇAS	298
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	301
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	305
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	308
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	352



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 87/2025	Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, para disciplinar a divulgação de informações para a prevenção e a conscientização sobre o câncer de próstata.	CE/CAS (DT)
PL 196/2025	Acrescenta o art. 34-A na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o critério de julgamento pelo menor preço nas contratações para gestão do fornecimento de produtos e serviços.	CAE/CCJ (DT)
PL 246/2025	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para tornar obrigatória a apresentação de informações sobre alérgenos alimentares nos rótulos de alimentos embalados e nos serviços de alimentação.	CTFC/CAS (DT)
PL 249/2025	Dispõe sobre a captação de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, em entrevistas ou visitas a presos sobre os quais haja fundada suspeita de envolvimento com organizações criminosas.	CSP/CCJ (DT)
PL 345/2025	Dispõe sobre o direito de oposição ao julgamento virtual e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	CCJ (DT)
PL 407/2025	Altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, para dispor sobre a avaliação de títulos em concursos públicos.	CCJ (DT)
PL 441/2025	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal, para estabelecer o sigilo da qualificação, dados pessoais, telefone e endereço da vítima.	CSP/CCJ (DT)
PL 494/2025	Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de furto de aparelho de celular.	CSP/CCJ (DT)



PL 513/2025	Altera a Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, que regulamenta as profissões de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Biomedicina.	CAS/CE (DT)
PL 523/2025	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para incluir de modo expresse, na lista de bens penhoráveis, pontos de programas de fidelidade oferecidos por companhias aéreas, operadoras de cartão de crédito e outras empresas.	CCJ (DT)
PL 600/2025	Altera a Lei nº 13.895, de 30 de outubro de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética, para dispor sobre a atenção integral às crianças e aos adolescentes com diabetes mellitus do tipo 1.	CDH/CAS (DT)
PL 675/2025	Acrescenta o art. 171-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de Falsa Identidade Digital.	CSP/CCJ (DT)
PL 700/2025	Altera o art. 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a incidência de multa nos casos em que não houver pagamento voluntário ou garantia da execução.	CCJ/CAS (DT)
PL 731/2025	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a inteligência artificial como componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio.	CCT/CE (DT)
PL 977/2025	Altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, para estabelecer regras específicas sobre a busca e apreensão de maquinário agrícola vinculado à atividade produtiva.	CRA/CCJ (DT)
PL 1006/2025	Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem nas regiões que especifica, para reajustar o valor máximo do benefício, prever a possibilidade de que futuros reajustes se deem por ato do Poder Executivo federal e determinar que o órgão gestor do Fundo expanda as culturas protegidas.	CRA/CAE (DT)
PL 1028/2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para suspender a prescrição em caso de fuga.	CCJ (DT)



PL 1032/2025	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever o bloqueio imediato de contas bancárias e bens do agressor nos crimes em que haja violência doméstica e familiar contra a mulher.	CDH/CCJ (DT)
PL 1033/2025	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas mais gravosas para os crimes de violência digital praticados contra a mulher.	CDH/CCJ (DT)
PL 1646/2025	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para simplificar a comprovação do Cadastro Ambiental Rural para populações extrativistas para fins de crédito rural.	CAE/CRA (DT)
PL 1873/2025	Institui o mês de prevenção e combate à cegueira, denominado "Abril Marrom", e dá outras providências.	CAS (DT)
PL 1965/2025	Institui o Plano Nacional de Bioeconomia e Restauração do bioma Caatinga (PNBRC).	CAE/CMA (DT)
PL 1988/2025	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Paralisia Cerebral.	CAS (DT)
PL 2026/2025	Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Angelman.	CAS (DT)
PL 2118/2025	Altera o § 1º do art. 425 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a preservação de documentos originais quando não for garantida a sua fiel reprodução em versão eletrônica.	CCJ (DT)
PL 2133/2025	Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com vistas a dispor sobre o conteúdo nacional mínimo obrigatório e o investimento na economia de baixa carbono como princípios da política energética, no setor de petróleo e gás natural e no setor de geração de energia elétrica.	CAE/CI (DT)
PL 2167/2025	Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Medicina Nuclear.	CAE/CCT/CAS (DT)
PL 2260/2025	Altera o art. 219 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para garantir maior celeridade na contagem dos prazos processuais de processos de inventário.	CCJ (DT)
PL 2273/2025	Dispõe sobre o exercício da atividade de audiodescritor.	CDH/CE/CAS (DT)



PL 2322/2025	Reconhece como manifestação da cultura nacional o espetáculo Via-Sacra do Morro da Capelinha, que se realiza na cidade de Planaltina, no Distrito Federal.	CE (DT)
PL 2671/2025	Institui o Mês Nacional de Combate ao Sedentarismo e de Prevenção da Obesidade.	CAS/CAE (DT)
PL 2737/2025	Altera Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para vedar a recomendação de produtos financeiros incompatíveis com o perfil do investidor e dispor sobre a responsabilidade dos agentes do sistema de distribuição e consultores de valores mobiliários.	CTFC/CAE (DT)
PRS 18/2025	Institui a Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador.	CCT (DT)
PL 2860/2025	Acrescenta o artigo 5º-A à Lei nº 12.842 de 10 de julho de 2013 que dispõe sobre o exercício da Medicina e dá outras providências.	CCJ/CAS (DT)
PL 2953/2025	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para estabelecer procedimentos de apreensão, perdimento e destinação de bens utilizados em infrações ambientais e para proibir a destruição de veículos e equipamentos.	CMA/CCJ (DT)
PL 2981/2025	Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para acrescentar o turismo rural ao rol de setores beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.	CDR/CAE (DT)
PL 3033/2025	Altera os arts. 155, 157, 180 e 266 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal -, para agravar as penas dos crimes de furto, roubo e receptação de câmeras de vigilância ou equipamentos de monitoramento eletrônico instalados por órgãos públicos ou empresas privadas, destinadas à segurança pública ou privada.	CSP/CCJ (DT)
PL 3040/2025	Institui incentivo fiscal para empresas que promovam a capacitação de jovens em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), estabelece parcerias com instituições de ensino e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.	CCT/CAE (DT)



PL 3041/2025	Institui o Programa Nacional de Fomento ao Empreendedorismo Social (PNFES).	CCJ/CAE/CAS (DT)
PL 3156/2025	Altera as Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispensar de outorga e do pagamento de taxa ou de tarifa o uso de recursos hídricos em propriedades não atendidas por rede pública de abastecimento.	CAE/CMA (DT)
PL 3164/2025	Dispõe sobre o exercício da profissão de manipulador artesanal de açai.	CRA/CAS (DT)
PL 3300/2025	Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer o direito à troca imotivada de produtos adquiridos no comércio físico ou eletrônico e dá outras providências.	CTFC (DT)
PL 3323/2025	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o fracionamento abusivo de demandas no processo judicial consumerista.	CTFC/CCJ (DT)
PL 3330/2025	Acrescenta o Art. 129-C na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para regulamentar a renúncia ao veículo.	CCJ (DT)
PL 3341/2025	Altera a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, para disciplinar o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual para os atos praticados no âmbito da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros.	CSP/CDH (DT)
PL 3347/2025	Reconhece como manifestação da cultura nacional o Programa Luz na Amazônia, realizado na Região Amazônica.	CE (DT)
PL 3348/2025	Reconhece a Sociedade Bíblica do Brasil como manifestação da cultura nacional.	CE (DT)
PL 3360/2025	Altera o art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para atualizar o valor da multa e substituir o extinto salário de referência por unidade atrelada ao salário mínimo.	CCJ/CDH (DT)
PL 3369/2025	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar, ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), os recursos	CCJ/CSP (DT)



	provenientes da venda de bens sequestrados ou apreendidos decorrentes da prática de crimes por organizações criminosas.	
PL 3467/2025	Institui o Mapa de Vulnerabilidade Educacional (MAVE) como instrumento de priorização do apoio técnico e financeiro da União às redes públicas municipais de educação básica com baixos indicadores de desempenho e alta vulnerabilidade socioeconômica.	CE (DT)
PL 3545/2025	Altera a Lei nº 14.541, de 3 de abril de 2023, para dispor que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher serão chefiadas, preferencialmente, por delegada de polícia civil.	CSP/CDH (DT)
PL 3769/2025	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre bonificação na pontuação final nos processos seletivos dos cursos de graduação, nos termos que especifica.	CE (DT)
PL 3844/2025	Altera a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e dá outras providências, para dispor sobre a Cidadania Digital.	CCT/CE (DT)
PL 3915/2025	Institui o Dia Nacional dos Pais e Mães de Pets.	CMA (DT)
PL 3941/2025	Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, cria o Sistema Nacional de Acompanhamento da Pessoa com Suspeita ou Diagnóstico de Doença Cardiovascular (SISAC-DCV) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.	CAS (DT)
PL 3981/2025	Altera o inciso I do caput do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.	CCJ (DT)
PL 4057/2025	Estabelece diretrizes, incentivos e normas para a prática da meliponicultura sustentável no Brasil, e dá outras providências.	CAE/CMA (DT)
PL 4063/2025	Confere ao município de Aracati, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Camarão.	CRA (DT)
PL 4064/2025	Confere ao município de Santana do Cariri, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Paleontologia.	CE (DT)



PL 4132/2025	Dispõe sobre a Política Nacional de Transformação Digital na Agricultura.	CMA/CCT/CRA (DT)
PL 4155/2025	Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para permitir uma recondução nos mandatos dos conselheiros do Fundo e estabelecer a renovação parcial dos assentos a cada dois anos.	CCJ/CE (DT)
PL 4194/2025	Confere ao Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional das Romarias.	CE (DT)
PL 4223/2025	Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para prever a promoção de atividades pedagógicas inclusivas no ambiente escolar, com atenção dirigida também aos períodos de recreação, nos termos especificados.	CDH/CE (DT)
PL 4224/2025	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para instituir medidas de incentivo e conscientização sobre a saúde do viajante.	CAS (DT)
PL 4229/2025	Denomina "Rodovia Professor Gerson Luiz Bicego" trecho da rodovia BR-163, no município de Sorriso, no estado de Mato Grosso.	CI (DT)
PL 4326/2025	Confere ao município de Itapipoca, no estado do Ceará, o título de "Capital Nacional dos Três Climas".	CE (DT)
PL 4472/2025	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, a fim de dispor sobre o assistente da investigação criminal.	CCJ (DT)
PL 4489/2025	Dispõe sobre a perseguição reiterada e a intimidação sistemática por meio de mensagens associadas a transferências eletrônicas de valores, via arranjo de pagamento instantâneo ou qualquer outra plataforma de pagamento; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e altera a Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.	CDH/CCJ (DT)
PL 4490/2025	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir que parte dos recursos provenientes de multas ambientais possam	CAE/CMA (DT)



	ser destinados para o acolhimento, tratamento, proteção, manejo e controle populacional de animais domésticos e domesticados que foram abandonados.	
--	---	--

Prazo: de 19/9/2025 a 25/9/2025.



PROJETO DE LEI Nº 2.621, DE 2023

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Prazo: de 19/9/2025 a 25/9/2025.



PROJETO DE LEI Nº 2.158, DE 2023

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências”, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico.

PROJETO DE LEI Nº 6.172, DE 2023

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação.

Recebido o Ofício nº 25, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a adoção definitiva, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, bem como o Ofício nº 26, de 2025, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a apreciação do Projeto de Lei nº 6.172, de 2023, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 19/9/2025 a 25/9/2025.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 25/2025/CAS

Brasília, 17 de setembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substitutivo aprovado em turno suplementar**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, combinado com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno suplementar, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia de hoje, substitutivo, de autoria do Senador Humberto Costa, ao Projeto de Lei nº 2158, de 2023, que “Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências”, para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico”.

Cordialmente,

SENADOR MARCELO CASTRO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 26/2025/CAS

Brasília, 17 de setembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6172, de 2023, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação”.

Cordialmente,

SENADOR MARCELO CASTRO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Sen. Eliziane Gama

SF/25385.34905-54

Ofício nº. 079/2025/GSEGAMA

Brasília, 17 de setembro de 2025

Excelentíssimo Senhor

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substituição de membro na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática solicita a seguinte substituição na **Comissão de Constituição e Justiça – CCJ**:

Senadora como **Eliziane Gama** (PSD/MA), **terceira titular**, em substituição à Senadora **Jussara Lima** (PSD/PI).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

PSD/MA

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II - Térreo – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6741



Assinado eletronicamente, por Sen. Eliziane Gama

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5690345307>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Magno Malta

OF. Nº 0233/2025 – GSMMAL

Brasília, 17 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Brasília / DF

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Cordialmente, cumprimento-o e informo que, em conformidade com o art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, estarei ausente do País no período de **18/09/2025 a 22/09/2025**.

Respeitosamente,

Senador **MAGNO MALTA**
PL - ES



Senado Federal - Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 06
CEP 70.165-900 – Brasília - DF -Telefone: +55(61) 3303-6371
@magnomalta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DD13E18E006FD02B.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 69260E99006FFA9D.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 0228/2025

Brasília, 18 de setembro de 2025

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 18/09/2025 a 22/09/2025, em Roma na Itália.

Atenciosamente,

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1417816979>



Despacho



A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 1.510, de 2025, com os Projetos de Lei nºs 2.170, de 2019; e 5.949 e 5.950, de 2023, que já tramitavam em conjunto, por tratarem de tema correlato.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Prazo: de 19/9/2025 a 25/9/2025.



Encaminhamentos



Projeto recebido da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 2.926, de 2023, de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e as Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e 12.865, de 9 de outubro de 2013; e revoga a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.506, de 13 de novembro de 2017, e 13.986, de 7 de abril de 2020.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PLP 42/2025	Altera o art. 11 da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, para incluir a apresentação do estado da economia, sob o ponto de vista da política monetária, pelo Presidente do Banco Central do Brasil e autoridade da Administração Federal indicada pelo Presidente da República, em arguição pública, de forma semestral.	CTFC/CAE
PEC 7/2025	Altera os arts. 206 e 208 da Constituição Federal para dispor sobre ações afirmativas com critérios geográficos nos processos seletivos das instituições de ensino superior públicas.	CCJ
PEC 19/2025	Altera os arts. 27, 29 e 56 da Constituição Federal, para garantir o direito à licença à gestante ou adotante às Vereadoras, Deputadas e Senadoras.	CCJ
PEC 24/2025	Modifica os arts. 49, 225 e 231 da Constituição Federal, para atribuir ao Poder Legislativo a criação de áreas de preservação ambiental e a demarcação e a criação de terras indígenas.	CCJ
PLP 133/2025	Dispõe sobre a inclusão das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) como beneficiárias do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), mediante alteração da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	CAE
PL 5528/2023	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente.	CAS/CAE/ CTFC



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2025

(nº 1219/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 61/2025 [1 de 29]



MENSAGEM Nº 1.219

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2025.

Avulso da MSF 61/2025 [2 de 29]





EXM nº 39/2025

Brasília, 13 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

1. Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro**, em 15/08/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6920781** e o código CRC **BBBA0004** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000029/2025-96

SEI nº 6914286

Avulso da MSF 61/2025 [3 de 29]

Exposição de Motivos (SEI-Atos) 39 Indicação de Haroldo de Macedo Ribeiro (6920781) SEI 00333.000046/2025-23 / pg. 1



00333.000046/2025-23



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1490/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6991225** e o código CRC **74792EBA** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000046/2025-23

SEI nº 6991225

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 61/2025 [4 de 29]

OFÍCIO 1490 (6991225)

SEI 00333.000046/2025-23 / pg. 1



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**

CPF.: [Informações pessoais]

ID.: [Informações pessoais]

[Informações pessoais] Filho de [Informações pessoais] e [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais], em [Informações pessoais].

Dados Acadêmicos:

1985	Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
1990	Curso de Mestrado em Direito Constitucional/UFGM
1991	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata/IRBr.
1997	Especialização em Integração Europeia, Collège d'Europe, Bruges/Bélgica.
2000	Curso da OMC de Política Comercial para Países Membros da ALADI, Montevideu/Uruguai.
2000	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas/IRBr, aprovado em 1º lugar.
2008	Curso de Altos Estudos/IRBr - "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros", menção "Com louvor".

Cargos:

1992	Terceiro-Secretário
1996	Segundo-Secretário
2003	Primeiro-Secretário
2007	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2017	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1992-96	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, assistente
1997-2000	Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, segundo-secretário
2000-04	Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, segundo-secretário e primeiro-secretário
2004-06	Coordenação-Geral de Contenciosos, assistente
2006-07	Departamento Econômico, coordenador
2007-08	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assessor técnico
2008-11	Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, conselheiro e ministro-conselheiro
2011-13	Gabinete do Ministro, assessor
2013-18	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor e chefe de gabinete
2019-22	Embaixada do Brasil em Bruxelas, Embaixador
2022-	Embaixada do Brasil em Varsóvia, Embaixador

Publicações:

1993	"O Mercosul Social", in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial, março de 1993,
------	---

Avulso da MSF 61/2025 [5 de 29]

Curriculum Vitae - Art. 383, I, a, do RI/SF (SEI-Atos) CV Haroldo de Macedo Ribeiro (6920782)

SEI 00333.000046/2025-23 / pg. 1



- Brasília/DF.
- 1993 "I Programmi di Sviluppo Nell'Ambito del Mercosud", in Quaderni IILA, Serie Economia, nº 12, Milão/Itália.
- 1994 "Mercosur and the Environment", in Agenda 21 and Latin America: the Challenge of Implementing Environmental Law and Policy, E-IDB Publications, Santiago/Chile.
- 1995 "Os Limites do Executivo", in Relatório Final do Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração, Florianópolis/SC.
- 2005 "Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais", in Desafios do Direito Internacional Contemporâneo, FUNAG, Brasília/DF.
- 2007 L'Avenir Selon Georges Bernanos", com Roberto Carvalho de Azevêdo, in L'Economie Politique nº 35, Paris/França.
- 2009 "O Brasil e o Contencioso na OMC", com Roberto Carvalho de Azevêdo, Tomo I, Série GVLaw, São Paulo/SP.
- 2013 "O Contencioso dos Pneus Reformados: Articulação Interinstitucional e Diplomacia Interna", com Bruno Guerra Carneiro Leão, in O Sistema de Solução de Controvérsias na OMC: uma Perspectiva Brasileira, FUNAG, Brasília/DF.

Condecorações:

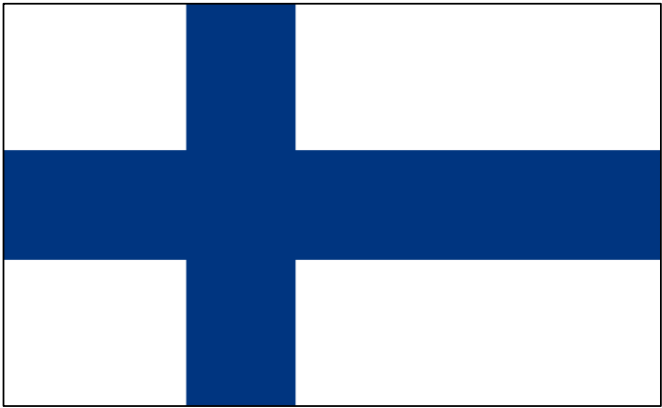
- 2013 Ordem da Inconfidência, Minas Gerais, Medalha de Honra.
- 2013 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador.
- 2016 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha.
- 2017 Medalha Mérito Santos-Dumont, Aeronáutica
- 2017 Medalha do Pacificador, Exército.
- 2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.
- 2018 Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial.
- 2018 Medalha Mérito Consular, Minas Gerais.
- 2024 Medalha Exército Brasileiro, Exército.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

FINLÂNDIA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2025





DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Finlândia
GENTÍLICO	Finlandês
CAPITAL	Helsinque
ÁREA	338.449 km ²
POPULAÇÃO (2024) ¹	5,6 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Finlandês, sueco e sámi. As línguas oficiais são definidas por município.
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Luterana (70%), sem afiliação (27%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Eduskunta</i>), composto por 200 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Alexander Stubb (desde março de 2024, Partido da Coalizão Nacional)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Petteri Orpo (desde junho de 2023, Partido da Coalizão Nacional)
CHANCELER	Elina Valtonen (desde junho de 2023, Partido da Coalizão Nacional)
PIB (2024) ¹	US\$ 298 bilhões
PIB PPC (2024) ¹	US\$ 360 bilhões
PIB PER CAPITA (2024) ¹	US\$ 53.330
PIB PPC PER CAPITA (2024) ¹	US\$ 64.250
VARIAÇÃO DO PIB ¹	-0,1% (2024); -0,9% (2023); 0,8% (2022); 2,7% (2021)
IDH (2025) ³	0,948 – 12º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021) ⁴	0,27
EXPECTATIVA DE VIDA (2023) ⁴	82
DESEMPREGO (6/2025) ⁵	9,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	2.320 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Finlândia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Finlândia	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	685	794	1.030	1.779	1.399	1.144
Exportações	209	294	392	637	578	471
Importações	476	500	639	1.141	821	673
Saldo	-268	-206	-247	-505	-243	-202

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.



**PERFIS BIOGRÁFICOS****Alexander Stubb***Presidente da República da Finlândia*

Cai-Göran Alexander Stubb, 57 anos, nasceu em Helsinque. É bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Furman, mestre na mesma área pelo Colégio da Europa, e doutor em Política Internacional pela London School of Economics and Political Science (LSE). Após passagens pela academia, entrou para a vida pública. Foi membro do Parlamento Europeu entre 2004 e 2008 e membro do parlamento finlandês entre 2011 e 2017. Ocupou os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros (2008-2011), Negócios Europeus e Comércio Exterior (2011-2014) e Finanças (2015-2016). Entre 2014 e 2015, foi primeiro-ministro da Finlândia. Após ser eleito em fevereiro de 2024, tornou-se presidente da Finlândia em março do mesmo ano.



**Petteri Orpo***Primeiro-ministro da Finlândia*

Petteri Orpo, 55 anos, nasceu em Köyliö. Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Turku, fez ampla carreira política. Filiado ao Partido da Coalizão Nacional, que lidera desde 2016, é membro do parlamento finlandês desde 2007. Foi ministro da Agricultura e Florestas (2014-2015), Interior (2015-2016) e Finanças (2016-2019), além de vice-primeiro-ministro (2017-2019). Com a vitória de seu partido nas eleições de 2023, tornou-se primeiro-ministro.



**Elina Valtonen***Ministra dos Negócios Estrangeiros da Finlândia*

Elina Maria Valtonen, 43 anos, nasceu em Helsinque. É mestre em tecnologia pela Universidade de Tecnologia de Helsinque e em economia financeira pela Escola de Economia de Helsinque. Valtonen é autora de estudos a respeito de reformas no modelo de bem-estar social nórdico e na União Europeia. Fez carreira bem-sucedida em bancos de investimentos e mantém investimentos em *startups* de tecnologia. Entrou para a vida pública em 2014, quando se candidatou e foi eleita a uma vaga no parlamento finlandês. Foi indicada para o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros em junho de 2023.





APRESENTAÇÃO

A Finlândia é um país membro da União Europeia, situado no norte da Europa, às margens do mar Báltico, entre a Suécia, a Noruega e a Rússia, com quem tem fronteiras secas, e a Estônia ao sul. Apesar de sua extensão territorial modesta, 75% da área da Finlândia é coberta por florestas, representando 10% das florestas da Europa. A população finlandesa concentra-se ao sul do país, onde fica a capital, Helsinque, que também é a cidade mais populosa.

A leste, a Finlândia divide a maior fronteira europeia com a Rússia, circunstância que determinou um longo histórico de conflitos e de cooperação. A Finlândia foi uma parte periférica do Reino da Suécia entre 1150 e 1809, palco de diversas guerras entre a Rússia e a Suécia. Em 1809, foi conquistada pelos russos, que a incorporaram a seu império, como um grão-ducado autônomo. Nesse período, a capital finlandesa foi transferida de Turku, na costa oeste, próxima à Suécia, para Helsinque, mais próxima de São Petersburgo. A Finlândia gozou de relativa autonomia durante o período. Em 1917, com a revolução russa, a Finlândia declarou independência. O período posterior à independência foi marcado por aproximação com a Alemanha e conflitos com a União Soviética, que culminaram com a Guerra do Inverno (1939-1940) e a invasão soviética durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar da resistência, os finlandeses viram-se obrigados a assinar tratado de paz cedendo à URSS cerca de 10% de seu território.

A Finlândia é um país nórdico, assim como seus vizinhos Suécia e Noruega, além da Dinamarca e da Islândia, mas, tecnicamente, não é um país escandinavo, categoria que inclui apenas Suécia, Noruega e Dinamarca.

Os laços culturais e históricos com os vizinhos nórdicos, porém, prevalecem sobre as diferenças, e refletem-se em proximidade política e valores comuns: a Finlândia é uma democracia liberal, com forte Estado de bem-estar social, alto desenvolvimento humano, distribuição de renda igualitária, e notável estabilidade política e social. Além do modelo educacional de excelência, a Finlândia destaca-se na produção de papel e celulose e em setores de alta tecnologia, como telecomunicações, engenharia de materiais, fabricação de equipamentos médicos, máquinas para indústria e para mineração, engenharia naval, e nas indústrias criativas, como design e jogos eletrônicos.

Culturalmente, a Finlândia tem uma rica tradição em literatura, música, especialmente no gênero de heavy metal, e design, com ênfase na funcionalidade e simplicidade. O país é o lar do compositor Jean Sibelius, cujas obras são símbolos nacionais, e do designer Alvar Aalto, conhecido internacionalmente. A Finlândia também celebra o Moomins, personagens de livros infantis e desenhos animados criados por Tove Jansson.

O clima finlandês varia de temperado no Sul a subártico no norte, com invernos frios e nevados e verões relativamente quentes, que permitem a prática de numerosas atividades ao ar livre. O fenômeno da aurora boreal é uma atração no norte do país, especialmente na Lapônia.





RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Helsinque	Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro (desde agosto de 2022)
Embaixadora da Finlândia em Brasília	Embaixadora Jarna Johanna Karanko (setembro de 2022 a agosto de 2025)
Cônsul da Finlândia em São Paulo	Kari Puurunen (desde agosto de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	5	Abril de 2024, em Helsinque

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e desde então têm mantido relações cordiais. A agenda bilateral é marcadamente positiva. Existe interesse mútuo em expandir a cooperação em áreas estratégicas. Em agosto de 2016, os ex-chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram, em Brasília, uma lista de prioridades para a cooperação, a saber: (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político. O documento prevê a realização periódica de reuniões de consultas políticas.

A lista de prioridades é o eixo que orienta os trabalhos da Embaixada do Brasil em Helsinque e leva à busca por estreitamento das relações bilaterais em suas diversas vertentes. São frequentes as missões brasileiras de diversas naturezas que visitam a Finlândia todos os anos: autoridades dos governos federal, estaduais e municipais, parlamentares, empresários, delegações esportivas, representantes de escolas e universidades, entre outros.

VISITAS DE ALTO NÍVEL RECENTES

Em junho de 2023, o Presidente Sauli Niinistö visitou o Brasil, ocasião em que manteve reunião bilateral com o Presidente Lula, com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, com a Presidente do STF, Ministra Carmen Lúcia, além de agenda de negócios em São Paulo.

Anteriormente, após a visita da então presidente Dilma Rousseff à Finlândia, em outubro de 2015, o Presidente da Finlândia, Sauli Niinistö, esteve no Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016. Em agosto daquele mesmo ano, o ex-chanceler finlandês Timo Soini encontrou-se, em Brasília, com o então Ministro das Relações Exteriores, José Serra. No mesmo ano, a Ministra da Educação e Cultura





da Finlândia, Sanni Grahn-Laasonen, visitou o Brasil. Em novembro de 2017, o Ministro da Economia finlandês Mika Lintilä veio ao Brasil, acompanhado de empresários.

Mais recentemente, destacam-se as visitas a Helsinque do Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, em 2023, e ao Brasil, em abril de 2024, de parlamentares finlandeses do Comitê de Agricultura e Silvicultura, quando realizaram reuniões no Senado, na Câmara dos Deputados e no Ministério da Agricultura, além de visita à Embrapa.

Em maio de 2025, o Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Amaro, realizou visita à Finlândia para explorar oportunidades de aprofundamento da cooperação bilateral, no contexto da implementação do memorando de entendimento sobre cooperação na área de segurança cibernética.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial da Finlândia na América Latina. Em 2024, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 1,1 bilhão, com queda de 18% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras para a Finlândia foram de US\$ 471 milhões (-18%), e as importações desde a Finlândia, de US\$ 673 milhões (-18%). O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil, alcançando US\$ 202 milhões. A Finlândia figurou em 64º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,07% do total, e o país ocupa o 54º lugar no ranking das importações brasileiras (0,1% do total).

Os principais produtos exportados foram minério de cobre e seus concentrados (45%), café não torrado (22%) e minérios de níquel e seus concentrados (15%). A pauta importadora é composta por produtos manufaturados diversificados, em particular adubos ou fertilizantes químicos (7%), níquel em formas brutas (5%), e papel e cartão (5%).

Em 2023, a Finlândia detinha investimentos de US\$ 1,4 bilhão pelo critério de investidor imediato (35º maior) e de US\$ 1,4 bilhão pelo critério de controlador final (34º maior).

Cerca de 50 empresas finlandesas estão instaladas no Brasil, as quais geram quase 10.000 empregos diretos. Exemplos: Nokia (celulares e telecomunicação), Konecranes (máquinas e equipamentos industriais), Kemira (indústria química), Metso (mineração, reciclagem, petróleo e gás, celulose, e indústrias de processamento), UPM Raflatac (setor de rótulos e etiquetas), Wärtsilä (indústria naval e de energia), Pöyry (engenharia), Vaisala (medição industrial), Abloy (chaves e fechaduras) e Ahlstrom-Munksjö (fibras).

A abertura do Consulado da Finlândia em São Paulo, em 2017, e da Business Finland, agência finlandesa de promoção comercial, em 2019, são demonstrações da importância das relações econômicas bilaterais.





COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação com a Finlândia é regida pelo Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica, de 2 de junho de 1988.

O relacionamento Brasil-Finlândia estrutura-se em diversos mecanismos de cooperação. A CAPES, por exemplo, mantém programas de pós-graduação com universidades finlandesas. A FAPESP participou, em conjunto com entidades de 25 países, incluindo a Finlândia, de chamada da *Trans-Atlantic Platform (T-AP) for Social Sciences and Humanities*, lançada em maio de 2023 e voltada a soluções que envolvam ciências humanas e sociais, além de epidemiologia para combate à COVID-19.

A relação científica entre a Finlândia e o Brasil é adensada por pesquisa desenvolvida a respeito da Amazônia, por meio do “Amazon Research Team”, da Universidade de Turku. Em atividade há mais de 30 anos, a equipe interdisciplinar daquela universidade (em campos como biologia, biodiversidade, geografia e geologia) promove pesquisa em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal do Acre e o Instituto de Botânica de São Paulo. A equipe atualmente conta com a participação de duas pesquisadoras brasileiras, integrantes da Rede de Inovação Brasil-Finlândia, plataforma fundada em 2018 e que reúne atualmente mais de 60 pesquisadores e especialistas que atuam na Finlândia em projetos inovadores.

A Rede de Inovação Brasil-Finlândia desempenha papel fundamental na mobilização da diáspora científica brasileira naquele país. Desde sua criação, tem organizado eventos de divulgação científica e atuado na criação e no fortalecimento de vínculos entre entidades das áreas de educação e pesquisa básica e aplicada entre os dois países.

Além disso, existe, desde 2019, importante cooperação entre universidades brasileiras capitaneadas pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) e a Universidade de Oulu no âmbito do projeto internacional *6G Flagship*, o que possibilitará ao Brasil participar do desenvolvimento da sexta geração de comunicações móveis. Em 2023, as partes assinaram plano de trabalho detalhado, com os objetivos de explorar o emprego de tecnologias de sexta geração em áreas remotas ou rurais e de atender às demandas tecnológicas de segmentos verticais estratégicos das indústrias brasileira e finlandesa. No momento, há mais de vinte pesquisadores brasileiros trabalhando com o tema na Universidade de Oulu.

COOPERAÇÃO CULTURAL

O Instituto Guimarães Rosa (IGR) Helsinque, vinculado à Embaixada do Brasil em Helsinque, é uma das três unidades do Instituto na Europa. Importante instrumento de divulgação da cultura brasileira na Finlândia, o IGR Helsinque tem diversificado a oferta de cursos de língua portuguesa e cultura brasileira, com mais de 100 matrículas por ano. O IGR Helsinque possui sólidas parcerias com





universidades e instituições educacionais na Finlândia. Dentre elas, vale destacar: a consistente colaboração com a Universidade de Helsinque e a parceria com a Universidade Aalto e com a Universidade de Ciências Aplicadas de Tuku para a oferta de cursos online de português. O IGR Helsinque também tem reforçado sua atuação no ensino do português como língua de herança.

CONSULTAS POLÍTICAS

No âmbito político, a lista de prioridades de 2016 estabeleceu mecanismo bianual de consultas políticas. Os dois países já realizaram reuniões desse tipo em 2009 (Brasília), 2011 (Helsinque), 2015 (Brasília), 2020 (via videoconferência) e 2024 (Helsinque). Enquanto a reunião de 2009 foi em nível de secretários, as outras quatro ocorreram em nível de diretores de Departamentos.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se, atualmente, que haja cerca de dois mil brasileiros residentes no país. A comunidade é formada por brasileiros que constituíram família na Finlândia, estudantes e profissionais que vieram atender à demanda local por mão-de-obra qualificada, como engenheiros, programadores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Cerca de metade dos brasileiros encontra-se na região metropolitana da capital, Helsinque. Há comunidades expressivas em Tampere e Turku, importantes polos econômicos e tecnológicos onde o Brasil conta com Consulados Honorários. Serviços consulares são prestados pela Embaixada do Brasil em Helsinque.

A Finlândia, por sua vez, possui Embaixada em Brasília, Consulado em São Paulo, Consulado-Geral Honorário no Rio de Janeiro, e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Manaus, Porto Alegre, Salvador e Curitiba.





POLÍTICA INTERNA

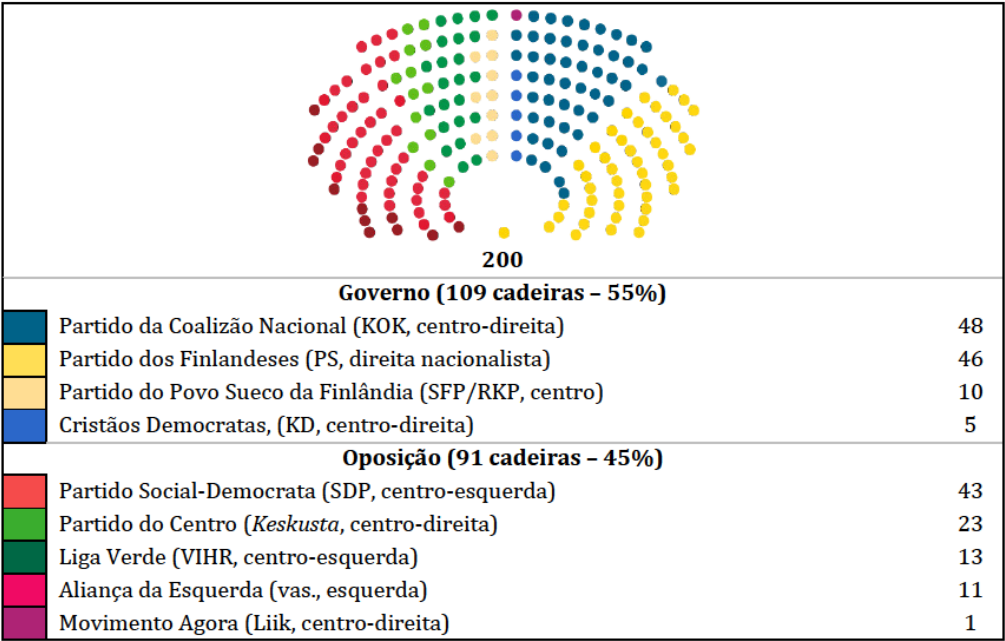
ESTRUTURA DO GOVERNO

A Finlândia é uma república parlamentarista. Os poderes do presidente são reduzidos, cabendo ao parlamento, por meio do gabinete de ministros, a condução do governo. O presidente tem funções cerimoniais como chefe de Estado, mas retém algumas atribuições importantes na condução da política exterior e de defesa, ainda que não possa se sobrepor ao parlamento.

O parlamento (*Eduskunta*) é unicameral, composto por 200 membros eleitos para mandatos de 4 anos. As únicas instâncias de governo são o nacional e o municipal. Os municípios são governados pelos Conselhos Municipais, que acumulam os poderes executivo e legislativo. É possível, e comum, que um membro de Conselho Municipal também seja membro do parlamento nacional.

O poder judiciário é independente, e composto por sistemas paralelos: os tribunais administrativos e os tribunais gerais, para casos cíveis e criminais, além de cortes especializadas de direito comercial, trabalhista e de seguros. No topo dos sistemas estão a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte. Não há corte constitucional, e as questões de interpretação da constituição são definidas pelo Comitê de Constituição do parlamento.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO





CONTEXTO RECENTE

Após a vitória eleitoral dos Social-Democratas em 2019, seu então líder, Antti Rinne, negociou grande coalizão com o Partido do Centro, a Liga Verde, a Aliança da Esquerda e o Partido do Povo Sueco para tornar-se Primeiro-Ministro. Contudo, após pressões do Partido do Centro, Rinne renunciou ao cargo em dezembro de 2019, após crise que levou a greve dos funcionários da Posti (empresa postal pública finlandesa). Sanna Marin, líder do Partido Social-Democrata desde agosto de 2020, logrou manter a coalizão formada por Rinne e assumiu como Primeira-Ministra.

Em abril de 2023, ocorreram novas eleições para o parlamento finlandês. O resultado da eleição confirmou a vitória do Partido da Coalizão Nacional, de centro direita. O Partido Social-Democrata, da então Primeira-Ministra Sanna Marin, formou apenas a terceira maior bancada, atrás ainda do Partido dos Finlandeses, de extrema-direita.

Após sete semanas de negociações entre os partidos que compõem a base do governo eleito (Coalizão Nacional, Finlandeses, Povo Sueco e Democratas Cristãos), o líder do Partido da Coalizão Nacional, Petteri Orpo, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Sauli Niinistö, em sessão no Parlamento realizada 20 de junho de 2023.

Intitulado “A strong and committed Finland”, o programa de governo visa a controlar a razão dívida pública/PIB, atualmente de 82%, a maior entre os países nórdicos, segundo dados da OCDE. A coligação de partidos fixou as metas de reduzir 4 bilhões de euros em gastos públicos, de economizar 2 bilhões de euros a partir de reformas estruturais da economia e de gerar 100 mil novos empregos a partir de cortes em assistência social nos próximos quatro anos.

O plano de governo manteve o compromisso de aumentar os gastos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em 4% do PIB até 2030. 280 milhões de euros por ano deverão ser destinados a projetos conjuntos entre empresas e universidades. O governo segue com o objetivo de colocar a Finlândia no topo dos rankings globais de inovação e tornar o país “uma superpotência de energia limpa”.

Outro compromisso mantido pelo governo foram as metas de neutralidade de emissão de carbono até 2035. O apoio à eletrificação da indústria intensiva em energia continuará até o final de 2026, e a produção de eletricidade limpa deverá dobrar em quatro anos. O governo pretende reformar a Lei de Energia Nuclear e os regulamentos que a implementam até 2026, de forma a facilitar o licenciamento e a construção de pequenos reatores modulares (SMRs). O novo governo também pretende apresentar projeto de regulamentação de plantas eólicas offshore na zona econômica exclusiva, até o momento sem marco legal.

Em que pese a manutenção de compromissos amplamente apoiados pela sociedade finlandesa em geral, como os acima listados, o caráter conservador do novo programa de governo tornou-se mais evidente ao abordar questões como controle de imigração, redução de benefícios sociais e acompanhamento mais estrito das políticas monetária e de financiamento da União Europeia.





O Presidente Sauli Niinistö, que esteve no cargo por 12 anos, terminou seu segundo mandato com popularidade na casa dos 80%, e foi sucedido, em março de 2024, por Alexander Stubb, do partido KOK, de centro-direita, o mesmo do Primeiro-Ministro Petteri Orpo. Stubb venceu, no segundo turno das eleições, o ex-chanceler Pekka Haavisto (Partido Verde).

ELEIÇÕES DE JUNHO DE 2024 PARA O PARLAMENTO EUROPEU

O resultado das eleições para o Parlamento Europeu, na Finlândia, foi surpreendente, contrariando as pesquisas e as expectativas dos analistas locais. Enquanto os conservadores da Coalizão Nacional (KOK) mantiveram-se na liderança, com 4 representantes eleitos, a Aliança da Esquerda (VAS) foi o segundo partido mais votado, garantindo 3 cadeiras, e superando o tradicional Partido Social-Democrata (SDP), que se manteve com duas. Contrariando as tendências observadas em outros países do bloco, a extrema-direita, representada pelo Partido dos Finlandeses (PS) perdeu um assento, elegendo apenas um eurodeputado, e o Partido Verde manteve-se estável, com dois representantes.





POLÍTICA EXTERNA

QUADRO GERAL

A política externa finlandesa é definida por sua identidade nórdica e europeia. No plano bilateral e regional, a Finlândia confere prioridade aos demais países nórdicos, aos países bálticos e, até a eclosão do conflito russo-ucraniano, à Rússia. Como a Noruega e a Islândia não fazem parte da União Europeia, os foros de cooperação nórdica são tidos pela Finlândia como instâncias de relevo para a coordenação dos cinco países.

Com uma política exterior ecumênica, voltada à defesa do multilateralismo, dos direitos humanos, da democracia, do Estado de Direito e do desenvolvimento sustentável, a Finlândia considera as Nações Unidas instrumento essencial de gestão dos temas globais e apoia os esforços para o fortalecimento de sua autoridade. Defende a reforma do Conselho de Segurança, com criação de assentos permanentes e não permanentes, mas sem direito de veto, e já manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente.

A Finlândia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1955; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1955; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1969; da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desde 1973, do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

A conjuntura regional da Finlândia explica a ênfase renovada em aspectos de segurança e de cooperação com os países nórdicos e europeus. A União Europeia é, desde a acessão finlandesa, em 1995, a referência mais importante da política exterior do país, que favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança.

Na sessão do programa de governo do Primeiro-Ministro Orpo sobre política externa, ressalta-se, além do esperado fortalecimento da cooperação com os países-membros da OTAN e com os países europeus em matéria de defesa e segurança, destaque para a informação de que as relações econômicas internacionais, incluindo-se não apenas comércio, mas também o desenvolvimento de tecnologias, farão parte da própria segurança estratégica da Finlândia. A política comercial deverá levar em conta a segurança do abastecimento e os impactos ambientais globais e regionais. O governo também sublinhou que buscará reduzir a dependência econômica, industrial e tecnológica da UE com a China.

No modelo constitucional finlandês, a competência para política externa é compartilhada entre o Primeiro-Ministro e o Presidente, o qual tem tido, cada vez mais, papel ativo nas relações internacionais do país, especialmente em temas que envolvam segurança. Durante a campanha presidencial, o agora Presidente Alexander Stubb delineou sua visão da geopolítica contemporânea, que divide o mundo em três blocos: o Ocidente, que "busca manter a atual ordem global"; o "Oriente", que buscaria "subvertê-la" (China, Rússia e Irã) e o "Sul Global", que não





se alinharia a nenhum dos dois lados, e que teria como protagonistas, citados especificamente pelo presidente finlandês, Índia, Brasil, e África do Sul.

GUERRA NA UCRÂNIA E A POLÍTICA EXTERNA FINLANDESA

O Presidente Alexander Stubb visitou Kiev em sua segunda viagem internacional (a primeira foi para a Noruega, ainda em março) e reuniu-se com o Presidente Volodymyr Zelensky em abril de 2024. Stubb esteve acompanhado do Presidente do Parlamento da Finlândia, Jussi Halla-aho.

Os Presidentes Stubb e Zelensky firmaram acordo de segurança e apoio de longo prazo da Finlândia à Ucrânia, instrumento assemelhado àqueles que a Finlândia celebrou com Alemanha, Canadá, Dinamarca, França, Itália, Países Baixos e Reino Unido. O escopo do pacto assinado cobre apoio político, em defesa e segurança e para reformas e a reconstrução da Ucrânia.

Stubb tem atuado no cenário internacional em prol de um cessar-fogo na Ucrânia, dialogando com líderes globais sobre o assunto. Em visita a Helsinque do mandatário ucraniano, em março de 2025, o presidente finlandês afirmou que "a segurança ucraniana é um elemento central da segurança europeia".

ADESÃO DA FINLÂNDIA À OTAN

Nos primeiros dias de maio de 2022, pesquisa de opinião revelou que 76% dos finlandeses apoiavam a proposta de adesão à OTAN. As sondagens a respeito nunca haviam ultrapassado os 50% antes do início da guerra na Ucrânia.

Em março de 2023, o parlamento finlandês aprovou proposta do governo para aceitação do Tratado do Atlântico Norte de 1949 e do Acordo de Ottawa de 1951. O parlamento finlandês determinou que os tratados aprovados não alteram o status legal internacional do arquipélago de Åland estabelecido nos diversos acordos assinados pela Finlândia e pela Suécia e já reconhecido como direito consuetudinário europeu. Dessa forma, o governo finlandês manterá sua obrigação de respeitar o autogoverno, a desmilitarização, a neutralidade e a não-fortificação daqueles territórios. Em abril daquele ano, a Finlândia oficialmente juntou-se à Aliança.

Após o início do segundo mandato de Donald Trump nos Estados Unidos e o reposicionamento daquele país em seu relacionamento com a Rússia e com a Aliança Atlântica, a Finlândia vem refletindo sobre a arquitetura da segurança regional e sobre sua política de defesa. Nesse contexto, a ênfase central dada à OTAN e à concertação europeia nos últimos anos começa a ser matizada por ações que apontam para maior coordenação sub-regional e enfatizam o relacionamento bilateral com os EUA.





ECONOMIA

A Finlândia é um dos países mais desenvolvidos do mundo de acordo com a ONU. Após a Segunda Guerra Mundial, a Finlândia não estava totalmente industrializada e uma grande parte da população ainda se dedicava à agricultura, mineração e silvicultura. Durante as primeiras décadas do pós-guerra, a produção primária deu lugar ao desenvolvimento industrial, que por sua vez cedeu a uma economia orientada para serviços e informação. Hoje a Finlândia possui uma economia, sobretudo, de mercado livre e altamente industrializada.

O setor primário é cerca de 3% e a força de trabalho na agricultura é cada vez menor, o que seria um indicativo do declínio do setor na economia da Finlândia. Muitas terras foram retiradas da produção agrícola e a maioria das fazendas consiste em pequenas propriedades. A Finlândia tem se autossustentado em alimentos básicos desde o início dos anos 1960. A produção de carne é aproximadamente igual ao consumo, enquanto a produção de ovos e laticínios excede as necessidades domésticas. A produção de grãos varia consideravelmente; em geral, o grão para pão (principalmente o trigo) é importado, e, o grão forrageiro, exportado. Além disso, a pesca comercial tem se tornado gradualmente menos significativa para a economia.

O setor industrial constitui cerca de 28% do PIB finlandês e os principais setores industriais são a indústria de tecnologia, a indústria têxtil, alimentos e bebidas, metais e engenharia e indústria química. Ademais, a biotecnologia também passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia finlandesa. Outro importante setor para a economia finlandesa é a indústria florestal, que, no entanto, enfrenta custos de produção crescentes. Os produtos florestais (notadamente o papel) são uma fonte importante das receitas de exportação do país.

O maior setor, como é característico em países industrializados, é o de serviços (cerca de 69%). No início do século XXI, os serviços governamentais representavam até um terço do setor de serviços na Finlândia, mas as empresas privadas, especialmente os serviços de negócios e tecnologia da informação (TI), cresceram a uma taxa mais rápida do que os serviços públicos. Diferente das majorias dos países europeus, a participação do setor de serviços no PIB finlandês e o emprego não aumentaram tão rapidamente quanto na indústria. Além disso, o turismo se tornou mais importante para a economia finlandesa nos últimos anos e as receitas geradas pelo setor acumularam mais de 15 bilhões de euros. Em 2024, turistas estrangeiros gastaram cerca de 3,7 bilhões de euros na Finlândia.

A economia finlandesa possui notável característica inovadora. O país se destaca principalmente na exportação dos setores das tecnologias da informação e comunicação. Exemplo disso são as discussões recentes na Universidade de Oulu sobre padrões de telecomunicações para 2030 (tecnologia 6G), das quais participam pesquisadores brasileiros. Ademais, a finlandesa Nokia é uma das empresas que competem com a Huawei pelos mercados globais de redes 5G, e se beneficia das sanções dos EUA contra a empresa chinesa.





CONTEXTO RECENTE

O fraco desempenho econômico foi uma das principais causas da derrota, nas eleições de abril de 2023, da coalizão liderada pelo Partido Social-Democrata, da ex-Primeira-Ministra Sanna Marin. O sucessor Petteri Orpo, do Partido da Coalizão Nacional (KOK), foi eleito sob a bandeira do ajuste fiscal, e com o apoio decisivo da extrema-direita representada pelos Partido dos Finlandeses, que ora compõe a coalizão governista.

O relatório mais recente do Fundo Monetário Internacional sobre a economia da Finlândia, publicado em janeiro de 2025, traçou panorama cautelosamente otimista para o país, após a contração do PIB registrada em 2023. Conquanto ainda tenha permanecido em território negativo, a economia finlandesa deu sinais de estabilização em 2024. A previsão para 2025 é de um crescimento em torno de 1,5%, impulsionado principalmente por investimentos privados e pela retomada do consumo, à medida que os juros caem e o mercado imobiliário se estabiliza.

No mercado de trabalho, o emprego permaneceu forte, sustentado por salários reais mais baixos, aumento da imigração, expansão do setor público e altos índices de participação. O envelhecimento populacional e o baixo crescimento da produtividade, no entanto, continuam sendo obstáculos relevantes para o crescimento de médio prazo.

Em relação às finanças públicas, o déficit fiscal aumentou para 3% do PIB em 2023, devido a gastos elevados com defesa, imigração, saúde e juros da dívida. A dívida pública chegou a 77% do PIB, superando o nível observado em outros países nórdicos.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2024

Em 2024, as exportações finlandesas chegaram a US\$ 78,1 bilhões, representando queda de 5% em relação a 2023. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (11,1% do total), Suécia (11%) e Estados Unidos (9,5%).

A Finlândia importou cerca de US\$ 80,4 bilhões (-3% em relação a 2023), sobretudo da Alemanha (13,2% do total), Suécia (11,4%) e China (9,9%). A balança comercial do país ficou deficitária em US\$ 2,3 bilhões em 2024.





CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1809	Incorporação da Finlândia ao Império Russo, como Grão-Ducado autônomo. Anteriormente, a Finlândia era parte do Reino da Suécia.
1917	Com a queda do Czar, o parlamento finlandês declara, em 6 de dezembro, a Independência e, em 31 do mesmo mês, Lênin reconhece a independência finlandesa.
1939	A União Soviética invade a Finlândia e dá início à Guerra de Inverno (1939-40).
1940	Assinado o Tratado de Moscou, que marca o fim da Guerra de Inverno.
1941	Assinados tratados com a Alemanha para instalação de bases militares no território finlandês.
1944	Inicia-se a Guerra de Continuação (1941-44), entre a Finlândia e a União Soviética.
1944	Assinado armistício com os soviéticos, que consolida perdas territoriais da Finlândia para a URSS.
1955	Entrada da Finlândia na ONU.
1995	Concretiza-se a adesão da Finlândia à União Europeia.
1999	Adoção do euro.
2023	Entrada da Finlândia na OTAN.





CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1876	Dom Pedro II visita o Grão-Ducado da Finlândia.
1920	O Brasil reconhece a independência da Finlândia.
1929	O Brasil e a Finlândia estabelecem relações diplomáticas.
1938	Legação do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como chefe do Posto o embaixador Gilberto Amado.
1958	A Legação do Brasil em Helsinque é elevada a Embaixada.
1983	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pär Stenbäck.
1986	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Taisto Kalevi Sorsa e do ministro do Comércio Exterior, Jerme Laine.
1996	Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, e do ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Ole Norrback.
1997	Visita ao Brasil do presidente Martti Ahtisaari.
2002	Visita do vice-presidente Marco Maciel à Finlândia.
2003	Visita ao Brasil da presidente Tarja Halonen.
2006	Visita ao Brasil da presidente Tarja Halonen.
2007	Visita de Estado do presidente Lula à Finlândia.
2008	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Matti Vanhanen.
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jyrki Katainen.
2015	Visita à Finlândia da presidente Dilma Rousseff.
2016	Visita ao Brasil do presidente Sauli Niinistö, por ocasião dos Jogos Olímpicos.
2016	Visita ao Brasil do chanceler Timo Soini.
2023	Visita ao Brasil do presidente Sauli Niinistö.





ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

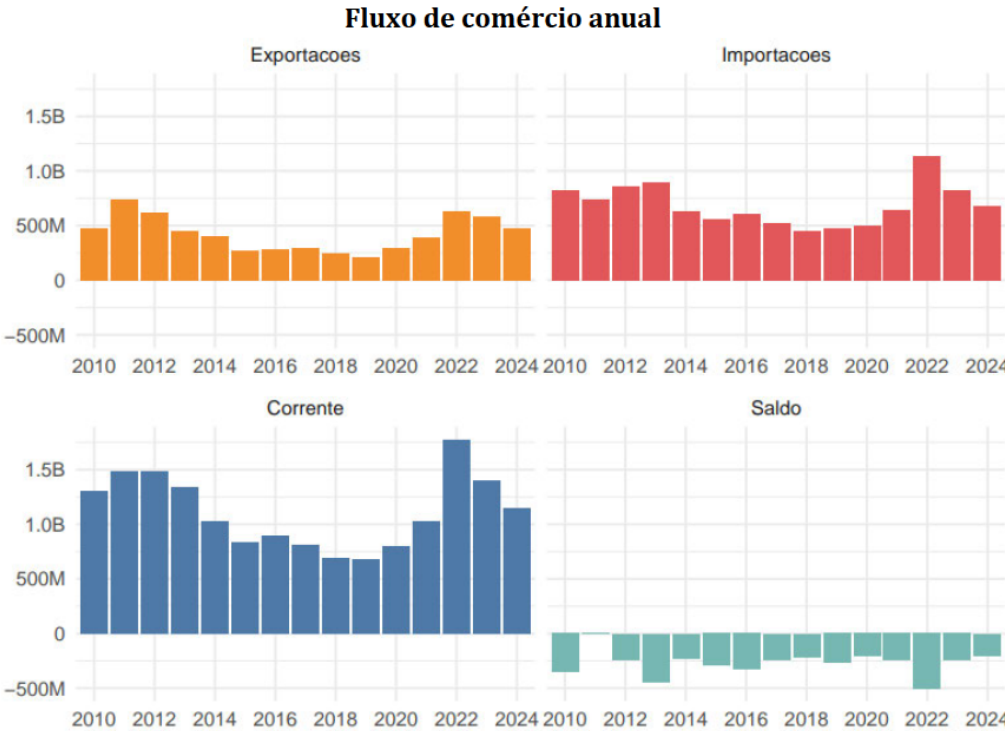
Título	Data de celebração	Status
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns	29/01/1969	Em vigor
Ajuste para Efetuar Correções ao Texto em Finlandês da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	17/08/1972	Em vigor
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	01/06/1973	Em vigor
Acordo sobre a Troca de Estagiários	30/05/1974	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	05/11/1981	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica	02/06/1988	Em vigor
Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	02/04/1996	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e sobre Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	10/09/2007	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	01/12/2015	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia	01/06/2023	Em ratificação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre a Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas	24/07/2024	Tramitação MRE





DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.



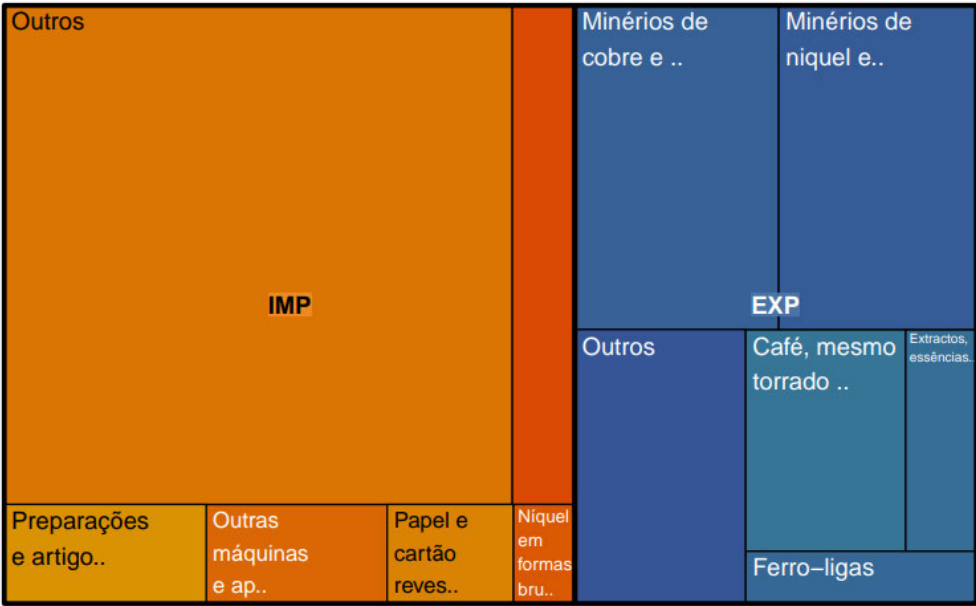
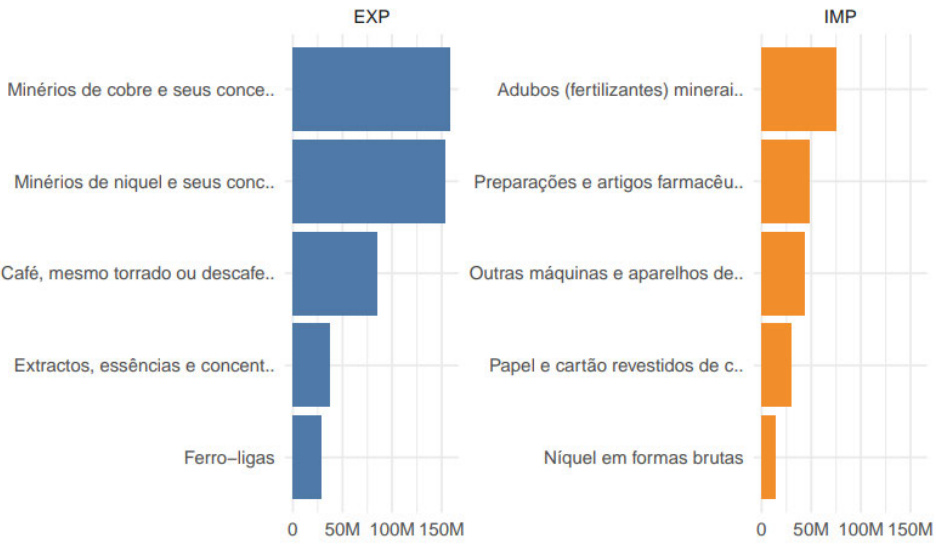
	2024	2023	2022	2021	2020
Exportacoes	472M (-18.3%)	578M (-9.2%)	636M (62.5%)	392M (33.2%)	294M (40.9%)
Importacoes	673M (-18.0%)	821M (-28.1%)	1B (78.8%)	639M (27.8%)	500M (5.0%)
Saldo	-201M (-182.8%)	-243M (-148.1%)	-505M (-304.5%)	-247M (-219.9%)	-206M (-176.9%)
Corrente	1B (-18.1%)	1B (-21.3%)	2B (72.6%)	1B (29.8%)	794M (15.9%)

	2019	2018	2017	2016	2015
Exportacoes	209M (-13.8%)	242M (-16.6%)	290M (3.2%)	281M (4.4%)	269M (-32.8%)
Importacoes	476M (4.9%)	454M (-13.7%)	526M (-13.6%)	609M (8.5%)	561M (-10.6%)
Saldo	-268M (-226.3%)	-212M (-189.9%)	-236M (-171.9%)	-328M (-212.2%)	-292M (-228.7%)
Corrente	685M (-1.6%)	696M (-14.7%)	816M (-8.3%)	890M (7.1%)	831M (-19.3%)





Principais produtos da pauta comercial em 2024





Classificações do comércio

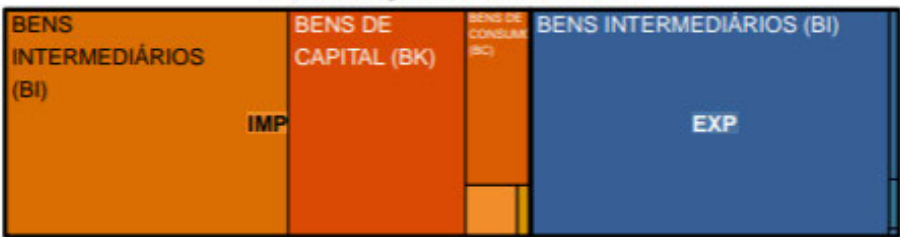
Classificação ISIC em 2024



Classificação Fator Agregado em 2024



Classificação CGCE em 2024



Classificação CUCI em 2024





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2025

(nº 1220/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 62/2025 [1 de 59]



MENSAGEM Nº 1.220

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2025.



EM nº 00172/2025 MRE

Brasília, 5 de Agosto de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RENATO SOARES MENEZES**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Avulso da MSF 62/2025 [3 de 59]



00001.005132/2025-84



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1494/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992513** e o código CRC **498FBAF7** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005132/2025-84

SEI nº 6992513

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 62/2025 [4 de 59]

OFÍCIO 1494 (6992513)

SEI 00001.005132/2025-84 / pg. 1





INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO
CPF.: Informações pessoais
ID.: Informações pessoais

Filho de Informações pessoais e Informações pessoais, nasce em Informações pessoais em
Informações pessoais Informações pessoais

Dados Acadêmicos:

- 1976 Filosofia e Economia pela Sophia University International College, Tóquio
- 1997 Curso de Diplomacia Pública
- 2000 CAE - IRBr, Promoção do Brasil como Destino Turístico

Cargos:

- 1977 Terceiro-secretário
- 1980 Segundo-secretário
- 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
- 1993 Conselheiro, por merecimento
- 2001 Ministro de segunda classe
- 2009 Ministro de primeira classe

Funções:

- 1977-80 Divisão de América do Sul II, assistente
- 1980-83 Embaixada em Paris, terceiro-secretário e segundo-secretário
- 1983-87 Embaixada em Assunção, segundo-secretário
- 1987-88 Divisão de América do Sul I, assistente
- 1988-90 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
- 1990-91 Secretaria de Imprensa, assessor
- 1991 Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, assessor
- 1991-93 Centro de Processamento de Dados, chefe, substituto
- 1993-98 Embaixada em Tóquio, conselheiro
- 1998-2001 Embaixada em Londres, conselheiro
- 2001-03 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Assessoria Internacional, chefe
- 2003-08 Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral



2008-12	Embaixada em Hanói, Embaixador
2012-14	Embaixada em Abu-Dhabi, Embaixador
2015-17	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), assessor especial para assuntos internacionais
2017-22	Consulado-Geral em Tóquio, Cônsul-Geral
2022-	Consulado-Geral em Mumbai, Embaixador

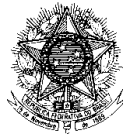
Condecorações:

1980	Ordem El Sol de Perú, Peru, Cavaleiro
1984	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2008	Medalha "Mérito Santos-Dumont"
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2010	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial
2011	Medalha da Amizade, Vietnã
2012	Ordem da Amizade, Vietnã

Publicações:

2002	Promoção do Brasil como Destino Turístico, Ed. IRBr/FUNAG
2004	Programas de Geração de Emprego na China, em Mundo Afora - Programas de Geração de Emprego, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Ideal Gráfica e Editora.
2005	Programa de Combate à Violência Urbana, em Mundo Afora - Programas de Combate à Violência Urbana, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Gráfica Vera Cruz Ltda.
2012	Ho Chi Minh. Ed. Publisher





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio

Departamento de África

Divisão de África Central e Ocidental

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Julho de 2025





SUMÁRIO

SUMÁRIO 3

PERFIS BIOGRÁFICOS 4

RELAÇÕES BILATERAIS 5

POLÍTICA INTERNA..... 7

POLÍTICA EXTERNA 12

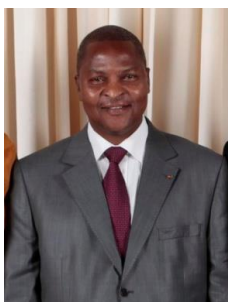
ECONOMIA..... 19

MAPA..... 22

DADOS BÁSICOS 23

INTERCÂMBIO COMERCIAL (milhares de USD, FOB) Fonte: MDIC/SECEX..... 23



PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Faustin-Archange Touadéra**

Nasceu em Bangui, em 21 de abril de 1957. É doutor em Matemática Pura pela Universidade de Iaundê, no Cameroun, e doutor em Matemática Pura pela Universidade de Ciência e Tecnologia (UST) de Lille I, na França. Fez carreira como professor na Universidade de Bangui, da qual foi também reitor. Em 2003, tornou-se Vice-Presidente da União Matemática da África Central. Ocupou o cargo de Primeiro-Ministro de 2008 a 2013, no governo François Bozizé. Foi eleito Presidente em fevereiro de 2016.

Primeiro-ministro Félix Moloua

Formado em Matemática e Demografia nas universidades de Bangui (República Centro-Africana) e Iaundê II (Cameroun), fez carreira, inicialmente, como professor e pesquisador (1981-2003), tendo publicado obras na área de saúde sexual e reprodutiva. Paralelamente, atuou em órgãos nacionais de estatística, estudos econômicos e recenseamento demográfico (1987-2005). Serviu, depois, como chefe de gabinete do Ministro da Economia (2007-2013) e administrador do Banco dos Estados da África Central (BEAC, 2010-2013). Dirigiu, ainda, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o escritório nacional do Banco Mundial. Sob o presidente Faustin-Archange Touadéra, foi Ministro da Economia, Planejamento e Cooperação (2016-2022) antes da nomeação como Primeiro-ministro (2022).

Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Centro-Africanos no Exterior Sylvie Baipo Temon

Nascida em Bangui, em 13 de junho de 1975, formou-se em Economia na Universidade de Orléans, França, em 1996. Tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas. Por mais de 20 anos, exerceu funções consultivas e outras em bancos e instituições financeiras. Foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2018.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com a República Centro-Africana (RCA) em 27 de abril de 2010. Atualmente, as relações bilaterais são acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Brazzaville, República do Congo. O governo brasileiro vem acompanhando a situação securitária centro-africana, atento a momentos que se façam eventualmente propícios e às oportunidades para o adensamento das relações bilaterais. A Cônsul Honorária do Brasil em Bangui, Sylvie Dessandé, tem sido importante apoio sobre informações de política interna e economia no país.

Em maio de 2025, o Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da RCA participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília. Até o momento, foi a única visita oficial de uma alta autoridade centro-africana ao país.

Cooperação humanitária. O Brasil efetuou doações de arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, em novembro de 2012 (1.000 toneladas) e em junho de 2015 (250 toneladas).

Cooperação agrícola. Em outubro de 2024, a embaixada do Brasil em Brazzaville recebeu carta assinada pelo Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da RCA, dirigida ao diretor da Agência Brasileira de Cooperação, com pedido de cooperação técnica trilateral RCA/FAO/Brasil, para produção sustentável de sementes de algodão e de culturas de amendoim, gergelim e sorgo. Até o momento, não houve resposta formal do Brasil.

Comércio e investimentos. O comércio bilateral com a República Centro-Africana ainda é incipiente. Em 2016, o Brasil exportou o equivalente a USD 6,2 milhões para a RCA. Nos anos seguintes, houve significativo decréscimo. Em 2022, as exportações brasileiras para a RCA voltaram a subir e chegaram a USD 37,6 milhões, o que representou aumento de 863,3% em relação a 2021. A pauta de exportação concentrou-se em óleos combustíveis de petróleo (74%), com presença de carnes de aves (15%). Já o fluxo de importações provenientes da República Centro-Africana limitou-se a USD 59 mil, concentrando-se em máquinas e aparelhos elétricos (96%).

Em 2024, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Centro-Africana registrou um valor de USD 3,2 milhões, o que marca um decréscimo de 54,3% em relação ao ano anterior. Esse valor significa, no entanto, decréscimo de 91,6% em relação a 2022, ano que registrou o ápice do decênio 2015-2024. O ano de 2024 exibiu um cenário de continuidade em relação a uma série de superávits brasileiros. Naquele ano, houve um superávit de USD 3,1 milhões. A pauta de exportações brasileiras em 2024 foi composta predominantemente por carnes de aves.

As importações representam valores pouco significativos em uma análise geral do quadro de importações brasileiras. Em 2024, foram importados da República Centro-Africana USD 58 mil, com uma diminuição de 15% em comparação com 2023, distante do recorde do período de USD 203 mil obtidos em 2016. As importações de origem



centro-africana em 2024 concentraram-se em partes e acessórios dos veículos automotivos.

Principais Produtos:

Exportação - Carnes de aves e suas miudezas comestíveis (65%); sais e peróxossais de ácidos inorgânicos e metais (21,3%);

Importação - Partes e acessórios dos veículos automotivos (88,4%); motores de pistão e suas partes (6%).

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras na RCA. Entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas comprovadas e localizadas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além, naturalmente, de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, cuja exploração é apenas artesanal, nenhuma das variadas riquezas minerais da RCA foi, até agora, explorada.

Defesa. Militares brasileiros participaram nos contingentes portugueses das Missões de Treino da União Europeia na República Centro Africana até abril de 2023. Ainda hoje integram a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), embora não como tropas, apenas como parte dos “*expert on missions*” e pessoal administrativo, conforme dados de abril de 2025 da ONU.

Assuntos consulares. A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui. A comunidade brasileira no país, de número estimado reduzido, inclui: o representante da FAO em Bangui, Walter de Oliveira; um jovem funcionário de uma ONG italiana; missionários; e civis e militares que integram a MINUSCA.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre o Brasil e a República Centro-Africana, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos ou em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.



POLÍTICA INTERNA

A República Centro-Africana tornou-se independente da França em 1960, sob a presidência de David Dacko, que declarou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN), do qual era integrante, o partido oficial do estado centro-africano. Em 1965, Dacko foi destituído pelo Coronel Jean-Bédél Bokassa, que dissolveu a Assembleia Nacional. Bokassa declarou-se Presidente Vitalício, em 1972, e Imperador, em 1976. Três anos mais tarde, a França organizou uma operação militar que removeu Bokassa do poder, restituindo a Presidência do país a David Dacko.

O Presidente Dacko foi novamente destituído em 1981, pelo General André Kolingba, que governou a RCA até 1993, quando Ange-Félix Patassé foi eleito Presidente, no primeiro processo eleitoral multipartidário do país. Reeleito em 1999, Patassé acabou destituído em 2003 pelo General François Bozizé, que, em eleições realizadas em 2005, foi confirmado no cargo de Presidente.

A guerra civil em curso no país eclodiu em 2013, quando uma aliança rebelde dominada por muçulmanos, a Séléka (“coalizão” em sangô, língua falada por maior número de pessoas na RCA), derrubou o presidente François Bozizé. Este último mobilizou principalmente milícias de autodefesa cristãs e animistas, os Anti-Balaka, para tentar reconquistar o poder. Milhares de civis foram massacrados até o auge da guerra em 2016 e a ONU acusou Séléka e Anti-Balaka de crimes contra a humanidade, apesar da presença de uma grande força de manutenção da paz de soldados da paz.

Na esteira da deposição do presidente Bozizé, em 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas impôs embargo à importação de armas pela RCA. Houve uma renovação do regime, embora com atenuações, em julho de 2023, a qual expirou em 31 de julho de 2024. O embargo foi levantado em 30 de julho de 2024, pela Resolução 2745 do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, o embargo a grupos armados e outras entidades deveria continuar, nos termos do art. 4 da Resolução, até 31 de julho de 2025. Em julho de 2025, foi editada a Resolução 2789/25, que estendeu o embargo do art. 4 da resolução 2745 até 31 de julho de 2026.

Em 2020, os principais grupos rebeldes, que então ocupavam mais de dois terços do território, uniram-se para lançar vasta ofensiva contra Bangui. Touadéra convocou Moscou para apoiar seu exército, e centenas de mercenários da empresa de segurança privada Wagner foram enviados ao país africano, somando-se a contingente presente desde 2018. A operação foi bem-sucedida, ao expulsar os rebeldes da maior parte dos territórios que ocupavam, restringindo sua atuação às operações de guerrilha praticadas desde então.

Governo François Bozizé. Após chegar ao poder, Bozizé foi contestado por inúmeros grupos oposicionistas. Teve início, em 2004, guerra civil que se encerraria em 2008, quando se assinou, em Libreville, Gabão, acordo de paz entre o Governo e os dois principais movimentos rebeldes – o Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD) e a União das Forças Democráticas pela Unidade (UFDR).



Em 2011, realizaram-se novas eleições para Presidente e para a renovação de um terço do Congresso. Em 13 de fevereiro, a Corte Constitucional publicou o resultado definitivo da votação presidencial. Após rejeitar os recursos pela anulação da eleição apresentados pelos candidatos derrotados, a Corte Constitucional declarou o General Bozizé eleito em primeiro turno, com 64% dos votos.

Nova crise securitária. Uma segunda crise securitária iniciou-se em dezembro de 2012, quando a frente armada Séléka iniciou ofensiva militar contra o governo. Em março de 2013, o grupo derrubou o Presidente Bozizé. Michel Djotodia, líder de uma das principais facções da coalizão, proclamou-se chefe de Estado.

A situação securitária, porém, seguiu preocupante, com registro de saques e assassinatos em diferentes regiões. O fato de Djotodia ser muçulmano (entre 15 a 20% da população nacional segue o islamismo) agregou novo elemento ao já complexo cenário interno. Em quadro de contínuas violações de direitos humanos pelo país, organizaram-se diferentes milícias Anti-Balaka, ou de autodefesa, majoritariamente cristãs. Em 2013, confrontos entre milícias Anti-Balaka e as forças Séléka deixaram milhares de mortos e aumentaram o número de deslocados internos para cerca de 1,5 milhão de pessoas. Mais de 100 mil refugiados dirigiram-se ao Cameroun.

Em setembro de 2013, Michel Djotodia oficialmente dissolveu a Séléka, mas diversos grupos que compunham a coalizão recusaram a desmobilização. Em dezembro de 2013, a França enviou tropas ao território centro-africano, dando início à Operação Sangaris. A União Africana também enviou soldados, no âmbito da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), estabelecida no mesmo mês, com autorização das Nações Unidas.

Em janeiro de 2014, Michel Djotodia deixou o poder, como parte de um acordo para a estabilização do país, alcançado em reunião de cúpula extraordinária, em Jamena, Chade, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da qual a RCA faz parte. Catherine Samba-Panza foi eleita Presidente de transição.

Como a crise perdurava, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a MISCA. Por sua vez, a União Europeia enviou ao país, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA).

Em julho de 2014, firmou-se em Brazzaville, República do Congo, acordo de cessação de hostilidades entre ex-membros da Séléka e milícias Anti-Balaka. O frágil entendimento possibilitou a realização de eleições presidenciais em 2015.

Eleições presidenciais (2015-2016). As eleições presidenciais, originalmente marcadas para 18 de outubro e 22 de novembro de 2015, foram efetivamente realizadas em 30 de dezembro de 2015 (primeiro turno) e 14 de fevereiro de 2016 (segundo turno). Os dois candidatos mais votados na primeira fase foram Anicet Georges Dologuélé, da União para a Renovação Centro-Africana (URCA), que obteve 23,8% dos votos válidos, e Faustin-Archange Touadéra, independente, que reuniu 19,4% dos votos. No segundo



turno, Touadéra obteve 62,7% dos votos válidos. Imediatamente após o anúncio oficial do resultado, Dologuélé denunciou a suposta ocorrência de numerosas irregularidades, que, segundo ele, teriam sido testemunhadas pela comunidade internacional. O candidato derrotado, contudo, aceitou o resultado do pleito, também validado pela Corte Constitucional de Transição, e reconheceu Touadéra como presidente eleito.

Primeiro governo Touadéra (2016-2020). O Presidente Touadéra procurou ampliar a presença militar oficial em todos os departamentos do país, sobretudo no norte, mais populoso, para tentar promover a estabilidade e pacificar o interior conflagrado. Os grupos armados resistiram a se desmobilizar, e uma série de acordos de paz entre o governo e grupos rebeldes foi assinada, com nova deterioração do cenário poucos meses depois.

Finalmente, um compromisso foi negociado em Cartum, Sudão, e firmado em Bangui, em fevereiro de 2019, o chamado “Acordo de Cartum”, entre o governo e 14 grupos, em tentativa de articular uma grande paz nacional. Como resultado, um novo governo foi designado, com participação de alguns ministros ligados aos movimentos rebeldes. Medidas semelhantes haviam sido adotadas anteriormente, em decorrência de outros acordos de paz.

Seguiram ocorrendo, contudo, combates entre as forças do governo e diferentes grupos, além de denúncias de massacres no interior, que teriam a participação, inclusive, de milícias signatárias dos acordos de paz.

Segundo governo Touadéra (2020-). Em maio de 2022, o governo apresentou à Assembleia Nacional projeto de lei permitindo revisar ou modificar a Constituição de 2016, o que foi interpretado por membros da oposição como prenúncio de tentativa de alteração do artigo 35, relativo à limitação do número de mandatos do presidente da República, a fim de permitir ao presidente Touadéra disputar um terceiro mandato presidencial. Em reação, partidos de oposição e sociedade civil começaram a se movimentar e se posicionar sobre a reforma.

Em setembro de 2022, Touadéra sofreu revés legal quando o Tribunal Constitucional anulou decreto presidencial criando um comitê para redigir nova constituição. O Tribunal invocou, especialmente, o fato de o Senado, previsto na Constituição anterior, ainda não ter sido instalado. Em janeiro de 2023, a presidente do Tribunal Constitucional e principal artífice da invalidação, Danièle Darlan, foi aposentada de ofício, ato denunciado pela Ordem dos Advogados da República Centro-Africana como intervenção ilegal do Executivo no Judiciário.

Em maio de 2023, o presidente Touadéra anunciou que submeteria a um referendo a sugestão de uma nova Constituição, que lhe permitiria concorrer a um terceiro mandato, o que é proibido pela atual Lei fundamental do país. A medida foi denunciada, pela oposição e por grupos rebeldes, como manobra visando à permanência indefinida do mandatário no poder. O referendo teve lugar em 30 de junho de 2023, e seus resultados oficiais foram anunciados em 7 de agosto pela Autoridade Nacional das Eleições, com participação de 61,1% e 97,27% de votos a favor da alteração da Constituição, o que permitiu a Touadéra concorrer a nova reeleição em dezembro de 2025.



Em 2024, os paramilitares do Grupo Wagner treinaram 300 milicianos da comunidade Zande, com o fim de integrá-los às forças armadas nacionais. Os recrutas, entretanto, insurgiram-se contra seus tutores, de modo que hoje são combatidos na região sudeste do país e são acusados de violações de direitos humanos. Trata-se de região duplamente estratégica para a RCA e para o Grupo Wagner, por recursos minerais e localização geográfica, próxima às fronteiras com República do Congo e Sudão do Sul.

Em 19 de abril de 2025, o governo da RCA assinou acordo com os líderes dos grupos armados “3R Retorno, Recuperação e Reabilitação” e “Unidade para a Paz na República Centro – UPCUPC”. Com isso, os dois grupos puderam ser reintegrados ao acordo para a paz e a reconciliação na RCA, Acordo de Cartum, de 2019. Em julho de 2025, representantes do governo e desses dois movimentos se reuniram novamente, o que foi interpretado como mais uma vitória do presidente em favor da pacificação nacional. Existe, ainda, expectativa de negociações com o Movimento Patriótico da República Centro-Africana, enfraquecido desde a prisão de seu líder no Chade.

Atualmente, o único movimento a manter firme oposição ao governo é a Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana, liderada por Noureddine Adam, ativa na fronteira sudanesa.

Também em 19 de abril de 2025, em Villejuif, representantes dos centro-africanos no estrangeiro (a chamada “*plateforme patriotique des Centrafricains de l'étranger*”) reuniram-se para lançar o “Grand Appel de Paris”, em que enfatizaram as melhorias em temas como segurança, controle sobre o território, fim do embargo de armas e promoção do desenvolvimento da RCA nos últimos anos, e conclamaram Touadéra a disputar a reeleição para consolidar as conquistas.

Em 26 de maio de 2025, o parlamento da RCA aprovou nova lei sobre liberdade de imprensa e comunicação, o que gerou protestos de alguns profissionais de mídia.

Exílio do ex-presidente François Bozizé. Desde o final de 2022, esteve em discussão, entre Washington e Bangui, o exílio do ex-presidente centro-africano François Bozizé, que se encontrava fazendo vários meses no Chade, de onde tentava coordenar as ações do movimento Coalizão dos Patriotas pela Mudança, ao qual está ligado, na RCA. Washington esteve envolvida em negociações para convencer o presidente centro-africano, Faustin-Archange Touadéra, a romper com o grupo armado paramilitar russo Wagner, e se teria oferecido para patrocinar a saída de Bozizé do Chade, tendo proposto duas capitais para o receber: Bissau ou Brazzaville. Bozizé está em exílio desde março de 2023 na Guiné-Bissau, conforme estabelecido no acordo de paz assinado em Luanda em 2022 entre as autoridades centro-africanas e os grupos armados. Em 2024, o ex-presidente foi alvo de um mandato de captura internacional, mas a Guiné-Bissau decidiu não extraditar Bozizé. O Presidente guineense explicou que o país não prevê na lei a extradição.

Direitos Humanos. Em reunião de junho de 2023 do Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados (GT-CAAC), representante da UNICEF apresentou as situações na República Centro-Africana e na Somália, com base no relatório “*Global Horizontal Note*”, que abrange o período de outubro a dezembro de 2022. Nesse período, foram reportadas 97 violações graves contra 45 crianças na República Centro-Africana. Os maiores perpetradores foram os grupos não estatais



"*Lord's Resistance Army*" e "*Coalition des Patriotes pour le Changement*". Recrutamento foi a violação mais frequente (26), seguida de abdução (25).

A fim de subsidiar a manifestação brasileira na 45ª sessão do Grupo de Trabalho responsável pelo 4º ciclo da Revisão Periódica Universal sobre a RCA, os seguintes pontos de atenção foram apontados pela embaixada brasileira em Brazzaville, em dezembro de 2023: alarmante ocorrência de violência de gênero, em grande medida de caráter sexual, inclusive com a prática de casamentos precoces; os avanços, por meio da MINUSCA, para a retomada do controle territorial pelo governo eram notáveis, mas ainda havia muito a ser feito em relação a grupos residuais engajados em atividades bélicas em diferentes partes do território, em locais como as fronteiras com Chade, Sudão e Sudão do Sul, que passavam, naquele momento, a representar novos desafios para o governo da RCA, inclusive pelo incremento das migrações forçadas transfronteiriças.

Em julho de 2025, Alfred Yekatom e Patrice-Edouard Ngaissona foram condenados pelo Tribunal Penal Internacional por crimes praticados entre setembro de 2013 e dezembro de 2014, no contexto do conflito entre as milícias Séléka e Anti-Balaka. Ambos eram parte da segunda e foram condenados, respectivamente, a quinze e doze anos de prisão, por crimes de guerra e contra a humanidade.



POLÍTICA EXTERNA

A instabilidade política e securitária na República Centro-Africana tem dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo. Mantém-se como prioritário, contudo, o tradicional relacionamento com a França, ao lado do qual vêm-se destacando também as relações com a Rússia.

Por sua posição estratégica, no centro do continente africano, a RCA atrai fortemente a atenção regional, tanto no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) quanto da União Africana. A situação na RCA vem sendo acompanhada de perto pelos vizinhos, como Cameroun e Sudão, entre outros.

As presenças da ONU, que contribui militarmente com as tentativas de estabilização do país, e da União Europeia, importante fornecedora dos recursos para complementar o orçamento governamental, são também fundamentais.

Rússia. Desde 2017, quando o Presidente Touadéra visitou Moscou, a Rússia vem estreitando relações com a República Centro-Africana, em movimento que se inscreve na política russa de reengajamento na África. Houve encontros entre o Presidente Touadéra e o Presidente Vladimir Putin também em 2018 e 2019.

No período em que a RCA esteve sob embargo à compra de armas, França e Rússia foram autorizadas pelas Nações Unidas a reequipar as forças armadas centro-africanas. Além de fornecer material bélico e equipamentos, a Rússia também tem oferecido treinamento militar ao país. Ademais, tem sido responsável pela segurança do Presidente Touadéra. Esteve também envolvida na promoção das conversas entre o governo e 14 grupos rebeldes que levaram ao Acordo de Cartum, firmado em fevereiro de 2019.

Os interesses da Rússia na República Centro-Africana, além do componente militar, incluem a possibilidade de estabelecer parcerias na área de exploração dos recursos minerais centro-africanos.

Sob um acordo de defesa, a Rússia introduziu na RCA os mercenários do Grupo Wagner, que participaram ativamente da ação que repeliu os rebeldes que tentavam tomar a capital em janeiro de 2021. Contudo, o apoio russo efetivou-se ao custo de graves abusos contra a população civil, que se teriam generalizado ao longo de 2021, segundo as Nações Unidas.

Em novembro de 2022, após visita de delegação do BRICS, a presidência da RCA anunciou a assinatura de memorando com vistas à abertura de um Escritório do BRICS para a África Central com sede em Bangui. O projeto é interpretado por analistas como iniciativa das diplomacias russa e chinesa para ampliação de sua influência na região, coincidindo com a paulatina perda de prestígio da França, e soma-se aos planos, anunciados em outubro de 2022, de abertura de Escritório do BRICS para a África Ocidental com sede no Senegal, na localidade de Saint-Louis, a 240km de Dacar.

Em outubro de 2024, a Câmara Baixa iniciou discussão sobre projeto de lei que regulamentará o status legal de agentes estrangeiros na República Centro-Africana,



notadamente para obrigar ONGs a prestar contas regulares de suas atividades ao governo.

Em dezembro de 2024, inaugurou-se uma estátua de Evgueni Prigojine (o ex-líder do grupo de mercenários russos Wagner falecido em 2023) diante da Maison Russe, em Bangui. Esse ato é entendido no contexto de disputa entre França e Rússia por influência no governo local. Em especial, os russos, por meio do Grupo Wagner, teriam interesse em região diamantífera próxima à fronteira com o Sudão e estariam se valendo de meios como propagando anti-francesa e manipulação de informação.

Em 2025, os russos estudam, com apoio de Touadéra, a possibilidade de estabelecer bases militares em regiões como Vakaga e Gordil, no norte da RCA, consideradas estratégicas por razões militares (fronteiras com Sudão e Chade) e econômicas (reservas minerais).

Em maio de 2025, os dois países assinaram, às margens do 13º Fórum Jurídico Internacional, em São Petersburgo, memorando de cooperação jurídica para regulamentação de ONGs que atuam na RCA.

França. Antiga metrópole, a França é o único país da União Europeia que mantém embaixada em Bangui (embora a própria EU disponha de delegação na capital centro-africana). Ao lado da Índia, é uma das principais origens das importações da RCA, depois do Cameroun. É também um dos maiores investidores externos no país, considerando o estoque de investimentos. Mantém cooperação com a RCA em diversas áreas, incluindo ajuda humanitária, governança, reforço das capacidades do Estado em setores como segurança, economia e finanças e justiça, e é importante contribuinte do Fundo Bêkou da União Europeia, destinado à estabilização e à reconstrução na República Centro-Africana.

Em consequência da aproximação com a Rússia e acusações contra o Grupo Wagner, a França congelou sua ajuda financeira e parte de sua cooperação com a RCA, e o Presidente Macron se pronunciou de forma dura a propósito de seu homólogo centro-africano, acusando-o de ter-se tornado "refém do Grupo Wagner". As relações diplomáticas com a França se tornaram frias, embora recentemente, com encontros bilaterais (em 2023 e 2024) e retomada de auxílio financeiro (em 2024), haja sinais de retomada.

Em março de 2023, os presidentes Touadéra e Macron se encontraram às margens do evento “*One Forest Summit*”, em Libreville. Já em setembro 2023, o presidente Touadéra visitou a França, com ênfase em assuntos econômicos e de segurança. Macron, na oportunidade, instou seu homólogo a afastar-se do Grupo Wagner. Menos de um ano depois, em abril de 2024, houve nova visita do presidente Touadéra à França.

Em novembro de 2024, a França fez doação incondicionada de 10 milhões de euros à RCA.

Presença militar francesa na RCA. Um derradeiro grupo de 47 militares franceses partiu de Bangui no dia 15 de dezembro de 2022, em direção a Libreville. Foi a conclusão de 18 meses de desengajamento francês. As missões foram reduzidas ao longo dos meses e, em outubro, só permaneciam 130 soldados franceses no seio de uma



missão logística situada no aeroporto de Bangui M'Poko. A evacuação concluiu 62 anos de presença militar francesa quase ininterrupta na RCA. O fechamento da base foi decidido pelo Estado Maior francês em meados de 2022, em contexto de retirada de tropas francesas também do Mali. O ponto comum entre a situação nos dois países africanos é a alegada atuação dos mercenários russos da sociedade Wagner. Desde o ingresso do grupo na RCA, em 2018, a relação entre militares franceses e autoridades locais vem-se degradando, até o congelamento da cooperação em abril de 2021, decidida por Paris.

A RCA sempre foi vista pelo exército francês como militarmente estratégica, porque geograficamente ligada ao Chade. Quando de sua independência, em 1960, a RCA acolheu uma base aérea francesa; seu fechamento, em 1965, não interrompeu a formação do exército centro-africano pelos militares franceses. Diante da influência crescente da Líbia em Bangui, Paris montou, em 21 de setembro de 1979, a Operação Barracuda, visando à destituição do imperador Jean-Bedel Bokassa. Foi o início do apogeu da presença militar na República Centro-Africana: a partir de 1980, cerca de 1.500 militares franceses de assistência operacional ocuparam as bases de Bangui e de Bouar até 1998. Os militares franceses passaram, a partir de então, a concentrar o seu apoio às missões da ONU e às missões regionais, mas retornaram, em 2003, com a Operação Boali. Duzentos militares foram então encarregados de apoiar o exército centro-africano diante da escalada dos grupos armados no norte do país, até mesmo interferindo diretamente, como em 2007. A Operação Sangaris (2013-2016) vem a seguir, no momento da intensificação da guerra civil em 2013; ela contava com até dois mil homens, em 2014 e 2015. Seguiu-se o Destacamento de Apoio Operacional (Détao), operacional de 2016 a 2021 e substituído pela missão logística no aeroporto de Bangui M'Poko, encerrada em dezembro de 2022.

Em 10/07/2025, o general francês Pascal Ianni visitou Bangui, como tentativa de retomada da cooperação militar entre os países, embasada em acordo de cooperação militar, mas que está suspensa desde 2021.

EUA. Como se sabe, os paramilitares russos do Grupo Wagner estão presentes na República Centro-Africana há mais de sete anos, ao lado do exército do país. Essa presença desagrade aos Estados Unidos, que, por ocasião da Reunião de Cúpula África-EUA, em dezembro de 2022, teriam feito um movimento para tentar expulsar o Grupo da RCA. Hoje em dia, a milícia Wagner apoia o exército centro-africano, presta segurança aos comboios e às escoltas do Presidente, explora várias minas e controla as aduanas do país. Quando da mencionada Reunião de Cúpula, uma reunião paralela teria sido mantida, ocasião em que uma equipe da Casa Branca teria proposto apoiar a formação das forças armadas centro-africanas e aumentar sua ajuda humanitária, no caso da partida da milícia. No caso de recusa, estariam prontos a suspender todo e qualquer financiamento.

Em fevereiro de 2024, relatório da MINUSCA apresentado ao Conselho de Segurança gerou atritos entre EUA e Rússia, pois os primeiros estariam questionando, com apoio do Reino Unido, a atuação do Grupo Wagner, que invadiria competências da MINUSCA e violaria direitos com práticas como o uso indiscriminado de drones.

Ao mesmo tempo, os EUA tentam, até o momento, promover a empresa militar privada Bancroft no país, que teria interesses em minerais estratégicos como cobalto e lítio.



Desde março de 2024, aguarda-se o início da construção da nova sede da chancelaria dos EUA no país, com previsão de área total de 33 mil m².

China. A China é um dos principais destinos das exportações da RCA. Os investimentos chineses no mercado centro-africano também estão crescendo. Há acordo do governo da RCA com empresa chinesa para reabilitar a hidrelétrica de Boali II, a cerca de 100 quilômetros de Bangui.

Desde 2013, o governo chinês implementa política de facilitação de importação de produtos de países menos desenvolvidos. Em 2022, houve ampliação dessa política, com a concessão de tarifa zero a 98% das linhas tarifárias existentes, num universo de 8.786 produtos. A RCA figurou entre os países beneficiados.

Em 19 de março de 2023, nove cidadãos chineses que trabalhavam para a empresa Gold Coast Group em uma mina em Chimbolo, na região central do país, foram assassinados com sinais de execução. Enquanto o governo suspeitou tratar-se de ataque sob responsabilidade da União para a Paz na República Centro-Africana, os rebeldes da Coalizão dos Patriotas pela Mudança, também acusada pelo governo de tomar parte, afirmaram que a autoria seria do Grupo Wagner. O acontecimento motivou a embaixada da China na RCA a orientar seus nacionais a restringir deslocamentos, bem ocasionou o recebimento de voo que, cerca de duas semanas depois do ataque, repatriou cerca de 80 nacionais chineses.

Durante o Fórum de Cooperação China-África, entre 4 e 9 de setembro de 2024, a China elevou a relação com a RCA ao status de parceria estratégica.

África. No que diz respeito ao relacionamento com as nações africanas, o país, além de ser membro da União Africana, integra a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A CEMAC é organização de cunho político e econômico: os países membros compartilham moeda (o franco CFA da África Central) e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Além da República Centro-Africana, fazem parte da CEMAC Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo e Gabão.

Em 2023, a RCA exerceu a presidência de turno da CEMAC.

A CEEAC, por sua vez, além de ser foro político, tem o objetivo de formar um mercado único na África Central. O bloco abarca onze países: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo.

Quanto às relações bilaterais, há grande interesse dos países vizinhos na situação da RCA. A crise securitária centro-africana tem reflexos diretos em Cameroun, Chade, República do Congo e República Democrática do Congo, que têm recebido a maior parte dos refugiados saídos da República Centro-Africana. Sudão e Sudão do Sul também recebem grande fluxo de refugiados, embora em menor número.

Os esforços dos vizinhos para conter a crise na RCA resultaram, por exemplo, no acordo que levou à renúncia de Michel Djotodia em janeiro de 2014; e no envolvimento



do Sudão na promoção das conversações que levaram à assinatura do Acordo de Cartum, em fevereiro de 2019.

Vários países africanos têm-se engajado na RCA, como é o caso de Ruanda, Egito, Marrocos, Burundi, Senegal, Mauritânia e Zâmbia, entre outros, que estão entre os maiores contribuintes da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), em número de militares, policiais ou ambos. Ruanda é o país com mais soldados e policiais. Ressalte-se que, conforme informações disponíveis até julho de 2025, Cameroun é, entre os vizinhos da RCA, o 8º maior contribuinte em número de soldados e o 3º em número de policiais.

A formação da Aliança dos Estados do Sahel, em 2023, interpretada como ruptura de Burkina Faso, Mali e Níger com a tradicional influência francesa, é vista com receio em relação à RCA, pois haveria, em tese, a possibilidade de atração desse país, ainda mais tendo em vista a influência da Rússia.

Banco Mundial e FMI. O Banco Mundial é um dos primeiros parceiros da República Centro-Africana, cujo orçamento depende, em boa medida, da ajuda estrangeira. Durante o mandato de Han Fraeters como representante da entidade na RCA (2019-2022), o Banco procurou manter seus programas de apoio ao país, em troca de reformas sobre a transparência da gestão do Estado. Essa posição diferia dos demais parceiros internacionais da RCA, como a França e a União Europeia, que congelaram seus apoios orçamentários, ou ainda o Fundo Monetário Internacional, que, em 2021, recusou a implementação de um programa de referência, em razão da presença do grupo paramilitar privado Wagner no seio do aparelho do Estado.

A RCA lançou um Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2024-2028 e atualmente ainda busca fontes para financiá-lo. Nesse sentido, tem feito gestões junto ao BM e ao FMI e busca articular outros países africanos para fazer pressão junto aos organismos. Entre os argumentos, a RCA enfatiza os projetos atualmente em curso no país e que contam com apoio do BM, que totalizaram cerca de USD 1,2 bi.

Em 6 de junho de 2025, o FMI anunciou a liberação de empréstimo no valor de USD 58 milhões à RCA, para “responder às necessidades prolongadas da balança de pagamentos” e “manter as despesas prioritárias consagradas aos serviços públicos básicos”. O FMI enfatizou a necessidade de reforma no mercado de carburantes, hoje dependente das importações da empresa Neptune Oil, de Cameroun, como medida para favorecer a estabilidade macroeconômica.

Entre 30 de julho e 2 de agosto de 2025, realiza-se em Bangui a reunião dos governadores africanos do FMI e do BM, com a presença de 54 ministros das finanças e de representantes dos entes internacionais. Será, estima-se, a maior reunião diplomática realizada em Bangui nos últimos quinze anos.

ONU/MINUSCA. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA). Em discussão de 22/06/2022 sobre a situação na República Centro-Africana, membros do CSNU saudaram a realização do “diálogo republicano” (março de 2022) e o novo ímpeto dado



ao mecanismo regional para revitalizar o processo de paz. Ressaltou-se que a persistência de violações do cessar-fogo e de direitos humanos por diferentes atores armados se apresentam como desafios imediatos. A reunião, a delegação brasileira sublinhou (i) a realização do "diálogo republicano" como passo significativo na busca da paz; (ii) o caráter central do programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) na implementação do Acordo de Paz de 2019; e (iii) a necessidade de reforçar os mecanismos de aplicação da lei, a fim de coibir, investigar e punir violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário.

Em maio de 2023, o General zambiano Humphrey Nyone foi nomeado novo comandante da MINUSCA, sucedendo o tenente-general burkinabé Daniel Sidiki Traoré.

Em novembro de 2023, o Conselho de Segurança adotou, com 14 votos a favor (Brasil inclusive) e uma abstenção (Rússia), a Resolução 2709 (2023), que renovou, por um ano, o mandato da MINUSCA.

Em 14 de novembro de 2024, a MINUSCA foi novamente renovada, nos termos da Resolução 2759/24, para 15 de novembro de 2025. Essa Resolução manteve o atual número de integrantes e elencou com tarefas prioritárias a proteção a civis; o apoio à extensão da autoridade estatal para a integralidade do território e à integridade territorial; bons-ofícios e apoio ao processo de paz; facilitação de entrega de ajuda humanitária.

União Europeia. A União Europeia enviou à RCA, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA). O Brasil participou desta última, entre 2019 e 2023, por meio de militares incorporados ao contingente português, conforme acordo entre os Ministérios da Defesa de ambos os países. A participação brasileira encerrou-se em março de 2023. Em reunião do Comitê Militar da UE em janeiro de 2023, a situação na área de atuação da missão militar da EU foi considerada altamente instável e de "guerra ativa", e foi destacado o déficit de pessoal da missão, com redução expressiva de pessoal e ausência de comandantes em posições de liderança. Em maio de 2023, o chefe da Missão Civil de Assessoramento da União Europeia na República Centro-Africana (EUAM-RCA) convidou o Brasil a desdobrar civis nessa operação, na condição de país terceiro. Instituída pelo Conselho da UE em dezembro de 2019 e desdobrada efetivamente em Bangui no mês de agosto de 2020, a EUAM-RCA tem como mandato principal prover assistência estratégica ao Ministério do Interior e Segurança Pública da RCA e às Forças de Segurança Interna (FSI) no país, englobando polícia civil, gendarmaria (análoga a polícias militares), administração penitenciária e guardas florestais. O mandato da missão concentra-se em formar quadros em nível estratégico, com reforço das capacidades institucionais e ênfase nos direitos humanos, igualdade de gênero e sustentabilidade.

A Wild Conservation Society (WCS) é uma ONG norte-americana que tradicionalmente geriu importantes áreas de preservação no norte da RCA. Para isso, a União Europeia é seu principal financiador. Desde 2024, contudo, a ONG sul-africana African Parks vem tentando suplantá-la, e a União Europeia se questiona quanto à relevância de manter essa presença no país, considerando as dificuldades que a WCS enfrenta para



manter seu trabalho, especialmente em razão dos riscos à segurança de seu pessoal. Já a sul-africana, não por acaso, trabalha com a militarização dos espaços de preservação, o que poderia facilitar sua entrada nesse setor da RCA.

Em junho de 2025, o presidente Troadéra viajou à Bélgica para visita ao presidente do Conselho Europeu, Antonio Costa.



ECONOMIA

Com um PIB per capita próximo dos USD 390, a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do mundo. A economia do país caracteriza-se pelo predomínio do setor primário: cerca de 50% do PIB advém desse setor. A agricultura é, em geral, de subsistência. Mais de 60% da população economicamente ativa trabalha no campo. Mesmo assim, a produção de alimentos nem sempre é suficiente. O setor de serviços conheceu, nos últimos anos, relativo dinamismo, em particular na área de telefonia móvel. Em meados de 2022, o país sofreu penúria de combustíveis, sobretudo gasolina e JET-A, o querosene utilizado pelos aviões, produto estratégico no país, onde numerosos eixos rodoviários são dificilmente viáveis, em razão da estação das chuvas e da falta de segurança.

Em 16 de dezembro de 2024, realizou-se uma cúpula extraordinária da CEMAC para discutir a crítica situação econômica da região. O encontro, presidido por Paul Biya, Presidente de Cameroun, contou com a presença de líderes e representantes dos países membros, além de representantes de organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Os principais pontos discutidos foram:

- A situação econômica alarmante da sub-região;
- Pressões inflacionárias;
- Fragilidade do crescimento econômico;
- Problemas nas finanças públicas; e
- Depreciação das reservas cambiais.

Na ocasião, o presidente Paul Biya alertou para o risco de consequências desastrosas caso nenhuma ação seja tomada e pediu mais solidariedade e apoio dos parceiros de desenvolvimento. Ao final da cúpula, os chefes de Estado adotaram um roteiro para enfrentar os desafios econômicos.

Comércio internacional. Em 2023, a República Centro-Africana era a 170ª economia do mundo em termos de PIB (US\$ 2,56 bilhões) e a 193ª economia em termos de PIB per capita (US\$ 2,56 bilhões). As exportações do país estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira e ouro são as principais mercadorias da pauta exportadora, seguida da venda de diamante. As importações, por sua vez, são diversificadas, uma vez que a RCA importa quase tudo do que precisa. Com o fim do embargo imposto pelo CSNU, em dezembro de 2024, os integrantes do Processo de Kimberley decidiram levantar as restrições à comercialização de diamantes da RCA, o que significa a reinserção formal do país no mercado global dessa pedra preciosa.

China, Cameroun e França são as principais origens das importações centro-africanas. Emirados Árabes Unidos, China e França estão entre os principais destinos das exportações.

Exportações:



As principais exportações da República Centro-Africana no ano de 2023 foram ouro (US\$ 113 milhões), madeira em bruto (US\$ 51,1 milhões), diamantes (US\$ 21,8 milhões), madeira serrada (US\$ 20,7 milhões) e veículos automotores; peças e acessórios (US\$ 3,1 milhões).

Os principais destinos foram Emirados Árabes Unidos (US\$ 123 milhões), China (US\$ 31,7 milhões), França (US\$ 13,1 milhões), Turquia (US\$ 12,3 milhões) e Bélgica (US\$ 9,81 milhões).

Importações:

Em 2023, as principais importações da República Centro-Africana foram petróleo refinado (US\$ 109 milhões), automóveis (US\$ 36,3 milhões), medicamentos embalados (US\$ 35,2 milhões), vacinas, sangue, antissoros, toxinas e culturas (US\$ 30,9 milhões) e tanques e veículos blindados (US\$ 26,3 milhões).

As principais origens foram China (US\$ 132 milhões), Cameroun (US\$ 115 milhões), França (US\$ 70,7 milhões), Bélgica (US\$ 47 milhões) e Côte d'Ivoire (US\$ 46,3 milhões).

Energia. Boa parte da oferta primária total de energia na República Centro-Africana corresponde à biomassa tradicional (sobretudo madeira). Quando à energia hidrelétrica, as principais usinas encontram-se em Boali, 100 quilômetros a noroeste de Bangui.

Programa de investimentos 2016-2030 da ENERCA, companhia energética centro-africana, prevê a implementação de diversos projetos de geração, a partir de usinas térmicas (30MW), hidrelétricas (372 MW) e centrais de energia fotovoltaica (130 MW), e de transmissão. O custo total do programa chegaria a USD 3,7 bilhões.

A República Centro-Africana importa 100% dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de estocagem. Sondagens intermitentes de empresas como Shell, Conoco e Chevron, iniciadas na década de 1980 e interrompidas definitivamente em 2003, não redundaram na comprovação de reservas de petróleo economicamente viáveis. A maior parte do petróleo consumido no país é importada do Cameroun, pela empresa Neptune Oil, que detém o monopólio da operação. Inicialmente, o FMI suspendeu parcela de auxílio financeiro prevista para dezembro de 2024, por entender que as transações com a empresa de Cameroun não eram suficientemente transparentes e que o setor demandaria reformas. Entretanto, conforme exposto antes, em junho de 2025 o valor foi liberado, ainda que persistam as críticas do FMI.

Há estimativas oficiais sobre a existência de reservas de carvão mineral na região de Zako, onde teria sido identificado potencial equivalente a 2,9 milhões de metros cúbicos de linhito.

Dados macroeconômicos. A balança comercial da RCA apresenta déficit estrutural, decorrente do padrão de comércio exterior do país (exportação de produtos primários e importação de manufaturados). No entanto, a RCA tende a apresentar saldo positivo na balança de transações correntes, pois as transferências unilaterais e as contribuições dos países doadores são geralmente maiores do que os déficits nas outras rubricas.



Depois da brutal recessão de 2013, resultante do conflito interno, que levou à redução do PIB em mais de 36%, a RCA voltou a registrar crescimento a partir de 2014, embora relativamente modesto no contexto africano – mantendo-se no intervalo entre 3% e 5% ao ano, no período de 2015 a 2019. O déficit público reduziu-se de 69,2% do PIB em 2014 para 48,5% em 2018. Em 2024, o crescimento do PIB foi de 1,1% e a dívida pública se encontrava em 60,7% do PIB.

Efeitos do conflito no Sudão (2023). Relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) alertou para o aumento da insegurança alimentar na República Centro-Africana provocado pelo conflito no Sudão, país vizinho. À época, segundo o documento, a insegurança alimentar deveria atingir nível crítico até o final do verão de 2023 na RCA, caso uma resposta adequada não fosse fornecida. A região norte do país, segundo a agência, já sofria insegurança alimentar aguda, o que seria ainda mais agravado.

Por causa da insegurança reinante ao longo da fronteira, as trocas comerciais entre a RCA e o Sudão encontram-se gravemente afetadas, o que provocou um grande aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade. O Sudão abastece várias cidades da RCA, particularmente Birao, na prefeitura da Vakaga, e Ndélé, na de Bamingui-Bangoran. Segundo relatório sobre as necessidades humanitárias para 2023, publicada em novembro de 2022, cerca de 120.000 pessoas encontram-se necessitadas de ajuda e de proteção no norte da RCA. O OCHA alerta que a situação pode se tornar mais grave, já que as localidades fronteiriças se encontram em uma região sujeita a inundações. A Agência da ONU indicou ainda que a comunidade humanitária trabalha com afimco a fim de assegurar que as pessoas em situação de calamidade recebam a ajuda necessária em tempo oportuno, nomeadamente adaptando as disposições logísticas existentes à situação.



MAPA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República Centro-Africana
Gentílico:	Centro-africano
Capital:	Bangui
Área:	622.984 km²
População (OMS, 2023):	5,15 milhões
Língua oficial:	Francês e sangô
Principais religiões:	Cristianismo (50%); crenças tradicionais (35%); Islamismo (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional, com 105 membros.
Chefe de Estado:	Faustin-Archange Touadéra (desde março de 2016)
Chefe de Governo:	Primeiro-ministro Félix Moloua
Chanceler:	Sylvie Baipo Temon (desde dezembro de 2018)
PIB (BM, 2024):	USD 2,75 bilhões
PIB PPC (BM, 2024):	USD 6,74 bilhões
PIB per capita (2024):	USD 516,2
PIB PPC per capita (2024):	USD 1,11 mil
Variação do PIB (BM):	1,5% (2024); 0,7%(2023) 0,5% (2022); 1% (2021); 0,9% (2020); 3,1% (2019); 3,8% (2018); 4,5% (2017); 4,7% (2016); 4,3% (2015); 0,1% (2014)
IDH (PNUD, 2022):	0,387 (191º)
IHDI (PNUD, 2022):	0.222
Expectativa de vida (OMS, 2021):	52,3 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	36,8%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	6,5%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF); Sango Coin
Embaixador em Brasília	Martial Ndoubou (não residente)
Embaixador em Bangui:	Renato Soares de Menezes (residente em Brazzaville)
Comunidade brasileira estimada	5

INTERCÂMBIO COMERCIAL (milhares de USD, FOB)											
Fonte: MDIC/SECEX											
Brasil – RCA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	2.321	1.779	6.401	1.026	1.075	3.112	3.752	3.960	37.659	7.069	3.225
Exportações	2.223	1.737	6.198	1.015	1.069	3.108	3.750	3.905	37.600	7.000	3.167
Importações	98	42	203	11	6	5	2	56	59	68	58



Saldo	2.125	1.695	5.995	1.004	1.063	3.103	3.748	3.849	37.541	6.932	3.109
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------	-------



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****Secretaria de África e Oriente Médio (SAOM)****Departamento de África (DEAF)****Divisão de África Central e Ocidental (DIACO)****REPÚBLICA DO CONGO****Julho de 2025**

Avulso da MSF 62/2025 [32 de 59]



SUMÁRIO

SUMÁRIO

2

PERFIS BIOGRÁFICOS

3

RELAÇÕES BILATERAIS

5

RELAÇÕES POLÍTICAS

5

RELAÇÕES ECONÔMICAS

8

ASSUNTOS CONSULARES

10

POLÍTICA INTERNA

11

POLÍTICA EXTERNA

14

ECONOMIA

23

MAPA

26

DADOS BÁSICOS

27

INTERCÂMBIO COMERCIAL

27



PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Denis Sassou N’Guesso



Nasceu na cidade de Edou, em 23 de novembro de 1943. Ingressou no Exército em 1960 e filiou-se ao Partido Congolês do Trabalho (PCT) em 1970. Em 1975, foi designado Ministro da Defesa. Em 1977, dirigiu interinamente o país por pouco mais de duas semanas, após o assassinato do presidente Marien Ngouabi. O então coronel N’Guesso assumiu a Presidência da República em 1979 e ocupou o cargo até 1992, quando foram realizadas eleições presidenciais, nas quais alcançou o terceiro lugar. Após exílio em Paris (1994-1996), retornou ao Congo para disputar as eleições presidenciais de 1997. No contexto da guerra civil que se seguiu ao adiamento do pleito, tomou controle de Brazzaville e assumiu a Presidência da República em outubro de 1997. Elegeu-se presidente após a promulgação de nova Constituição, em 2002, e reelegeu-se em 2009, 2016 e 2021.

Primeiro-ministro Anatole Collinet Makosso



Nasceu em 11 de março de 1965 em Pointe-Noire, República do Congo. Obteve bacharelado em 1986. Possui licenciatura em Direito Público pela Universidade Marien Ngouabi, em Brazzaville, na qual é professor pesquisador desde 2010. No mesmo ano, concluiu pós-doutorado em Direito na Universidade Pantheon-Assas. Na década de 1990, foi nomeado Conselheiro Político do Prefeito de Kouilou e, em seguida, Diretor do Gabinete. De 1998 a 2011, assumiu o posto de Conselheiro do Presidente Denis Sassou N’Guesso. Entre os anos de 2011 e 2016, exerceu a função de Ministro da Juventude e Instrução Cívica. Em seguida, ocupou o cargo de Ministro da Educação Primária e Secundária de 2015 a 2021. Foi nomeado Primeiro-ministro em 12 de maio de 2021.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e dos Congolese no Exterior, Jean-Claude Gakosso



Nasceu em 25 de julho de 1957, em Inkouélé, no centro da atual República do Congo. Estudou na antiga União Soviética, onde obteve diploma de Mestrado e de Estudos Aprofundados em Jornalismo na Universidade de Leningrado. Doutorou-se em Ciência da Informação e da Comunicação, em menção honrosa, na Universidade de Paris II. Tornou-se assessor do Presidente Denis Sassou N’Guesso em 1991. De 1997 a 2002, foi Assessor Especial do Presidente e Chefe do Departamento de Comunicação, Correios e Telecomunicações do Congo. Foi nomeado Ministro da Cultura, Artes e Turismo em 1992. Elegeu-se deputado em 2007 e 2012. Foi nomeado Ministro



dos Negócios Estrangeiros em 10 de agosto de 2015.

Avulso da MSF 62/2025 [35 de 59]



RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês, Denis Sassou N'Guesso, visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista bilateral. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao Brasil.

Em outubro de 2007, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para apoio à produção de cana de açúcar. No mesmo mês, o Decreto Presidencial 6.235 criou a Embaixada do Brasil em Brazzaville, que começou a funcionar efetivamente no segundo semestre de 2008. Nesse ano, foi aberta a embaixada do Congo em Brasília.

Também em 2007 teve lugar a segunda sessão da Comissão Mista bilateral, em Brasília; a terceira sessão foi realizada em 2009, em Brazzaville. Em setembro de 2022, o lado brasileiro informou não haver data disponível, no último trimestre daquele ano, para a realização da quarta sessão da Comissão Mista, e que novas data e agenda seriam propostas oportunamente.

Em agosto de 2018, o titular congolês da pasta de Esportes e Educação Física, Hugues Ngouelondele, veio ao Brasil e reuniu-se com seu homólogo para discutir possibilidades de cooperação técnica.

Em março de 2023, a Ministra do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Sustentável e da Bacia do Congo da República do Congo, Arlette Soudan-Nonault, veio ao Brasil com o objetivo precípua de transmitir ao governo brasileiro convite para a II Cúpula das Três Bacias (Amazônica, do Congo e de Borneo-Mekong). Durante a visita, avistou-se com o senhor Presidente da República e com o Ministro das Relações Exteriores, além de outras autoridades brasileiras, ademais de participar de almoço, já previsto para a data, com embaixadores africanos no Palácio Itamaraty.

A Ministra dos Assuntos Sociais, da Ação Humanitária e da Solidariedade, Irène Marie Cécile Mboukou-Kimbatsa visitou o Brasil de 10 a 14 de abril de 2023, a fim de conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seu vínculo com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil.

O presidente Denis Sassou N'Guesso visitou o Brasil em agosto de 2023, a fim de participar, em Belém, da Cúpula da Amazônia. À margem do evento, em 9 de agosto, manteve encontro bilateral com o senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.



Em 5 e 6 de outubro de 2023, o chanceler Jean-Claude Gakosso foi recebido, pela Secretária-Geral e pelo Ministro das Relações Exteriores, ocasião em que conversaram sobre áreas prioritárias para a cooperação bilateral, meio ambiente e mudança do clima. Entre 19 e 24 de maio de 2025, o Ministro da Agricultura, da Pecuária e da Pesca congolês, Paul Valentin Ngobo, esteve em Brasília para participar do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Em 23 de julho de 2025, a Embaixada do Brasil em Brazzaville recebeu nota verbal comunicando a adesão da República do Congo à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Cooperação técnica. A cooperação técnica do Brasil com o Congo está amparada no Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural firmado pelos dois países em 1981. A República do Congo já recebeu cooperação brasileira em diferentes áreas, como produção de cacau, cultivo da palma africana e combate à AIDS, entre outras.

A República do Congo é um dos 40 países em desenvolvimento contemplados por projeto de cooperação técnica triangular Brasil-Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)-Japão voltado à capacitação internacional para fortalecimento da gestão de cooperação Sul-Sul e Trilateral/Triangular.

No âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral, o Brasil pilota, em coordenação com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. O principal objetivo é reforçar a capacidade e os conhecimentos a nível nacional em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional. A previsão atual é de que o projeto durará até 30 de dezembro de 2026, sendo que o último ato praticado até o momento foi, em abril de 2023, a visita autofinanciada de representantes do governo da República do Congo (Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social), chefiada pela Ministra de Desenvolvimento Social daquele País, além de representantes dos escritórios do PMA da África do Sul e do Congo.

Ainda em cooperação trilateral, o Congo tem projeto de financiamento de cooperação Sul-Sul intitulado *“Enhancing Family Farmers’ Access to Local Markets in the Republic of Congo through South-South Cooperation”*. A gestão desse projeto é responsabilidade do UNOSSC. No Brasil, as instituições envolvidas são o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A previsão é de que o projeto será finalizado em 31 de outubro de 2025.

Cooperação educacional. Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congolese vêm-se beneficiando das vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os países também cooperam por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Até 2023, 187 estudantes congolese haviam sido selecionados, enquanto em 2024 e 2025 mais 375 foram escolhidos.



Cooperação humanitária. O Brasil costuma oferecer, periodicamente, doações de produtos farmacêuticos ao Governo da República do Congo, para combate a doenças como tuberculose e hepatite B, de acordo com as necessidades congoleesas bem como com a disponibilidade dos estoques dos medicamentos oferecidos.

Em março de 2010, o Brasil realizou doação de USD 200 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com o fim de que este adquirisse bens considerados prioritários pelo Governo da República do Congo para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala.

Em 2011, o Brasil voltou a contribuir com a segurança alimentar dos refugiados.

Em 2012, foram efetuadas doações de medicamentos ao país africano, como contribuição ao tratamento das vítimas de explosão acidental de depósito de armamentos ocorrida em Brazzaville, no mês de março daquele ano.

Em 2020, o Brasil efetuou doação humanitária, por intermédio do PMA, de USD 75 mil ao Congo para aquisição de equipamentos médico-sanitários, no contexto do enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Em março de 2023, o governo congolês indicou aceitação de oferta brasileira de doação humanitária de medicamentos para tratamento das hepatites virais.

A convite do Governo brasileiro, que custeou a viagem, a República do Congo participou da VIII edição da Jornada Africana da Alimentação Escolar que se realizou em Adis Abeba, no período de 28 de fevereiro a primeiro de março de 2023. O país foi representado por Félicité Hortense Koukengue Matsanga, Diretora de Alimentação Escolar do Ministério do Ensino Pré-escolar, Primário, Secundário e da Alfabetização.

Cooperação em defesa. A convite do Brasil, a República do Congo participou da VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em Mindelo, Cabo Verde, de 17 a 18 de abril de 2023.

Em 2024, o Congo enviou militar congoleesa para participar da 12ª edição do Curso de Operações de Paz para Mulheres, realizada no Rio de Janeiro pelo Centro de Operações de Paz de Caráter Naval. O Curso vem sendo organizado pelas Forças Armadas do Brasil, Ministério da Defesa, em coordenação com a ABC/MRE. Em 2025, a previsão é de que o Curso seja realizado no fim de agosto, mas por ora o Congo não figura entre os países a serem convidados.

O Brasil tem convidado regularmente a República do Congo a participar da Operação GUINEX (anos de 2023, 2024 e 2025), que tem como propósito incrementar a parceria entre a Marinha do Brasil e as Marinhas e Guardas Costeiras dos países da região do Golfo da Guiné, com atividades conjuntas de assessoramento e treinamento, com foco no combate à pirataria e a outras atividades marítimas ilícitas na região. A República do Congo tem sempre respondido de forma positiva aos convites.

Candidaturas. A República do Congo manifestou interesse na admissão do país como Observador Associado na CPLP. Durante 2024, a chancelaria congoleesa realizou



gestões junto à embaixada para obter auxílio na formalização do pedido de adesão do Congo à CPLP, na condição de observador associado, inclusive quanto às formalidades a serem seguidas. Durante a 268ª Reunião do Conselho de Concertação Permanente, em 27 de março de 2024, o representante angolano frisou que a admissão do Congo é vista por seu país como “um assunto politicamente muito importante”.

Em anos recentes, as principais candidaturas brasileiras endossadas pela República do Congo foram para o Comitê de Direitos Humanos (CCPR), mandato 2023-2026 (a República do Congo apoiou o Brasil de forma unilateral); o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2024-2026 (a República do Congo declarou verbalmente que apoiou o Brasil; o apoio não foi formalizado por escrito); e a Junta de Auditores (BoA), mandato 2024-2030 (a República do Congo apoiou o Brasil de forma unilateral).

Temas culturais. Nos últimos anos, as comemorações da Data Nacional do Brasil têm sido ocasiões para apresentar traços culturais brasileiros e comuns aos dois países. Em 2022, quando se comemorou o bicentenário da independência do Brasil, apresentaram-se a cantora lírica Janette Dornelles e o pianista Thales Silva, procedentes de Brasília, com canções de origem africana. Em 2023, houve apresentação musical da simbiose Samba Brasileiro e Rumba Congoleza, com o grupo congolês “*Djason le Philosophe et Super Nkolo*”. Já em 2024, houve apresentação do duo brasileiro de violinistas Sávio e Cecília Santoro, procedentes de Recife, e da cantora congoleza Pie d’Or.

Em 10 de dezembro de 2024, o Brasil fez doação de mais de cem livros, relacionados à história brasileira, da coleção “Biblioteca Básica Brasileira” da Fundação Darcy Ribeiro, para a Biblioteca do Memorial Pierre Savorgnan de Brazza. A doação foi objeto de notícia na mídia local, tanto na imprensa quanto na televisão. Prevê-se a inauguração da Biblioteca ainda em 2025.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. Até 2021, o recorde no comércio bilateral havia ocorrido em 2012, quando o intercâmbio total chegou a USD 313 milhões. Em 2021, o fluxo de comércio foi equivalente a USD 60,5 milhões, inteiramente correspondentes às exportações brasileiras.

Em 2022, novo recorde na corrente bilateral foi registrado: USD 513,6 milhões, devido ao expressivo crescimento das importações brasileiras originárias do país africano, que alcançaram USD 450 milhões, constituindo 88% da corrente de comércio bilateral. O crescimento do fluxo bilateral não se manteve no ano de 2023, registrando uma redução de 40%.

No ano de 2024, o comércio bilateral registrou um fluxo de USD 215,1 milhões, o que marca uma queda de 30,5% em relação ao ano anterior. Houve um *superávit* a favor do Brasil, com um saldo de USD 25 milhões, registrando um aumento de 118% em comparação a 2023.

As exportações brasileiras alcançaram nesse ano o patamar de USD 120 milhões, sendo este o maior valor registrado no decênio, com um aumento de 36,9% com relação a 2023. A pauta de exportações brasileiras foi composta principalmente por carnes de



aves (47,4%). Outros produtos foram açúcares e melaços (10,7%); outras carnes e miudezas comestíveis (6,9%); e despojos comestíveis de carnes (4,5%).

Quanto às importações provenientes do Congo em 2024, nota-se uma significativa redução em relação aos valores dos dois anos anteriores. As importações totalizaram USD 95 milhões, uma redução de 57,2% em comparação com 2023. A pauta importadora concentrou-se exclusivamente no petróleo.

Investimentos. Quanto aos investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença, no país, da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. O parque industrial de Maloukou, cedido aos fundos de investimentos ruandeses Crystal Ventures Ltd, foi construído pela Asperbras, e abriga unidades de produção de materiais de construção, tais como canos de PVC; chapas galvanizadas; barras em betão armado; cabos elétricos; e tijolos em argila. O parque fica situado a cerca de 60km a nordeste de Brazzaville.

Em 2019, o Congresso de Dirigentes de Empresas do Congo manifestou à Embaixada do Brasil em Brazzaville o interesse em realizar parcerias com empresas brasileiras na área agrícola. No passado, construtoras brasileiras também atuaram no cenário congolês.

Em janeiro de 2022, o presidente Denis Sassou N’Guesso inaugurou, em Pointe-Noire, capital financeira e econômica do país, o hospital geral de Ngoyo. Trata-se do segundo hospital inaugurado no âmbito de programa destinado a dotar o Congo de doze infraestruturas sanitárias de alto padrão; o primeiro foi inaugurado em Brazzaville em 2021. Ambos foram construídos e equipados pela empresa brasileira Asperbras, que tem filial na capital congoleza.

Em novembro de 2022, o presidente N’Guesso – que desenvolve atividade privada de criação de gado – compareceu ao desembarque, no porto de Pointe-Noire, de mais de três mil bovinos da raça Nelore provenientes do Brasil, em operação comercial conduzida pela Asperbras. A Asperbras, além disso, participou nos últimos anos em projetos de abertura de poços artesianos e de construção de pequenas fábricas para fabricação de itens como telhas ou fiação elétrica.

A Andrade Gutierrez foi a primeira empresa a se instalar no Congo, em 1983, e hoje mantém uma representação no país e realiza projetos rodoviários no norte do território congolês.

Em junho de 2025, o diretor geral da Aviatrade Business Congo procurou a Embaixada do Brasil com interesse de adquirir quatro aeronaves da Embraer, duas para transporte de passageiros (modelo 145) e duas para sobrevoos em florestas e áreas de mineração (modelo 120). Foi transmitido o contato da empresa brasileira e o dirigente congolês informou ao posto que efetivaria as compras e treinaria o pessoal necessário na subsidiária italiana da Embraer.

Produtos de defesa. Têm havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo da República do Congo, a exemplo da Taurus Armas S.A., que em 2022 solicitou autorização para negociar com o país. Essas empresas



identificaram oportunidades relativas ao suprimento de munição, armas e equipamentos para as forças de segurança congoleesas.

Dívida soberana. O Congo foi um dos países beneficiados pela decisão do governo brasileiro de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. A dívida congoleesa com o Brasil chegou a USD 352 milhões em 2010, tendo diminuído para USD 234 milhões pouco depois, em virtude de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris. Posteriormente, contrato de renegociação de dívida bilateral estabeleceu que o saldo remanescente seria de pouco mais de USD 118 milhões. Em outubro de 2019, a dívida consolidada da República do Congo era de cerca de USD 93 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na República do Congo é calculada em cerca de 60 pessoas, a maioria composta por funcionários da empresa Asperbras. Não há registro de cidadãos brasileiros presos. O único incidente consular registrado até julho de 2025 foi pedido de assistência de brasileiro gravemente enfermo por COVID-19.



POLÍTICA INTERNA

Histórico. Ex-colônia da França, a República do Congo obteve sua independência em 1960. A vida política do país, em sua primeira década, foi marcada por instabilidades. Em 1968, o capitão Marien Ngouabi tomou o poder, formou um governo de esquerda apoiado no Partido Congolês do Trabalho (PCT) e inaugurou regime de partido único. Ngouabi foi assassinado em 1977 e o país passou a ser governado por uma junta militar, até que, em 1979, o coronel Denis Sassou N’Guesso, também ligado ao PCT, assumiu a Presidência da República, permanecendo no poder até 1992, quando se iniciou processo de abertura política e econômica.

No pleito realizado em 1992, elegeu-se Presidente Pascal Lissouba – com o apoio, no segundo turno, do PCT de Sassou N’Guesso, que alcançara apenas a terceira posição no primeiro turno. Em 1993 e 1994, o país viveu sua primeira guerra civil, iniciada por confronto entre forças do governo e da oposição no contexto das eleições legislativas.

Em 1997, às vésperas de novas eleições presidenciais, Sassou N’Guesso despontava como favorito. A escalada das tensões no país e as perspectivas de derrota levaram Lissouba a adiar o pleito, o que teve como consequência o início da segunda guerra civil congoleza.

Em outubro de 1997, as forças de Sassou N’Guesso tomaram o poder. Os conflitos, porém, durariam até o fim de 1999. Nova Constituição foi redigida por um Conselho Nacional de Transição e aprovada em referendo em janeiro de 2002 por 84% dos votantes. Sassou N’Guesso foi eleito logo depois, com 70% dos votos para mandato de sete anos. Em 2009, foi reeleito com 78% dos votos. Em 2016, reelegeu-se novamente, em primeiro turno, com 60% dos votos. Por fim, em 2021, ocorreu a mais recente reeleição de N’Guesso, com cerca de 88% dos votos.

Forças políticas. O Partido Congolês do Trabalho (PCT) constitui a principal força política do país. Com exceção de parte da década de 1990, o PCT está no poder desde sua fundação, em 1969. O Partido adotou, até a queda da União Soviética, ideologia marxista-leninista. Daí em diante, assumiu linha próxima do socialismo democrático. Com o apoio de partidos menores, o PCT forma a coalizão chamada União para a Maioria Presidencial.

A União Pan-Africana para a Democracia Social (UPADS), do ex-Presidente Pascal Lissouba, que governou entre 1992 e 1997, e o Movimento Congolês pela Democracia e o Desenvolvimento Integral (MCDDI) são os principais partidos organizados de oposição, com base nos resultados das últimas eleições presidencial (2021) e parlamentar (2022).

Instituições. República semipresidencialista, o Congo é um Estado unitário, dividido em 15 departamentos. O Parlamento é bicameral. O Senado é formado por 72 membros, ao passo que a Assembleia Nacional conta com 152 deputados. O PCT e seus aliados dispõem de ampla maioria nas duas câmaras. O Judiciário congolês conta com uma Corte Suprema, uma Corte Constitucional e uma Alta Corte que julga crimes de traição contra o Presidente e casos envolvendo altas autoridades durante seus mandatos.



Quanto a seu financiamento, o estado congolês obtém a maior parte de seus recursos com a taxaço da exploraço de petrleo.

Cenário atual. Nas eleiçoes presidenciais mais recentes, realizadas em 21 de março de 2021, o presidente Sassou N’Guesso foi reeleito para um quarto mandato, com 88,4% dos votos válidos no primeiro turno. A reeleiço para o terceiro mandato, em 2016 (com 60% dos votos válidos no primeiro turno), ocorreu após referendo, em 2015, de nova Constituio que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos, aboliu a proibio a que maiores de 70 anos disputassem a Presidncia, reduziu o mandato presidencial para cinco anos (em vez de sete) e criou o cargo de Primeiro-Ministro, entre outras medidas.

Em 4 de abril de 2016, pouco depois da declarao oficial dos resultados da votao, houve distúrbios em Brazzaville, que o governo atribuiu a ataque realizado por grupo miliciano. Dois dias depois, o segundo colocado nas eleiçoes, Guy Brice Parfait Kolélas, que concorrera pelo MCDDI, anunciou que aceitava o resultado. Em 2017, eleiçoes legislativas para a Assembleia Nacional, o Senado e os Conselhos departamentais e municipais resultaram, mais uma vez, em significativa vitória do PCT.

Antes do pleito presidencial de 2021, houve propostas, inclusive de alguns líderes opositores, de extenso do mandato presidencial até 2023, sob a condio de que o Presidente Sassou N’Guesso não se candidatasse novamente. Todavia, em seu mais recente Congresso Ordinário, em dezembro de 2019, o PCT recomendou nova candidatura do atual Presidente. Pierre Moussa, novo Secretário-Geral do partido, rechaço a proposta de adiamento das eleiçoes presidenciais.

Foi realizado em 10 de julho de 2022 o primeiro turno das eleiçoes legislativas no país. Cerca de dois mil candidatos – um recorde – concorreram a 151 assentos na Assembleia Nacional. O Partido Congolês do Trabalho (PCT), do presidente N’Guesso e seus aliados, apresentou o maior número de candidatos – muitos dos quais são familiares de membros do governo, incluindo três filhos do chefe de Estado –, seguido pelos partidos independentes e os da oposio. O PCT conquistou, ao fim do primeiro turno, 102 cadeiras, enviando ainda 14 candidatos ao segundo turno. Este realizou-se em 31 de julho de 2022 e consagrou a vitória esmagadora do partido oficialista, que somou 112 cadeiras na nova legislatura.

Em 28/11/2024, por ocasio do 66º aniversário da independência do país, o presidente N’Guesso proferiu discurso de “Estado da Naço”, em que frisou os desafios internos enfrentados em 2024, como desemprego juvenil, falhas nos serviços de água e eletricidade, atrasos no pagamento de pensionistas e bolsas estudantis, e a necessidade de reformas estruturais para superar a crise econômica. Apesar disso, apresentou perspectivas positivas para 2025, enfatizando esforços conjuntos para restabelecer equilíbrios nesses setores. No plano externo, reafirmou o compromisso do Congo com questões climáticas e ambientais, além de destacar a abertura do país para cooperaço bilateral e multilateral, baseada no respeito mútuo e na soberania nacional.

Há previsao de eleiçoes presidenciais para março de 2026 e legislativas para julho de 2027. O atual presidente disputará a reeleiço. Em maio de 2025, oito partidos menores de oposio, liderados pelo Partido Social-Democrata Congolês (PSDC), criaram a



coalização denominada “Agrupamento de Força pela Mudança”. No mês seguinte, quinze partidos de oposição, incluindo o PSDC, foram impedidos de concorrer nas eleições de 2026, por meio de sua remoção da lista nacional de partidos reconhecidos.

Milícias opositoras no Departamento do Pool. Depois das eleições de 2016, intensificaram-se as atividades combativas das milícias revoltosas conhecidas como “Ninjas”, inspiradas na ação insurgente do líder rebelde Frédéric Bintsamu, mais conhecido como Pastor Ntoumi. Após a ação de 4 de abril de 2016 em Brazzaville, emboscadas e atentados nos arredores de Kinkembo, Departamento do Pool, em 30 de setembro do mesmo ano, teriam resultado na morte de vários agentes públicos. Outras 14 pessoas teriam perdido a vida em ataque à estação ferroviária de Mindouli, 200 km ao sul da capital congolesa. Na ocasião, um trem de abastecimento teria sido saqueado e incendiado pelas ditas milícias em operação relâmpago, presumivelmente profissional. Essas ações foram precedidas por ataques rebeldes igualmente sangrentos a ambulâncias, ônibus e veículos variados nas localidades de Voulia e Siassia, distantes de 40 km de Brazzaville.

Em dezembro de 2017, foi anunciado acordo de cessamento das hostilidades entre o governo e os rebeldes. O Acordo de Kinkala foi progressivamente restabelecendo a normalidade no Departamento do Pool. Desde então, até julho de 2025, não houve notícias de novas revoltas dos rebeldes.



POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, a República do Congo implementou política externa caracterizada pelo alinhamento aos países socialistas. Na década de 1980, passou a adotar postura mais pragmática e procurou fortalecer o relacionamento com a França, principal fonte de ajuda externa e sede da maior empresa em operação no país, a Total. O colapso do comunismo no Leste Europeu reforçou essa reorientação e a aproximação, também, com os Estados Unidos.

O país também dá grande ênfase às relações com os demais países da África. Além de ser membro da União Africana, o Congo integra as organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), responsável pela gestão da moeda regional, o franco CFA central (XAF), e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Ademais, assinou em 21 de março de 2018 o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), ratificado por Brazzaville em fevereiro de 2020.

O Congo tem buscado, nos últimos anos, diversificar suas parcerias. Nesse contexto, tem-se aproximado de países como Brasil, China, Turquia, Índia e Rússia. A China, em particular, tem investido fortemente nos setores petrolífero, florestal e mineiro no Congo.

Entorno regional. As relações com os países vizinhos ocupam importante parte da agenda externa do Congo, que se apresenta como agente promotor da paz na região.

Com **Angola**, o Congo mantém estreitos laços de amizade, que remontam ao período da luta angolana pela independência, quando muitos integrantes dos movimentos emancipacionistas buscaram refúgio em território congolês. Mais tarde, quando da guerra civil congolesa, Luanda enviou 2.500 homens ao Congo, que contribuíram para a vitória de Sassou N’Guesso no conflito. Em 2013, contudo, registrou-se incidente quando tropas angolanas chegaram a ocupar brevemente áreas do Congo próximas à fronteira. Aparentemente, a movimentação dos soldados de Angola estava relacionada a operação na província angolana de Cabinda. Angola tem manifestado bastante interesse, no âmbito da CPLP, na possibilidade de o Congo se tornar observador na organização internacional. Em 2023, o presidente angolano realizou breve visita de trabalho ao Congo, com ênfase na discussão sobre a situação política crítica do Gabão.

O Congo compartilha fronteira de 1.500 km com a **República Democrática do Congo (RDC)**, fator que explica o grande interesse mútuo. Nos anos que se seguiram à descolonização, os dois países estiveram em lados opostos no quadro de alianças no contexto da Guerra Fria. O relacionamento experimentou relativa distensão depois do colapso do bloco soviético e das transformações regionais na África Central, na década de 1990. De todo modo, o intercâmbio entre as populações dos dois países sempre foi intenso. Nos últimos anos, a situação da diáspora da RDC no Congo constitui motivo de preocupação na relação entre Brazzaville e Kinshasa. Dezenas de milhares de cidadãos da RDC vivem e trabalham atualmente na República do Congo, em muitos casos em situação irregular. As duas capitais estão a menos de 10 quilômetros de barco de distância, de modo que crises na RDC têm sempre potencial de afetar o vizinho.



Pouco depois de tomar posse, o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, realizou visita a Brazzaville em fevereiro de 2019, encerrando um primeiro périplo africano que o levara também a Angola e ao Quênia. A viagem constituiu importante sinalização positiva para o relacionamento bilateral.

Durante 2024, houve relativas tensões entre os dois países, devido a posicionamentos de Brazzaville em relação a Ruanda. Um exemplo dessas tensões foi, em meados de 2024, a celebração de acordo bilateral de cessão de terras cultiváveis do Congo para Ruanda, que causou estranhamento a Kinshasa.

Em dezembro de 2024, o Presidente Sassou N’Guesso recebeu visita do homólogo da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, e enfatizou o apoio da República do Congo ao processo de Luanda, relativo aos conflitos no leste da RDC.

O Presidente Sassou N’Guesso tem desempenhado papel relevante no encaminhamento da crise política e securitária que afeta a **República Centro-Africana (RCA)** desde dezembro de 2012. O Congo deslocou soldados para a RCA no âmbito da Força Multinacional da África Central (FOMAC), ligada à CEEAC. Também mantém contingente de mais de cem agentes policiais na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). O cessar-fogo firmado em 2014 entre os grupos “Ex-Séléka” (coalizão de milicianos que tomaram o poder em 2013 na RCA) e as milícias “anti-balaka” (de oposição à “Séléka”) foi assinado em Brazzaville.

As relações com **Ruanda** estão sustentadas por vários acordos de cooperação que envolvem meio ambiente, desenvolvimento sustentável, ensino superior, aduana, forças militares, segurança e imigração. O fundo de investimento ruandês Crystal Ventures Ltd. administra o importante parque industrial de Maloukou e tem planos de investimentos vultosos em infraestrutura no Congo. A última visita de um chefe de estado ruandês ao Congo ocorreu de 11 a 13/04/2022 (a anterior ocorrera em 2010), quando o presidente Paul Kagamé discursou no Parlamento e visitou Brazaville e Oyo, terra natal de Denis Sassou N’Guesso. Os dois países mantêm Comissão Mista, cuja quinta reunião se deu por videoconferência em 24/11/2021. Em 2024, o acordo entre Ruanda e República do Congo para cessão de terras agricultáveis congolezas gerou polêmica com a RDC, conforme mencionado anteriormente. Ressalte-se, também, que o Presidente Sassou N’Guesso tem assumido papel de destaque nas discussões, no âmbito da **União Africana**, sobre a situação na **Líbia**. Em janeiro de 2020, realizou-se em Brazzaville Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Comitê de Alto Nível da União Africana para a Líbia.

Em relação à **União Africana**, a República do Congo sediou, em julho de 2024, a Primeira Conferência Internacional sobre Arborização e Reflorestamento (CIAR1). Esse evento resultou de decisão da UA em fevereiro de 2023, adotada na 36ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo da UA, que formalizou o projeto “Década Africana e Mundial da Arborização e Reflorestamento”, para o período 2025-2035. O Brasil foi representando pelo chefe da Embaixada. Em linhas gerais, o evento suscitou debates importantes sobre a preservação da bacia do Congo e sobre a proteção ambiental em geral.



Organizações sub-regionais. O Congo é membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A primeira foi criada em 1994 e tem como pilar fundamental o franco CFA da África Central (XAF), moeda comum para os países integrantes do bloco. Chade, Cameroun, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro-Africana são os demais membros.

Em 16 de dezembro de 2024, realizou-se uma cúpula extraordinária da **CEMAC** para discutir a crítica situação econômica da região. O encontro, presidido por Paul Biya, Presidente de Cameroun, contou com a presença de líderes e representantes dos países membros, além de representantes de organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Os principais pontos discutidos foram:

- A situação econômica alarmante da sub-região;
- Pressões inflacionárias;
- Fragilidade do crescimento econômico;
- Problemas nas finanças públicas; e
- Depreciação das reservas cambiais.

Na ocasião, Paul Biya alertou para o risco de consequências desastrosas caso nenhuma ação seja tomada e pediu mais solidariedade e apoio dos parceiros de desenvolvimento. Ao final da cúpula, os chefes de Estado adotaram um roteiro para enfrentar os desafios econômicos.

De acordo com a revista “*Jeune Afrique*”, a cúpula foi convocada após pressão do FMI, que está preocupado com o agravamento da situação econômica e pode intensificar sanções. Analistas camaroneses permanecem céticos e acreditam que o desenvolvimento econômico só será alcançado com reformas ousadas, possivelmente incluindo mudanças na política monetária.

A **CEEAC**, por sua vez, é composta pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Burundi. Ruanda anunciou sua saída em junho de 2025. Em decorrência da situação interna de diferentes países membros, as atividades da organização estiveram suspensas entre 1992 e 1998. Com o relançamento do bloco, ocorreu também mudança de foco de suas atividades, as quais passaram a estar relacionadas, sobretudo, à promoção da paz. A República do Congo participa regularmente das cúpulas, a exemplo da presença de representantes seus nas edições de 2023, 2024 e 2025, e seu presidente manifesta ocasionalmente interesse de revitalizar o bloco.

O Congo também integra a Comissão de Florestas da África Central (COMIFAC). O organismo, estabelecido em 1999, promove a concertação regional em prol da preservação das florestas locais. Nos últimos anos, a COMIFAC foi, por vezes, espaço para defesa dos interesses do país. Em 2022, o Congo enviou nota verbal ao Brasil pedindo, em contrapartida a pleito brasileiro análogo, que apoiasse a posição dos membros da COMIFAC quanto à não inclusão de espécies vegetais específicas no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES). No mesmo ano, realizou-se reunião extraordinária da COMIFAC, presidida pelo Congo, em que os países acordaram posições comuns para temas que seriam discutidos na COP 27. Já em 2024, autoridades congolezas



ênfatazaram estudo da COMIFAC com o WWF, que apontava sub-financiamento de proteção ambiental e sustentabilidade na bacia do Congo, em comparação com bacias como a Amazônica.

Sistema ONU. O Fórum dos Parceiros para o Desenvolvimento do Congo foi estabelecido em abril de 2021, em Brazzaville, na presença do então Primeiro-ministro e de vários integrantes do Governo. Estavam igualmente presentes ao evento o Representante Residente da ONU, chefes das Agências da ONU, membros do corpo diplomático e representantes dos parceiros técnicos e financeiros do país. Iniciativa do Sistema das Nações Unidas, a presidência da plataforma é assegurada por uma *troika* integrada pela União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Sistema das Nações Unidas.

Em outubro de 2024, a República do Congo apresentou, no âmbito da sessão em andamento da II Comissão da 79ª AGNU, "minuta zero" de projeto de resolução intitulado "*United Nations Decade for Afforestation and Reforestation*". Trata-se de documento propositivo com forte apoio de países africanos e aparentemente centrado em

endossar a "*World Decade of Afforestation and Reforestation*", lançada pelo Presidente Sassou N'Guesso na Conferência de Clima COP27, em 2022, em Sharm El Sheikh, Egito.

França. A França é um importante parceiro da República do Congo no cenário internacional, sobretudo em razão dos investimentos da empresa Total no setor petrolífero congolês. A companhia comprou, no ano 2000, a também francesa Elf Aquitaine, presente no Congo desde 1968.

A França é, atualmente, o principal doador bilateral de ajuda ao desenvolvimento para o Congo. Sob essa rubrica, financia projetos nas áreas de transportes, infraestrutura, biodiversidade, agricultura, saúde pública e desenvolvimento institucional (principalmente no campo da justiça), além de manter importante cooperação cultural e educacional com o país africano.

O Presidente Denis Sassou N'Guesso fez visita de trabalho à França em setembro de 2019, quando se reuniu com seu homólogo francês, Emmanuel Macron. Na ocasião, firmaram acordos nas áreas de meio ambiente e educação.

O Instituto francês Themis, privado, especializado em formação militar/reforma do setor de segurança, deveria inaugurar, em setembro de 2022, em Brazzaville, um novo centro de formação para oficiais da Marinha e membros da guarda marítima e da aduana. Supervisionada pelo primeiro ministro congolês, a parceria com o instituto francês constituiria iniciativa nacional com pretensão de irradiar-se na sub-região africana. Até o momento, não há registro de que esse centro tenha sido inaugurado.

Em 3 de março de 2023, o presidente Emmanuel Macron visitou Congo, como parte de périplo africano em que o francês buscou transmitir mensagem de reavaliação da política externa da França para o continente.

Em 29 de outubro de 2024, o presidente N'Guesso recebeu em Brazzaville o Conselheiro do Chefe de Estado francês encarregado da África, Jérémie Robert. Ambos



repassaram as relações bilaterais em tópicos como cooperação para o desenvolvimento e comércio. Essa visita se deu após N’Guesso deixar de comparecer a dois eventos onde seria esperado interagir com interlocutores franceses, a Assembleia Geral da ONU e a Cúpula da Organização Internacional da Francofonia. N’Guesso, no entanto, foi à Cúpula do BRICS, em Kazan, naquele mesmo ano.

O presidente congolês viajou à França de 22 a 26 de maio de 2025, segunda visita feita desde que Macron se elegera, e foram assinados acordos em áreas como transporte aquático, logística, troca de experiências para promoção do desenvolvimento sustentável, cooperação e investimentos.

Em 12 e 13 de julho de 2025, o Presidente da Assembleia Nacional do Congo chefiou delegação de parlamentares na 50ª Sessão Parlamentar da Francofonia, em Paris. Na ocasião, foram discutidos tópicos como diplomacia parlamentar, direitos humanos, promoção da língua francesa e diversidade cultural e linguística.

Itália. As relações entre os dois países remontam a fins do século XIX, quando o explorador franco-italiano Pierre/Pietro Savorgnan de Brazza fundou a atual capital, Brazzaville. A empresa ENI tem papel central nas relações, pois está no país desde 1968, atuando no setor energético.

Em abril de 2023, graças a um investimento de USD 5 bilhões da empresa petrolífera italiana ENI, o chefe de estado congolês lançou os trabalhos de construção da usina “*Congo Gaz Naturel Liquéfié*” (Congo GNL) em Ngoyo, próximo de Pointe-Noire, a capital econômica do país, nas proximidades da central elétrica do Congo, maior unidade de fornecimento de energia congoleza, alimentada a gás. A central permitirá a produção de gás, sua transformação e sua liquefação, depois sua comercialização. Espera-se que habilite o Congo, pela primeira vez, a exportar gás natural liquefeito. A produção prevista, a partir de 2025, é de 3 milhões de toneladas de gás por ano (ou seja, 4,5 bilhões de metros cúbicos por ano). De acordo com operadores de hidrocarbonetos, o Congo, terceiro produtor de petróleo da África Subsaariana, possui reservas de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Em janeiro de 2024, a Itália lançou o “Plano Mattei”, que busca fortalecer relações entre nove países da África e a Itália em quatro áreas:

1. **Educação:** Propõe alinhar currículos escolares africanos a modelos educacionais italianos, visando a expansão e melhoria do ensino.
2. **Saúde:** Planeja aumentar o acesso da população africana a hospitais, tratamentos e medidas de prevenção de doenças.
3. **Agricultura:** Foca em incentivar a agricultura familiar, melhorar cadeias de suprimento, ampliar o acesso à água com poços e promover energia verde para combater a desnutrição.
4. **Energia:** Pretende posicionar a Itália como uma ponte entre África e Europa, exportando energia verde africana para melhorar a eficiência energética europeia, afetada pela crise energética ligada ao conflito Rússia-Ucrânia.

Em 13/10/2023, a Presidente do Conselho de Ministros da Itália Giorgia Meloni realizou visita de trabalho ao Congo, coincidindo com o septuagésimo aniversário da empresa ENI. A visita, assim, se insere no interesse mais amplo da Itália de diversificar



as fontes de combustíveis e reduzir a dependência face à Rússia. A Itália tem buscado inserir-se no setor agrícola congolês por meio do Grupo ENI, especialmente em biocombustíveis.

Em 25/11/2024, o presidente congolês realizou visita à Itália e se reuniu com Meloni. Na ocasião, trataram de temas relativos ao Plano Mattei, como o desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, infraestrutura e acesso à água potável na República do Congo.

União Europeia. Em maio de 2022, o Congo e a União Europeia assinaram três acordos de financiamento, no montante global de 25 milhões de euros, para a implementação de três projetos nas áreas da governança digital, da profissionalização da polícia congoleza e da transversalidade da parceria entre os países envolvidos. Os fundos empenhados pela UE constituem as primeiras ações efetivas sob o “Instrumento de vizinhança, de cooperação para o desenvolvimento e de cooperação internacional” (“*IVDCI-Europe dans le monde*”) que se sucede o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Em dezembro de 2023, por ocasião da COP-28 de clima, Congo, UE e França celebraram acordo de criação de fundo com valor inicial de USD 50 mi para financiar a preservação das florestas congolezas.

Estados Unidos. Os EUA também prestam assistência ao Congo nas áreas de agricultura, alimentação escolar, saúde (principalmente no combate ao HIV, à tuberculose e à malária) e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Há também uma importante colaboração norte-americana com as Forças Armadas congolezas, inclusive na área de segurança marítima e portuária. No âmbito das relações econômico-comerciais, o Congo beneficia-se do “*Africa Growth and Opportunity Act*” (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

Em 2023, os EUA anunciaram aumento em USD 50 bi dos recursos destinados para a proteção ao meio ambiente no Congo. O anúncio veio pouco após a Cúpula das Três Bacias Tropicais, de 26 a 28 de outubro daquele ano.

Em março de 2025, enviado especial do Presidente dos EUA, Ronny Jackson, visitou o país, para tratar de temas como os conflitos na região, especialmente na RDC, intensificação das relações econômicas bilaterais e cooperação para o desenvolvimento. Em junho, o país foi incluído entre aqueles com suspensão de visto pelo Governo Trump.

China. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos maiores parceiros econômicos do Congo, ao lado de França e Estados Unidos. O mercado chinês é hoje o principal destino das exportações do Congo, absorvendo mais de 50% do total exportado pelo país. A China é também um dos maiores fornecedores de produtos para o mercado congolês.

O país asiático tem sido, ademais, importante fonte de financiamento para projetos no Congo. Em março de 2019, Brazzaville e Pequim chegaram a acordo para implementação de Zona Econômica Especial em Ponta Negra, segunda maior cidade e



principal centro financeiro do Congo. A iniciativa prevê uma série de obras de infraestrutura, incluindo a construção de unidades de geração de energia.

Os projetos com financiamento chinês, contudo, agravaram o endividamento congolês. Em abril de 2019, chegou-se a acordo de reescalonamento da dívida congoleza com o lado chinês. Atualmente, a China é credora de cerca de 40% da dívida externa do Congo.

Em janeiro de 2025, Wang Yi, Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, visitou a República do Congo. Nessa ocasião, o MNE congolês reiterou a adesão do país à Belt and Road Initiative, enquanto o chinês enfatizou a importância do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC) para as relações entre os dois países e, mais que isso, entre China e África. Também foram anunciados investimentos logísticos chineses de USD 50 mi até 2028.

Em junho de 2025, o país copresidiu com a China a edição deste ano do FOCAC, em Changsha, Hunan. Também enviou participantes para a 4ª Edição da Exposição Comercial China-África. Durante o FOCAC, Xi Jinping enfatizou o interesse de ampliar as relações de cooperação e comércio com a África, inclusive com a possibilidade de conceder isenção tarifária aos produtos exportados pelos países africanos que tenham relações diplomáticas com a China.

Rússia. Depois dos anos de proximidade com a antiga União Soviética, o Congo voltou, recentemente, a estreitar laços com Moscou na busca pela diversificação de suas parcerias. Denis Sassou N'Guesso cultiva, há anos, uma diplomacia de equilíbrio entre Moscou e a antiga potência colonial. Desde a sua ascensão ao poder, ele teria aderido à ideologia marxista do regime, embora cultivando sempre uma relação estreita com os poderosos da política francesa. Entre os dirigentes do antigo Partido do Trabalho Congolês (PCT), vários estudaram em Moscou e são russófonos, como por exemplo o Presidente da Assembleia Nacional, Isidore Mvouba. Uma parte do aparelho de segurança congolês é igualmente russófila, como o atual Ministro da Defesa e ex-Chefe do Estado Maior do Exército, Charles Richard Mondjo, formado pela Academia de tropas blindadas Malinovski, de Moscou. Ainda hoje o exército congolês aprecia os equipamentos militares russos. Em Brazzaville, Moscou dispõe, desde os anos 1980, de um Centro Cultural russo, denominado, a partir de 2021, Maison Russe; situado próximo da Embaixada francesa, trata-se de um dos raros centros russos que permaneceram ativos na África após a retirada diplomática dos anos 1990. A Maison Russe detém ainda um importante papel como instrumento influenciador no país, fornecendo cursos de língua russa.

O Presidente Denis Sassou N'Guesso participou, em 2019, da Cúpula Rússia-África, na cidade russa de Sochi, buscando reforçar os níveis da cooperação nos setores de armamentos e energia. Também foi firmado com a Rússia, em 2019, acordo sobre a construção de um oleoduto para conectar a região petrolífera de Kouilou, no sul do território congolês, à parte norte do Congo.

Em 25 de julho de 2022, o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Serguei Lavrov, esteve em Oyo, feudo do Presidente congolês Denis Sassou N'Guesso, por quem foi recebido, na companhia do Chanceler congolês Jean-Claude Gakosso, tido como russófilo.



Em junho de 2024, o MNE Serguei Lavrov visitou o Congo, reunindo-se com seu homólogo, Jean-Claude Gakosso.

Em 2024, o presidente N’Guesso visitou Moscou duas vezes, uma para visita de Estado, em junho, e outra para participar da Cúpula do BRICS, em outubro. Nova visita ocorreu em 2025, por ocasião da celebração do Dia da Vitória. Os líderes celebraram a participação congoleza nos esforços de guerra e a proximidade entre os dois países, com ênfase de Putin na prioridade a ser dada pela Rússia ao continente africano.

Em 2025, os dois países ratificaram acordo, assinado em 2024, para construção de ambicioso oleoduto que ligará diversas cidades do Congo, entre as quais Pointe-Noire e Maloukou, servindo tanto de alívio para as sanções suportadas pelos russos, quanto para diminuir a insegurança energética do Congo.

Em maio de 2025, delegação russa integrada por representantes do banco “Sberbank Internationale”, da “Escola 21” e do Centro de Estudos Africanos da Escola de Altos Estudos Econômicos visitou Brazzaville, sob chefia do embaixador da Rússia no país, para discussão de medidas para desenvolver o setor digital no país e assinatura de acordos com a “Escola” e o Centro.

Santa Sé. O último cardeal do Congo, Émile Biayenda (conhecido no país como “*le Bon Cardinal*”), foi assassinado em Brazzaville em 23 de março de 1977, no contexto da revolução em que o então Presidente Marien Ngouabi e o ex-Presidente Massamba Débat também foram assassinados e que o então coronel Denis Sassou N’Guesso chegou ao poder. O Vaticano decidiu não se imiscuir no assunto, mas deu início a processo de beatificação do falecido cardeal. Em 2022, o governo congolês pleiteou a organização de um sínodo sobre a Bacia do Congo, a exemplo do que ocorreu sobre a Amazônia, em 2020. Em 2023, completam-se 140 anos da implantação do catolicismo no país. Em novembro de 2024, o presidente N’Guesso visitou o Vaticano.

CPLP. A República do Congo manifestou interesse na admissão do país como Observador Associado na CPLP. Mais informações acima, no tópico de candidaturas do item sobre informações bilaterais.

Banco Mundial. Em março de 2023, o Banco Mundial anunciou a aprovação de financiamento de USD 82 milhões em respaldo ao Projeto de Apoio às Atividades Econômicas Inclusivas e Resilientes às Mudanças Climáticas da República do Congo (ProClimat Congo). O montante inclui um empréstimo de USD 70 milhões do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e uma doação de USD 12 milhões por parte da Parceria Mundial para a Construção de Paisagens Sustentáveis e Resilientes (Progreen). O ProClimat Congo visa a reforçar a gestão das florestas e aperfeiçoar as atividades econômicas de comunidades locais. Propõe abordagem paisagística em favor da valorização dos recursos naturais, bem como de sua conservação sustentável, prevenindo riscos climáticos como inundações e secas. Visa ainda ao fortalecimento das comunidades rurais, criando e aperfeiçoando atividades econômicas inclusivas de promoção da produção agrícola e de cadeias de valor resilientes.



O Projeto deverá respaldar 562 mil beneficiários, entre os quais mulheres, ex-combatentes, a população autóctone, os jovens e pessoas portadoras de deficiência em três biomas distintos nas regiões Norte, Centro e Sul do país. As três zonas selecionadas compreendem áreas protegidas, ameaçadas pela expansão das atividades agrícolas e pela caça predatória, bem como distritos que sofrem níveis elevados de vulnerabilidade e de exclusão, em particular nos Departamentos de Pool e de Lékoumou. Permitirá, ainda, o estabelecimento de práticas agrícolas resilientes sobre uma superfície de 25 mil hectares e a organização de uma gestão sustentável das florestas sobre 1,2 milhão de hectares de áreas protegidas. Mais de 23 mil pessoas deverão se beneficiar de apoio para a instalação de atividades econômicas locais nos âmbitos da agricultura, do sistema agroflorestal, dos produtos florestais não madeireiros e do ecoturismo.

O ProClimat foi lançado oficialmente em 16 de junho de 2025, em cerimônia presidida pelo Ministro da Economia, do Planejamento e da Integração Regional do Congo, mas está em vigor desde 2023, com previsão de estender até 2028.

Em 20 e 21 de maio de 2025, o Vice-Presidente do BM para a África Ocidental e Central visitou o Congo e se reuniu com o Presidente N’Guessou, além de participar da inauguração da nova sede do Banco em Brazzaville. Entre outros pontos, o VP enfatizou que o BM já destinou mais de USD 2 bi para o Congo financiar seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026. Hoje, segundo a imprensa local, a carteira do BM no país estaria avaliada em USD 861,9 mi, em 10 projetos nacionais e 2 regionais.

Entre 16 e 31 de julho de 2025, delegação do BM chefiada por Joachim Boko, especialista em proteção social, visitou Brazzaville para avaliar o “Projeto de Proteção Social e Inclusão Produtiva dos Jovens”. A iniciativa fornece ajuda emergencial para famílias vulneráveis e jovens pobres, facilitando acesso a programas sociais. O financiamento do BM alcança a soma aproximada de USD 133 milhões, com estimativa de cerca de 45 mil jovens beneficiados com formação para um ofício ou para o empreendedorismo. Outras 48 famílias, estima-se, são beneficiadas com transferência de renda condicionada, durante o período de um ano.



ECONOMIA

Comércio internacional. Em 2023, a República do Congo era a 136ª economia do mundo em termos de PIB (US\$ 15,3 bilhões) e a 149ª economia em termos de PIB per capita (USD 2,482 mil). As exportações do país estão concentradas em recursos naturais. A comercialização de petróleo e cobre refinado são os principais produtos da pauta exportadora, seguidos da venda de ouro e madeira. As importações, por sua vez, foram principalmente navios de passageiros de carga e navios para fins especiais.

China, Angola e Gabão são as principais origens das importações da República do Congo. China, Emirados Árabes Unidos e Índia estão entre os principais destinos das exportações.

Exportações:

Para o ano de 2023, as principais exportações da República do Congo foram petróleo bruto (US\$ 6,71 bilhões), cobre refinado (US\$ 3,67 bilhões), ouro (US\$ 622 milhões), madeira em bruto (US\$ 161 milhões) e madeira serrada (US\$ 157 milhões).

Os principais destinos das exportações do Congo foram China (US\$ 5,45 bilhões), Emirados Árabes Unidos (US\$ 2,7 bilhões), Índia (US\$ 658 milhões), Arábia Saudita (US\$ 644 milhões) e Portugal (US\$ 338 milhões).

Importações:

As principais importações da República do Congo, no ano de 2023, foram navios de passageiros e de carga (US\$ 1,28 bilhão), navios para fins especiais (US\$ 427 milhões), carne de aves (US\$ 227 milhões), petróleo refinado (US\$ 140 milhões) e tubos de ferro (US\$ 120 milhões).

Os principais parceiros comerciais de importação foram China (US\$ 1,5 bilhão), Angola (US\$ 1,24 bilhão), Gabão (US\$ 574 milhões), França (US\$ 368 milhões) e Emirados Árabes Unidos (US\$ 292 milhões).

Setor petrolífero. A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – aproximadamente metade do PIB e 80% do total exportado. O país é o terceiro maior produtor de petróleo da África Subsaariana (e o sexto no continente africano). A maioria dos campos de petróleo está localizada *offshore*. A companhia francesa Total domina o setor, mas empresas italianas e americanas também são relevantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo.

Diante da perspectiva de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, no período de 20 anos, para 1/6 do atual volume), o governo congolês aprovou, em janeiro de 2022, um novo plano de desenvolvimento visando à diversificação econômica do país. Além disso, o país criou Zonas Econômicas Especiais com o objetivo de atrair investimentos internacionais.

Gás natural. De acordo com operadores de hidrocarbonetos, o Congo, terceiro produtor de petróleo da África Subsaariana, possui reservas de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Em abril de 2023 foram iniciados os trabalhos de construção da usina “Congo Gaz Naturel Liquéfié” (Congo GNL) em Ngoyo, próximo de Pointe-Noire, com



investimento de USD 5 bilhões da empresa petrolífera italiana ENI. A produção prevista para ser alcançada até o fim de 2025 é de 3 milhões de toneladas de gás por ano (ou seja, 4,5 bilhões de metros cúbicos por ano), volume que se espera permitirá o país a tornar-se exportador do produto.

Mineração. Além do petróleo e do gás natural, a República do Congo apresenta potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potassa e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Ponte Negra.

Indústria. A indústria congoleza está concentrada na produção de bens de consumo não duráveis, como cerveja, açúcar, óleo de palma, sabão, farinha e cigarros. O setor contribui com pouco mais de 10% para o PIB.

Setor madeireiro. As florestas tropicais do norte do país constituem o principal recurso para a indústria madeireira. A silvicultura, que representava a maior parcela das exportações congolezas antes da descoberta de petróleo, na década de 1970, hoje gera menos de 7% das exportações. A produção e o processamento de madeira estagnaram como decorrência das guerras civis, mas estão sendo revitalizados.

Agricultura. O país explora apenas 4% das terras aráveis, com forte predominância de agricultura de subsistência de baixa produtividade, respondendo por 80% das terras utilizadas. O setor emprega cerca de 40% da população economicamente ativa, mas responde por apenas 5% do PIB. As exportações são praticamente inexistentes. O governo busca lidar com o problema por meio do Novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026, que prevê ferramentas como as ZAP (Zonas Agrícolas Protegidas), voltadas a conferir apoio estatal para aumento da produção de cooperativas agrícolas.

Dívida pública. A economia do Congo sofreu o impacto da redução dos preços do petróleo na década de 1990 e do conflito interno no país em 1997. Em 2010, diante das dificuldades do país, o Clube de Paris e o FMI perdoaram parte da dívida congoleza. Condição-se a continuidade da ajuda ao Congo à realização de uma série de reformas. Dois anos depois – e após a reestruturação da dívida com a China – o FMI concordou em liberar mais USD 449 milhões para apoiar a economia congoleza, em vários desembolsos limitados, cada um deles condicionado a nova avaliação do Fundo sobre a situação econômica local. Uma primeira parcela de USD 45 milhões foi recebida pelo governo congolês em julho de 2019. Apesar de a situação da dívida pública congoleza continuar periclitante, esta diminuiu de 113% do PIB no final de 2020 para 102% no final de 2021. Do total da dívida pública, 63% é de dívida externa, incluindo-se o montante de 18,8% do qual a China é detentora. Em dezembro de 2024, a dívida pública era de 95,4% do PIB do país.

Consequências do conflito na Ucrânia. A República do Congo sofreu considerável aumento de preços dos alimentos em decorrência do conflito entre Rússia e Ucrânia. O país importa mais de um bilhão de dólares em bens alimentícios por ano, e vê alguns produtos básicos sofrerem aumento substancial. Em maio de 2022, o Conselho de Ministros apresentou “Plano de Resiliência” em reação à inflação e ao risco de



desabastecimento no setor de alimentos. Um prolongamento da guerra pode elevar a inflação no país, embora também possa aumentar o preço do petróleo e potencializar a recuperação econômica.

Indicadores sociais. A desigualdade e o desemprego na República do Congo permanecem altas, mesmo em comparação com países vizinhos. Esquemas de proteção social têm baixa cobertura no país. Indicadores como os de mortalidade e educação infantil, alfabetização da população e expectativa de vida ainda permanecem muito aquém das médias mundiais.



MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Congo
Gentílico:	Congolês
Capital:	Brazzaville
Área:	342.000 km²
População (OMS, 2023):	6,18milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Cristianismo (50%); Crenças tradicionais (48%); Islamismo (2%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Senado, com 72 membros; Assembleia Nacional, com 152 membros.
Chefe de Estado:	Presidente Denis Sassou N'Guesso
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Anatole Collinet Makosso
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Jean-Claude Gakosso
PIB (BM, 2024):	USD 15,72 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2022):	USD 44,5 bilhões
PIB per capita (BM, 2024):	USD 2,482 mil
PIB PPC per capita (BM, 2024):	USD 7,026 mil
Variação do PIB (BM, 2024):	2,6% (2024); 1,9% (2023); 1,5% (2022); 1% (2021); -6,3% (2020); 1,1% (2019); -2,3% (2018); -5,6% (2017)
IDH (PNUD, 2021):	0,571 (153º)
IHDI (PNUD,2019):	0,456
Expectativa de vida (PNUD, 2021):	63,5 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2021):	0,432
Índice de desemprego (BM, 2019):	23%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador do Congo:	Louis Sylvain-Goma
Embaixador em Brazzaville:	Renato Soares Menezes
Comunidade brasileira estimada:	120

Brasil – República do Congo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comexstat/MDIC



Intercâmbio	66,8	31,1	28,3	22,1	22,3	73,5	60,6	513,6	309,6	215,1 (-30,5%)
Exportações	66,8	31	18,3	22	22,2	73,5	60,6	63,7	87,7	120 (+36,9%)
Importações	0,03	0,06	9,9	0,1	0,007	0,02	0,007	449,9	221,9	95 (-57,2%)
Saldo	66,8	31	8,4	21,9	22,2	73,5	60,6	-386,1	-134,2	25 (+118%)





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 63, DE 2025

(nº 1221/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 63/2025 [1 de 48]



MENSAGEM Nº 1.221

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2025.

Avulso da MSF 63/2025 [2 de 48]





EXM nº 35/2025

Brasília, 12 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

1. Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro**, em 13/08/2025, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6914244** e o código CRC **EE40E6CC** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000024/2025-63

SEI nº 6912590



00333.000028/2025-41



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1495/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992538** e o código CRC **6A13505C** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000028/2025-41

SEI nº 6992538

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 63/2025 [4 de 48]

OFÍCIO 1495 (6992538)

SEI 00333.000028/2025-41 / pg. 1





INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO

CPF.: [Informações pessoais]

ID.: [Informações pessoais]

[Informações] Nascido em [Informações pessoais], no [Informações pessoais]

Dados Acadêmicos:

1988	Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1993	Mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1993	CPCD - IRBr
2002	CAD - IRBr.
2010	CAE - IRBr "O Plano de Ação de Bali, o Futuro do Regime Internacional de Mudança do Clima e suas Implicações para o Brasil"

Cargos:

1994	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário
2003	Primeiro-Secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2012	Ministro de segunda classe, por merecimento
2021	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1994-95	Divisão de Integração Regional, assistente
1997-99	Secretaria-Geral, assistente
1999-2002	Embaixada em Buenos Aires, terceiro-secretário e segundo-secretário
2002-05	Embaixada em Moscou, segundo-secretário e primeiro-secretário
2005-07	Embaixada em Londres, primeiro-secretário
2007-08	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor técnico
2008-11	Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, chefe substituto e chefe
2011-13	Divisão da Mudança do Clima, chefe
2013-18	Missão do Brasil junto à União Europeia, ministro-conselheiro
2018-19	Departamento de Negociações Comerciais Extrarregionais, diretor
2019-20	Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais, diretor
2020-22	Presidência da República, assessor especial do Gabinete do Ministro da Casa Civil
2022-	Consulado-Geral do Brasil em Miami, cônsul-geral

Condecorações:

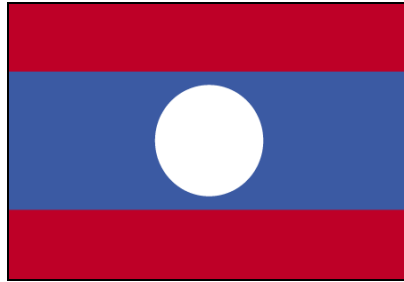
- Ordem de Rio Branco, comendador
- Ordem Nacional Barão de Mauá, grã-cruz



Ordem do Libertador San Martín, cavaleiro
Ordem do Mérito do Chile, cavaleiro
Ordem do Infante Dom Henrique, oficial

Avulso da MSF 63/2025 [7 de 48]



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LAOS****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Agosto de 2025

Avulso da MSF 63/2025 [8 de 48]



DADOS BÁSICOS SOBRE O LAOS	
Nome Oficial:	República Democrática Popular do Laos
Gentílico:	Laosiano (a)
Capital:	Vientiane
Área:	236,8 mil km²
População (est. 2022, FMI):	7,48 milhões
Línguas oficiais:	Laosiano
Principais religiões:	Budismo (64,7%); religiões tradicionais animistas (31,4%); cristianismo (1,7%)
Sistema de governo:	República socialista de partido único
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional Unicameral - <i>Sapha Heng Xat</i> (164 membros, eleitos para mandato de cinco anos)
Chefe de estado:	Thongloun Sisoulith (desde 22 de março de 2021)
Chefe de governo:	Sonexay Siphandone (desde 30 de dezembro de 2022)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Thongsavanh Phomvihane (desde 18 de novembro de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 15,88 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 74,92 bilhões
PIB per capita (2024, FMI):	US\$ 2.070
PIB PPP per capita (2024, FMI):	US\$ 9.750
Variação do PIB (FMI):	2,1% (2021); 2,2% (2022); 3,7% (2023); 4,3% (2024)
IDH (2023, PNUD)	0,617 (147ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2024)	US\$ 36,6 milhões (+19,2%)
Saldo da balança comercial (2024)	US\$ 11 milhões
Total exportações brasileiras (2024)	US\$ 23,8 milhões (-14,7%); 144º destino
Principais produtos exportados (2024)	Carnes e miudezas comestíveis (85%) e tabaco (10%)
Total importações brasileiras (2024)	US\$ 12,8 milhões (+357,1%); 106ª origem
Principais produtos importados	Adubos ou fertilizantes (56%); equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (23%); e calçados (11%).
Investimentos do Laos no Brasil	Não há registros
Investimentos do Brasil no Laos	Não há registros
Expectativa de vida (2019, PNUD):	67,9 anos
Alfabetização (2019):	84,7%
Índice de desemprego (2020, FMI):	9,4%
Unidade monetária:	Kip (LAK)
Embaixador em Brasília:	Embaixador não-residente Vanhtha Sengmeuang (apresentou cópias figuradas em 23/10/2023, em Havana)
Embaixador do Brasil em Bangkok:	Matias Antonio Senra de Vilhena (Encarregado de negócios)
Brasileiros no país:	Não há informação sobre brasileiros residentes

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Laos	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025¹
Intercâmbio	0,6	2,4	3,2	2,2	2,1	4,7	30,7	36,6	27,8
Exportações	0,2	1,5	1,6	0,9	0,3	1,4	27,9	23,8	10,8
Importações	0,4	0,9	1,6	1,3	1,8	3,3	2,8	12,8	17,0
Saldo	-0,2	0,6	0	-0,3	-1,5	-1,9	25,1	11	-6,2

1. Dados até junho de 2025.



APRESENTAÇÃO

A República Democrática Popular do Laos é país montanhoso com fronteiras com China, Vietnã, Camboja, Tailândia e Myanmar. Tem população estimada em 7,4 milhões e área de 237 mil km².

A história do Laos remete ao reino de Lan Xang, que existiu do século XIV ao XVIII. Em 1893, formou-se protetorado francês na região, constituído a partir dos reinos de Luang Phrabang, Vientiane e Champasak, sucessores do reino de Lan Xang.

O Laos tornou-se independente em 1945, após o fim da ocupação japonesa na Segunda Guerra. No entanto, retornou ao domínio francês até que fosse concedida a sua independência, em 1949.

A sua constituição *de facto* ocorre somente em 1953, com a instauração de monarquia constitucional governada por Sisavang Vong. Seguiu-se, então, longa guerra civil que culminou com o fim da monarquia e a chegada ao poder, em 1975, do movimento comunista *Pathet Lao*.

Trata-se de país multiétnico, em que os laosianos compõem cerca de 60% da população, concentrada principalmente nas planícies. Diversos grupos étnicos, como os Hmong e outras tribos, representam os 40% restantes, vivendo nas colinas e montanhas. O país é grande gerador e exportador de eletricidade, produzida a partir de usinas hidrelétricas.



PERFIS BIOGRÁFICOS

Thongloun Sisoulith
Presidente da República e Secretário-Geral do Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL)

Nascido em 1945, estudou na Faculdade de Pedagogia de Neo Lao Hak Sat, no Laos. Tem mestrado em Linguística e Literatura (Instituto de Pedagogia Gerzen – São Petersburgo) e doutorado em História das Relações Internacionais (Academia de Ciências Sociais – Moscou). Ocupou diversos cargos no governo, entre os quais o de vice-ministro de Relações Exteriores (1987-1992), ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1993-1997) e vice-primeiro-ministro (2001-2016), cargo que acumulou com o de chanceler entre 2006 e 2016. Foi membro da Assembleia Nacional entre 1998 e 2000 e exerceu o cargo de primeiro-ministro do Laos entre 2016 e 2021. Assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL) em janeiro de 2021 e o de presidente em março do mesmo ano.





Sonexay Siphandone
Primeiro-ministro

Nascido em 1966, Sonexay Siphandone é filho de Khamtai Siphandone, figura histórica na política laosiana, que exercera os cargos de ministro da Defesa (1975-1991), secretário-geral do Partido Popular Revolucionário do Laos - PPRL (1992-2006), primeiro-ministro (1991-1998) e presidente (1998-2006).

Sonexay foi eleito para o Comitê Central do PPRL, em 2006, e para o Politburo, em 2016. Exerceu os cargos de vice-primeiro-ministro (2016-2022) e de ministro de Planejamento e Investimentos (2019-2022). Em 30 de dezembro de 2022, o Parlamento laosiano aprovou Sonexay Siphandone como primeiro-ministro com 149 dos 151 votos possíveis.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Laos estabeleceram relações diplomáticas em julho de 1995. No ano seguinte, a embaixada em Bangkok passou a exercer cumulatividade com Vientiane. Situa-se em Havana a única embaixada do Laos na América Latina. Cuba também é o único país latino-americano com embaixada residente em Vientiane.

O então ministro dos Negócios Estrangeiros, hoje presidente da República, Thongloun Sisoulith, participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, quando manteve encontro bilateral com o chanceler Celso Amorim. No ano seguinte, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Samsongsak, chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN. Em junho de 2012, o vice-primeiro-ministro Somsavat Lengsavad participou da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, à margem da qual manteve encontro com o vice-presidente Michel Temer.

Do lado brasileiro, o Subsecretário-Geral Político-II do Ministério das Relações Exteriores visitou o país em 2008. Em 2012, a Subsecretária-Geral Política esteve em Vientiane, onde manteve encontros com os vice-ministros da Agricultura e Florestas, de Planejamento e Investimentos e de Minas e Energia, além do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Bounkeut Sangsomsak. Com este último, assinou os dois primeiros instrumentos bilaterais: o Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e o Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas.

Em setembro de 2018, realizou-se a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Laos, em Vientiane, sendo co-presidida pelo subsecretário-geral da Ásia e do Pacífico e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Senghet Houngbounguang.

Em 2024, o chanceler Mauro Vieira reuniu-se, em janeiro, com o vice-ministro das Relações Exteriores do Laos, Phoxay Khaykhamphithoune, à margem da III Cúpula do Sul do G77+China, em Uganda; e, em junho, com o chanceler Saleumxay Kommasith, às margens da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS, na Rússia, quando trataram do processo de aproximação entre o Brasil e a ASEAN, então sob a presidência do Laos.

Em março de 2022, foi assinado em Bangkok, pelos respectivos embaixadores naquela capital, o Acordo Básico de Cooperação Técnica. Em abril de 2023, o Enviado Especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô, visitou Vientiane. Na ocasião, representante da chancelaria local mencionou interesse em cooperação em turismo, educação, esportes, erradicação da pobreza,



saúde pública, segurança cibernética, crimes transnacionais, pequenas e médias empresas e produção de cana-de-açúcar.

Cooperação Técnica

A Agência Brasileira de Cooperação organizou visita de representantes do Secretariado da ASEAN e de seus Estados membros ao Brasil entre novembro de dezembro de 2023. O objetivo consistiu em apresentar centros de excelência com vistas a fomentar parcerias em quatro áreas: (i) energias renováveis; (ii) agricultura sustentável e segurança alimentar e nutricional; (iii) saúde; e (iv) ciência, tecnologia e inovação. O Laos indicou a Sra. Annia Keosavang, diretora substituta da Divisão de Relações Externas, do Departamento de ASEAN do Ministério dos Negócios Estrangeiros como representante para a missão.

Assuntos Consulares

Não há registro de comunidade brasileira residente no Laos.

POLÍTICA INTERNA

História

O Laos, ao longo de sua história, enfrentou série de desafios decorrentes de sua mediterraneidade, da existência de interior esparsamente povoado por diferentes grupos étnicos e de frequentes ameaças de vizinhos.

Precursor do atual estado laosiano, o Reino de Lan Xang, fundado em 1354, é componente central da identidade nacional. Durante sua existência, o reino chegou a dominar diversos territórios que hoje pertencem a Myanmar e à Tailândia. Entre 1707 e 1713, após disputa dinástica interna, o reino foi desmembrado em três (Luang Prabang, Vientiane e Champasak). Em 1893, o território que hoje compõe o Laos tornou-se protetorado francês e, em 1898, passou a integrar a Indochina francesa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território do Laos, assim como boa parte da Indochina francesa, foi ocupada por forças japonesas, expulsas em 1945. Em 1949, em convenção assinada com a França, o Laos tornou-se monarquia constitucional autônoma no âmbito da União Francesa, porém só adquiriu sua independência plena em 1953. Seguiu-se, então, guerra civil que opôs forças reais (apoiadas pelos EUA) e a insurreição comunista liderada pelo *Pathet Lao*, braço armado do Partido do Povo Laosiano, fundado em 1955 e rebatizado de Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL) – seu nome atual – em 1972.



Nas décadas seguintes, o país viu-se envolvido na Guerra do Vietnã, tendo sido intensamente bombardeado pelos Estados Unidos, com o propósito interromper a "trilha Ho Chi Minh", ligação logística – via Laos e Camboja - entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul.

Em 1975, após breve período de governo de união nacional e no contexto da vitória da insurreição comunista nos vizinhos Camboja e Vietnã, foi derrubada a monarquia e instalou-se regime ligado à URSS e ao Vietnã.

O PPRL, ao tomar o poder em 1975, logo consolidou sua posição ao suprimir a oposição e estatizar a economia. Estima-se que, nos primeiros cinco anos de regime, deixaram o país 10% da população, especialmente quadros de formação superior e integrantes de minorias étnicas. A emigração foi intensificada pela escassez de alimentos, resultante de política de coletivização da agricultura.

A adoção, em 1986, do “Novo Mecanismo Econômico” pautou a transição da economia planificada para economia de mercado. Com a Constituição de 1991, o regime político consolidou-se por meio da modernização econômica e social, porém com manutenção de monopólio político pelo PPRL.

Política Interna

A República Democrática Popular do Laos é país com regime de partido único, o Partido Popular Revolucionário do Laos (PPRL).

O chefe de Estado é o presidente, eleito pela Assembleia Nacional, com dois terços de votos, para mandato de 5 anos. O chefe de governo é o primeiro-ministro, designado pelo presidente e aprovado pela Assembleia Nacional.

O Poder Legislativo é unicameral, com 164 representantes eleitos para mandato de 5 anos. A Corte Suprema Popular é o mais alto órgão judicial do Estado. O país é dividido em províncias, municipalidades, distritos e vilas, unidades que contam com razoável autonomia.

As últimas eleições para a Assembleia Nacional ocorreram em fevereiro de 2021. Na sequência, Phankham Viphavanh foi eleito pelo parlamento para o cargo de primeiro-ministro. Em dezembro de 2022, Phankham renunciou ao cargo, alegando razões de saúde, tendo sido substituído por Sonexay Siphandone. O atual presidente do país e líder do PPRL é Thongloun Sisoulith, que ocupa ambos os cargos desde março de 2021.

A modernização econômica e o combate à corrupção são prioridades na gestão do presidente Thongloun Sisoulith. Outro tópico relevante é a repressão à atividade madeireira irregular.



POLÍTICA EXTERNA

Panorama Geral

O Laos esforça-se para superar o isolamento decorrente de suas características geográficas e tradicional fechamento econômico. Embora continue dependente da cooperação externa, a abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais têm permitido maior projeção externa.

A partir do final da década de 1980, as relações com Tailândia e Vietnã predominaram na política externa do Laos. Os laços com o Vietnã se sobressaem sobretudo em termos políticos, ao passo que a Tailândia se destaca nas áreas econômica e cultural. A China tem progressivamente aumentado sua presença no país.

Vietnã

Os laços do Laos com o Vietnã são reforçados pelos estreitos vínculos entre as elites governantes e pela semelhança na história política recente dos dois países. Destacam-se, nesse sentido, a formação dos respectivos partidos comunistas, os movimentos de libertação colonial e as guerras na Indochina. Ademais, seguem na memória laosiana o apoio político e militar vietnamita ao *Pathet Lao* e as relações pessoais entre os líderes da revolução laosiana com lideranças vietnamitas.

Os dois governos mantêm estreita cooperação e posições similares em muitas áreas. Entre 1977 e 2007, os países buscaram regularizar os 2.130 km de fronteiras compartilhadas. O Vietnã é, ainda, o terceiro maior investidor no país, após China e Tailândia.

Tailândia

Os laços da Tailândia com o Laos são historicamente amparados pela importante relação econômico-comercial, bem como pela influência cultural tailandesa, decorrente da proximidade linguística e religiosa entre os países.

A Tailândia é o principal parceiro comercial laosiano e o segundo maior investidor externo no país, além de possuir mercado de trabalho atrativo para imigrantes do Laos. Os países compartilham 1.845 km de fronteiras. A proximidade linguística contribui para a penetração de produtos culturais tailandeses no Laos, por meio de filmes, músicas e programas de rádio e televisão.



China

A China tem-se tornado parceiro cada vez mais presente no Laos, tendo conquistado relevo na política externa laosiana e tornando-se a principal origem dos investimentos estrangeiros no país. O Laos é importante destinatário de projetos da Iniciativa do Cinturão e da Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI).

Nesse sentido, foi inaugurada, em dezembro de 2021, ferrovia de alta velocidade entre a província chinesa de Yunnan e Vientiane. Espera-se que, em próxima etapa, a ferrovia possa ser integrada também à rede ferroviária da Tailândia, conectando o Laos com dois de seus mais importantes vizinhos.

Para além das ferrovias, existem diversos projetos com participação de empresas da China para exploração do potencial hidrelétrico do país. Companhias chinesas investem em seis projetos de represas no baixo Mekong, apesar das críticas dos vizinhos à jusante do rio (Camboja e Vietnã). Há temor de que os projetos possam causar impactos ambientais e prejudicar as condições de vida das populações das regiões a serem inundadas. Observa-se o crescente endividamento do Laos em relação à China.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos foram historicamente dificultadas pela intervenção norte-americana no contexto da guerra do Vietnã. Entre 1964 e 1973, os EUA promoveram 580 mil bombardeios para interromper o fornecimento de suprimentos às forças do Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul. Em termos *per capita*, estima-se que o Laos tenha sido o lugar mais bombardeado do mundo e que 30% dos artefatos ainda não tenham detonado.

Mais recentemente, discordâncias têm emergido sobre o tratamento de questões relativas à defesa dos direitos humanos no Laos. Em setembro de 2016, no entanto, registrou-se momento de maior aproximação, quando o presidente dos EUA, Barack Obama, visitou o país e reconheceu, pela primeira vez, o papel dos bombardeios ocorridos em território laosiano e anunciou projetos de financiamento de remoção de explosivos e programas de apoio a vítimas. Não obstante, é modesta a intensidade do comércio e dos investimentos dos Estados Unidos no país.

ASEAN e Multilateral

O Laos tornou-se membro da ASEAN em 1997, juntamente com Myanmar. Por seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado, como, por exemplo, prazos mais elásticos de desgravação de seu comércio.



Em 2024, o país ocupou pela segunda vez a presidência rotativa da Associação. Na oportunidade, adotou o lema “*ASEAN: Enhancing Connectivity and Resilience*”. Em outubro, realizaram-se, em Vientiane, a 44ª e 45ª Cúpulas da ASEAN e série de outras cúpulas relacionadas. Registrou-se expressiva concentração de chefes de governo e outros líderes, incluindo o Secretário-Geral das Nações Unidas, os primeiros-ministros de China, Japão, Índia, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, os presidentes da Coreia do Sul e do Conselho Europeu, o secretário de Estado dos EUA e o ministro das relações exteriores da Rússia, além de todos os chefes de governo da ASEAN e do Primeiro-Ministro de Timor-Leste.

O Laos também é membro da Comissão do Rio Mekong, sediada em Vientiane e formada por Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã, além de China e Myanmar como Parceiros de Diálogo. O país está envolvido, ainda, em projetos voltados à integração física da sub-região do Mekong. Com o apoio do Banco Asiático de Desenvolvimento e de outros doadores, o Programa da Sub-região do Grande Mekong (GMS) apoia a implementação de projetos nas áreas de agricultura, energia, meio ambiente, saúde e transportes, dentre outras.

A respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Laos defende a ampliação de membros permanentes e não-permanentes e apoia os pleitos de Alemanha, Índia e Japão. Expressa simpatia pelo pleito brasileiro, sem declaração formal de apoio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Segunda menor economia nominal da ASEAN, à frente apenas do Brunei Darussalam, o Laos é classificado como país de menor desenvolvimento relativo. Não dispõe de saída para o mar e tem rede rudimentar de transportes e de comunicações, embora tenha havido avanços recentes significativos nessas áreas. Apesar do relevo montanhoso, que restringe a área agricultável a menos de 5% do território, o setor agrícola é responsável por empregar mais de 60% da mão-de-obra. As principais culturas são arroz, algodão, legumes e frutas. Tem crescido, contudo, a importância da mineração, do turismo e, sobretudo, do setor de energia.

Desde meados da década de 1980, o governo laosiano promove liberalização da economia e retomada de relações comerciais com países ocidentais.

Com base no último Plano Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico Quinquenal, finalizado em 2020, o governo laosiano esperava superar a condição de



País de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR).

No campo do auxílio oficial ao desenvolvimento (ODA), o Japão permanece como a mais importante fonte doadora, seguido de países europeus, dos EUA e do Canadá. Os recursos recebidos pelo país sob forma de assistência oficial ao desenvolvimento representam relevante fatia do PIB do Laos e financiam boa parte do orçamento anual do país.

O Laos manteve crescimento econômico expressivo na última década, com média de 7,4% ao ano. Na base do crescimento, estão os recursos naturais do país (hidroeletricidade, minérios e florestas), bem como investimentos em infraestrutura com capital externo, notadamente da China. A partir de 2019, contudo, houve diminuição do ritmo de crescimento (6,3% em 2018 e 4,7% em 2019). Os impactos da pandemia da COVID fizeram-se sentir no recuo de 0,4% do PIB, em 2022, e em lenta recuperação, com crescimento de 2,1% (2021) e 2,2% (2022), com avanços mais significativos nos anos seguintes: 3,7% (2023) e 4,3% (2024).

A pandemia atingiu fortemente a indústria turística e restringiu o fluxo de recursos do exterior, o que têm levado o país à beira da insolvência da dívida externa. Como resposta, o país tem acelerado concessões e formação de *joint-ventures*, por vezes com controle majoritário de empresas chinesas, para operar, em especial no setor de energia. Paralelamente, adotaram-se medidas para redução do déficit fiscal, por meio do corte de gastos e aumento de tributos.

Verifica-se, ainda, possibilidade de investimentos nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), em sua maioria nas fronteiras com Tailândia, China e Myanmar, para onde se busca atrair investidores estrangeiros mediante facilitação de acesso a serviços de infraestrutura e simplificação burocrática. O governo laosiano tem buscado estimular o mercado turístico no país e divulgar suas atrações históricas e naturais.

Dívida Externa

Em 2022, o país começou a enfrentar grave crise econômico-financeira, decorrente da escassez de reservas em moeda estrangeira para arcar com as obrigações de sua dívida externa, que atingiu US\$ 14,5 bilhões, cerca de 77% do PIB. Para arcar apenas com os serviços da dívida, o país necessitará de US\$ 1,3 bilhão anualmente nos próximos anos, quase metade da receita governamental.

Dados indicam que quase metade da dívida externa laosiana tem a China como credora e está relacionada, sobretudo, a projetos de infraestrutura, sendo o mais expressivo a ferrovia de alta velocidade que liga Vientiane à fronteira com a China.



O Laos tem implementado programa de privatização de empresas estatais, tentando manter a propriedade integral somente de empresas de importância estratégica, como a *Electricité du Laos*. Apenas em 2022, foram vendidas 70% das ações de dois bancos estatais, 51% da Empresa Estatal de Correios. O Laos tem hesitado em recorrer ao FMI ou a outras entidades, de modo a prevenir ingerências internas.

Potencial Hidrelétrico

O Laos possui ambicioso plano de aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Mekong, no âmbito de seu projeto de se tornar, por meio da exportação de eletricidade para países vizinhos, "a bateria do Sudeste Asiático" (slogan que tem sido propagado pelo próprio governo laosiano). O país pretende construir, ao todo, nove usinas de grande porte ao longo do rio Mekong, duas das quais já se encontram em operação.

Hoje, metade da energia gerada internamente no Laos é exportada, sendo seus compradores China, Vietnã, Tailândia, Camboja e Singapura. O projeto, contudo, tem suscitado críticas por parte de ambientalistas, que ressaltam a gravidade do risco de desestabilização irreversível dos ecossistemas ribeirinhos não apenas no território do Laos, mas também no de outros países que integram a bacia do Mekong. Em particular, é objeto de particular acompanhamento a construção, já em andamento, de uma usina hidrelétrica a apenas 25 km da cidade de Luang Prabang (reconhecida como patrimônio da humanidade pela Unesco), em zona de risco de abalos sísmicos.

Brasil: Comércio e Investimentos

O comércio bilateral entre Brasil e Laos é pouco expressivo, ainda que tenha atingido pico histórico em 2024, com total de cerca de US\$ 36,6 milhões (+19,2%). As exportações brasileiras totalizaram US\$ 23,8 milhões (-14,7%), com pauta concentrada em carnes e miudezas comestíveis (85%) e tabaco (10%). O Brasil importou, por sua vez, US\$ 12,8 milhões, em especial adubos ou fertilizantes (56%), equipamentos de telecomunicações (23%) e calçados (11%).

O governo brasileiro deseja obter as certificações necessárias para abertura de mercado local para bovinos vivos e material genético bovino. Registram-se, também, contatos de importadores de carne do Laos interessados no produto brasileiro. No que concerne a investimentos bilaterais, há interesse, do lado laosiano, em atrair capitais brasileiros para produção agrícola, cujo potencial permanece inexplorado.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Início do protetorado francês
1945	Ocupação japonesa
1946	Retomada pelos franceses
1950	O Laos ganha autonomia relativa como Estado associado da União Francesa
1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional; Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960	Entre 1964 e 1973, bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos; Adoção do regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo); Lançamento da “transformação socialista” da economia
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia; Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre o Laos e a Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2000	Atentados a bomba na capital, atribuídos à etnia Hmong
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2003	Exilados nos EUA anunciam Movimento “Cidadãos do Laos pela Democracia”
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se presidente; Thongloun Sisoulith torna-se ministro dos Negócios Estrangeiros; Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun e repatriação forçada de membros da etnia Hmong exilados na Tailândia
2010	Renúncia do PM Bouasone Bouphavanh
2011	Abertura da primeira bolsa de valores do Laos



2011	Presidente Choummaly Sayasone é reeleito pelo Parlamento
2012	Hillary Clinton torna-se a primeira secretária de Estado dos EUA a visitar o Laos em 57 anos
2012	O Laos aprova a construção de grande barragem na Bacia do Mekong, apesar dos receios dos vizinhos Camboja e Vietnã
2013	Ingresso do Laos na OMC
2015	Laos lança seu primeiro satélite de telecomunicações (LaoSat-1)
2016	Visita do secretário de Estado norte-americano John Kerry ao Laos
2016	Eleição do presidente Bounnhang Vorachith e do primeiro-ministro Thongloun Sisoulith
2016	Barack Obama é o primeiro presidente dos EUA a visitar o Laos
2017	Início da construção no Laos de trechos da linha de trem de alta velocidade Bangkok-Kunming, no âmbito da iniciativa <i>Belt and Road</i> .
2018	Rompimento de barragem da hidrelétrica Xe-Pian Xe-Nanmoy, em construção no sul do país
2021	Inaugurada ferrovia de alta velocidade ligando a China à capital Vietiane
2021	Thoungloun Sisoulith assume os cargos de secretário-geral do PPRL e de presidente da República
2022	Sonexay Siphadone é eleito primeiro-ministro pelo Parlamento



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1995	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros laosiano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005	Visita a Vientiane do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, Enviado Especial do Presidente da República
2007	Encontro entre o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília
2008	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília
2008	Visita do SGAP-II, Embaixador Roberto Jaguaribe, a Vientiane para consultas de alto nível e encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Bouphe
2010	Encontro entre o SGAP-II e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL
2011	Encontro da SGAP-II com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Bounkeut Samsongsak, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL
2012	Visita da SGAP-II ao Laos, quando são assinados os primeiros instrumentos bilaterais (Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Memorando de Entendimento sobre Mecanismo de Consultas Políticas)
2012	Vice-Primeiro-Ministro Somsavat Lengsavad visita o Brasil para participar da Rio+20
2015	Conclusão do projeto de apoio à irrigação em comunidades desfavorecidas da província de Bolikhamsay, nas proximidades de Vientiane, financiado pelo Fundo IBAS e executado pelo PNUD, em cooperação com autoridades locais.
2018	Missão técnica brasileira ao Laos, no âmbito do "Programa de Execução para a promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar"
2018	I Reunião de Consultas Políticas (Vientiane)
2019	Visita a Vientiane do secretário adjunto de Comércio e Relações



	Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para reunião com o vice-ministro da Agricultura e Florestas do Laos, Bounkhouang Khambounheuang.
2022	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Laos (março).
2023	Visita a Vientiane do Enviado Especial do Brasil para a ASEAN (abril).
2024	Reunião entre o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira com o Vice-Ministro das Relações Exteriores Phoxay Khaykhamphithoune à margem da III Cúpula do Sul do G77 + China, em Kampala (janeiro).
2024	Reunião entre Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira e o Vice-Primeiro-Ministro e chanceler Saleumxay Kommasith, à margem da reunião de chanceleres do BRICS, em Nizhny Novgorod, Rússia (junho).



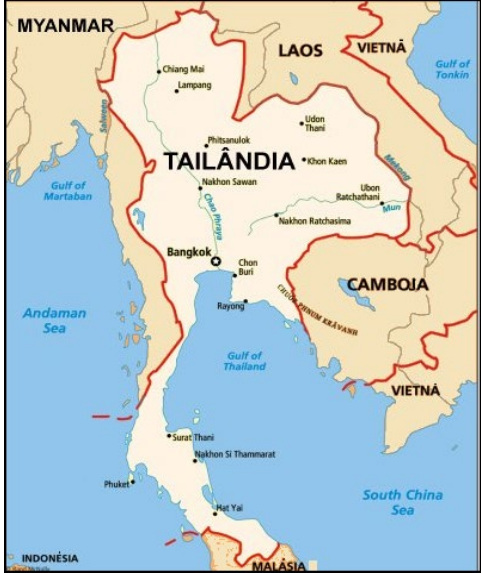
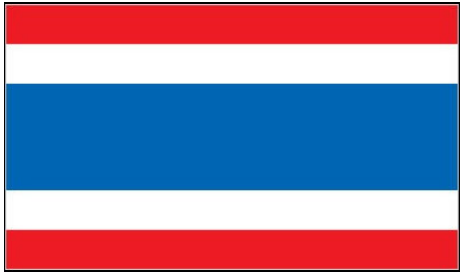
ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Laos sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	05/03/2012	22/06/2012	22/06/2012
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Popular do Laos	05/03/2012	05/03/2012	21/05/2012
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Laos	22/03/2022	Em tramitação	Em tramitação



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TAILÂNDIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2025



DADOS BÁSICOS SOBRE A TAILÂNDIA									
Nome Oficial:		Reino da Tailândia							
Gentílico:		Tailandês (a)							
Capital:		Bangkok							
Área:		513,12 mil km²							
População:		70,32 milhões							
Línguas oficiais:		Tailandês							
Principais religiões:		Budismo (oficial, 95%), Islamismo (4%), Cristianismo (1%)							
Sistema de governo:		Monarquia constitucional parlamentarista							
Poder Legislativo:		Bicameral: Senado - 200 membros indicados e mandato de 5 anos e Câmara dos Deputados - 500 membros eleitos e mandato de 4 anos							
Chefe de estado:		Rei Maha Vajiralongkorn, Rama X (desde outubro de 2016)							
Chefe de governo:		Paetongtarn Shinawatra, primeira-ministra desde agosto de 2024; Phumtham Wechayachai, primeiro-ministro interino (desde 1/7/2025)							
Ministro dos Negócios Estrangeiros:		Maris Sangiampongsa (desde abril de 2024)							
PIB nominal (2024, FMI):		US\$ 528,92 bilhões							
PIB PPP (2024, FMI):		US\$ 1,77 trilhão							
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):		US\$ 7.530							
PIB PPP <i>per capita</i> (2024, FMI):		US\$ 25.210							
Variação do PIB (FMI):		2,5% (2022); 1,9% (2023); 2,8% (2024); 2,9% (est. 2025)							
IDH (2023, PNUD)		0,798 (76º de 193 países)							
Comércio bilateral (2024)		US\$ 5,91 bilhões (+11,1%)							
Saldo da balança comercial (2024)		Superávit de US\$ 1,03 bilhão							
Total exportações brasileiras (2024)		US\$ 3,47 bilhões (+3,6%); 24º destino							
Principais produtos exportados		Soja (44%); farelos de soja (33%); óleos brutos de petróleo (6,7%); e açúcares e melaços (3,6%).							
Total importações brasileiras (2024)		US\$ 2,43 bilhão (+23,8%); 21ª origem							
Principais produtos importados		Partes e acessórios de veículos (12%); veículos de passageiros (7,6%); látex e borracha (4,8%); arroz (4,2%); motores e suas partes (3,9%); e máquinas e aparelhos elétricos (3,8%).							
Investimentos da Tailândia no Brasil		Minor Group opera três hotéis de luxo no Brasil; a Indorama Ventures comprou, em 2021, por US\$ 1,3 bilhão, a Oxiten. Há, ainda, participação da CP Foods na produção de camarões.							
Investimentos do Brasil na Tailândia		A Jacto (implementos agrícolas) possui fábrica na Tailândia. <i>Joint venture</i> entre a Braskem e o SGG Chemicals.							
Acordo comercial / Diálogo exploratório		Não há negociações em curso.							
Unidade monetária:		Baht (THB)							
Embaixador em Brasília		Kundhinee Aksornwong (apresentou cópias figuradas em 6/3/25)							
Embaixador em Bangkok		Matias Antonio Senra de Vilhena (Encarregado de negócios)							
Brasileiros no país:		Estimados em 500 nacionais							
INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Tailândia	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025¹
Intercâmbio	3.419,3	3.356,7	3.202,1	3.478,4	4.749,5	5.702,3	5.320,3	5.910,5	2.825,4
Exportações	1.746,1	1.788,6	1.666,6	2.000,2	2.691,7	3.524,3	3.349,7	3.471,1	1.556,3
Importações	1.673,2	1.568,1	1.535,5	1.478,2	2.057,8	2.178,0	1.970,6	2.439,4	1.269,1
Saldo	72,9	220,5	131,1	522	633,9	1.346,3	1.379,1	1.031,7	287,2

1. Dados até junho/2025



APRESENTAÇÃO

O Reino da Tailândia, antigo Sião, está situado no centro da Península da Indochina e ocupa uma área de 514 mil km². Sua população, de aproximadamente 70 milhões de habitantes, é majoritariamente composta por pessoas de etnia tai (cerca de 80%), falantes da língua homônima. Também há importantes minorias sino-tailandesa (14%), khmer (4%) e malaia (4%).

A história recente do país tem início com a ascensão da dinastia Chakri, fundada por Rama I, o Grande, que estabeleceu Bangkok como capital em 1782. Em 1932, a Tailândia passou de uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional e, em 1939, deixou oficialmente de se chamar Sião, adotando o nome atual.

O monarca é considerado o símbolo da unidade nacional. O atual rei, Maha Vajiralongkorn (Rama X), subiu ao trono em 2016, após o falecimento de seu pai, o reverenciado rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX), que reinou por setenta anos e é reconhecido como o fundador da Tailândia moderna.





PERFIS BIOGRÁFICOS**MAHA VAJIRALONGKORN BODINDRADEBAYAVARANGKUN
RAMA X****Rei da Tailândia**

Nascido em 1952, o atual rei da Tailândia ostenta o título de Rama X. Foi educado em colégios britânicos e formou-se no Colégio Militar Real de Duntroon, em Camberra, onde se tornou tenente em 1976. É diplomado em Letras e concluiu posteriormente o curso de Direito pela Universidade Aberta de Sukhothai Thammathirat. Nomeado príncipe herdeiro em 1972, iniciou oficialmente seu reinado em outubro de 2016, após o falecimento de seu pai, o rei Bhumibol Adulyadej, embora sua coroação tenha ocorrido apenas em 2019. É o décimo monarca da Dinastia Chakri, estabelecida em 1782.



PAETONGTARN SHINAWATRA
Primeira Ministra



Nascida em 1986, é presidente do maior partido da coalizão governista e filha do bilionário Thaksin Shinawatra, ex-primeiro-ministro da Tailândia, que governou o país entre 2001 e 2006, até ser deposto por um golpe militar. Aos 37 anos, tornou-se a pessoa mais jovem e a segunda mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra tailandesa.

É formada em Ciências Políticas pela Universidade Chulalongkorn e possui mestrado em Hotelaria pela Universidade de Surrey, no Reino Unido. Antes de ingressar na vida política, atuou no setor privado, em empresa de desenvolvimento imobiliário pertencente à sua família.

Foi eleita pela Câmara de Representantes e assumiu o cargo de primeira-ministra em 16 de agosto de 2024, após o afastamento do então premiê Srettha Thavisin, por decisão judicial.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 1959, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil em Bangkok. A representação diplomática tailandesa em Brasília foi inaugurada em 1964.

A única visita de um presidente brasileiro à Tailândia ocorreu em 1967, quando o então presidente-eleito Artur da Costa e Silva esteve no país. Do lado tailandês, a mais recente visita de um chefe de governo ao Brasil, do primeiro-ministro Thaksin Shinawatra, realizou-se em 2004. Visitas anteriores de altos dignitários tailandeses incluem os primeiros-ministros Thanon Kittikachorn, em 1963 e 1973, e Chuan Leekpai, em 1999, bem como a visita do atual Rei Maha Vajiralongkorn, ainda como príncipe herdeiro, em 1993.

Em 1996, o chanceler Luiz Felipe Lampreia realizou visita oficial a Bangkok. A última visita brasileira de alto nível à Tailândia foi em 2018, quando o ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes foi recebido pelo primeiro-ministro Prayut Chan-o-cha e pelo chanceler Don Pramudwinai.

Por parte da Tailândia, estiveram no Brasil os chanceleres Siddhi Savetsila, em 1984, e Kantathi Suphamongkhon, em 2006. Em 2008, o chanceler Sompong Amornvivat co-presidiu, em Brasília, a I Reunião Ministerial MERCOSUL–ASEAN. Em 2012, o chanceler Surapong Tovichakchaikul realizou visita oficial ao Brasil. Em abril de 2025, o chanceler Maris Sangiampongsa participou, no Rio de Janeiro, da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS.

O marco jurídico bilateral inclui acordos nas áreas de comércio; cooperação técnica e científica; cooperação esportiva; isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais; isenção parcial de vistos; medidas sanitárias e fitossanitárias; cooperação agrícola; e cooperação na formação de diplomatas.

Brasil e Tailândia mantêm dois mecanismos de coordenação bilateral: o Mecanismo de Consultas Políticas sobre Temas de Interesse Comum, criado em 2012, cuja III Reunião foi realizada em Brasília, em 2023; e a Comissão Mista Brasil–Tailândia, instituída em 2004, cuja última reunião foi realizada em 2012, também em Brasília.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Tailândia passou a integrar o BRICS na qualidade de país-parceiro.



Cooperação Técnica

Nos últimos anos, a Tailândia passou da condição de país beneficiário à de país provedor de cooperação técnica, oferecendo projetos em modalidades bilaterais e triangulares. Nesse contexto, vislumbra-se potencial para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral entre Brasil e Tailândia, com vistas a fortalecer a presença e a agenda de cooperação técnica brasileira no Sudeste Asiático.

A “*Thailand International Cooperation Agency*” (TICA) tem demonstrado interesse tanto na identificação de iniciativas de cooperação bilateral quanto na formação de parcerias com terceiros países. A agência mantém atualmente projetos em regiões da Ásia, África, Oceania e América Latina, com foco em áreas como educação, saúde e agricultura. No âmbito da cooperação triangular, a TICA colabora com parceiros como Japão, Luxemburgo, Alemanha e França.

Instituições tailandesas manifestaram interesse em estabelecer programa de cooperação técnica com o Brasil, particularmente na área de controle de pragas em plantações de cana-de-açúcar.

Entre novembro e dezembro de 2023, funcionária do governo tailandês participou de missão técnica ao Brasil, a convite do governo brasileiro, juntamente com representantes dos demais países-membros da ASEAN. A iniciativa teve como objetivo identificar oportunidades de cooperação que possam contribuir para o adensamento da Parceria de Diálogo Setorial Brasil-ASEAN.

Cooperação em Energia

A Tailândia ocupa a posição de sétimo maior produtor e consumidor mundial de etanol, tendo como principais matérias-primas a cana-de-açúcar e a mandioca. O país estabelece como meta transformar-se, até 2027, em um polo regional de produção de biocombustíveis para a ASEAN.

Em 2020, a Tailândia sediou a primeira edição do “*Ethanol Talks*”, seminário organizado pela TSMC (“*Thai Sugar Millers Corporation Limited*”), pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), pelo APLA (Arranjo Produtivo Local do Alcool), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela ApexBrasil.

Cooperação em Defesa



O diálogo entre Brasil e Tailândia na área de defesa apresenta elevado potencial de adensamento. O Exército e a Marinha da Tailândia operam aeronaves ERJ-135 da EMBRAER, utilizadas para transporte de autoridades. Há expectativa de que a Real Força Aérea da Tailândia venha a substituir sua frota de Hércules C-130, o que cria oportunidade para a oferta do KC-390, desenvolvido pela EMBRAER.

Em maio de 2023, a EMBRAER realizou demonstrações na Tailândia de seu modelo E190-E2, voltado para a aviação civil, e, em fevereiro de 2024, do KC-390. Em novembro de 2023, a empresa brasileira também participou da feira "*Defense and Security*", evento que contou com a presença de representantes de fabricantes brasileiras de armamentos leves.

Há interlocução também no âmbito operativo e de treinamento, como evidenciado pela participação do Brasil, como observador, nos exercícios Cobra Gold. Duas oficiais militares tailandesas participaram, em 2023 e 2024, do Curso de Operações de Paz para Mulheres, realizado no Centro de Treinamento de Operações de Paz da Marinha, no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério da Defesa.

Promoção comercial

Nos últimos anos, foram realizadas duas missões multissetoriais à Tailândia, organizadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e ApexBrasil, em maio de 2023 e março de 2024. Essas missões contaram com a participação de diversos representantes de associações e empresas dos setores agrícola e industrial. Durante as missões, foram realizados seminários focados no mercado tailandês. Além disso, em setembro de 2022, a ApexBrasil organizou uma missão voltada para o estudo de mercado do setor de alimentos. Nos últimos anos, empresas brasileiras têm participado com pavilhão na Thaifex, maior feira de alimentos do Sudeste Asiático.

Entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro de 2024, foi realizado, em Bangkok, o quinto encontro dos chefes de Setores Comerciais e de Promoção de Ciência e Tecnologia, bem como adidos agrícolas, lotados em Embaixadas do Sudeste da Ásia e Oceania. A reunião serviu para a apresentação de novas oportunidades de negócios para empresas e ecossistemas de inovação brasileiros nos diversos mercados locais e regionais e para a discussão das modalidades de atuação conjunta e do cronograma de atividades em promoção comercial, atração de



investimentos, produção de inteligência comercial e internacionalização de empresas brasileiras.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira sob jurisdição da Embaixada em Bangkok — que inclui as cumulatividades no Laos e, até a efetiva instalação da Embaixada do Brasil em Phnom Penh, também no Camboja — é estimada em aproximadamente 500 nacionais.

Desde julho de 2022, representações diplomáticas brasileiras têm sido notificadas sobre casos recorrentes de aliciamento de cidadãos brasileiros para trabalho em condições análogas à escravidão no Camboja, no Laos e em Myanmar. O Aeroporto Internacional de Bangkok tem sido identificado como o principal ponto de entrada utilizado para esses deslocamentos.

O esquema envolve supostas empresas que oferecem vagas temporárias a brasileiros, com promessas de salários elevados, comissões sobre vendas de ativos e cobertura de custos com passagens aéreas. Na prática, os trabalhadores são induzidos a assinar cláusulas de confidencialidade, têm seus passaportes retidos e são submetidos a jornadas exaustivas, restrições à liberdade de circulação e, em alguns casos, abusos físicos. A Embaixada do Brasil na Tailândia tem atuado de forma ativa na conscientização de nacionais que buscam oportunidades de emprego na região; e na articulação com autoridades locais, com vistas à prevenção de casos de tráfico de pessoas.

Em 2024, nove cidadãos brasileiros encontravam-se detidos na Tailândia, dos quais oito respondiam por acusações relacionadas ao tráfico de entorpecentes. A Embaixada acompanha os casos, prestando a devida assistência consular e realizando visitas regulares aos nacionais detidos.

POLÍTICA INTERNA

Entre 2014 e 2023, o governo tailandês foi liderado pelo primeiro-ministro general Prayut Chan-o-cha, que liderou o golpe de estado de 2014. Em abril de 2017, foi promulgada a nova Constituição, aprovada em referendo em 2016, iniciando o processo de normalização política do país sob a égide dos militares.

A política interna da Tailândia tem sido caracterizada por esforços de manutenção do “status quo”, promovidos por setores conservadores que envolvem



militares, ultramonarquistas e grandes conglomerados econômicos. Esse cenário gerou um crescente descontentamento entre as camadas mais jovens da população, resultando em manifestações de protesto em Bangkok. Esses protestos culminaram com vitória nas eleições parlamentares de 2023 do progressista *Move Forward Party* (MFP). Contudo, o movimento de natureza reformista foi neutralizado pelo Senado tailandês, composto por membros nomeados pela junta militar, que impediu a candidatura do líder do MFP a primeiro-ministro. Posteriormente, a Corte Constitucional dissolveu o MFP e declarou seus dirigentes inelegíveis por 10 anos, sob acusação de atentado contra a monarquia constitucional.

Nesse contexto, foi formada uma coalizão entre o partido Pheu Thai (segundo colocado nas eleições) e partidos conservadores e ligados aos militares. Em agosto de 2023, Srettha Thavisin foi eleito primeiro-ministro. O Pheu Thai obteve a concessão de perdão real às condenações que pesavam contra o ex-primeiro-ministro Thaksin Shinawatra, deposto em golpe militar em 2006, e que retornou ao país após 15 anos de autoexílio.

Em maio de 2024, a Corte Constitucional da Tailândia aceitou uma ação proposta por um grupo de senadores que pedia a destituição de Srettha Thavisin, decisão que foi tomada em agosto daquele ano. Em seguida, a Câmara de Representantes elegeu Paetongtarn Shinawatra para o cargo de primeira-ministra. Com 37 anos, ela se tornou a pessoa mais jovem e a segunda mulher a ocupar a chefia do governo. Paetongtarn Shinawatra é presidente do maior partido da coalizão governista, filha do ex-primeiro-ministro Thaksin Shinawatra e o quarto membro da família Shinawatra a assumir a Chefia de Governo na Tailândia.

Em julho de 2025, a Corte Constitucional da Tailândia suspendeu Paetongtarn Shinawatra de suas funções, após petição de grupo de senadores. A medida deu-se na esteira de controvérsia sobre sua atuação no contexto da disputa fronteira entre Tailândia e Camboja. Paetongtarn, embora suspensa de suas funções até a decisão final da Corte Constitucional, permanece formalmente titular do cargo.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Tailândia tem se concentrado nos seguintes objetivos: a) elevar o perfil do país no cenário internacional, com destaque para sua candidatura à adesão à OCDE e ao BRICS; b) fortalecer a diplomacia econômica, com ênfase na atração de investimentos estrangeiros, na promoção das exportações e no fomento do turismo; c) ampliar as relações com parceiros tradicionais e não tradicionais; d)



manter uma postura pragmática de equidistância nas relações com os EUA e a China; e e) consolidar as relações dentro da ASEAN e em outros fóruns regionais.

Nas relações bilaterais, a Tailândia procura manter um exercício constante de equilíbrio entre seus dois principais parceiros econômicos e comerciais — Estados Unidos e China —, buscando preservar, sempre que possível, uma posição de equidistância. Destaca-se, ainda, a estreita relação com o Japão, considerado parceiro estratégico fundamental para o desenvolvimento do país, em razão dos expressivos investimentos japoneses, especialmente nos setores automotivo e de componentes eletrônicos. A Tailândia abriga a maior comunidade de imigrantes japoneses na Ásia e o Japão figura como seu segundo maior parceiro comercial.

BRICS

A Tailândia expressou formalmente seu interesse em ingressar no BRICS, em maio de 2024. Convidada a se juntar ao grupo durante a Cúpula de Kazan, na Rússia, a Tailândia foi oficialmente confirmada como “país parceiro” a partir de 1º de janeiro de 2025, na presidência exercida pelo Brasil. A reunião de chanceleres no Rio de Janeiro, em abril de 2025, marcou a primeira participação tailandesa no BRICS.

OCDE

Em 18 de junho de 2024, o Conselho da OCDE decidiu iniciar discussões sobre a adesão da Tailândia ao agrupamento, em resposta ao pedido formal do país, apresentado em fevereiro. Após a aprovação do início do processo de adesão, o Conselho também aprovou, em julho de 2024, o Roteiro de Acesso da Tailândia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Com uma população de cerca de 70 milhões de habitantes e um PIB nominal de US\$ 530 bilhões, a Tailândia é a segunda maior economia do Sudeste Asiático. Apesar de seu papel de destaque no contexto regional, a economia tailandesa tem enfrentado desafios para acompanhar o ritmo de crescimento de seus vizinhos. Enquanto a Tailândia apresentou um crescimento médio anual de 2,9% nos últimos 20 anos, segundo dados do FMI, o Sudeste Asiático como um todo registrou média



de 4,8%.

O setor agrícola representa 9% do PIB, a indústria responde por 30%, e os serviços por 61%. No setor industrial, destacam-se a produção automobilística e a fabricação de aparelhos elétricos e eletrônicos. Já no setor de serviços, o turismo é o principal motor, sendo responsável por cerca de 10% do PIB, por mais de 4,3 milhões de empregos diretos e por 11,5% do mercado de trabalho.

A Tailândia foi fortemente impactada pela pandemia de COVID-19, com uma queda de 6,1% no PIB em 2020. Desde então, a recuperação tem sido lenta. O crescimento econômico modesto tem sido atribuído aos efeitos da pandemia sobre o setor de turismo, além das incertezas geradas pelo conflito russo-ucraniano, os atritos sino-americanos e o aumento da inflação global.

Além do turismo, a economia tailandesa depende fortemente das exportações. O país mantém acordos comerciais com países como Austrália, Chile, Japão, Nova Zelândia e Peru, e mantém negociações com o Canadá, os EUA e a União Europeia. Por meio da ASEAN, a Tailândia participa de acordos intra-bloco e também de parcerias com Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia. Em 2022, a Tailândia foi um dos signatários da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Em 2024, as exportações da Tailândia somaram US\$ 300,5 bilhões, enquanto as importações alcançaram US\$ 306,8 bilhões, resultando em um fluxo comercial total de US\$ 607 bilhões e um déficit de US\$ 6 bilhões. Nos primeiros três meses de 2025, as exportações cresceram 15,2% e as importações 7,4%, em comparação com o mesmo período de 2024.

Os principais parceiros comerciais da Tailândia em 2024 foram: China (19% do total), EUA (12%), Japão (8,5%), Malásia (4,3%) e Taiwan (4,2%). Os maiores destinos das exportações foram: EUA (18,3%), China (11,7%), Japão (7,7%), Austrália (4%) e Malásia (4%). As principais origens das importações foram: China (26,3%), Japão (9,4%), Taiwan (6,7%), EUA (6,4%) e Emirados Árabes Unidos (5,5%).

Intercâmbio Comercial Brasil-Tailândia

Em 2024, o intercâmbio comercial entre Brasil e Tailândia atingiu um recorde histórico de US\$ 5,89 bilhões, representando um aumento de 10,7% em relação a 2023. As exportações brasileiras somaram US\$ 3,45 bilhões, com um crescimento de 3,1%, enquanto as importações totalizaram US\$ 2,43 bilhões, um aumento expressivo



de 23,7%. O superávit comercial brasileiro foi de aproximadamente US\$ 1 bilhão. O Brasil exportou mais para a Tailândia do que para outros parceiros tradicionais, como Reino Unido, Arábia Saudita e França.

A pauta de exportações do Brasil para a Tailândia é predominantemente composta por commodities, com destaque para soja e farelos de soja (77%), seguidos por óleos brutos de petróleo (6,8%), açúcares e melaços (3,6%), celulose (1,3%) e couro (1,2%). Por outro lado, as principais importações do Brasil da Tailândia incluem partes para veículos automotivos (12%), veículos de passageiros (7,7%), látex e borracha (4,7%), arroz (4,2%), motores e suas partes (3,9%), e máquinas e aparelhos elétricos (3,8%).

Entre os investimentos tailandeses no Brasil, destaca-se a Indorama Ventures, que, desde 2018, adquiriu fábricas de plásticos PET e usinas recicladoras em Suape (PE), Indaiatuba (SP) e Juiz de Fora (MG). Em 2022, a empresa também adquiriu a indústria Oxiteno, especializada em ingredientes químicos para produtos de higiene e limpeza, do Grupo Ultra. Outras empresas tailandesas com investimentos no Brasil incluem a CP Foods, com participação na produção de camarões no Rio Grande do Norte, em 2018; o Minor Hotel Group (MHG), que adquiriu o grupo hoteleiro Tivoli em 2016, incluindo duas unidades de luxo no Brasil (Bahia e São Paulo); e a Cal-Comp Electronics, que produz componentes eletrônicos de informática na Zona Franca de Manaus.

Do lado brasileiro, a Jacto, fabricante de maquinário agrícola, inaugurou uma fábrica de bombas aspersoras manuais na Tailândia em 2008. Em 2021, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Braskem e a SCG Chemicals, com o objetivo de realizar um estudo de viabilidade para a criação de uma *joint venture* para a produção de plástico verde (biopolímero à base de etanol).

Resolução de Contencioso na OMC

Em fevereiro de 2024, Brasil e Tailândia encerraram formalmente, à margem da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Abu Dhabi, o contencioso bilateral sobre subsídios tailandeses ao setor de cana-de-açúcar e açúcar (DS507), iniciado pelo Brasil em 2016. A disputa envolvia medidas tailandesas de apoio à produção de açúcar que estavam em desacordo com as regras da OMC, gerando distorções no mercado global e prejuízos estimados em US\$ 1 bilhão anuais para o setor produtivo brasileiro.

O contencioso foi resolvido durante a fase de consultas, sem a necessidade de



um painel na OMC. O Brasil optou por manter um diálogo contínuo com a Tailândia, o que resultou na alteração definitiva da política tailandesa de apoio ao setor de açúcar, com a eliminação dos subsídios.





CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas
1959	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok
1964	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil
1967	Visita oficial à Tailândia do presidente-eleito Artur da Costa e Silva.
1968	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Thanom Kittikachorn
1973	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Thanom Kittikachorn
1984	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores, Siddhi Savetsila
1986	Visita ao Brasil do ministro do Comércio, Surat Osathanugrah
1993	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Maha Vajiralongkorn
1994	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Prasong Soonsiri
1996	Visita à Tailândia do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia
1997	Visita à Tailândia do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Ronaldo Sardenberg
1997	Abertura do <i>Thai Trade Center</i> em São Paulo
1997	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, Supachai Panitchpakdi
1999	Visitas ao Brasil do primeiro-ministro Chuan Leekpai
2000	Visita ao Brasil do ministro de Transportes e Comunicações, Suthep Thaugsuban
2004	Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional, Uthai Pimchaichon
2004	Visita oficial ao Brasil do primeiro-ministro Thaksin Shinawatra
2004	Visita a Bangkok do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues
2005	Visita a Bangkok do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de enviado especial do presidente da República
2006	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Kantathi Suphamongkhon
2007	Visita ao Brasil do comandante supremo das Forças Armadas, general Boonsrang Niumpradit
2007	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Sawanit Kongsiri, na III Reunião Ministerial da FOCALAL, em Brasília
2008	Visita ao Brasil da ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop
2008	Visita a Brasília do vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião



	Ministerial Mercosul-ASEAN
2009	Celebração do cinquentenário das relações bilaterais, que incluiu o lançamento de selo postal e a organização de livro, lançado em 2012.
2009	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo, na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; Flexa Ribeiro; e Neuto de Conto
2010	Visita à Tailândia do ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin
2010	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Suwit Khunkitti, para chefiar a delegação tailandesa à 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial
2010	Visita do ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Surapong Tovichakchaikul
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para a Tailândia, cumulativa, com sede em Jacarta, na Indonésia
2015	Realização da I Reunião de Consultas Políticas, em Brasília
2016	Visita à Tailândia do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi
2016	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro, Tanasak Patimapragorn, e, para participação nas cerimônias dos Jogos Olímpicos, da ministra do Turismo e Esportes, Kobkarn Wattanavrangkul
2016	Visita ao Brasil do ministro de Energia, Anantaporn Kanjanarat
2018	Visita de trabalho à Tailândia do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira
2018	Realização da II Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Bangkok
2019	Reinstalado o Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia na Câmara dos Deputados
2020	Realização, em Bangkok, de edição do “Sustainable Mobility: Ethanol Talks”, evento organizado conjuntamente pelo Itamaraty, pela APEX-Brasil, pela ÚNICA e pela APLA
2023	Realização da III Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília
2025	Tailândia torna-se país-parceiro do BRICS
2025	Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, com seu homólogo tailandês, Maris Sangiampongsa, à margem da Reunião de Chanceleres do BRICS, no Rio de Janeiro



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1782	A Dinastia Chakri assume o poder, com Rama I, e estabelece a capital do reino em Bangkok.
1896	Franceses e ingleses estabelecem parte significativa do Sião como estado independente.
1917	O Sião junta-se aos Aliados, durante a I Guerra.
1932	Revolução civil e militar não violenta resulta no fim da monarquia absoluta, com o estabelecimento da primeira constituição tailandesa. A Dinastia Chakri, contudo, permanece no poder.
1941	A Tailândia é invadida por tropas japonesas. O país alia-se aos japoneses, posteriormente declarando guerra aos Estados Unidos e ao Reino Unido.
1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e da Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Golpe militar liderado pelo líder pró-Japão do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram. Os militares retêm o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnã. Tropas tailandesas lutam no Vietnã do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do regime militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O general Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O general Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, sendo eleito em 1986.
1988	O general Chatichai Choonhaven substitui o general Prem após a realização de eleições.
1991	Golpe militar. Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como primeiro-ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo general Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se primeiro-ministro.
1995	Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito primeiro-ministro.



1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchaiyudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática causa falências. Chuan Leekpai torna-se primeiro-ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin Shinawatra, que se torna primeiro-ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2005	Thaksin Shinawatra assume o cargo de primeiro-ministro pela segunda vez.
2006	Nova Constituição é promulgada.
2006	Thaksin é deposto por intervenção militar
2006	Uma Junta Militar, chefiada pelo general Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o general Surayud Chulanont para o cargo de primeiro-ministro, até 2007.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo, é eleito primeiro-ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito primeiro-ministro em 9 de setembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, líder do Partido Democrático, torna-se primeiro-ministro, em 17 de dezembro.
2009	Manifestações contrárias ao governo levam ao cancelamento de reunião de cúpula da ASEAN, que ocorreria em Pattaya, e ao decreto de estado de emergência, em abril.
2010	Confrontos entre manifestantes pró-Thaksin e o exército causam grande tumulto em Bangkok e a morte de cerca de 80 pessoas, em março e abril.
2011	Assume o governo a primeira-ministra Yingluck Shinawatra, irmã de Thaksin Shinawatra.
2014	Nova intervenção militar destitui o governo de Yingluck Shinawatra. O general Prayut Chan-o-cha assume a chefia de governo.
2016	Falecimento do rei Bhumibol Adulyadej, após 70 anos de reinado.
2016	Referendo aprova nova constituição.
2017	Promulgada a nova constituição.
2019	Eleições para a câmara baixa do Parlamento dão vitória à oposição. Com os votos da câmara alta, composta por senadores designados, Prayut Chan-o-cha torna-se primeiro-ministro.



2019	Maha Vajiralongkorn Bodindradebayavarangkun é coroado como Rama X
2023	Realização de eleições parlamentares, com expressiva vitória do progressista Move Forward Party (MFP), partido posteriormente dissolvido pela Corte Constitucional (agosto)
2023	Srettha Thavisin é eleito primeiro-ministro (agosto)
2024	Destituição de Srettha Thavisin pela Corte Constitucional (maio)
2024	Paetongtarn Shinawatra é eleita primeira-ministra (maio)
2025	Paetongtarn Shinawatra é suspensa de suas funções por decisão preliminar da Corte Constitucional, aguarda-se decisão final (julho)



ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	07/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	12/09/1984	07/12/1997	10/11/1989
Acordo sobre Serviços Aéreos	21/03/1991	18/03/1994	23/06/1994
Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	24/04/1994	27/01/1994
Acordo sobre Isenção Parcial de Visto	21/07/1997	29/09/1999	10/11/1999
Acordo de Cooperação Esportiva	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/04/2004	21/10/2006	16/11/2006
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação Bilateral	16/06/2004	16/06/2004	14/07/2004
Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Trilateral	17/08/2012	17/08/2012	10/09/2012
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas sobre Temas de Interesse Comum	17/08/2012	17/08/2012	10/09/2012
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério de Agricultura e Cooperativas da Tailândia	16/03/2022	16/03/2022	16/03/2022
Memorando de Entendimento	26/05/2023	26/05/2023	26/05/2023



entre o Instituto Rio Branco e o Dewawongse Varopakarn sobre Cooperação Mútua para a Formação de Diplomatas			
---	--	--	--





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2025

(nº 1222/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 64/2025 [1 de 19]



MENSAGEM Nº 1.222

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhor **FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhor **FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2025.





EXM nº 37/2025

Brasília, 12 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

1. Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **MÁRCIA DONNER ABREU**, será removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro**, em 28/08/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6951783** e o código CRC **9E700A3C** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000026/2025-52

SEI nº 6912830



00333.000287/2025-72



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1497/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992576** e o código CRC **2A59AA86** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000287/2025-72

SEI nº 6992576

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL**

CPF.: [redacted] Informações pessoais
ID.: [redacted] Informações pessoais

[redacted] Nasce em [redacted] Informações pessoais [redacted] Informações pessoais, em [redacted] Informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1991	Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo
1995	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), Instituto Rio Branco (IRBr)
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr
2009	Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr, Tese: "O Fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira"

Cargos:

1996	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2005	Primeiro-secretário, por merecimento
2009	Conselheiro, por merecimento
2013	Ministro de segunda classe, por merecimento
2022	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1997-99	Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços, assistente
1999-2001	Gabinete do Ministro, assessor
2001-04	Embaixada em Washington, terceiro-secretário e segundo-secretário
2004-07	Embaixada em Nova Delhi, segundo-secretário e primeiro-secretário
2007-09	Embaixada em Assunção, primeiro-secretário e conselheiro
2009-10	Ministério da Fazenda, assessor da Secretaria de Assuntos Internacionais
2010-14	Ministério da Fazenda, secretário-adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais
2014-17	Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas em Genebra, ministro conselheiro
2017-20	Embaixada em Washington, ministro-conselheiro
2020-22	Departamento de Organismos Econômicos Multilaterais, diretor
2022-	Departamento de Política Comercial, diretor

Avulso da MSF 64/2025 [6 de 19]

Vitae - Art. 383, I, a, do RI/SF (SEI-Atos) CV FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL (6951784) SEI 00333.000287/202



Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:

1999-2000 Professor-assistente de Política Externa Brasileira, IRBr

Obras publicadas:

2011 "O Fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira", Fundação Alexandre de Gusmão.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COREIA DO SUL



Agosto de 2025
Ostensivo



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Coreia (<i>Daehan Minguk</i>)
CAPITAL	Seul
ÁREA	99.678 km ² (equivalente a Pernambuco)
POPULAÇÃO	51,556 milhões (2023, +0,23%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (<i>Kuk Hoe</i>): Parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandato de 4 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Lee Jae-myung (desde 04/06/2025)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Cho Hyun (desde 21/07/2025)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Choi Yeonghan (desde 30/08/24)
EMBAIXADORA DO BRASIL	Márcia Donner Abreu (desde 17/08/2022)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO – IDH	0,9237 (20ª posição entre 193 países) (2023)
EXPECTATIVA DE VIDA	84,4 anos (5ª mais alta do mundo) (ONU, 2024)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023)	US\$ 1,71 trilhão (World Bank Group)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (2023)	US\$ 2,61 trilhões (World Bank Group)
PIB PER CAPITA	US\$ 33,12 mil (World Bank Group) (2023)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 50,41 mil (World Bank Group) (2023)
VARIAÇÃO DO PIB	2,2% (2024); 1,4% (2023); 2,6% (2022); 4,3% (2021); - 0,7% (2020)

Intercâmbio Comercial Bilateral (US\$ bilhões *fob*) – Fonte: *Comex stat*

Brasil- Coreia do Sul	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan- jun)
Exportações	3,1	2,9	3,1	3,4	3,4	3,8	5,7	6,2	5,6	5,5	2,71
Importações	5,4	5,5	5,3	5,5	5,0	4,5	5,1	5,5	4,8	5,2	2,66
Saldo	-2,3	-2,6	-2,2	-2,1	-1,6	-0,73	0,6	0,74	0,81	0,34	0,05
Intercâmbio	8,5	8,4	8,4	8,9	8,4	8,3	10,8	11,7	10,4	10,7	5,37



PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Lee Jae-myung**

Nasceu em Andong, Coreia do Sul, em 08/12/1963 (61 anos). Tomou posse como 14º Presidente da Coreia do Sul em 04/06/2025. Proveniente de família pobre, começou a trabalhar como operário fabril ainda criança e, aos 14 anos, sofreu grave acidente de trabalho. Obteve diplomas de equivalência do ensino fundamental e médio e formou-se em Direito em 1986, dedicando-se à advocacia trabalhista e de direitos humanos. Ingressou na política em 2005 pelo Partido Democrático (DPK), de orientação progressista, do qual até hoje faz parte. Elegeu-se prefeito da próspera cidade de Seongnam em 2010, sendo reeleito em 2014. Em 2018 perdeu as primárias democratas para a presidência, mas, em seguida, foi eleito governador de Gyeonggi, a maior e mais rica província coreana. Candidato presidencial nas eleições de 2022, perdeu para o conservador Yoon Suk-yeol por 0,7 % dos votos. Em janeiro de 2024, sobreviveu a uma tentativa de assassinato perpetrada por opositor político. Com o impeachment de seu antecessor, após a fracassada decretação de lei marcial em dezembro de 2024, venceu as eleições presidenciais de 03/06/2025, com 49,4 % dos votos.





CHO Hyun
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 30/11/1957, é diplomata de carreira, conhecido por seu pragmatismo e ampla vivência em diplomacia multilateral. Formou-se em Ciências Políticas e Diplomacia pela Universidade Yonsei (1980), possui mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Columbia (1993) e em Política Internacional pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris, "Sciences Po" (2000), além de doutorado em Política Internacional pela Universidade de Toulouse 1 (2008).

Ingressou no serviço diplomático em 1979. Desde então, acumulou experiência tanto bilateral quanto multilateral. Serviu nas embaixadas da Coreia do Sul na Bélgica, República Centro-Africana, Senegal e EUA e foi embaixador na Áustria e na Índia. Foi Representante Permanente Adjunto e, posteriormente, Representante Permanente da Coreia do Sul junto às Nações Unidas (2019-2022). Nesta última posição, promoveu o "processo de paz na Península Coreana" do governo Moon, voltado ao diálogo com a Coreia do Norte.

Na capital, Cho foi Diretor-Geral de Assuntos Econômicos Internacionais, Ministro Adjunto de Comércio Multilateral, Coordenador de Diplomacia Multilateral e Embaixador para Energia e Recursos Naturais. Foi Segundo e Primeiro Vice-Ministro durante o governo de Moon Jae-in (DPK), entre 2017 e 2019. Atuou também como professor visitante na Seoul National University (2022-2025) e na HUFS (2014). É reconhecido por seus pares como um comunicador eficaz e equilibrado, com uma abordagem diplomática ponderada.



POLÍTICA INTERNA

Em 04/06/25, foi anunciada a vitória de Lee Jae-myung como novo Presidente da Coreia do Sul. Venceu com 49,4% dos votos contra 41,1% do oponente conservador. Comprometeu-se a resgatar o país da instabilidade política causada pela declaração de lei marcial de seu antecessor, retornando à normalidade democrática e impondo limites ao uso arbitrário dos poderes presidenciais. Lee Jae-myung afirmou também que concentrará esforços na retomada do crescimento econômico, que se encontra estagnado por fatores estruturais e conjunturais.

A situação política interna da Coreia do Norte vinha enfrentando incertezas desde dezembro de 2024, quando, no dia 3, o então presidente sul-coreano, Yoon Suk Yeol, declarou lei marcial na Coreia do Sul, lançando a maior crise política e institucional desde o golpe militar de dezembro de 1979. Yoon alegou que a medida era necessária para salvaguardar as liberdades e a segurança do povo, pois os partidos de oposição, em sua opinião, teriam paralisado o processo legislativo para desestabilizar o país. A Assembleia Nacional, poucas horas depois do pronunciamento, votou pela revogação da medida.

Em razão da crise, duas moções de impeachment foram apresentadas, a última das quais aprovada em 14/12/2024. Yoon foi suspenso, e o PM Han Duck-soo assumiu interinamente a presidência.

Em 04/04/2025, a Corte Constitucional da República da Coreia confirmou o impedimento definitivo do ex-presidente Yoon Suk Yeol, determinando a perda do cargo e estabelecendo o prazo de 60 dias para a realização de novas eleições presidenciais.

Nesse meio tempo, o cenário político no país permaneceu instável, com a decisão inesperada da Suprema Corte invalidando a absolvição, em segunda instância, do candidato favorito à Presidência, Lee Jae-myung (DPK, progressista) em processo no qual havia sido absolvido 40 dias antes.

Posteriormente, no entanto, a candidatura de Lee Jae-myung foi confirmada, além da de dois outros candidatos: Kim Moon-soo (PPP, conservador) e Lee Jun-seok (Partido Nova Reforma, conservador reformista e anti-Yoon).

Novas eleições foram realizadas no dia 3/6 conforme planejado. O procedimento ocorreu sem maiores dificuldades, tendo sido eleito Lee Jae-myung como o novo presidente do país.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

Em 2024, o comércio exterior da Coreia do Sul com o mundo totalizou US\$ 1,3 trilhão, valor correspondente a 77% do PIB, indicando o elevado peso do comércio internacional na economia coreana. Houve superávit de US\$ 51,8 bilhões, com exportações de US\$ 683,6 bilhões e importações de US\$ 631,7 bilhões.

Os três principais parceiros comerciais foram China (20,7% do comércio total), Estados Unidos (15,2%) e Vietnã (6,6%). Os principais produtos exportados pela Coreia do Sul foram semicondutores, aparelhos e materiais elétricos (31,1% da pauta); automóveis e peças (13,3%); e reatores nucleares e aparelhos mecânicos (11,8%). Os principais itens importados foram derivados de petróleo (25,7%); semicondutores, aparelhos e materiais elétricos (19,6%); e reatores nucleares e aparelhos mecânicos (10,4%).

O comércio do Brasil com a Coreia do Sul atingiu US\$ 10,7 bilhões em 2024, acréscimo de 1,8% em relação a 2023, com superávit brasileiro de US\$ 345,9 milhões. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 5,5 bilhões (decrécimo de 2,4% em relação



ao ano anterior). Os principais produtos exportados foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (US\$ 1,13 bilhão, +21%); minério de ferro e seus concentrados (US\$ 608 milhões, + 11%); e farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais (US\$ 599 milhões, + 11%).

As importações somaram US\$ 5,15 bilhões em 2024 (acréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior). Os principais produtos importados foram: válvulas e tubos termiônicos, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (US\$ 1,41 bilhão, + 27%); partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 485 milhões, + 9,4%) e demais produtos - indústria da transformação (US\$ 251 milhões, + 4,9%).

Em 2024, a Coreia do Sul foi o 12º principal destino das exportações brasileiras, responsável por 1,63% do total exportado, e o 11º país de origem das importações, respondendo por 1,96% do total importado. No total, a Coreia foi o 12º maior parceiro comercial do Brasil no mundo e o 3º na Ásia, atrás de China e Japão. Já o Brasil foi o 23º parceiro comercial da Coreia no mundo e o 2º na América Latina, atrás do México.

No ano de 2025, de janeiro a junho, a corrente de comércio entre Brasil e Coreia do Sul somou US\$ 5,379 bilhões – as exportações brasileiras foram de US\$ 2,717 bilhões e as importações, de US\$ 2,662 bilhões, com superávit de US\$ 55 milhões para o Brasil.

O Brasil continua a ser o principal destino dos investimentos da Coreia do Sul na América Latina, com mais de 120 empresas sul-coreanas operando no país. Segundo dados do BACEN (no relatório de investimentos diretos 2025/ano base 2023), a Coreia do Sul é o 18º maior investidor no Brasil pelo critério do controlador final, com aproximadamente US\$ 11,24 bilhões em estoque, os quais se concentram na indústria de transformação. Grandes empresas coreanas como Samsung, LG, Hyundai e Hana Micron têm plantas modernas instaladas no país, as quais incluem a produção de automóveis, autopeças e semicondutores. A Coreia do Sul é 4º maior investidor entre os países asiáticos, atrás de China, Japão e Singapura.

Vale ressaltar anúncios recentes (2024) de investimentos de empresas coreanas no Brasil, a exemplo da Hyundai Motor (US\$ 1,1 bilhão até 2032 para o desenvolvimento de tecnologia e fabricação de veículos híbridos, elétricos e verdes); e LG Appliances (US\$ 230 milhões em nova planta de linha branca).

Em setembro/outubro de 2025, será inaugurado formalmente o escritório da Associação de Comércio Internacional da Coreia em São Paulo, que já está em operação desde abril. A unidade, a primeira na América Latina, desenvolve projetos para compilação, tradução e disseminação de dados comerciais estratégicos. Essa documentação viabilizará o acesso de investidores coreanos a marcos legais, normas alfandegárias e regimes de tributação para fomentar o comércio bilateral e investimentos no Brasil.

Durante visita do Secretário Executivo do MDIC à Coreia, em novembro de 2023, foi assinado o "Brazil-Korea Trade and Investment Promotion Framework" (TIPF), reativando mecanismo de cooperação entre os ministérios do comércio, inoperante desde 2018. A primeira reunião do Conselho Consultivo do TIPF ocorreu naquela mesma ocasião. As áreas de cooperação previstas no Memorando são: facilitação do comércio e de investimentos; indústria e tecnologia; recursos energéticos e minerais; economia digital, verde e bioeconomia; e infraestrutura de qualidade.

Em dezembro de 2023, a Embraer venceu licitação para o fornecimento de três unidades do C-390 à Força Aérea Coreana, superando concorrentes de EUA e Europa.

No comércio de produtos agropecuários, os principais pleitos brasileiros são: a abertura do mercado coreano para a carne bovina brasileira; a expansão da área habilitada a exportar carne suína, para incluir, além de Santa Catarina, os estados do



Paraná e Rio Grande do Sul; e a adoção da regionalização para assegurar a manutenção dos fluxos de exportação de carne de frango do Brasil, em caso de confirmação de influenza em aves comerciais.

Foram realizadas 7 rodadas negociadoras com relação a acordo MERCOSUL-Coreia entre 2018 e 2021, quando as negociações foram suspensas em razão de dificuldades do lado sul-coreano com os temas de SPS. O governo brasileiro pontuou durante as negociações a necessidade de equilíbrio geral no acordo, o que implica acesso efetivo não só dos produtos industriais coreanos ao mercado sul-americano, mas também dos produtos agrícolas do MERCOSUL ao mercado coreano.

O Setor Comercial da Embaixada em Seul tem desenvolvido atividades como o apoio à participação brasileira em feiras anuais, a exemplo da "Seoul Food & Hotel" (a quarta maior feira "B2B" de alimentos da Ásia) e a "Seoul Cafe Show" (maior feira do setor na Ásia); a publicação em 2023 do Guia "Como Exportar" (que está sendo atualizado); e participação no "Korea-Brazil Business Forum", evento anual que reúne representantes dos setores público e privado para a discussão de temas econômicos e comerciais e de oportunidades de cooperação entre os dois países.

POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Lee vem demonstrando espírito pragmático e conciliador, confirmando a reversão de certas posições históricas de seu partido, mais hostis a EUA e Japão. Logo na primeira semana de governo, Lee manteve chamadas telefônicas com o Presidente Trump (6/6), o Primeiro-Ministro Ishiba (9/6), e o Presidente chinês Xi Jinping (10/6). Nas conversas com Trump e Ishiba, Lee frisou, como na campanha eleitoral, a centralidade do relacionamento com Washington e o propósito de manter relação madura e mutuamente respeitosa com Tóquio, dando continuidade à cooperação tripartite lançada no governo passado. A Xi Jinping, afirmou sua intenção de buscar ativamente o intercâmbio e a cooperação com a China, principal parceiro comercial do país, em áreas como economia, segurança, cultura e relações interpessoais.

Em relação à Coreia do Norte, o governo de Lee Jae-myung vê a necessidade de reengajamento diplomático para reduzir tensões com o vizinho, sem prejuízo da postura de prontidão militar e da cooperação trilateral com Washington e Tóquio. Nesse sentido, sua administração vem promovendo medidas para reduzir as tensões intercoreanas.

Brasil e Coreia do Sul mantêm relacionamento cordial desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 31/10/1959. Dez anos antes, em 1949, o Brasil fora o 8º país – e o 1º latino-americano – a reconhecer oficialmente a República da Coreia. Em 1962, a Coreia do Sul abriu, no Rio de Janeiro, sua primeira embaixada na América Latina; o Brasil abriu sua embaixada em Seul em 1965.

Política Tarifária do Governo Trump

A Coreia do Sul divulgou, em 31/07, a conclusão das negociações tarifárias com os Estados Unidos:

- a) Houve redução das tarifas "recíprocas" de 25% para 15% e se fixou também em 15% a tarifa setorial para automóveis e autopeças;
- b) A Coreia assinalou que deverá receber o tratamento de nação mais favorecida nas futuras tarifas a serem impostas a semicondutores e produtos farmacêuticos, segmentos essenciais da pauta exportadora coreana aos quais o Governo Trump tem aventado imposição de tarifas setoriais ao amparo da "Seção 232" (Segurança Nacional).



c) Por sua vez, a Coreia aceitou flexibilizar algumas das barreiras não tarifárias identificadas no mais recente "National Trade Estimate Report" divulgado em março passado pelo USTR, incluindo o reconhecimento da equivalência dos padrões de segurança automotiva dos EUA.

d) O lado sul-coreano também concordou em criar um fundo de cooperação de US\$ 350 bilhões para investir nos Estados Unidos. Desse total US\$ 150 bilhões seriam destinados à indústria naval, contemplando toda a cadeia produtiva do setor, desde aquisição e manutenção de estaleiros e construção de embarcações até serviços MRO (manutenção, reparo e revisão). O restante do valor seria investido em cinco setores qualificados como estratégicos: semicondutores, energia nuclear, baterias, biotecnologia e minerais críticos.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais se beneficiariam de maior frequência de visitas de alto nível. O encontro mais recente de chefes de Estado foi a conversa do PR com o PR Lee Jae-myung, em junho deste ano, às margens do G7. O PM Lee Nak-yeon visitou o Brasil para o 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018, quando se reuniu com o então Presidente. A última visita de Estado ocorreu em 2015, quando a PR Park Geun-hye veio ao Brasil.

A visita mais recente de chanceler brasileiro ao parceiro asiático ocorreu em 2018; a de chanceler coreano ao Brasil, em 2012. Cabe recordar que, em agosto de 2024, o Sr. ME cancelou visita a Seul às vésperas da viagem, em razão de emergência relacionada à Venezuela. Em 27/09/24, o Sr. ME reuniu-se com o MNE Cho Tae-yul à margem da AGNU.

O Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), principal instância para a ampla discussão da agenda bilateral e de temas internacionais de mútuo interesse, foi estabelecido em 1996 e teve sua última (13ª) reunião em 08/11/2023, em Brasília. A reunião anterior havia sido realizada em Seul, em 7/10/21.

A 14ª Reunião do MPC será realizada em Seul, em 27/08/2025, e será presidida pela Sra. SG, Embaixadora Maria Laura Rocha, e pelo primeiro Vice-Ministro coreano, Embaixador Park Yoonjoo. Será o primeiro encontro do MPC em nível vice-ministerial – via de regra, o encontro ocorre em nível de Secretário.

Cooperação em Educação

Os vultosos investimentos em educação, sobretudo nas áreas STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), são frequentemente apontados como um dos motores do desenvolvimento da Coreia do Sul, país com a maior proporção de jovens adultos com ensino superior da OCDE e com uma das mais altas avaliações no exame PISA.

A Coreia tem incentivado a internacionalização de suas universidades e atuado ativamente para atrair estudantes estrangeiros. Em 2024, foram registrados 208.962 estudantes estrangeiros, dos quais 145.778 realizaram cursos completos no âmbito de programas de ensino superior. No mesmo ano, programa oficial do Ministério da Educação ("Global Korea Scholarship" – GKS) concedeu bolsas de estudo para 2.462 estudantes de 147 países (21 para estudantes brasileiros), destinadas a cursos integrais de graduação, mestrado e doutorado.

O governo pretende aumentar gradualmente o número de bolsistas GKS até 6.000 em 2027, com foco específico em dobrar as bolsas para cursos nas áreas STEM. Tendo



em vista a excelência de algumas instituições de ensino sul-coreanas, trata-se de interessante oportunidade para a cooperação educacional entre o Brasil e a Coreia, inclusive com possibilidade de concessão de bolsas de estudo. É de notar que um dos interesses do país é atrair esses estudantes para residir e trabalhar na Coreia.

Em abril de 2024, a Embaixada criou o "Cadastro de Estudantes Brasileiros na Coreia do Sul", para o registro de universitários por meio de formulário virtual. Registraram-se 86 estudantes brasileiros. Na época, 45% realizavam curso de mestrado; 20%, de graduação; 10%, de doutorado; e os demais estudavam coreano para ingressar em universidade. Quase metade era bolsista do GKS. Os cursos incluíam ciências humanas, ciências sociais aplicadas, exatas, naturais, engenharias e artes. Do total, 49 participaram de encontro realizado pela Embaixada em maio de 2024.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 1991, o "Acordo Brasil-Coreia sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia" instituiu a "Comissão Mista sobre Ciência e Tecnologia" (CMCT). O mecanismo, que tem por função estabelecer as prioridades na cooperação em CT&I, reuniu-se em três ocasiões: em 2011 (Seul), em 2014 (Brasília) e em 2021 (virtual). A última reunião singularizou como prioridades para a cooperação as áreas espacial e de biotecnologia. Comunicado do MCTI, em 2024, informou novas prioridades: Segurança Cibernética e Comunicações Avançadas; Indústria 4.0 e Transformação Digital; Cidades Inteligentes; Energia e Tecnologia de Transporte; e Cooperação Espacial. A Embaixada tem feito esforços para viabilizar a próxima reunião da Comissão.

O interesse pela cooperação em Ciência, Tecnologia e Informação tem sido crescente. Parcerias da FAPESP e do CNPq com a National Research Foundation (NRF) permitiram o financiamento de projetos de pesquisa conjunta em áreas como espaço, biotecnologia e neurociência. Em 2023, o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Embaixada em Seul promoveu missão de "startups" brasileiras à Coreia, com imersão no ecossistema local de inovação e participação na "Next Rise". Trata-se de uma das maiores feiras de "startups" da Ásia, que contou, pela primeira vez, com a participação de uma palestrante brasileira.

Também em 2023, a Embaixada do Brasil promoveu seminário sobre cooperação em biotecnologia e fármacos, área em que existem parcerias em curso reunindo empresas e entidades brasileiras e coreanas. Na ocasião, representantes do Ministério da Saúde e do Instituto Bio-Manguinhos cumpriram agenda de reuniões e visitas técnicas a empresas coreanas de biofármacos.

Ainda na área da biotecnologia, destaca-se a parceria entre a Samsung Bioepis, uma das maiores fabricantes mundiais de medicamentos biossimilares, o Instituto Bio-Manguinhos e a empresa brasileira Bionovis, no âmbito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Ministério da Saúde. A colaboração tem viabilizado a transferência de tecnologia, a fabricação no Brasil e o fornecimento ao SUS de dois biossimilares. Recentemente, a Bionovis apresentou propostas para quatro novas PDPs e deu início ao seu primeiro estudo clínico no Brasil para medicamento indicado no tratamento de câncer.

No setor espacial, destaca-se a parceria entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Innospace, que, em março de 2023, tornou-se a primeira empresa privada a lançar um foguete do Centro Espacial de Alcântara (CEA). O veículo carregou sistema de navegação inercial desenvolvido pela FAB. No segundo semestre de 2025, está previsto o próximo lançamento em Alcântara da Innospace. Entre os dispositivos a serem



colocados em órbita, estará o primeiro satélite brasileiro a ser lançado do território nacional.

Cooperação Técnica

A Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA) é responsável pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) oferecida pelo governo coreano, por meio de subvenções financeiras, assistência humanitária, programas de capacitação, entre outras formas de auxílio. Com orçamento de USD 1,4 bilhão em 2024, a KOICA presta assistência a cerca de 70 países. O Brasil, classificado pela Coreia como país emergente, não é elegível para receber ODA no âmbito da KOICA, mas já houve ações pontuais (por exemplo, doação de máscaras na pandemia).

Em 2021, foi assinado acordo de cooperação trilateral entre a KOICA, o SENAI de Santa Catarina e a Diretoria Nacional de Aviação Civil do Paraguai, para o oferecimento de cursos de formação de mecânicos de aeronaves para paraguaios. Há espaço para cooperação trilateral em segurança alimentar e cultivos agrícolas na África, por exemplo.

Cooperação em temas culturais

A cultura coreana passou a ocupar lugar central na estratégia de projeção internacional do país e de expansão de seu "soft power" ("Hallyu" ou "Onda Coreana"). O país busca, até 2027, inserir sua indústria cultural entre as quatro maiores do mundo (atrás apenas de EUA, China e Japão) e aumentar as exportações do setor para USD 25 bilhões (o dobro do valor registrado em 2022).

O governo oferece apoio financeiro a diversas expressões culturais do país por meio de programas e agências. Também implementa políticas para promover a exportação de conteúdos culturais e para facilitar sua entrada em mercados internacionais. Grandes conglomerados investem substancialmente em entretenimento, setor que corresponde a parcela significativa da economia coreana e que se revela altamente lucrativo. Em 2022, a receita gerada pelo setor de criação de conteúdo ("K-content") atingiu USD 112 bilhões (aumento de 80% no período 2011-2022), e as exportações, USD 13,2 bilhões (o triplo do valor registrado em 2011).

A Agência Nacional do Cinema (ANCINE), por considerar a Coreia um dos países prioritários nessa área, apresentou ao Korean Film Council (KOFIC), em março de 2024, proposta de acordo bilateral de coprodução audiovisual. Em decorrência dos compromissos consolidados no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), o lado coreano só pode assinar acordos dessa natureza com países com os quais possua acordos de livre comércio. O MinC propôs, então, a assinatura de Memorando de Entendimento em Cooperação Cultural, cuja assinatura ocorreu em novembro, à margem da Reunião de Ministros da Cultura do G20, em Salvador. Na ocasião, foi também assinado Memorando de Entendimento sobre Direitos Autorais.

Em junho de 2024, o Secretário-Executivo do MinC realizou missão a Seul com o apoio da Embaixada. A todos os seus interlocutores sul-coreanos sublinhou a importância que o Brasil atribui ao aprofundamento da cooperação cultural com a Coreia. Na área do audiovisual, a Embaixada apoiou a missão à Coreia, em outubro de 2024, do Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (SICAV) e do Vice-Presidente da FIRJAN. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre o SICAV e o Producers Guild of Korea (PGK).



Além do apoio a missões, a Embaixada mantém excelente cooperação com diversos festivais e eventos culturais na Coreia, com vistas a garantir a participação brasileira e o apoio do Instituto Guimarães Rosa.

Na área de promoção da língua portuguesa, a Embaixada colabora frequentemente com departamentos de Português de importantes universidades coreanas. Entre 2021 e 2024, a Universidade Hankuk de Estudos Estrangeiros (HUFS) contou com leitor Guimarães Rosa, com o qual a Embaixada realizou diversos eventos. Entre eles, destacam-se três edições do Ciclo de Cinema de Língua Portuguesa; duas do Encontro de Professores de Língua, Literaturas e Culturas Lusófonas na Coreia do Sul; e o projeto "Português como Língua de Herança", voltado para crianças

Cooperação parlamentar

Tanto o Senado como a Câmara dos Deputados possuem grupos parlamentares de amizade instalados com a Coreia do Sul. O Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul na Câmara dos Deputados é presidido pela deputada Maria Rosas (Republicanos/SP), e o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul do Senado tem como titular o senador Marcos Pontes (PL/SP). Por iniciativa do Deputado Aroldo Martins (Republicanos/PR), foi instalada, em 2021, na Câmara dos Deputados, a “Frente Parlamentar pela Pacificação das Coreias”, que conta com ativo apoio do Presidente da “Divisão Brasil” do Comitê de Unificação da Coreia, Mestre Yeo Jun Kim. O Comitê é órgão vinculado ao Governo da Coreia do Sul, previsto na Constituição do país, cujo principal objetivo é a promoção da paz na Península Coreana.

Comunidade Brasileira

Segundo dados do Ministério da Justiça sul-coreano, a comunidade brasileira na Coreia do Sul é estimada em 1.641 cidadãos (dados referentes a 31/01/2025), dos quais 882 são mulheres. Não estão incluídos nesse número os cidadãos com dupla nacionalidade, que, conforme estimativa da embaixada, são 180. Ainda segundo aquele ministério, cerca de 6 mil brasileiros visitaram a Coreia do Sul ao longo de 2024. Há campanhas regulares para incentivar o registro de brasileiros residentes junto ao Consulado. O número de cidadãos matriculados monta a 733.

Em 2024, o setor consular realizou 1.937 atendimentos presenciais e prestou assistência consular a 36 cidadãos, com destaque para casos recorrentes de inadmissão e de uma repatriação de menor sequestrada pelo genitor. Atualmente, há apenas um brasileiro detido no país, cumprindo pena de sete anos por tráfico de drogas, com previsão de libertação em 02/04/2026.

Em 2023, a imigração coreana ao Brasil completou 60 anos. O contingente populacional de coreanos, estabelecido principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas.

CRONOLOGIA BRASIL-COREIA

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1962	Abertura da Embaixada da Coreia do Sul no Rio de Janeiro.
1963	Início da imigração coreana ao Brasil.
1965	Abertura da Embaixada do Brasil em Seul.



1973	Visita do Chanceler Kim Yong-shik ao Brasil.
1991	Visita a Seul do Chanceler Francisco Rezek.
1995	Visita do Chanceler Gong Ro-myung ao Brasil.
1996	Visita do Presidente Kim Young-sam ao Brasil.
1996	Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.
1999	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kim Jong-pil.
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Coreia do Sul,
2004	Visita do Presidente Roh Moo-hyun ao Brasil.
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Coreia do Sul.
2008	Visita do Presidente Lee Myung-bak ao Brasil.
Nov/2010	Visita do Presidente Lula e da Presidenta eleita Dilma Rousseff (G20)
Jan/2011	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Kim Hwang-sik (posse)
Ago/2011	I Reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, em Seul.
Mar/2012	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Coreia (II Cúpula de Segurança Nuclear)
Mai/2012	Visita do Chanceler Kim Sung-hwan ao Brasil.
Jun/2012	Participação do Presidente Lee Myung-bak na Rio+20.
Jul/2014	Abertura da Adidância de Defesa brasileira residente em Seul.
Abr/2015	Visita ao Brasil da Presidente Park Geun-hye
Mar/2018	Visita do Primeiro-Ministro Lee Nak-yon ao Brasil (VIII Fórum Mundial da Água)
Mai/2018	Visita do Chanceler Aloysio Nunes a Seul e lançamento das negociações comerciais MERCOSUL-Coreia do Sul.
Fev/2022	Visita do Chanceler Cho Tae-yul (Ministerial do G20, sem bilateral)
Set/2024	Encontro entre os chanceleres à margem da AGNU em Nova Iorque
Nov/2024	Visita do PR Yoon Suk Yeol ao Brasil, para Cúpula do G20 no Rio de Janeiro
Jun/2025	Encontro entre o PR Lula e o PR Lee Jae-Myung na Cúpula do G7, Canadá





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2025

(nº 1259/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 65/2025 [1 de 64]



MENSAGEM Nº 1.259

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUIZ CESAR GASSER**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUIZ CESAR GASSER** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2025.





EXM nº 160/2025

Brasília, 26 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUIZ CESAR GASSER**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ CESAR GASSER** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro**, em 03/09/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6963966** e o código CRC **8E2E8B0D** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000245/2025-31

SEI nº 6945949



00333.000399/2025-23



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1496/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992553** e o código CRC **581B4604** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000399/2025-23

SEI nº 6992553

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 65/2025 [4 de 64]

OFÍCIO 1496 (6992553)

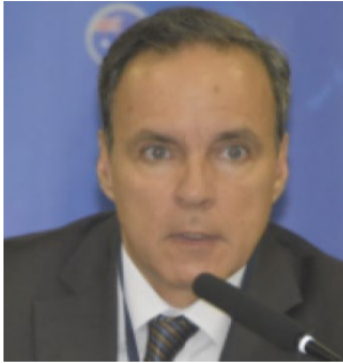
SEI 00333.000399/2025-23 / pg. 1





INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ CESAR GASSER

CPF.: [Informações pessoais]
ID.: [Informações pessoais]

[Informações] Filho de [Informações pessoais] e [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais], em [Informações pessoais]

Dados Acadêmicos:

1987	Direito pela Universidade Católica de Petrópolis/RJ
1987	Complementação Pedagógica em Letras-Inglês pela Universidade Católica de Petrópolis
1989-90	CPCD - IRBr
1999	CAD - IRBr.
2008	CAE - IRBr. Tese: Os Acordos Internacionais de Madeiras Tropicais (1983-2006): evolução normativa e implementação, à luz dos interesses brasileiros.

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2019	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1993-95	Embaixada em Pequim, terceiro-secretário e segundo-secretário
1996-99	Delegação Permanente em Genebra, segundo-secretário
1999-2002	Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário
2003-06	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
2007-10	Missão junto à CEE, Bruxelas, conselheiro
2011-13	Divisão de Negociações de Serviços, chefe
2014-16	Embaixada em Dublin, ministro-conselheiro
2017	Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico, chefe de gabinete
2017-18	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, chefe de gabinete
2018-19	Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, diretor



2019-22 Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria, diretor
2002- Consulado-Geral do Brasil em Roma, cônsul-geral

Condecorações:

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, comendador
2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, grande oficial
2023 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha
2024 Ordem do Mérito Naval, Brasil, grande oficial



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA POLÔNIA



OSTENSIVO



DADOS BÁSICOS SOBRE A POLÔNIA	
NOME OFICIAL	República da Polônia
GENTÍLICO	Polonês
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	312.685 km²
POPULAÇÃO (2024)	37,5 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Polonês (oficial; 98,2%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (91%); Ortodoxismo (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional, bicameral: <i>Sejm</i> (câmara baixa) e Senado (câmara alta).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Karol Nawrocki
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Donald Tusk
CHANCELER	Radosław Sikorski
PIB NOMINAL (2023)*	US\$ 809,2 bilhões (21º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB PPP (2023)*	US\$ 1,6 trilhão (20º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB NOMINAL per capita (2023)*	US\$ 22.056 (67º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2023)*	US\$ 46.669 (50º no mundo; fonte: Banco Mundial)
VARIAÇÃO REAL DO PIB (2016-2024)	2,9% (2024); 0,1% (2023); 5,3% (2022); 6,8% (2021); -2,5% (2020); 4,5% (2019); 5,1% (2018), 4,8% (2017); 2,9% (2016) (fonte: Escritório Central de Estatísticas)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2022)*	0,881 (36º lugar de 193 países; fonte: UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	78,4 anos (fonte: Escritório Central de Estatísticas)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (dez/2024)	5,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Złoty (PLN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Embaixador Andrzej Cieszkowski (designado; atualmente encarregado de negócios a.i.)
EMBAIXADOR EM VARSÓVIA	Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro
BRASILEIROS NO PAÍS (2024)	Estima-se em cerca de 3.000 o número de brasileiros residentes permanentemente na Polônia.

*Dados mais recentes disponíveis em fevereiro de 2025

Intercâmbio comercial (em US\$ milhões)

BRASIL → POLÔNIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1.024,4	915,0	1.190	1.560	1.510	1.444	1.790	2.010,7	2.600,7	2.414,4
Exportações	494,9	427,7	595,9	857,0	850,3	826,0	903	1.083,6	1.750,8	1.385,6
Importações	529,5	487,3	560,7	700,0	661,4	618,6	887	927,1	849,9	1.028,8
Saldo	-34,6	-59,5	1,66	157,0	188,9	207,4	16,1	156,5	900,9	356,8



APRESENTAÇÃO

O Estado polonês, em suas origens que remontam ao século X, foi marcado pela cristianização do país e pelo surgimento do Reino da Polônia, que consolidaram a soberania nacional e possibilitaram a implementação de modelo político com participação ativa da nobreza na gestão do Estado.

A união dinástica polonesa-lituana, em meados do século XVI, consolidou uma monarquia forte e influente na Europa Central e representou momento de grande dinamismo cultural e político, mas também de desafios internos decorrentes da descentralização do poder e de conflitos internos, elementos que contribuíram para o enfraquecimento progressivo do reino. No século XVIII, entre 1772 e 1795, Rússia, Prússia e Áustria dividiram a Polônia entre si, ato que levou à dissolução do reino e à perda de soberania por mais de um século (123 anos), deixando marcas profundas na memória e na estrutura institucional do país.

A Polônia recuperou sua independência em 1918, tornando-se oficialmente uma república. Em 1939, o país foi novamente invadido, dando início à Segunda Guerra Mundial, tendo sido partilhado entre a Alemanha nazista e a União Soviética stalinista. No pós-guerra, a Polônia ficou sob a esfera de influência comunista e tornou-se um estado-satélite da URSS.

Em 1980, turbulência operária levou à formação do sindicato independente “Solidariedade”, que ao longo do tempo se tornou a força política central do país. Com a queda do muro de Berlim, eleições livres, em 1989 e 1990, deram ao Solidariedade a presidência e o controle do parlamento, encerrando a era comunista. A redemocratização iniciada em 1989 inaugurou novo ciclo político e econômico no país. A integração à OTAN, em 1999, e à União Europeia, em 2004, impulsionou reformas que modernizaram as instituições, fortaleceram a governabilidade e promoveram o crescimento econômico polonês.

A República da Polônia é hoje o maior país da Europa centro-oriental e faz fronteira com Belarus e Ucrânia, a leste; com a Alemanha, a oeste; com a Lituânia e a Rússia (no exclave de Kaliningrado), ao norte; e com a República Tcheca e a Eslováquia, ao sul. Trata-se de potência média política, econômica e militar, porém em franca ascensão no âmbito da União Europeia (UE). Com 37,5 milhões de habitantes e um PIB nominal, em 2023, de aproximadamente US\$ 810 bilhões, o 21º do mundo segundo o Banco Mundial, e de US\$ 1,6 trilhão, de acordo com a metodologia de paridade de poder de compra – PPP, a Polônia é atualmente o quinto maior país em população e a sexta maior economia da UE.

A Polónia é um caso bem-sucedido de transição do socialismo ao capitalismo. Desde a década de 1990, o país registrou uma das taxas de crescimento econômico mais elevadas da UE, tendo sido a única economia do bloco a não entrar em recessão por ocasião da crise financeira internacional de 2008 e uma das primeiras a registrar forte recuperação após o fim da pandemia de Covid-19. A despeito do temor inicial de que a guerra na Ucrânia pudesse gerar impacto fortemente negativo sobre a economia polonesa, as perspectivas de crescimento econômico do país nos próximos anos continuam positivas. Segundo projeções do FMI, a Polónia terá o maior crescimento do PIB entre os países da UE em 2025, em torno de 3,5%, superior à previsão de crescimento econômico na zona do euro, em torno de 1%.

A eclosão da guerra na Ucrânia, na realidade, teve como efeito colateral uma maior projeção da Polónia na Europa e no mundo, tanto em função de sua posição geográfica estratégica, quanto de seu ativismo político-diplomático no contexto do conflito. A Polónia é parceira dos países ocidentais na defesa da Europa e de seus valores frente ao que considera uma “ameaça imperialista” da Rússia, no âmbito da qual a invasão da Ucrânia não passaria de um capítulo de um plano maior de expansão russa em direção à Europa Oriental e Central.



Nesse contexto, o interesse do novo governo polonês, eleito no final de 2023, em retomar as consultas políticas com o Brasil, manifestado desde o início da gestão do governo Tusk, constitui sinal de como as relações bilaterais são vistas positivamente por Varsóvia, notadamente no contexto da ambição polonesa de ampliar sua projeção internacional. Para Varsóvia, as consultas políticas de 2025 foram, assim, oportunidade de retomar o diálogo bilateral com o maior país da América Latina e um dos atores mais influentes do chamado “Sul Global”.

A última reunião de consultas políticas entre o Brasil e a Polônia ocorreu em março de 2025, em Varsóvia, e as transformações resultantes de eleições democráticas influíram na definição de suas posições no plano internacional. Do lado polonês, assumiu o poder em 2023 uma coalizão de partidos de centro-direita e centro-esquerda liderada pelo ex-primeiro-ministro Donald Tusk, sensivelmente mais europeísta do que o governo anterior do partido de direita Lei e Justiça (PiS), mas igualmente refratária à Rússia e favorável ao apoio à Ucrânia no âmbito do conflito ainda em curso.



PERFIS BIOGRÁFICOS**Karol Tadeusz Nawrocki****Presidente da República**

Nasceu em 1983, em Gdansk, é casado com Marta Nawrocka e tem três filhos. Nawrocki formou-se pela Universidade de Gdansk, onde obteve doutorado em história, com tese sobre a resistência anticomunista na Polônia. Foi presidente do Instituto da Memória Nacional (IPN) e diretor do Museu da Segunda Guerra Mundial em Gdansk. Embora sem experiência eleitoral anterior, seu trabalho institucional, alinhamento ideológico e baixo perfil político o tornaram uma escolha estratégica para a candidatura presidencial do PiS em 2025.

**Donald Franciszek Tusk****Primeiro-Ministro**

Nasceu em Gdańsk, em 22 de abril de 1957. Foi primeiro-ministro da Polônia, entre 2007 e 2014, e presidente do Conselho Europeu, entre 2014 e 2019. Ocupa novamente o cargo de primeiro-ministro desde 13 de dezembro de 2023 e é o líder do partido Plataforma Cívica (PO), o qual co-fundou em 2001. Além de político, é também historiador.





Radosław Tomasz Sikorski

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Bydgoszcz, em 23 de fevereiro de 1963. Já havia sido chanceler durante o governo anterior de Donald Tusk, entre 2007 e 2014. Foi marechal do *Sejm* (presidente da câmara baixa do Parlamento polonês), entre 2014 e 2015, e membro do Parlamento Europeu, de 2019 a 2023. Assumiu novamente o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 13 de dezembro de 2023. Em 23 de julho de 2025, foi elevado pelo PM Donald Tusk ao cargo cumulativo de Vice-Primeiro-Ministro. É casado com a jornalista e historiadora norte-americana Anne Applebaum, vencedora do prêmio Pulitzer e especialista em Europa do Leste.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer, em 1918, a restauração da independência da Polônia. O fato é lembrado com simpatia pelos poloneses, que tendem a valorizar gestos estrangeiros de apoio ao país feitos na sucessão de momentos difíceis que marcaram a história polonesa.

Em 2020, celebrou-se o centenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia. No ano anterior, havia sido celebrado o sesquicentenário do início da grande imigração polonesa para nosso país, conhecida como “o voo da águia”, em alusão à ave símbolo da Polônia. O primeiro presidente polonês a visitar o Brasil foi o lendário líder sindical Lech Wałęsa, em 1995, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso visitado a Polônia em 2002 e o presidente Aleksander Kwaśniewski retribuído a visita naquele mesmo ano. A última visita bilateral de alto nível foi realizada em setembro de 2015, ocasião em que o então vice-presidente Michel Temer esteve na capital polonesa.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, ainda que o México se tenha convertido recentemente no principal destino das exportações polonesas na região. Cerca de quinze empresas polonesas estão presentes como investidoras no mercado brasileiro, ao passo que apenas duas empresas brasileiras de maior porte têm presença no mercado polonês (Stefanini, no setor de TI, e WEG, no setor ferroviário). Na condição de duas das maiores economias mundiais (8ª e 21ª, respectivamente), o intercâmbio comercial e os investimentos recíprocos situam-se aquém das potencialidades de lado a lado, diagnóstico compartilhado pelos dois países em encontros bilaterais nos últimos anos. A integração da Polónia à União Europeia, os vínculos econômicos maduros já estabelecidos pelo Brasil com países da Europa Ocidental e a distância geográfica têm sido frequentemente apontados como fatores que levaram a esse cenário.

A despeito disso, existem notáveis vínculos históricos, sociais e culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de expressiva comunidade de descendentes de poloneses, estimada entre 2 e 3 milhões de pessoas, resultante, sobretudo, das migrações ocorridas de meados do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Os refugiados judeus poloneses, que partiram para o Brasil no período entre Guerras, e seus descendentes formam hoje a maior parte da comunidade judaica brasileira, uma das maiores do mundo. A contribuição dos imigrantes poloneses ao desenvolvimento do Brasil é expressiva nas mais diferentes áreas, a exemplo da medicina, da física, da psicologia, do teatro, da arquitetura, da literatura e das ciências jurídicas. Trata-se de um verdadeiro patrimônio sociocultural que constitui base sólida para o aprofundamento das relações bilaterais.

O lado polonês tem expressado de forma recorrente seu interesse em aprofundar os vínculos com o Brasil e em promover visitas bilaterais de alto nível. Em 2022, o presidente Andrzej Duda, o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki e o então chanceler Zbigniew Rau congratularam o senhor presidente da República pelo êxito no pleito eleitoral brasileiro daquele ano, havendo o presidente polonês convidado o presidente Lula a visitar a Polónia após sua posse. Em janeiro de 2023, na sequência dos movimentos antidemocráticos de 08/01, em Brasília, as autoridades polonesas vieram a público solidarizar-se com a democracia brasileira. Registre-se, por oportuno, que o primeiro-ministro Donald Tusk e o chanceler Radosław Sikorski já se encontraram com suas contrapartes brasileiras, quando ambos ocuparam as mesmas funções no passado (encontro Tusk-Lula em Lima, em 2008, e visita ao Brasil de Sikorski, em 2012).

O chanceler Sikorski aceitou o convite brasileiro e participou da reunião ampliada de chanceleres do G-20 em Nova York (25/09/24) e, também a convite do Brasil, a Polónia aderiu, como membro fundador, à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.



O partido conservador Lei e Justiça (PiS), que ocupou o poder de 2015 a 2023, buscou em sua gestão estreitar as relações com o Brasil, valendo-se especialmente das convergências político-ideológicas então existentes. Nesse período, foi intensificada a frequência das consultas políticas bilaterais, cujas quatro últimas edições ocorreram em maio de 2018 (Brasília), agosto de 2019 (Varsóvia), fevereiro de 2020 (Brasília) e julho de 2022 (Brasília). Em sua última edição, a delegação polonesa foi chefiada pelo então vice-chanceler Marcin Przydacz, que assumiu posteriormente o cargo de assessor internacional do presidente Duda, e a delegação brasileira foi liderada pelo embaixador Kenneth Haczynski da Nóbrega, então secretário de Oriente Médio, Europa e África.

No que se refere a candidaturas, Brasil e Polônia têm buscado apoiar seus pleitos de lado a lado, havendo, com frequência, estabelecido acordos de troca de votos, como ocorreu nos casos das seguintes candidaturas apresentadas desde a última reunião de consultas políticas, em 2022:

- a) TIDM (Brasil, 2026-2035) e SPT (Polônia, 2025-2028);
- b) CDH (Brasil, 2027-2029) e Comissão de Estatísticas (Polônia, 2025-2028);
- c) CDPD (Brasil, 2025-2028) e UNAIDS (Polônia 2025-2027);
- d) ACABQ (Brasil, 2024-2026) e UNIDROIT (Polônia, 2024-2028);
- e) IMO (Brasil, 2024-2025) e IMO (Polônia, 2024-2025);
- f) CDH (Brasil, 2024-2026) e CND (Polônia, 2024-2027);
- g) CIJ (Brasil, 2022-2027) e TIDM (Polônia, 2023-2032); e
- h) RRB/UIT (Brasil, 23-26) e UIT (Polônia, 23-26).

Muito embora a Polônia não divulgue antecipadamente seus votos, a atitude polonesa tem sido sempre simpática às candidaturas brasileiras, o que se percebe por ocasião das gestões feitas com esse objetivo pela Embaixada em Varsóvia. Em um caso específico, a candidatura da Dra. Thelma Krug à presidência do IPCC, em meados de 2023, o Ministério do Clima e do Meio Ambiente da Polônia se permitiu sugerir, durante gestões realizadas pela Embaixada, que o apoio polonês poderia ser conferido à candidata brasileira caso o Brasil fizesse manifestação positiva a respeito do pleito polonês de maior participação nas atividades do G-20 sob presidência brasileira.

Há acordos bilaterais já assinados entre os dois países, mas ainda pendentes de aprovação legislativa no Brasil, bem como instrumentos cujas negociações, ainda inconclusas, poderiam vir a ser estimuladas por ocasião da próxima reunião das consultas políticas. Encontram-se em negociação ou aguardam assinatura os seguintes instrumentos:

- a) Acordo de Previdência Social;
- b) Acordo de Coprodução Audiovisual;
- c) Acordo de Visto Férias-Trabalho;
- d) Memorando de Entendimento IRBr-Akademia Dyplomatyczna;
- e) Acordo de Extradicação;
- f) Acordo de Assistência Mútua em Matéria Penal;
- g) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Defesa Cibernética;
- h) Acordo de Cooperação Esportiva;
- i) Memorando de Entendimento em Arquivologia.

- Cooperação econômica, comércio bilateral e investimentos

Em seu estado atual, as trocas comerciais e os investimentos entre o Brasil e a Polônia estão aquém do potencial de cooperação entre as duas economias, não correspondem ao peso global e regional de ambas, nem refletem os laços históricos e sociais significativos que vinculam os dois países. Nas últimas décadas, o PIB de ambos os países mais que triplicou, com a corrente de comércio



bilateral crescendo proporcionalmente, tendo atingido o total de US\$ 2,4 bilhões em 2024, contra US\$ 2,6 bilhões em 2023. O fato de que, muito embora tenha uma economia menor do que a brasileira, a Polônia registre um volume de comércio exterior superior ao do Brasil ilustra o potencial do mercado polonês para o Brasil.

No campo dos investimentos, enquanto a UE detinha no Brasil, em 2022, estoque investido de cerca de US\$ 320 bilhões, a Polônia não figurava sequer entre os 50 maiores investidores diretos no Brasil naquele ano. A limitada participação de capitais poloneses no estoque de investimentos no Brasil chama atenção ainda maior diante do fato de que o Brasil ter sido em 2023, segundo a OCDE, o segundo maior receptor de investimentos estrangeiros diretos do mundo. Note-se que o fato de o Brasil não ter ainda incorporado a seu ordenamento jurídico o acordo bilateral para evitar a bitributação, firmado em setembro de 2022 e já aprovado na Polônia, tem sido apontado, entre outros motivos, como entrave ao aumento dos investimentos poloneses na economia brasileira.

Diversos elementos de natureza política e conjuntural concorreriam para a manutenção desse *status quo* ao longo dos anos. Em primeiro lugar, e a despeito dos esforços empreendidos de lado a lado, ainda há conhecimento mútuo insuficiente sobre as realidades e potencialidades dos dois países, o que em parte resulta da reduzida prioridade atribuída a essa relação por agentes públicos e privados dos dois países em suas iniciativas econômicas. Em segundo lugar, o fato de a Polônia ser membro da União Europeia lhe garante facilidades nas suas trocas comerciais e nos fluxos de investimentos com sua vizinhança imediata. Registre-se, por oportuno, que nos últimos anos, a Polónia destinou a seus parceiros da UE, em média, cerca de 75% de suas exportações. Em terceiro lugar, a relevância atribuída tanto pela Polónia quanto pelo Brasil a seu relacionamento econômico com outros países membros do bloco europeu, o que acaba por limitar as oportunidades e os incentivos oferecidos por ambos os lados com o objetivo de promover a cooperação econômica bilateral.

A crescente relevância internacional da Polónia, tanto política quanto econômica, recomendaria ao governo brasileiro a adoção de ações concretas destinadas a incentivar a cooperação econômica bilateral, inseridas no contexto mais amplo das políticas brasileiras de diversificação e ampliação de suas parcerias econômico-comerciais. Além do Acordo de Associação Mercosul-UE, elemento avaliado como essencial para o incremento dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais, a implementação de dois outros acordos bilaterais já negociados poderia trazer benefícios nesse sentido: o (i) Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas (IC) e o (ii) Acordo para a Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e seu Protocolo (ADT). Ambos os instrumentos foram assinados em setembro de 2022, tendo a Polónia já concluído os trâmites internos para sua entrada em vigor em 2023. Enquanto o IC ainda aguarda encaminhamento ao Senado Federal, o ADT foi aprovado pelo Congresso Nacional em 18 de julho de 2025.

Comércio

O comércio bilateral de bens é superavitário para o Brasil, ainda que mantenha composição desequilibrada. A pauta exportadora brasileira consiste sobretudo de *commodities* agrícolas e minerais, com registros ocasionais de bens de alto valor agregado, como as aeronaves da Embraer. Em 2024, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,4 bilhões, contra US\$ 2,6 bilhões em 2023 e US\$ 2,01 bilhões em 2022. As exportações brasileiras para a Polónia em 2024 atingiram US\$ 1,38 bilhão, com redução de 20,8% em relação ao valor do ano anterior, enquanto as importações chegaram a US\$ 1,02 bilhão, um aumento de 20,9% no mesmo período. Tais cifras resultaram em superávit de US\$ 358 milhões para o Brasil em 2024, frente a US\$ 904 milhões em 2023.



Os principais itens de exportação brasileiros para a Polônia são produtos primários, com destaque para farelo de soja e outros alimentos para animais (40%), minérios de cobre e seus concentrados (36%) e café (4,3%). Constam também da pauta, mas de forma oscilante ano a ano, produtos industrializados tais como máquinas mecânicas, sobretudo motores, além dos aviões da Embraer e suas partes e peças – a companhia aérea estatal polonesa LOT é um dos principais clientes da Embraer na Europa, com 47 jatos da fabricante brasileira em sua frota, o que corresponde a quase metade da mesma. As importações brasileiras de produtos poloneses, por sua vez, são compostas sobretudo por bens industrializados, tais como medicamentos, autopeças, máquinas mecânicas e móveis. Nas importações brasileiras de produtos poloneses, destacam-se máquinas e aparelhos mecânicos (21.8%) e medicamentos (16.9%).

De acordo com dados estatísticos brasileiros, a participação da Polônia no total das importações do Brasil em 2024 foi de apenas 0,4%, mesmo nível do ano anterior, tendo esse país figurado como o 42º no ranking dos provedores do mercado brasileiro (43º em 2023 e 46º em 2022). Já no ranking de destinos das exportações brasileiras, a Polônia figurou na 41ª posição em 2024 (contra 36ª em 2023) e respondeu igualmente por 0,4% do total (0,5% no ano anterior). O valor total das exportações brasileiras para a Polônia tem aumentado em números absolutos nos últimos anos, mas sua participação relativa tem diminuído, o que se deve ao incremento em proporção ainda maior das exportações globais do Brasil.

Diferentemente do que ocorre no intercâmbio de bens, o Brasil é deficitário no comércio de serviços com a Polónia. Segundo o Escritório Central de Estatísticas (GUS, na sigla em polonês), esse déficit foi da ordem de US\$ 26,5 milhões em 2023. Dados da OMC do mesmo ano confirmam o saldo deficitário do Brasil no comércio de serviços com a Polónia, mas o valor registrado pelo sistema multilateral de comércio é ainda maior do que o saldo registrado pelo GUS, tendo atingido US\$ 131,4 milhões. Segundo a OMC, o valor das importações polonesas de serviços do Brasil chegou a US\$ 180 milhões (0,3% do total das importações polonesas de serviços), enquanto as exportações polonesas ao Brasil totalizaram US\$ 311,4 milhões (0,3% do total das exportações polonesas). O Brasil é o 40º parceiro da Polónia no ranking de comércio bilateral de serviços.

- Nichos de oportunidades comerciais

A Embaixada em Varsóvia identifica alguns segmentos em que haveria potencial de aumento de participação na pauta comercial entre Brasil e Polónia:

1) Móveis

O segmento de móveis de luxo e design sofisticado na Polónia ainda é considerado por especialistas como pouco desenvolvido, o que poderia gerar oportunidade para fabricantes brasileiros nesses nichos, apesar de o produto brasileiro ainda ser pouco conhecido pelos poloneses. Nesse sentido, pode ser oportuno considerar a inclusão da Polónia no planejamento do projeto setorial *Brazilian Furniture*, parceria da Apex com a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL), assim como no Projeto Raiz, criado pelo Sindimóveis Bento Gonçalves, em parceria com aquela Agência, voltado para a promoção dos designers brasileiros de móveis. Além de estratégias de relacionamento com compradores locais, o Brasil poderia investir na participação de feiras como a *Drema Fair*, a *Warsaw Home Furniture* e a *Meble Polska*.

2) Plásticos



A concorrência no mercado polonês é intensa. Produtos originários da UE são favorecidos pela proximidade geográfica e pela própria dinâmica interna do bloco, mas a porção das importações polonesas ocupada por países de outras regiões, principalmente da Ásia, é crescente. O Brasil, 4º maior produtor mundial, com mais de 4 milhões de toneladas por ano, e 5º maior consumidor, poderia explorar esse mercado em nichos como os de lâminas de maior valor agregado e de embalagens flexíveis. O programa setorial *Think Plastic Brazil*, conduzido pela APEX-Brasil e pelo Instituto Nacional do Plástico, poderia considerar a inclusão da Polônia em seus projetos de encontros de negócios e participações em feiras. Nesse particular, registra-se a realização de dois grandes eventos específicos do setor de plásticos nesse país, a *Warsaw Plast Expo* e a *Plastpol*.

- 3) Minerais críticos, estratégicos e fundamentais para a transição energética
- O Brasil dispõe de grandes reservas de insumos essenciais para a transição energética com ênfase na eletromobilidade, como cobre, níquel, manganês, grafite e zinco, além de terras raras e lítio. A Polônia, por sua vez, é um dos líderes europeus na produção e exportação de baterias elétricas automotivas e já dispõe de fábricas que cobrem todos os elos da cadeia de suprimento, desde o processamento de recursos naturais, passando pela produção de células de bateria, até a sua inserção em módulos de bateria e montagem em automóveis. A Polônia detém a segunda maior capacidade mundial na fabricação de baterias íon-lítio, atrás apenas da China.

Ademais, à luz da capacidade exportadora brasileira e do nível de demanda do mercado polonês, vale registrar, ainda, os seguintes segmentos e produtos com potencial de incremento no comércio bilateral: aeronaves, soja, algodão, amendoim, bulldozers e niveladoras, café, carne bovina, granito, milho, petróleo,

Investimentos Diretos

Apesar do potencial de ambos os lados, o volume de investimentos diretos poloneses no Brasil é muito pequeno. Segundo dados do Banco Nacional Polonês (NBP), a Polônia registrava, no fim de 2023, um estoque global de investimentos diretos de US\$ 39,6 bilhões de dólares, dos quais cerca de 75% (US\$ 30 bilhões) na União Europeia. A América do Sul concentraria apenas US\$ 895,6 milhões dos estoques poloneses (pouco mais de 2%), dos quais a maior parte estaria no Chile (US\$ 722 milhões) e na Colômbia (US\$ 154,5 milhões). O estoque de investimentos diretos poloneses no Brasil é de apenas US\$ 19,5 milhões (0,04% do total global).

Nos últimos anos, os principais investimentos diretos da Polônia no Brasil foram registrados nos setores de construção civil, turismo, softwares, químico e automobilístico, incluindo empresas como Selenia (produtos químicos para a construção civil), Komandor (móveis), RTB House (marketing baseado em *deep learning* para comércio eletrônico), CanPack (embalagens), Maflow (autopeças), GTV (acessórios para móveis) e LUG (engenharia elétrica), além das provedoras de software Brainly, Edrone e Nethone.

Os principais destaques são as empresas DocPlanner e Gremi International. A primeira é um grupo fundado na Polônia em 2012 e hoje presente em 20 países. Trata-se de um dos maiores investidores poloneses no Brasil, por meio de suas subsidiárias Doctoralia, que oferece plataforma de contato entre pacientes e profissionais de saúde, e Feegow, provedora de soluções de telemedicina e gerenciamento de clínicas e consultórios médicos. As subsidiárias do grupo no Brasil empregam quase 500 pessoas e estão avaliadas em cerca de US\$ 30 milhões. A segunda, cujo presidente (que também é cônsul honorário do Brasil em Cracóvia desde 2009) é responsável pelo maior investimento polonês



no Brasil país atualmente, é um complexo turístico imobiliário de alto luxo no município de Baía Formosa, Rio Grande do Norte. O projeto, denominado Arteco Estrela, em área de 2,3 mil hectares, prevê a construção de hotel, instalações de resort e unidades residenciais de luxo. Para além dos benefícios à economia local, o empreendimento tem o potencial de catalisar outras iniciativas para o adensamento das relações econômicas bilaterais, como o estímulo à implementação de voos diretos, fretados ou regulares, entre os dois países e a dinamização de aquisições de residências de veraneio ou de aposentadoria no Brasil por poloneses, fenômeno já crescentemente observado em relação a outros países.

No sentido contrário, há registro de empresa brasileira com investimentos de monta na Polônia, a Stefanini IT Solutions, sediada em Cracóvia, que entrou no mercado polonês por meio da aquisição da empresa Tech Team e presta serviços corporativos no campo da inteligência artificial e informática. Em 2019, a startup brasileira OrientaMed, que atua no setor de medtech, registrou sua empresa na Polônia e, em 2020, a Game Plan, do setor de jogos digitais, estabeleceu escritório neste país. Já em 2023, a companhia Oakberry, fabricante de produtos de açaí, abriu sua terceira loja franqueada em Varsóvia.

A brasileira WEG ampliou seu número de filiais na Europa e decidiu, no final de 2022, estabelecer na Polônia novo escritório e armazém, na região de Cracóvia, onde ocupa uma área de cerca de 2.200 m². Na ocasião, o CEO da WEG Polônia, afirmou que “a Polônia é reconhecidamente especializada em indústrias que utilizam motores elétricos, geradores e transformadores de alta qualidade. Esse mercado também se beneficia de sólido setor de automóveis e produtos da linha branca, além de inúmeras empresas que oferecem soluções e mecanismos “chave na mão” para elevadores, escadas rolantes, barreiras e sistemas de ventilação”.

Passo relevante nos esforços de promoção de investimentos poloneses no Brasil seria aprofundar os laços entre a ApexBrasil e a Agência Polonesa de Investimentos e Comércio (PAIH), conforme já proposto por autoridades polonesas na Chancelaria e no Ministério do Desenvolvimento Econômico e Tecnologia. A PAIH já manifestou, em distintas ocasiões, a relevância que atribui ao Brasil e o interesse da Agência em promover maior aproximação bilateral, o que se viu refletido na decisão de reabrir, em 2022, seu escritório na cidade de São Paulo.

Acordo Mercosul – União Europeia

Em 26 de novembro de 2024, o Conselho de Ministros da Polônia aprovou resolução, assinada pelo primeiro-ministro Donald Tusk, mediante a qual rejeitou formalmente a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia em seu estado atual. Ao longo dos últimos três anos, a parte polonesa, nos níveis políticos e técnicos, mantinha o discurso de que o país via méritos no acordo e que, a despeito da conhecida oposição do setor agrícola polonês, Varsóvia não constituiria obstáculo à assinatura do instrumento na reta final de sua apreciação no plano europeu.

A posição polonesa contrária ao acordo Mercosul-UE deve-se a circunstâncias de natureza política tanto no plano interno quanto no plano europeu. No plano interno, a acirrada disputa pelos votos do eleitorado do meio rural nas eleições presidenciais de maio de 2025 lançou as forças políticas do país, da extrema-esquerda à extrema direita, a cortejar os eleitores rurais e o setor agrícola. A oposição ao acordo Mercosul-UE parece corresponder a uma posição de princípio da agricultura europeia contra a concorrência estrangeira, a pressões sobre a Comissão Europeia por mais recursos financeiros e subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum e, ainda, por menos exigências regulatórias comunitárias impostas ao setor. Preocupa os agricultores poloneses, sobretudo, que os produtos competitivos do agronegócio do Mercosul possam “fazer preço” na UE e “desestabilizar” os



mercados internos, além de ocupar espaço em outros países europeus, para os quais os produtores poloneses destinam excedentes de sua produção agropecuária.

Na visão do Brasil, ao estabelecer disciplinas comuns e mecanismos de desgravação tarifária, o acordo Mercosul-UE seria capaz de promover o fortalecimento dos laços estratégicos entre os dois blocos e assim favorecer a expansão do comércio e dos investimentos entre os dois blocos, inclusive entre o Brasil e a Polônia.

Caso o acordo Mercosul-UE venha a ser implementado, a despeito da oposição polonesa e de outros países, o Brasil poderia explorar a possibilidade, já aventada em consultas políticas anteriores, de estabelecimento de uma comissão econômica bilateral com a Polônia destinada a maximizar o aproveitamento das potencialidades abertas pela implementação do referido instrumento. Essa proposta, apresentada pelo Brasil na reunião de consultas políticas de 2022, em Brasília, tinha como objetivo então incentivar Varsóvia a dar seu apoio ao acordo birregional.

Embraer

A LOT Polish Airlines, companhia aérea de bandeira da Polônia, é a segunda maior cliente da Embraer na Europa, com 47 aeronaves em operação, atrás somente da neerlandesa KLM. As duas empresas possuem sólida parceria também na área de serviços, por meio de contratos de manutenção de aeronaves, o que é feito por intermédio da LOTAMS, subsidiária da LOT certificada pela Embraer.

A parceria com a LOT tem sido elemento central da estratégia da Embraer para o mercado polonês. A empresa brasileira tem estudado diversas formas de aprofundamento da colaboração com os poloneses, a exemplo de ações em áreas como formação de equipes de voo, serviços de engenharia, treinamento e manutenção, e pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A companhia busca igualmente aproximação com instituições polonesas como o Instituto de Aviação do Centro de Pesquisas Łukasiewicz e a Associação do Vale da Aviação de Rzeszów, que opera em parceria com a Pratt & Whitney, líder mundial em projetos, fabricação e manutenção de motores de aeronaves, sistemas de propulsão de foguetes e turbinas industriais a gás, e que representa aproximadamente 200 empresas polonesas do setor aeroespacial, entre as quais a EME Aero, que fornece turbinas para a Embraer.

O relacionamento da Embraer com a LOT é o exemplo mais exitoso da cooperação bilateral econômica e técnica entre Brasil e Polônia. A LOT foi a cliente inaugural (*launch customer*) do E170, tendo feito o primeiro voo comercial da aeronave em 2004, e da família E-Jet da Embraer, que representa hoje a principal linha de produtos da fabricante brasileira. A LOT opera, hoje, todos os modelos da família E-Jet em sua frota (o que inclui ainda os modelos E175, E190 e E195).

O governo polonês realizou licitação para a ampliação da frota da LOT de equipamentos com autonomia de voo para médias distâncias, caso das aeronaves oferecidas pela Embraer, sendo 47 pedidos firmes e 37 opções de compra. A fabricante brasileira foi uma das duas concorrentes na reta final do certame, ao lado da Airbus. A decisão da LOT a favor da fabricante europeia foi anunciada em junho de 2025, e a previsão é que as aeronaves A220 venham a substituir gradualmente as aeronaves da Embraer na frota da companhia aérea polonesa.

Ainda assim, as operações de expansão da LOT e os grandes projetos de infraestrutura de transportes ora em execução na Polônia, sobretudo o do Aeroporto Central (CPK), oferecem boas oportunidades para o adensamento das relações bilaterais no setor aeroespacial. É positiva, também, a existência de empresas polonesas, sobretudo pequenas e médias, capazes de desenvolver produtos e soluções em segmentos. A Embraer tem procurado, recentemente, aproximar-se do centro aeroespacial das indústrias de defesa da Polônia na cidade de Rzeszów, onde pretende realizar seminário intitulado



“Embraer Day”, no próximo dia 12 de março, para explorar possibilidade de cooperação com empresas do setor.

A Embraer prospecta, igualmente, oportunidades na Polônia na área de defesa, no âmbito da qual a companhia dispõe de portfólio variado e consolidado de produtos. Nesse segmento, a Embraer tem interesse no oferecimento à Polônia da aeronave multifuncional KC-390 e de sistemas de comunicações, sensores e satélites de vigilância. A empresa prospecta oportunidades, ainda, na área da indústria espacial, onde investe em pesquisa e desenvolvimento e poderia colaborar com o setor polonês. Vale destacar, nesse aspecto, os entendimentos mantidos pela Embraer com a Câmara Polonesa das Indústrias de Defesa Nacional e a atuação da Visiona, *joint-venture* entre a Embraer Defesa e Segurança e a Telebras voltada para a integração de sistemas espaciais.

Indústria de defesa e segurança

Está em curso na Polônia o maior esforço de ampliação e modernização da história de suas Forças Armadas, destinado a aumentar as capacidades próprias e a ampliar e diversificar a produção local de material de defesa. Nesse contexto, a Polônia tornou-se o país que maior parcela de seu PIB dispense com aquisição de material militar no âmbito da OTAN, havendo atingido, em 2024, o percentual de 4.1%, contra 3.8% no ano anterior e, segundo projeções, deverá alcançar 4.7% do PIB em 2025.

Na relação com a Polônia, o histórico de sucesso da Embraer como fornecedora de equipamentos civis e serviços à LOT, bem como a comunhão de valores estratégicos entre os dois países, credenciam o Brasil a buscar participação também no mercado de defesa polonês. Vale destacar, nesse sentido, que a aeronave militar multipropósito KC-390, tipo de equipamento que a Polônia não adquire há muito tempo, com dispositivos de tecnologia compatível com os padrões da OTAN, poderia vir a atender necessidades de aviação militar polonesa, assim como já o faz ou está a caminho de fazer em outros países da Aliança Atlântica como Portugal, República Tcheca, Hungria, Países Baixos e Áustria, além da Coreia do Sul, entre outros. O mesmo vale para os aviões Super Tucano, inclusive na versão de treinamento.

A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), segunda maior produtora e exportadora do continente americano e principal fornecedora de munições para fuzis e armas leves da OTAN, dispõe de capacidade e potencial de expansão para o fornecimento de produtos de defesa às Forças Armadas da Polônia. A Helibras (fabricante dos helicópteros da Airbus Helicopters), a Avibras (fabricante de mísseis, foguetes e sistemas de lançamento) e fabricantes de armas de fogo leves, principalmente pistolas e revólveres, como a Taurus, ou de escopetas, como a Boito, e de fuzis de assalto, como a IMBEL, possuem capacidade de exportação para mercados militares, civis e policiais como os da Polônia. O mesmo vale para fabricantes de veículos de combate e blindados, como a Avibras e a IVECO.

As Forças Armadas dos dois países têm ampliado seus contatos e buscam intensificar a cooperação militar bilateral. Em abril de 2024, o comandante do Exército Brasileiro, general de exército Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, foi o primeiro ocupante do cargo a realizar visita oficial a Varsóvia. Anteriormente, em 2021, o Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, então Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, também esteve na Polônia, assim como, em 2010, o então Ministro da Defesa Nelson Azevedo Jobim. Em abril de 2025, o general Marek Sokolowski, comandante-geral das Forças Armadas da Polônia e segunda mais alta autoridade militar do país, visitou o Brasil, acompanhado de delegação militar de alto nível, a fim de participar da feira LAAD Defence & Security e reunir-se com o comandante do Exército Brasileiro. Registre-se, ainda, que pela primeira vez na história dos dois países, a Força Aérea Brasileira convidou a Força Aérea



Polonesa para participar, em agosto de 2025, no Mato Grosso do Sul, de exercício militar multinacional intitulado “Tápio”.

No plano europeu, merece registro a expressiva ajuda militar prestada pela Polônia à Ucrânia, país ao qual Varsóvia já teria fornecido um total estimado de US\$ 3,23 bilhões em equipamentos, tendo-se convertido em um dos mais importantes provedores de material militar a Kiev. A Ucrânia teria recebido da Polônia sobretudo equipamentos já conhecidos pelas Forças Armadas daquele país, incluindo lançadores de mísseis guiados antitanque e antiaéreos manuais, obuseiros autopropelidos 2S1 Gvozdika de 122 mm, lançadores de foguetes BM-21 Grad, e 300 tanques T-72, T-72M1/M1R, PT-91 e Leopard 2A4. Além disso, foram entregues pela Polônia à Ucrânia mais de 200 obuseiros autopropelidos 2S1 e Krab, cerca de 100 lançadores de mísseis BM-21 e RM-70 e cerca de 60 conjuntos de sistemas antiaéreos de médio e longo alcance Kub, Neva e Osa. Por sua vez, aproximadamente 100 APCs Rosomak e 24 Raków poloneses possibilitaram ao país vizinho equipar uma brigada completa.

Turismo

O intercâmbio turístico entre Brasil e Polônia está aquém do seu potencial. Em 2019, último ano antes da eclosão da pandemia de COVID-19, a Polônia recebeu cerca de 21 milhões de turistas estrangeiros, dos quais apenas 27 mil brasileiros. No mesmo período, o Brasil recebeu cerca de 6 milhões de turistas, sendo apenas 22 mil poloneses. Em 2023, 8.340 brasileiros visitaram a Polônia e 19.833 poloneses foram ao Brasil (16.656 por via aérea), o que representa tão somente 0,14% dos 13,6 milhões de turistas emitidos pela Polônia no mesmo ano.

A eventual oferta de voo direto entre o Brasil e a Polônia poderia ampliar os fluxos de turistas nas duas direções, além de reforçar as relações bilaterais nos planos econômico, cultural, social e político. A LOT já ofereceu voos diretos fretados sazonais para o Brasil em parceria com operadoras de turismo locais, com rotas de Varsóvia para o Rio de Janeiro (2017-2018) e para Salvador (2023-2024). Registre-se, porém, que as operadoras polonesas relataram dificuldades na interlocução e no estabelecimento de parcerias, sobretudo com agências estaduais de turismo, o que teria tido reflexos negativos na exploração das rotas. A entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Polônia, em 2000, removeu um dos obstáculos remanescentes à eventual criação de voo direto entre os dois países. A construção do novo aeroporto de Varsóvia (CPK), com entrega prevista para 2032, e a expansão da frota da LOT deverão possibilitar o estabelecimento de novas rotas internacionais pela empresa polonesa, o que poderia eventualmente incluir um voo para o Brasil.

Existe espaço para explorar as prioridades definidas no memorando de entendimento entre Brasil e Polônia na área de turismo, sobretudo no que diz respeito a ações de estímulo à articulação e coordenação das instituições de promoção turística de ambos os países para o adensamento do tráfego de turistas nas duas direções. Esse esforço poderia envolver, por exemplo, a divulgação recíproca de ações e programas específicos para o setor, tais como o “Programa de Aceleração do Turismo Internacional” (PATI) da Embratur, assim como a análise, em conjunto com companhias aéreas e infraestruturas aeroportuárias pertinentes, dos fatores que poderiam favorecer eventual estabelecimento de voos diretos entre os dois países.

O único evento do setor turístico na Polônia de que o Brasil tem participado nos últimos anos é o “*workshop*” anual organizado pela Câmara de Comércio Polônia-Portugal, que promove também os interesses de outros países de expressão portuguesa. Tal feira oferece espaço para a divulgação de destinos e oportunidades de negócios do segmento turístico no Brasil. Seria recomendável, assim, prever futuras participações do Brasil nas próximas edições de outros eventos de turismo na Polónia, seja por meio de estande próprio ou em conjunto com outros países latino-americanos.



Adicionalmente, pode ser explorada a possibilidade de cooperação entre instituições pertinentes dos dois países, tais como a Embratur, a Apex-Brasil e o Ministério do Turismo, no caso do Brasil, e a *Polish Tourism Organisation*, o *Poland Convention Bureau*, a Agência Polonesa de Investimentos e Comércio (PAIH) e o Ministério do Esporte e Turismo, no caso da Polônia, para fomentar a participação de empresas do setor nas principais feiras de ambos os países.

Temas do agronegócio

Brasil e Polônia são complementares em algumas áreas (como a produção de grãos para ração pelo Brasil ou a produção de fertilizantes pela Polônia) e concorrentes em outras (como a avicultura). Ambos estão inseridos em ambientes regulatórios complexos, sobretudo em termos de sustentabilidade socioambiental, e enfrentam concorrência internacional, motivo pelo qual a cooperação bilateral, inclusive para exploração dos respectivos mercados regionais, poderia contribuir para a maximização de margens de lucro e para maior segurança alimentar.

O agronegócio é um dos principais motores da economia do Brasil, representando 23,8% de seu PIB e empregando 26,9% da força de trabalho nacional em 2023. A participação do agronegócio no PIB polonês, por outro lado, foi de apenas 3,3% em 2023, empregando, contudo, 9,8% dos trabalhadores poloneses. Apesar da baixa participação do agronegócio no PIB, muito menor do que a da indústria e dos serviços, a agricultura é um setor importante na Polônia, sendo uma das principais fontes de renda da população em áreas rurais. A grande produção agrícola nacional, uma das maiores da União Europeia, garante a autossuficiência alimentar da Polônia em diversos produtos e, consequentemente, a segurança alimentar do país, a mais elevada da União Europeia.

A diferença de participação do setor agrícola no PIB na comparação com o Brasil deve-se ao fato de o agronegócio polonês ser baseado principalmente na agricultura familiar. Em 2023, havia 1,2 milhão de produtores agrícolas registrados, com a área média de 11,9 hectares. O Brasil, por sua vez, conta com uma agricultura tropical altamente competitiva e é um dos principais fornecedores de produtos como farelo de soja, café e tabaco para a Polônia, que, por sua vez, por exemplo, é uma grande produtora e exportadora de produtos da indústria tabagista. Em decorrência da sua posição agrícola no mercado mundial, o Brasil é o maior importador mundial de fertilizantes, importante produto da pauta exportadora polonesa.

Potencial controvérsia que poderia afetar as exportações agrícolas do Brasil para a Polônia reside na hipótese de proibição do uso de ração animal fabricada organismos geneticamente modificados (OGMs), notadamente com farelo de soja, cuja variedade transgênica importada cobre mais de 70% das necessidades do país e é o principal alimento de aves e porcos. A proibição de sua importação acarretaria problemas para as exportações agrícolas brasileiras, mas também enorme desafio para a suinocultura e a indústria avícola locais. Diante disso, representantes desses setores têm sublinhado junto ao governo que não haveria alternativas domésticas ao mencionado suprimento, em termos de quantidade e qualidade, uma vez que as sementes locais apresentam níveis excessivamente altos de fibras, alcaloides e taninos. Dessa forma, eventuais restrições à importação de farelo de soja transgênica levariam à necessidade de importar o produto em sua versão não transgênica, que é mais cara, o que acarretaria aumento nos custos de produção de proteína animal e, consequentemente, alta dos preços de aves e suínos e perda de lucratividade da suinocultura, avicultura e setores economicamente relacionados da Polônia.

Ciência, Tecnologia e Inovação



A cooperação Brasil-Polônia em ciência, tecnologia e inovação (CTI) revela potencial de desenvolvimento. O principal instrumento bilateral adotado até aqui foi o acordo de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Polônia, assinado em 1996, que previa a realização de reuniões regulares de consulta na forma de comissão mista, as quais, entretanto, nunca foram realizadas. Ademais, o CNPq assinou acordo de cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (NCBR, na sigla em polonês) em 2016, com vigência de 5 anos, com vistas à elaboração de programas e editais conjuntos no âmbito da pesquisa e à condução de projetos voltados para a criação de soluções inovadoras, o que tampouco teve seguimento.

A Polônia, assim como o Brasil, é um celeiro de pesquisadores e desenvolvedores em diferentes áreas, com destaque para segmentos afetos ao desenvolvimento sustentável. Não apenas conta o país com *startups* e unicórnios como também recebe investimentos diretos de grandes grupos estrangeiros em áreas de tecnologia. Exemplos recentes desse movimento são a projetada fábrica de integração de semicondutores da Intel na cidade de Wrocław, maior projeto *greenfield* no país, orçado em US\$ 4,6 bilhões; o novo centro de tecnologia e produtos da empresa norte-americana de meios de pagamento Visa Inc.; e investimentos das companhias Daikin, Bosch e Aira na fabricação de bombas de calor.

Com vistas a ampliar a cooperação bilateral na área de inovação, foram promovidas aproximações dos ecossistemas de *startups* de ambos os países, notadamente nos setores de agricultura, saúde, indústria 4.0 e indústria criativa. A principal iniciativa concreta nessa área é o projeto bilateral “Brasilesia” de aceleração cruzada de startups, que tem por objetivo promover associação e intercâmbio de experiências; criação e desenvolvimento de empresas nos dois países, com ênfase em projetos de pesquisa e desenvolvimento; absorção tecnológica, intercâmbio de experiências de empreendedorismo em atividades intensivas em conhecimento e inovação; mobilização de entidades congêneres; formação de parcerias empresariais; promoção de acesso a mercados; e ampliação de carteiras de clientes, fornecedores e investidores.

O programa Brasilesia resulta de cooperação entre o fundo de investimento de risco “Invento Capital”, a Zona Econômica Especial de Katowice (KSSE), a empresa SPIN-US, associada à Universidade da Silésia, o Parque Tecnológico de Viçosa, a Universidade de Viçosa e a Agência de Promoção de Investimentos do estado de Minas Gerais (INDI). Posteriormente, instituições do Paraná integraram-se ao Brasilesia. Paralelamente, estão sendo realizados esforços para atrair a participação de organismos de outras regiões polonesas, em particular a voivódia da Mazóvia, onde se encontra Varsóvia. A Rede de Pesquisas Łukasiewicz também foi agregada ao projeto em 2024.

A diáspora científica brasileira na Polônia é potencial elemento catalisador da ampliação da cooperação bilateral em CTI. Entre as áreas que abrigam pesquisadores brasileiros, ressaltam-se a matemática e a física. Os membros dessa diáspora integram na Polônia equipes internacionais, no âmbito das quais cooperam com pesquisadores poloneses.

Cabe ressaltar que, no segmento de *fintech*, no qual o Brasil conta com empresas de destaque, este país também oferece oportunidades comerciais, vantagem já aproveitada por grandes empresas, tais como a Google, que escolheu a Polônia como o segundo país na Europa para testar o sistema Android Pay, e a Mastercard. Além desse, ambos os países também apresentam interesse no âmbito de soluções de *agritech*.

Meio ambiente e mudança do clima

No âmbito da UE, a Polônia figura entre os países membros mais pressionados pelas instituições comunitárias a exibir avanços concretos em seus esforços de assimilar o arcabouço normativo europeu e de cumprir as metas ambientais e climáticas do bloco. Herdeira de uma economia



poluidora, altamente dependente do carvão mineral como fonte energética, a Polônia se esforça para adaptar-se ao ambiente verde europeu, tendo alcançado sucesso apenas parcial nessa empreitada. Por essa razão, e a despeito de precisar manter coesão com os demais países da UE em seu posicionamento sobre temas ambientais e climáticos nos planos birregional e multilateral, a Polônia pode ser parceira do Brasil em temas específicos por identificar-se com posições brasileiras em favor, por exemplo, da necessidade de conciliação de objetivos ambientais, econômicos e sociais. A Polônia costuma acolher bem, por exemplo, os anseios legítimos de desenvolvimento econômico e social defendidos pelos países em desenvolvimento.

A participação do carvão mineral na geração de energia elétrica na Polônia é a mais alta na UE, tendo representado, em 2024, 56,7% do total. A esse percentual se somam 10,5% gerado com uso de gás natural e 1,3%, de petróleo, perfazendo um total de 68,5% da energia gerada com combustíveis fósseis. A Polônia é, ainda, o único país membro da UE que não dispõe, ainda, de um cronograma claro para a eliminação progressiva do carvão mineral em sua economia. Para promover a descarbonização de sua economia, o governo polonês aposta no gás natural, também combustível fóssil, para gerar energia. O objetivo atual é fazer o percentual de energia elétrica gerado por gás saltar para de 10,5% para 23% do total. Para tanto, o governo polonês precisará enfrentar o forte lobby do setor do carvão e encontrar meios de viabilizar a conversão produtiva do mesmo, com amparo aos trabalhadores do setor, o que é um tema politicamente muito sensível no país.

O nível de emissões de gases de efeito estufa na Polônia é alto em função da ampla utilização do carvão mineral como fonte energética. O país sofre graves problemas de poluição urbana, sendo o programa “Ar Limpo”, no momento suspenso por falta de financiamento sustentável, o maior em execução pelo Ministério do Clima e do Meio Ambiente polonês. O Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2040, elaborado para dar cumprimento a obrigações assumidas no âmbito da UE, foi rejeitado pela Comissão Europeia, que exigiu maior ambição da Polônia a fim de que a União possa efetivamente cumprir os compromissos assumidos coletivamente em nome dos membros no Acordo de Paris. Em sua versão revisada, a Polônia propôs-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50,4% em relação a 1990, percentual ainda inferior à meta europeia de 55%.

Para enfrentar o problema, ganham peso os esforços para incrementar a geração de energias renováveis, em especial nas modalidades eólica e solar. O país esforça-se, ainda, para incrementar a produção doméstica de biometano e biogás, cuja primeira usina polonesa entrou em operação em 2024, e de criar as condições para a geração de energia nuclear, o que exigirá, ainda, pelo menos 10 anos para a construção das primeiras centrais nucleares do país. No Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2040, a Polônia inscreveu o compromisso de atingir a meta de 32,6% de fontes renováveis de energia no consumo bruto final do país, face a uma meta europeia de 42,5%. Em 2024, o país atingiu o percentual de 28,8% de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis, contra 26% em 2023 e 19,3% em 2022.

O tema da gestão de florestas é de particular interesse para a Polônia em sua cooperação com o Brasil na área ambiental e já deu ensejo, por exemplo, a visita técnica ao Brasil do *Państwowe Gospodarstwo Leśne Lasy Państwowe* (PGL LP), congênere do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), instituição que troca experiências com inúmeras homólogas de outros países e poderia cooperar com produtores de madeira poloneses e a “Holding Florestal Nacional Florestas Estatais” (LP) em torno dos temas de certificações de origem e rastreabilidade de madeiras e manejo de florestas públicas. O SFB teria muito a compartilhar com a Polônia em termos de conhecimento sobre áreas florestais e a utilização sustentável de produtos oriundos das florestas brasileiras. Ademais, o sistema de concessões administrado pelo órgão, aliado a métodos de fiscalização e rastreabilidade, atende às exigências de importadores europeus e ao princípio de “Responsabilidade Social das Empresas” (RSE). A ampla



experiência do SFB em processos de licitações e elaboração de estudos de viabilidade econômica de projetos de manejo florestal também poderia ser de grande interesse para as autoridades polonesas.

Outra área de cooperação que poderia interessar aos poloneses seria a de gestão hidráulica, tendo em vista as limitações enfrentadas pela Polônia no que tange ao abastecimento de água e à proteção, ou descontaminação, dos rios nacionais. Em contatos mantidos pela Embaixada do Brasil em Varsóvia com o Ministério do Clima e do Meio Ambiente da Polônia, tem sido externado pelos poloneses o interesse em conhecer melhor as experiências brasileiras de gestão florestal e hidráulica.

No que tange à realização da COP30 no Brasil, o lado polonês reconhece os esforços brasileiro no sentido de conclamar os principais países emissores a que fortaleçam ações e compromissos nacionais de mitigação. De sua parte, afirma que pretende, no papel de presidente do Conselho da UE neste semestre, coordenar com firmeza o processo de negociação intra-UE para elaboração da próxima NDC (contribuição nacionalmente determinada) do bloco até setembro de 2025. Em sua posição atual na liderança da UE, a Polônia pretende coordenar com o Brasil, ainda no semestre em curso, uma visita para tratar dos preparativos da participação europeia na COP30.

Segurança energética

A Polónia sempre foi um país dependente das importações de gás e petróleo para o suprimento de suas necessidades energéticas, ainda que se destacasse na produção e no consumo de carvão mineral. Durante décadas, o país teve na Rússia seu maior provedor de petróleo e gás, situação que foi se alterando gradualmente desde a ocupação da região ucraniana da Crimeia por Moscou. A título exemplificativo, cerca de 90% das necessidades polonesas de gás natural eram atendidas pelas exportações russas em 2010. A decisão de pôr fim à dependência energética da Rússia ensejou mudanças importantes no planejamento do setor no país, a exemplo da construção de infraestrutura específica para viabilizar a importação de gás liquefeito e da assinatura de acordos comerciais com fornecedores desse tipo de gás como os EUA e o Catar. Ademais, a Polónia decidiu construir suas primeiras centrais nucleares para a produção desse tipo de energia no país.

- Energia nuclear

A Polónia inicia com determinação seus investimentos em infraestruturas voltadas para a produção de energia nuclear, com base no “Programa Polonês de Energia Nuclear” (PPEJ), que envolve não apenas a construção de usinas de grande porte, como as já previstas para Choczewo (em parceria com os EUA) e, possivelmente, Patnów (em princípio conforme carta de intenções assinada com a Coreia do Sul), mas também de microrreatores e outros projetos já apresentados ao Ministério do Clima e Meio Ambiente. Como parte desse processo, os EUA decidiram estabelecer em Varsóvia seu centro de formação em energia nuclear para toda a Europa Central e Oriental. A decisão de produzir energia nuclear na Polónia é apoiada por 92,5% dos poloneses.

O governo polonês que assumiu funções em dezembro de 2023 não alterou significativamente o projeto nuclear iniciado pelo governo anterior do PiS, tendo o primeiro-ministro Donald Tusk afirmado que “a segurança energética do país exige decisões executivas imediatas quando se trata de energia nuclear. As centrais nucleares são essenciais. A energia não é e não deve ser partidária. Tudo o que serve às pessoas pode continuar”. Não obstante, em dezembro de 2024, o governo polonês decidiu aprovar modificações no referido programa com o objetivo de, por exemplo, flexibilizar a cláusula que exigia que as duas centrais nucleares a serem construídas tivessem a mesma tecnologia.

Com a modificação introduzida no programa nuclear polonês, abriu-se novamente a possibilidade de que franceses e coreanos, interessados nesse mercado desde o início, mas preteridos em favor dos EUA, voltem a concorrer para a implementação da segunda usina nuclear, uma vez que



a primeira, a ser implantada em Choczewo, na Pomerânia, já foi outorgada à norte-americana Westinghouse. A primeira usina deverá estar em funcionamento em 2035, ao passo que a segunda deverá entrar em operação apenas em 2043. A aprovação do modelo de financiamento do projeto nuclear polonês pela Comissão Europeia, procedimento já iniciado que pode levar até dois anos, é condição fundamental para que o mesmo seja efetivamente implementado.

Dois países, Japão e Canadá, firmaram nos últimos meses acordos de cooperação com a Polônia em matéria nuclear. Em novembro de 2024, Japão e Polônia firmaram Memorando de Entendimento para apoiar a Polônia no desenvolvimento de aptidões e competências nucleares necessárias à implementação do Programa Polonês de Energia Nuclear. Em janeiro de 2025, Canadá e Polônia assinaram acordo de cooperação no domínio dos usos pacíficos da energia nuclear, abrindo espaço para a parte canadense participar do programa nuclear polonês. O acordo inclui transferência de tecnologia relacionada à pesquisa e segurança nucleares, bem como ao uso de materiais nucleares.

O Brasil tem longa tradição de desenvolvimento de capacidades nessa área, seja em cooperação com países parceiros, seja de forma autônoma, assim como sólida atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A experiência diplomática, técnica, de engenharia, de certificação e regulação nesse domínio, bem como os esforços de ambos os países na descarbonização de suas economias, sugerem a conveniência de ampliação do diálogo bilateral com vistas a maior cooperação e aproximação com instituições tais como a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (AgNSNQ), o Centro Experimental Aramar (CEA), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), o Instituto de Pesquisa Nuclear (IPEN) e a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), entre outras.

O Brasil também poderia colaborar com sua expertise para a ampliação e modernização das instituições incumbidas de pesquisa, controle, supervisão e coordenação regulatória e financeira da Polônia que deverão se coordenar com o Conselho Europeu para a aprovação e implementação dos referidos projetos poloneses.

- Energias renováveis

Embora a Polônia tenha feito progressos notáveis na incorporação de fontes renováveis em sua matriz energética, o carvão continua sendo a principal fonte de eletricidade. As metas estabelecidas na Política Energética da Polônia até 2040 (PEP 2040) indicam um compromisso em diversificar e tornar mais sustentável a produção de energia no país nas próximas décadas.

Em 2024, a Polônia alcançou um marco significativo em sua matriz energética, com 28,8% da eletricidade proveniente de fontes renováveis, um aumento em relação a 2023. A energia eólica *onshore* foi a principal responsável por essa produção, gerando 23,48 TWh, o que corresponde a 14,9% da eletricidade total do país. A energia solar também teve uma contribuição notável, com 17,34 TWh (11%), seguida pela biomassa (2,36 TWh, 1,5%) e pela energia hidrelétrica (1,91 TWh, 1,2%).

Entre 2021 e 2024, a capacidade instalada de energia eólica na Polônia aumentou de 7,306 GW para 10,140 GW, enquanto a capacidade solar cresceu de 7,1 GW para 17,057 GW. Embora a energia fotovoltaica seja a fonte renovável de crescimento mais rápido no país, os painéis solares apresentam uma taxa de utilização relativamente baixa da capacidade instalada, cerca de 11%, de modo que as turbinas eólicas continuam sendo a principal tecnologia renovável na Polônia.

A PEP 2040 estabelece metas ambiciosas para a expansão das energias renováveis. Espera-se que a capacidade instalada de energia eólica offshore atinja 5,9 GW até 2030 e 11 GW até 2040. Além disso, projeta-se que a capacidade solar fotovoltaica aumente entre 5 GW e 7 GW até 2030 e alcance entre 10 GW e 16 GW até 2040.



A Polônia dispõe de grandes capacidades produtivas e de pesquisa em tecnologias inovadoras no setor de energias renováveis, particularmente em aplicações eólicas e solares. A complementaridade de interesses entre o Brasil e a Polônia em energias renováveis poderia justificar diálogo aprofundado e maior colaboração bilateral nessa área. Por exemplo, duas possibilidades de cooperação com o Brasil poderiam ser a manutenção e o funcionamento de fazendas eólicas off-shore, especialmente com soluções de engenharia civil e tecnológicas anticorrosão, e a construção e desenvolvimento de linhas de transmissão, com base em redes inteligentes ("smart grids").

Cooperação Cultural e Educacional

O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural, de 1991, confere a base jurídica para o intercâmbio bilateral na matéria. Está em negociação Acordo de Coprodução Cinematográfica entre os dois países, cuja negociação já está adiantada. Foi apresentada contraproposta pela parte brasileira (Ancine) ao Instituto Polonês de Cinema em junho de 2024, que a aceitou, sugerindo ajuste redacional pontual, e aguarda confirmação pelo lado brasileiro. Até 2022, também esteve em discussão a possibilidade de adoção de Programa Executivo de Cooperação Cultural ao abrigo do acordo de 1991; sem movimentos recentes nesse tema, aguarda-se manifestação do Ministério da Cultura brasileiro sobre o interesse na retomada das negociações.

A Embaixada do Brasil em Varsóvia vem buscando desenvolver parcerias com as principais instituições culturais do país, com vistas a criar canais de cooperação contínua, capazes de projetar iniciativas de mais longo prazo e de maior relevância para a presença da cultura brasileira na Polônia. Como exemplos recentes, citam-se o diálogo com a *Stoleczna Estrada*, órgão da prefeitura de Varsóvia organizador de festivais e grandes eventos na capital, e com o KBF (*Krakowskie Biuro Festiwalowe*), órgão cultural da prefeitura de Cracóvia, que garantiu a participação do Brasil no Translatorium, programa de mentoria de tradução daquela instituição que, pela primeira vez, inclui a língua portuguesa (com concentração em literatura brasileira) entre os idiomas contemplados pelo programa.

Desde 2023, a Embaixada procurou restabelecer um calendário de atividades culturais no país, comprometidas nos anos anteriores em função da pandemia de Covid-19 e do conflito na Ucrânia. Em particular, cabe citar a continuação, em 2024, do apoio à realização do festival de cinema Maré, dedicado à produção cinematográfica dos países de língua portuguesa, estendido agora, além de Varsóvia, para as cidades de Wrocław, Lublin e Łódź, onde o Brasil conta com consulados honorários, bem como a primeira participação brasileira no Festival de Cinema Latino-Americano de Varsóvia. Em 2023, a Embaixada realizou a exposição “Legado do Exílio: Como os Refugiados Poloneses Contribuíram com o Brasil no Contexto da Segunda Guerra Mundial”, que coincidiu com as comemorações dos 80 anos do Levante do Gueto de Varsóvia.

Nos planos educacional e de divulgação da língua portuguesa, a Universidade Jaguelônica de Cracóvia obteve, em 2024, o credenciamento para a aplicação do exame de obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) na Polônia, o que deverá suprir a lacuna aberta pelo encerramento, no início de 2024, das atividades do centro aplicador na Universidade Marie Curie-Sklodowska, de Lublin, o que resultou da aposentadoria da professora responsável pelo exame. A aplicação do exame em Cracóvia deverá ter início no segundo semestre de 2025.

Destaque-se, ainda, a inclusão da Polônia entre os países contemplados nos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós (PEC-PG); nesse ponto, há espaço para desenvolvimento do potencial da cooperação bilateral, uma vez que a Polônia não tem enviado estudantes ao Brasil nesse contexto nos últimos anos.



Por fim, registre-se ponto de atrito entre os dois países concernente à posse até aqui injustificada, pelo Instituto de Paleobiologia da Academia Polonesa de Ciências, de fóssil de mesossauro originário do Brasil. Desde 2018, na esteira de solicitação do Ministério Público Federal encaminhada ao Itamaraty, a Embaixada do Brasil em Varsóvia busca obter informações sobre as condições em que o referido fóssil teria sido doado à instituição polonesa, sem ter obtido qualquer comprovação da legalidade da referida operação. A última nota encaminhada pela Embaixada do Brasil à Chancelaria polonesa para solicitar esclarecimentos data de 23/04/24 e permanece sem resposta.

Diáspora polonesa

A diáspora polonesa é expressiva em escala global. Estima-se que cerca de 20 milhões de pessoas de ascendência polonesa vivam fora da Polônia, o que faz dessa diáspora uma das maiores do mundo. No Brasil, a comunidade polonesa é uma das mais numerosas: atualmente, calcula-se entre 2 e 3 milhões o número de descendentes de poloneses no país, mas há estudos em curso que apontam para número bem superior. Esse contingente coloca o país em terceiro no mundo no que se refere ao acolhimento de população de origem polonesa, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Os EUA abrigam a maior diáspora polonesa do mundo (aproximadamente 9,6 milhões de pessoas de origem polonesa), seguidos pela Alemanha (entre 3 e 5 milhões).

As principais ondas migratórias polonesas tiveram início no século XIX, durante o período em que a Polônia foi repartida entre impérios estrangeiros (1772-1918). Sob dominação de Rússia, Prússia e Áustria, muitos poloneses sofreram repressão política, pobreza e falta de terras. Nesse período, milhões de poloneses emigraram em busca de melhores condições de vida, embora os registros oficiais nem sempre os identificassem como poloneses devido às mudanças territoriais da época. A partir de meados do século XIX (por volta de 1870), ocorreu uma migração em massa de camponeses poloneses – muitos partiram para as Américas (especialmente para os Estados Unidos e, em menor escala, para o Brasil e a Argentina) motivados pelo desejo de possuir terra própria, encontrar trabalho digno e viver em liberdade. No Brasil, por exemplo, a chegada de poloneses intensificou-se a partir de 1875-1880, quando o governo brasileiro passou a incentivar sua vinda oferecendo terras e subsídios, atraindo famílias camponesas da Polônia ocupada.

No Brasil, os imigrantes poloneses concentraram-se principalmente na Região Sul e em partes do Sudeste. O estado do Paraná foi o principal polo de assentamento polonês – somente entre 1870 e 1914, cerca de 40 mil imigrantes poloneses chegaram ao Paraná. De fato, o Paraná é reconhecido como o estado brasileiro com as maiores influências da cultura polonesa. A capital Curitiba e seus arredores abrigaram inúmeras colônias agrícolas polonesas, e até hoje a cidade mantém forte herança polonesa (Curitiba é considerada a segunda maior cidade polaca fora da Polônia, atrás apenas de Chicago). Cidades do interior da Região Sul, como Acrea, São Mateus do Sul, Cruz Machado e Mallet, foram fundadas ou povoadas por famílias de imigrantes poloneses, que ali estabeleceram igrejas, escolas e cooperativas agrícolas.

As comunidades polonesas no Brasil contribuíram ativamente para o desenvolvimento das regiões onde se instalaram. No Paraná e Santa Catarina, os colonos poloneses desbravaram terras virgens, fundando colônias agrícolas que impulsionaram o cultivo de cereais, a criação de animais e a introdução de técnicas agrícolas europeias, cumprindo o objetivo do governo brasileiro de ocupar o território e substituir a mão de obra por imigrantes livres. Nas cidades, os poloneses e seus descendentes fundaram igrejas (muitas de rito católico polonês), escolas bilíngues e clubes sociais que auxiliaram na integração desses imigrantes à sociedade brasileira. Em Curitiba, por exemplo, surgiram sociedades polono-brasileiras desde o final do século XIX (como a Sociedade Tadeusz Kościuszko,



de 1890) para promover a cultura e prestar apoio mútuo. A distribuição geográfica dos poloneses no Brasil deixou marcas duradouras – regiões inteiras do sul do país possuem identidade cultural e econômica influenciada pela presença polonesa, refletida na arquitetura de casas coloniais, na culinária típica e nos sobrenomes de boa parte da população local. Atualmente, seriam 14 as cidades brasileiras que consideram o polonês como seu segundo idioma.

Nesse contexto, o governo da Polônia tem implementado uma série de iniciativas destinadas a apoiar a diáspora polonesa no mundo, inclusive no Brasil. Em novembro de 2024, foi realizada a reunião inaugural do Grupo Interministerial para a Comunidade Polonesa e Poloneses no Exterior, presidida pela vice-ministra das Relações Exteriores, Henryka Mościcka-Dendys, ocasião em que foram discutidos os objetivos e princípios de longo prazo da política do governo em relação à diáspora.

Uma das principais prioridades da nova estratégia de cooperação com a comunidade polonesa e os poloneses no exterior para 2025-2030 é o ensino da língua polonesa, inclusive como língua estrangeira. No que tange às populações polonesas que emigraram para outros países europeus após a adesão da Polônia à UE em 2004, notadamente para Alemanha e o Reino Unido, serão desenvolvidos programas de educação cívica, organizados estágios e tomadas medidas para incentivar o retorno dos mesmos à Polônia, seja para obter formação universitária seja para trabalhar. Outro ponto importante da política será o papel da comunidade polonesa no exterior no apoio à expansão dos negócios poloneses.

Em janeiro de 2025, o governo polonês apresentou a Estratégia de Cooperação com a Diáspora Polonesa e Poloneses no Exterior para 2025-2030, que visa fortalecer os laços entre a diáspora polonesa e sua terra natal, apoiar a educação, fomentar o desenvolvimento de organizações polonesas e promover o patrimônio cultural da Polônia no exterior. Essas políticas refletem o compromisso do governo polonês em apoiar e fortalecer a diáspora polonesa no Brasil e em outras partes do mundo, promovendo a educação, a cultura e a integração social e econômica dos poloneses no exterior.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira é relativamente pequena, estimada em cerca de 3.000 nacionais. A matrícula consular do posto contabiliza, segundo dados de fevereiro de 2025, 1394 brasileiros. Cracóvia, Varsóvia, Gdańsk e Wrocław despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros.

Os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Wrocław e Łódź (aberto em fevereiro de 2025). Ressalte-se, notadamente nos casos de Cracóvia e Wrocław, a decisiva atuação dos respectivos cônsules honorários para a promoção cultural brasileira e a realização de eventos no âmbito do IGR.

Nas eleições presidenciais brasileiras na Polônia em 2022, 580 eleitores se inscreveram na jurisdição da Embaixada do Brasil em Varsóvia. Em um total de duas seções eleitorais, compareceram 313 votantes (53,96%) no primeiro turno e, no segundo turno, 288 (49,65%).

Ao longo dos primeiros meses após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24/02/22, o setor consular da Embaixada do Brasil em Varsóvia realizou intenso e profícuo trabalho, com ampla cobertura da imprensa brasileira, de atendimento não apenas dos nacionais brasileiros que deixaram o país vizinho em guerra, mas também de centenas de nacionais ucranianos que buscaram refúgio em nosso país e precisaram de apoio consular para viajar ao Brasil.

Candidaturas



Brasil e Polônia têm cooperado proficuamente no intercâmbio de apoios a candidaturas de interesse dos dois países. Atualmente, estão acordadas duas trocas de votos: a) entre a candidatura polonesa à Comissão de Estatística, mandato 2025-28, nas eleições já realizadas em abril de 2024 (Polônia foi eleita), e a candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2027-29, nas eleições previstas para outubro de 2026; e b) entre a candidatura polonesa ao Subcomitê de Prevenção à Tortura (SPT), mandato 2025-2028, nas eleições já realizadas em outubro de 2024 (Polônia foi eleita), e a candidatura do Prof. George Galindo ao Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), mandato 2026-35, nas eleições previstas para junho de 2026.

A Embaixada em Varsóvia identificou os seguintes pedidos de apoio ao Brasil para candidaturas polonesas: a) CDH, mandato 2029-2031, nas eleições previstas para serem realizadas em outubro de 2028; b) Comitê Contra a Tortura (CAT), mandato 2026-2029, em eleições previstas para 2025, em Genebra; c) Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), mandato 2026-2030, em eleições previstas para 2025; d) Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, mandato 2025-2029; e) Conselho de Segurança, mandato 2044-2045; f) Comissão de Serviço Público Internacional (ICSC), mandato 2027-2030; g) Junta Comum de Inspeção (JIU), mandato 2028-2032; e h) Presidência da Assembleia-Geral da ONU (PGA), mandato 2067-2068.

O Brasil solicitou apoio à Polônia, recentemente, para sua reeleição ao Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria “B”, mandato 2026-2027, em eleições convocadas para 24/11 a 03/12/25, em Londres.



POLÍTICA INTERNA

A Polônia é uma república parlamentarista desde novembro de 1918. Trata-se de um Estado unitário, dividido em 16 províncias (“*voivodias*”), cujo sistema de governo parlamentarista tem características de semipresidencialismo. O presidente é o chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro ocupa a função de chefe de governo e lidera o Conselho de Ministros, sendo responsável pela administração do país e pela implementação das políticas públicas. O primeiro-ministro, indicado pelo presidente, deve contar com o apoio da maioria no *Sejm*, a câmara baixa do parlamento polonês.

O sistema parlamentar é estruturado de forma bicameral, dividindo-se em duas câmaras. No cerne do processo legislativo, encontra-se o *Sejm*, a câmara baixa, composta por 460 deputados. Cabe a esses parlamentares a elaboração das leis e a supervisão das atividades do governo. Já o Senado, a câmara alta, é formado por 100 senadores e tem poder de revisão das leis aprovadas pelo *Sejm*.

No sistema polonês, o presidente da República, eleito por sufrágio direto, assume o papel de chefe de Estado com um conjunto de prerrogativas relevantes. Diferentemente de uma monarquia parlamentar, na qual o monarca cumpre funções meramente representativas, o presidente polonês desempenha funções executivas e possui poderes que podem, de fato, influenciar decisivamente o rumo das políticas públicas e do processo legislativo. Entre as suas atribuições, destaca-se a capacidade de iniciar projetos de lei, bem como de intervir em sua tramitação, por meio da imposição de veto, que requer maioria qualificada de três quintos na câmara baixa do Parlamento para ser derrubado, o que confere ao presidente papel importante e, muitas vezes, determinante na formulação e implementação de políticas governamentais.

Dadas as características do sistema político polonês, o cargo de Presidente da República é elemento crítico para a governabilidade. A escolha do presidente não só tem impacto na agenda legislativa e na condução dos debates políticos, mas também influencia diretamente a capacidade do governo Tusk de promover as reformas que quer implementar, por exemplo, no Poder Judiciário polonês. A eleição de Karol Nawrocki para a Presidência da República em maio de 2025 representa desafio para a consolidação da governabilidade do governo Tusk, que depende, em grande medida, do alinhamento institucional entre os poderes para implementar muitas de suas políticas e reformas.

- Conjuntura política recente

As forças de esquerda e de centro-esquerda declinaram em importância desde o fim do segundo governo da Aliança Democrática de Esquerda (SLD), em 2005. A SLD chegou a ocupar a presidência da República por dez anos seguidos (presidência de Aleksander Kwaśniewski, 1995-2005) e a Chefia de Governo em mais de uma ocasião (1995-1997 e 2001-2005). Essa última administração, contudo, foi marcada por alto nível de desemprego, cortes no orçamento e escândalos de corrupção, o que levou o partido a um declínio acentuado do qual jamais se recobrou, chegando a não alcançar representação no *Sejm* em 2015, embora tenha recuperado alguns assentos em 2019.

A dinâmica da disputa entre as forças políticas do país, por sua vez, ainda é afetada pela morte do então presidente Lech Kaczyński, irmão gêmeo do atual líder do PiS, Jarosław Kaczyński, e de parte importante da cúpula governamental, em acidente aéreo ocorrido com o avião presidencial na cidade russa de Smolensk, em 10/4/2010. Na ocasião, a delegação polonesa dirigia-se à cidade russa para participar de cerimônia relativa aos 70 anos do massacre de Katyń (1940), em que mais de 20 mil poloneses foram executados por forças soviéticas. A tragédia e seus desdobramentos catalisaram as visões divergentes sobre história, costumes, moral, religião e política externa com nações vizinhas, que dominam as discussões do dia a dia e influenciam as perspectivas políticas e sociais do país até hoje.



A eleição parlamentar de 2005 foi um marco na política polonesa ao inaugurar o momento em que dois partidos, um considerado de direita e outro social-democrata, passaram a se alternar no poder. O partido Lei e Justiça (PiS), de perfil nacionalista e conservador, liderado por Jarosław Kaczyński, esteve à frente da coalizão que governou o país de 2005 a 2007 e, depois, de 2015 a 2023. A Plataforma Cívica (PO, na sigla em polonês), de perfil liberal, governou o país entre 2007 e 2014, tendo Donald Tusk como primeiro-ministro. Tusk retornou ao poder em 13 de dezembro de 2023, com seu partido à frente da coligação vencedora, a Coalizão Cívica (KO).

Europeísta e sustentado pela população urbana, a PO liderou, com a assunção de Tusk ao cargo de Primeiro-Ministro em 2007, processo de expansão econômica que levou a prosperidade sem precedentes no país. A Polônia foi o único dos 27 países membros da UE a não experimentar recessão diante dos efeitos da crise financeira de 2008, com crescimento médio de 3,5%, entre 2008 e 2015. O Partido passou a controlar também a chefia do Estado de 2010 até 2015, com a eleição de Bronisław Komorowski.

No começo do segundo mandato de Donald Tusk, a hegemonia da Plataforma Cívica caminhava a passos largos para sua consolidação. A presidência do Conselho da UE, exercida no segundo semestre de 2011, foi acolhida com grande entusiasmo pela população e serviu para aumentar o prestígio e a projeção externa da Polônia. A agenda proativa e otimista em relação ao futuro da UE serviu ao então primeiro-ministro Tusk para apresentar ao público interno credenciais de estadista, reforçadas pelo bom desempenho econômico alcançado até então.

A partir do início de 2012, no entanto, o governo da PO passou a sofrer a erosão de seus índices de popularidade. Uma reforma previdenciária impopular deu início a esse processo, agravado pela desaceleração econômica. Essa fase culminou com escândalo envolvendo gravações de áudio de políticos da administração Tusk em restaurantes de luxo, o que foi explorado pelo PiS para retratar os políticos da PO como uma elite desconectada da realidade popular.

No que foi considerada uma surpresa eleitoral, o então desconhecido Andrzej Duda, advogado de 43 anos, venceu as eleições presidenciais de maio de 2015 contra o presidente incumbente. Em outubro daquele ano, o PiS também obteve vitória expressiva nas eleições parlamentares, resultando na nomeação de Beata Szydło (PiS) como primeira-ministra. Em demonstração simbólica da guinada à direita de um eleitorado já tradicionalmente conservador, nenhuma agremiação de esquerda obteve assento no Parlamento. A coalizão liderada pela SLD, que até pouco tempo antes era o terceiro maior partido polonês, não conseguiu, à época, votos suficientes para superar a cláusula de barreira. Em 7 de dezembro de 2017, o comitê político do PiS aceitou pedido de demissão da primeira-ministra Beata Szydło e indicou o nome de Mateusz Morawiecki, à época vice-primeiro-ministro e ministro do Desenvolvimento e das Finanças, para substituí-la na chefia do governo.

Nas eleições regionais realizadas em outubro e novembro de 2018, o Lei e Justiça (PiS) ganhou terreno nas assembleias regionais, embora tenha sido derrotado nas disputas pelas prefeituras das maiores cidades. Os resultados foram considerados negativos para o partido conservador, reafirmando tendência à forte polarização do eleitorado polonês, entre campo e cidade e entre as regiões Leste e Oeste do país, essa última um bastião do PiS.

Nas eleições parlamentares de outubro de 2019, a coalizão governista “Direita Unida”, liderada pelo PiS, conquistou novamente 235 cadeiras. No Senado, contudo, o PiS perdeu a maioria, ao conquistar 48 de um total de cem cadeiras (tendo obtido 61 em 2015). Esse pleito marcou, ainda, o retorno de partidos de esquerda a ambas as câmaras parlamentares, em coalizão oposicionista liderada pela SLD. Ainda que o partido tenha perdido o controle do Senado, a ampla margem de vitória no



Sejm pode ser atribuída ao cenário econômico positivo que aliava, até 2019, elevado crescimento (5,1%) e baixo desemprego (3,3%).

Parcela significativa da população, sobretudo a que reside em vilas e cidades pequenas, bastiões do PiS, identifica-se com a defesa que o partido faz do nacionalismo e de uma “identidade polonesa” que teria como valores centrais o cultivo da “família tradicional” e da religião católica. Nesse contexto, insere-se ainda, por exemplo, o programa de incentivo à natalidade então implementado pelo partido, o “500+”, que paga às famílias auxílio mensal de 500 złotych por filho, independentemente da faixa de renda.

A aprovação popular do governo de então não isentou a agenda política do PiS de controvérsias, que repercutiram tanto no exterior quanto no país. Entre os temas que geraram mais controvérsias poderiam ser destacadas as reformas do Judiciário, a agenda de costumes, novas restrições ao direito ao aborto e as muitas disputas com a União Europeia (UE) decorrentes de tais temas.

No tocante ao primeiro tema, o PiS promoveu uma série de medidas com objetivo de reformar o Poder Judiciário, sob a justificativa de que uma das falhas na transição para a democracia, em 1989, teria sido a ausência de ajustes e modernização do setor. Para o partido, as cortes polonesas seriam “politizadas, ineficazes e corruptas”. Críticos argumentam, contudo, que as ações do governo teriam deliberadamente comprometido a autonomia do Poder Judiciário, em razão de terem permitido a redução da idade de aposentadoria de juízes e a indicação de juízes para o Tribunal Constitucional em “violação” de regras constitucionais.

Outro tema que causou controvérsia no país foi a decretação, pelo aludido Tribunal Constitucional, em 22/10/2020, da inconstitucionalidade do dispositivo de lei, vigente até então, que permitia interromper a gravidez nos casos de anomalia grave do feto. Segundo pesquisas, ainda que apenas cerca de 1/4 da população fosse favorável ao aborto irrestrito, as novas restrições desagradaram três de cada quatro poloneses. Como consequência, foram registradas as maiores manifestações populares de protesto até então na história pós-comunista da Polônia. Sondagens também apontaram que grande parte da população responsabilizou o PiS pela decisão do Tribunal.

Em agosto de 2021, disputas entre a ala mais liberal e pró-europeia da Direita Unida e partidários mais nacionalistas e conservadores levaram à expulsão do partido “*Porozumienie*” (Acordo) da coalizão governista. Ainda que tenha enfrentado reveses, o PiS continuou sendo o líder em sondagens eleitorais. Ao longo de 2023, contudo, observou-se continuada queda nas intenções de voto do partido governista em relação ao último pleito, assim como o crescimento da PO, observado desde o “retorno” do ex-primeiro-ministro Donald Tusk à cena política nacional, em julho de 2021, após sete anos de ausência - da qual estava afastado desde o fim de seu mandato como presidente do Conselho Europeu (2014-2019). O PiS acabou por perder a maioria nas eleições parlamentares de 15 de outubro de 2023.

- Eleições Parlamentares de 15/10/2023

Embora o partido “Lei e Justiça” (PiS), o maior da coalizão de governo conhecida como “Direita Unida”, tenha obtido, individualmente, mais votos nas eleições parlamentares de 15/10, a vitória ficou com a oposição, a qual obteve maioria para formar novo governo, assumindo efetivamente assumiu o poder após acordo entre os diversos partidos que a formam.

A participação dos eleitores no pleito parlamentar de 2023 foi recorde, atingindo inéditos 74,3% (cerca de 22 milhões de pessoas). O número de eleitores registrados no exterior foi superior a 600 mil, quase o dobro do número observado nas eleições parlamentares anteriores, de 2019.



Para a composição dos 460 assentos da câmara baixa do Parlamento, o PiS obteve 35,38% dos votos (7,64 milhões, 194 assentos). As agremiações de oposição que mais receberam votos foram a Coalizão Cívica (KO), de Donald Tusk (que assumiu o novo governo como primeiro-ministro em 13/12/2023), com 30,70% dos votos (6,62 milhões, 157 assentos); a Terceira Via (TD), com 14,40% (3,11 milhões, 65 assentos); e a Nova Esquerda, com 8,61% (1,85 milhão, 26 assentos). Juntas, alcançaram 248 assentos. A aliança de extrema direita, Confederação, obteve 7,16% (1,54 milhão e 18 assentos).

No Senado, a oposição logrou manter a maioria que já possuía, tendo as cadeiras na câmara alta sido divididas da seguinte forma: de um total de 100, a Coalizão Cívica obteve 41 assentos; o PiS, 34; a Terceira Via, 11; e a Nova Esquerda, 9; além de 5 assentos para candidatos independentes.

- Eleições locais de 07/04/2024

As eleições parlamentares regionais foram realizadas em abril passado, nas 16 províncias do país. O partido de direita Lei e Justiça (PiS), hoje de oposição, emergiu como o mais forte partido polonês, individualmente, com 34,27% dos votos gerais (em todas as regiões), seguido pela Coalizão Cívica (KO), de centro, com 30,59%; pela Terceira Via (TD), de centro-direita, com 14,25%; pela Confederação ("*Konfederacja*"), de extrema direita, com 7,23%; e, finalmente, pela Esquerda ("*Lewica*"), com 6,23%. Note-se que, em relação aos indicadores iniciais divulgados em 08/04, somente o PiS e a TD lograram aumentar sua porcentagem de votos, enquanto os demais partidos viram sua porcentagem diminuir.

A KO, liderada pelo primeiro-ministro Donald Tusk, logrou alcançar o primeiro lugar em 9 das 16 assembleias legislativas provinciais. A participação eleitoral fechou em 51,9%, três pontos percentuais a menos do que o observado nas eleições locais de 2018 e, como já informado, muito aquém da participação registrada nas eleições parlamentares nacionais de outubro de 2023, que atingiu 74,3%.

- Eleições ao Parlamento Europeu de 09/06/24

Os resultados oficiais das eleições ao Parlamento Europeu confirmaram a vitória da Coalizão Cívica (KO), agremiação que abarca partidos de vários espectros políticos e é liderada pela Plataforma Cívica (PO). A KO foi vitoriosa em 10 das 16 províncias polonesas e obteve 37,06% dos votos. Foi a primeira vez que o PiS, desde 2014, não alcançou o primeiro lugar em uma eleição.

O partido de direita Lei e Justiça (PiS), hoje o maior da oposição, ficou em segundo lugar, tendo obtido 36,16% dos votos. A Confederação, de extrema direita, alcançou o terceiro lugar, com 12,08%, seguida pela Terceira Via (TD), de centro-direita, com 6,91%, e, finalmente, pela Esquerda, com 6,3%. Candidatos independentes somaram 0,93%. O partido extremista Confederação foi o que se saiu melhor com o eleitorado jovem (18 a 30 anos), tendo crescido também entre os produtores rurais, enquanto a KO e o PiS empataram na preferência dos eleitores acima de 60 anos de idade.

Na avaliação de especialistas, a posição de Donald Tusk teria sido fortalecida, uma vez que o primeiro-ministro polonês se engajou pessoal e intensamente no processo eleitoral, tendo focado seus discursos, principalmente, no tema da segurança da Polônia e da Europa. Em consequência, avalia-se, Tusk adquiriu força política para promover os nomes que desejasse para posições estratégicas na UE ou para indicar quem concorreria à presidência da República em 2025.

- Eleições presidenciais de 2025



O presidente do *Sejm* e candidato ao cargo de presidente da República, Szymon Holownia, confirmou, em janeiro passado, as datas para a realização do escrutínio presidencial na Polônia: 18/05/25 (primeiro turno) e, caso nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos, 01/06/25 (segundo turno). Em observância à legislação eleitoral polonesa, a campanha oficial para o pleito de maio iniciou-se no próprio dia 15/01 e, comparada com eleições anteriores, teve uma duração mais estendida do que o normal, com mais de quatro meses de duração.

Os partidos políticos necessitaram notificar, até 24/03/25, a Comissão Eleitoral Estatal (PKW) da formação dos comitês eleitorais de seus candidatos. Até 04/04/25, por sua vez, foi admitida a apresentação de candidaturas, as quais precisaram estar acompanhadas de listas de apoio contendo pelo menos 100 mil assinaturas. Os principais candidatos ao pleito foram o atual prefeito de Varsóvia, Rafał Trzaskowski (KO), Karol Nawrocki (PiS), Szymon Holownia (Polônia 2050) e Sławomir Mentzen (*Konfederacja*).

Em meio à campanha, acusações de potenciais interferências estrangeiras no pleito agitaram a vida política do país. Em 06/02/25, o então presidente Andrzej Duda veio a público sugerir que a União Europeia poderia tentar interferir no processo eleitoral polonês para "escolher seu sucessor". Segundo Duda, político vinculado ao PiS, a União Europeia não apreciaria que os conservadores voltassem a governar a Polônia, insinuando que Bruxelas favoreceria o candidato pró-europeu do partido Plataforma Cívica em detrimento de Karol Nawrocki, apoiado pela direita polonesa e pelo próprio presidente Duda. Para o então presidente polonês, havia “ameaça real” à democracia, o que exigiria a “firme defesa” dos resultados das eleições na Polônia, “caso se descubra que se pretenda manipulá-las de forma semelhante à da Romênia”.

De outro lado, mas também expressando o temor com interferências nas eleições de maio, a deputada Magdalena Biejat, candidata a presidente pelo partido de esquerda Lewica, acusou o bilionário Elon Musk de usar as mídias sociais para manipular o processo eleitoral no país. Seu pronunciamento contra a possível interferência de Musk no processo eleitoral polonês seguiu a linha de posicionamento anterior já manifestado pelo próprio chanceler Sikorski, atento às atitudes de Elon Musk em relação às eleições na Alemanha e na Polônia, que lembrou que "interferir no processo eleitoral é crime na Polônia".

O candidato vinculado ao partido Lei e Justiça (PiS), Karol Nawrocki, venceu as eleições presidenciais polonesas (segundo turno) realizadas em 01/06, com 50,89% dos votos, derrotando por pequena margem o candidato governista da Coalizão Cívica (KO), Rafał Trzaskowski, que obteve 49,11% dos votos. Tratou-se de uma das eleições presidenciais mais disputadas da história pós-comunista da Polônia. A participação eleitoral atingiu 71,63%, uma das mais elevadas das últimas décadas, embora ligeiramente abaixo do recorde registrado nas eleições parlamentares de 2023.

Para os analistas locais, a vitória de Nawrocki ratificou a consolidação do apoio do conjunto do eleitorado de direita a um só candidato. Nawrocki recebeu apoio esmagador dos eleitores que haviam apoiado candidatos de extrema direita no primeiro turno: 87,1% dos eleitores de Sławomir Mentzen (*"Konfederacja"*) e 92,5% dos eleitores de Grzegorz Braun (KKP) teriam transferido seu apoio a Nawrocki no segundo turno. Nawrocki teria conduzido uma campanha de caráter nacionalista e antigoverno. Apesar de ser apoiado pelo PiS, posicionou-se como um candidato *anti-establishment*, mesclando os valores tradicionais do PiS com a retórica libertária e nacionalista radical da *Konfederacja*.

- Reforma do Poder Judiciário e restauração do Estado de Direito



As reformas introduzidas na composição e no funcionamento do Poder Judiciário polonês durante o governo do partido conservador PiS (2015-2023) foram consideradas, dentro e fora do país, e muito especialmente pelas instituições comunitárias, um atentado ao Estado de Direito na Polônia, tendo ensejado, inclusive, a suspensão de repasses de recursos financeiros ao país pela Comissão Europeia. Ao alterar a sistemática de nomeação dos juízes poloneses, atribuindo-as ao Conselho Nacional do Judiciário (KRS), órgão dominado pelo próprio PiS, o Poder Judiciário da Polônia foi aparelhado, na prática, pelo partido governista. Os juízes indicados por esse sistema, conhecidos como “neo-juízes”, são hoje cerca de 3.000 em todo o país. Ao assumir o poder em 2023, o governo de Donald Tusk, apresentou projetos de lei destinados a reformar o Poder Judiciário e o Ministério Público, o que ensejou a liberação dos recursos até então retidos pela Comissão Europeia.

Até mais de um ano de gestão, contudo, as reformas não foram ainda aprovadas e continuam os embates entre os poderes constituídos na Polônia, o que é ilustrado, por exemplo, pela recente acusação feita pelo presidente do Tribunal Constitucional e encaminha ao Ministério Público, que abriu investigação a respeito, de que o primeiro-ministro Donald Tusk e outras autoridades polonesas estariam cometendo um golpe de Estado ao adotar medidas que cerceiam o funcionamento da Justiça no país. Como reação, o procurador-geral, que vem a ser o próprio ministro da Justiça, decidiu suspender por seis meses o subprocurador que acatou a denúncia e abriu investigação contra Tusk.

A medida foi denunciada pela oposição como uma tentativa de evitar que viessem à tona má-conduta do primeiro-ministro e de outras autoridades. A reforma do Judiciário, com a restauração plena do Estado de Direito na Polônia, depende da tramitação dos projetos de lei da reforma, a qual permanece obstaculizada por ações de personalidades políticas vinculadas ao PiS. Ademais, a coalizão de governo na Polônia controla 52% dos assentos no *Sejm*, maioria pouco expressiva que enfrenta, de forma cotidiana, forte oposição parlamentar.



POLÍTICA EXTERNA

A Polônia desempenhou papel relevante na transformação do sistema internacional da era da Guerra Fria para um sistema unipolar e, depois, multipolar, após a extinção da União Soviética. O advento do movimento “Solidariedade”, na cidade portuária de Gdańsk, em agosto de 1980, deflagrou processo rápido e sem precedentes de sindicalização e de mobilização social da Polônia, que levou ao fim do monopólio do Partido Comunista.

Concorreram também para a derrocada comunista e a queda do Muro de Berlim, em outubro de 1989, a sagração do cardeal polonês Karol Józef Wojtyła como Papa João Paulo II, em 1978, e sua mensagem em prol das liberdades e direitos humanos fundamentais, característica do seu Pontificado; e o brutal assassinato do padre Jerzy Popiełuszko, em outubro de 1984, por agentes do Serviço de Segurança do Ministério do Interior da Polônia. O prelado realizava regularmente transmissões radiofônicas de missas e sermões, para todo o país, pela rádio, então clandestina na Polônia, *Free Europe*.

A transição foi acelerada pelo governo de Tadeusz Mazowiecki, o primeiro primeiro-ministro não comunista do país, que implementou reformas voltadas à liberalização da economia. O ponto central desse período foi o Plano Balcerowicz, lançado em 1990 pelo ministro das Finanças Leszek Balcerowicz. O plano, baseado em políticas heterodoxas, visava a estabilizar a inflação galopante, privatizar empresas estatais e abrir o mercado polonês à concorrência internacional. Embora tenha trazido recessão inicial e impactos sociais significativos, como o aumento do desemprego e a queda no padrão de vida, o plano foi essencial para a modernização da economia polonesa. Durante os anos 1990, o país passou por crescimento gradual, atraindo investimentos estrangeiros e fortalecendo suas instituições democráticas.

A transição polonesa é geralmente considerada consolidada com sua adesão à União Europeia em 1º de maio de 2004. Esse momento simbolizou o reconhecimento do país como economia de mercado estável e funcional, alinhada aos padrões políticos e jurídicos europeus. O ingresso na UE marcou o fim do período de ajustes e o início de uma nova fase de integração e crescimento sustentado. Desde então, a Polônia se consolidou como uma das economias mais dinâmicas da continente europeu.

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia com a integração à OTAN, à União Europeia, ao FMI e à OCDE, a grande prioridade da política externa polonesa passou a ser a projeção do país como uma das principais forças do continente europeu, política e economicamente, mas também na área de defesa.

Desde a invasão russa da Crimeia, em 2014, a política externa polonesa tem estado amplamente dominada pela pauta do enfrentamento à Rússia. O “avanço do imperialismo russo” configura um dos temas mais consensuais tanto na esfera política quanto junto à opinião pública no país, havendo virtual entendimento de que aquele país oriental representa verdadeira “ameaça existencial” à Polônia.

Logo nas primeiras horas da invasão de 24 de fevereiro de 2022, o governo polonês determinou o envio de frota de caminhões com munições e armamentos leves a título de doação ao governo ucraniano, a fim de ajudá-lo a resistir à invasão. Também, rápida e imediatamente, organizou logística de recebimento, na Polônia, de refugiados ucranianos, por meio de centros de recepção na fronteira e de facilidades para que usufríssem de serviços e benefícios públicos e sociais deste país. Calcula-se que mais de 3,5 milhões de refugiados tenham se fixado ou estado de passagem na Polônia, dos quais cerca de 1.500 teriam seguido para o Brasil.

Às vésperas da invasão, e nas semanas subsequentes, autoridades polonesas, entre as quais o próprio Presidente Andrzej Duda e o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki, estiveram em



Kiev e regiões a oeste da Ucrânia para manifestarem seu integral apoio àquele país, que consideram ter sido vítima de “agressão não provocada, arbitrária e injustificada”.

A Polônia, cuja política externa já se vinha caracterizando, há tempos, por intenso “ativismo pró-Occidental”, integracionista e multilateralista, com o objetivo precípua de pressionar e mesmo isolar Moscou, recrudesciu ainda mais sua condenação à Federação Russa, apresentando-se, desde fevereiro de 2022, como uma “sentinela do Ocidente”.

Sob o governo do PiS, a Polônia pode ser considerada como um dos países que mais advogou a condenação contundente e enérgica da Rússia em decorrência da invasão da Ucrânia, repudiando as chamadas “políticas de apaziguamento” com Moscou, valendo-se recorrentemente para tanto de analogia histórica à Conferência de Munique de 1938 e às conversações entre o então primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain e Adolf Hitler. Tal movimento foi plenamente respaldado pela sociedade polonesa, que até então se havia manifestado majoritária e favoravelmente às ações do governo de apoio à Ucrânia e de repúdio à Rússia, tendo apoiado amplamente, em pesquisa de opinião (87,5%), a instalação de bases militares norte-americanas permanentes no seu país (julho de 2022).

Tal engajamento foi mantido com a chegada do governo de Donald Tusk, líder da Coalizão Cívica (KO) que assumiu o poder em 13 de dezembro de 2023. Embora tenha herdado as rugas do governo anterior com a Ucrânia decorrentes do chamado “contencioso de grãos” (entrada considerada excessiva pelos agricultores poloneses de produção agrícola ucraniana na Polônia em detrimento da produção nacional), o novo governo polonês passou a manifestar-se de maneira igualmente contundente nesse tema e em defesa do rearmamento dos países europeus como forma de resistência ao imperialismo russo, promovendo o aumento constante de sanções a Moscou.

- Relações com a União Europeia e países europeus específicos

A Polônia converteu-se, desde seu ingresso na UE em 2004, em uma grande promotora da causa da integração comunitária. Ao apoiar os pleitos balcânicos e ucraniano de adesão à UE, a Polônia pretende ampliar seu prestígio regional e internacional, projetando-se como promotora da causa da integração, ao mesmo tempo em que almeja, com o fortalecimento do bloco, promover a contenção de seus grandes adversários, Rússia e Belarus, no cenário político e estratégico europeu e global.

Em sua posse, o ministro dos Negócios Estrangeiros Radosław Sikorski sublinhou que “a diplomacia é a primeira linha de defesa da Polónia”. Suas prioridades à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, segundo afirmou, seriam o “fortalecimento da segurança nacional” e a reparação de relações “com a União Europeia e demais aliados”. Nesse sentido, aduziu que buscava garantir que “a Polónia crescesse na hierarquia das nações”. Sikorski enfatizou, ainda, que esperava “trazer a Polónia da periferia para o centro da cooperação na União Europeia”. Por outro lado, repisou que seu país daria continuidade à política de apoio à Ucrânia: “A Ucrânia será uma prioridade para a política de segurança polonesa e para a política europeia da Polónia”.

Ao criticar repetidamente o governo anterior do PiS, o qual condenou principalmente pelo “relacionamento tóxico” que teria impingido à União Europeia, Sikorski argumentou que a animosidade do governo anterior com as instituições de Bruxelas, em particular no contexto das acusações de violações ao estado de Direito na Polónia, apenas teria servido para marginalizar o país. Criticou também a deterioração do relacionamento bilateral da Polónia, sob o PiS, com a Alemanha, a França, a República Tcheca e até mesmo com a Ucrânia. Para o atual governo polonês, e nas palavras do chanceler Sikorski, ser europeu não é apenas uma escolha de cunho geográfico, mas, sim, “civilizacional”.



Por ocasião das comemorações dos 20 anos de adesão da Polônia à UE, Donald Tusk referiu-se aos valores que tornariam a União Europeia especial para seu país e que seriam compartilhados pela Polônia, tais como o respeito aos direitos humanos, a crença na democracia e na liberdade, bem como a valorização da solidariedade entre os povos. Tusk ressaltou que a presença da Polônia na UE é uma garantia de segurança para os poloneses e de pertencimento ao mundo ocidental. Defendeu que o saldo desses vinte anos foi positivo para o país e que “a Polônia não precisa mais olhar para o Ocidente com inveja, porque somos parte dele”. Tusk ainda argumentou que o país exerce impacto real no bloco e em suas políticas, argumentando, inclusive, que no continente a Polônia seria líder no que se refere “ao espírito de liberdade e de crença no poder da democracia” e líder em questões que dizem respeito ao futuro da Europa, começando com segurança.

Do ponto de vista econômico, Tusk exaltou os efeitos positivos que a participação no bloco trouxe para a Polônia ao longo de vinte anos. Sublinhou que, após as deduções das contribuições do país à UE, a Polônia deverá receber cerca de EUR 163 bilhões em fundos europeus. Tusk ainda ressaltou que a economia polonesa mudou de perfil durante esse tempo. Tusk falou da diminuição da taxa de desemprego na Polônia durante o período, de 19% para 3%, bem como sobre a redução da disparidade de renda entre a Polônia e os demais países da Europa Ocidental: “em termos de PIB per capita, em paridade de poder de compra, nós ultrapassamos a Grécia e Portugal em 2022”. Afirmou, ainda, que a presença da Polônia na UE fez aumentar a confiança do investidor estrangeiro.

Tusk reconhece, igualmente, que fazer parte da União Europeia também traz responsabilidades comuns e desafios, citando o problema da migração ilegal e a necessidade do controle de fronteiras, assim como a questão do “*Green Deal*” e o atendimento aos interesses dos produtores agrícolas. Tusk defende a necessidade de apoiar os produtores e empresários europeus contra competidores externos, em particular contra a “regulação comunitária”, de modo que a mesma seja justa para os produtores e empresários do bloco.

Sobre a vigência do estado de Direito na Polônia, um dos temas de maior atrito entre o governo anterior do PiS e Bruxelas, Tusk defendeu que a normalidade e independência do Poder Judiciário é o que faz da Polônia um país ocidental e que os crimes e abusos de poder do governo anterior nessa área seriam punidos. O governo de Donald Tusk, contudo, ainda não conseguiu implementar as reformas estatutárias que reverteriam as mudanças no sistema judiciário polonês introduzidas, desde 2016, pelo governo anterior do PiS. A falta, até o momento, de resultados concretos das medidas prometidas pelo governo polonês quanto às reformas necessárias para o restabelecimento pleno do estado de Direito no país e a tolerância das instituições europeias com essa situação indicariam, aparentemente, um alinhamento político entre Varsóvia e Bruxelas.

No que se refere aos temas de segurança e defesa, o governo polonês e a Comissão Europeia estariam de acordo quanto à necessidade da UE de concentrar seus melhores esforços no tópico da segurança. Tusk defendeu a criação do cargo de comissário europeu para defesa e o investimento de, no mínimo, EUR 100 bilhões na segurança comunitária, a fim de que a Europa se torne segura pelas suas próprias capacidades militares, ainda que sem descartar a relevância do guarda-chuva protetor oferecido pelas relações transatlânticas. Nesse sentido, sugeriu a criação de um sistema europeu de defesa aérea. Tusk defendeu uma mudança de mentalidade quanto à política de defesa europeia, argumentando que o continente precisa tornar-se a mais forte entidade política mundial: “Econômica, financeira, tecnológica e demograficamente somos maiores e mais fortes do que os Estados Unidos e a Rússia juntos”.

A guerra na Ucrânia e o retorno da Polônia ao “*mainstream*” da política europeia, após a volta de Tusk ao poder, estariam colaborando para reduzir as assimetrias presentes nas relações de Varsóvia com Berlim e Paris. No contexto do chamado Triângulo de Weimar, o atual governo polonês tem buscado reconstruir as relações de Varsóvia com as duas capitais após anos de atrito sob o governo



conservador do PiS (2015-2023). Sobre o Triângulo de Weimar, recorde-se que se trata de mecanismo informal de consultas e coordenação criado em 1991 com o objetivo de preparar a Polônia para a adesão à UE e à OTAN. O chanceler polonês já afirmou que a Alemanha e a França constituem “nossos parceiros mais importantes na União Europeia” e que, portanto, “intensificar a cooperação dentro do Triângulo de Weimar está entre as prioridades da política externa da Polônia”.

O chanceler Sikorski, logo no início do atual mandato do Donald Tusk, declarou que a guerra na Ucrânia havia demonstrado que o Triângulo de Weimar poderia ser tanto um bom fórum de cooperação como uma fonte de boas ideias para o futuro da União Europeia. A Polônia objetiva hoje coordenar esforços com Paris e Berlim com vistas à cooperação militar e industrial entre os três países em apoio à Ucrânia. As crescentes ameaças à segurança da Europa resultantes da chamada “política imperialista russa” e a importância da assistência a Kiev têm sido o eixo central da cooperação no Triângulo de Weimar. No contexto desse mecanismo, Polônia e França têm coincidido no que se refere à defesa de mais ajuda da Europa a Kiev. Por outro lado, analistas opinam que a proximidade da Polônia com os Estados Unidos é vista como vantajosa para a Alemanha, que se oporia à postura mais inflada de Macron contra a Rússia.

Com a Alemanha, a despeito de ser Berlim a principal parceira econômica da Polônia, o governo do PiS manteve como tema candente a reivindicação de reparações pelas destruições causadas ao país durante a II Guerra Mundial. Nesse sentido, o atual chanceler defendeu que, apesar dos interesses da Alemanha e da Polônia não serem sempre convergentes, o governo do primeiro-ministro Tusk enxerga essa parceria como fundamental para o país. A respeito, e indagado sobre sua confiança em Berlim, Sikorski ressaltou que “a Alemanha é nossa aliada”. Embora não evite críticas à Alemanha, seja por seu “oportunismo” nas relações com a Rússia mesmo após a invasão da Ucrânia, seja pela necessidade de compensar a Polónia pelos efeitos da II Guerra Mundial (tendo já sugerido que Berlim apresente propostas nesse sentido), Sikorski sublinhou estar a Polónia buscando “consertar” suas relações com a Alemanha.

Sobre a França, o chanceler Sikorski já ressaltou a existência de muitos interesses convergentes entre os dois países, além de simpatia mútua. Ao ser indagado sobre os tipos de líderes de que a Europa necessita no momento, Sikorski elogiou o presidente francês, Emmanuel Macron: “Precisamos de líderes que nos digam como ter sucesso novamente. Acredito que a Ucrânia pode ser o nosso sucesso. Se a Ucrânia vencer, as mudanças começarão na Rússia. Lá, depois de uma guerra perdida, há sempre reformas, foi o que aconteceu depois da guerra da Crimeia e depois da guerra com o Japão. As reformas também ocorreram após a derrota da União Soviética no Afeganistão. O Presidente Macron é capaz de dar às pessoas uma visão positiva de onde poderemos estar daqui a cinco, dez ou vinte anos. A Europa precisa disso”. Sikorski afirmou estar “satisfeito” com a disposição de Paris de estreitar ainda mais sua parceria estratégica com Varsóvia: “Esperamos restaurar o hábito de consultas intergovernamentais que devem visar a cooperação, especialmente no que se refere às forças armadas e à construção de capacidades de defesa europeias”.

- Relações com os Estados Unidos e a Aliança Atlântica

As relações da Polónia com os Estados Unidos são baseadas em uma parceria estratégica com forte componente em matéria de segurança e defesa, mas que incluem também interesses econômicos e comerciais. Considerados o mais importante parceiro não europeu da Polónia, os EUA representam a fonte de segurança última contra ameaças provenientes do Leste. Nos últimos anos, o incremento da presença militar norte-americana neste país e a aquisição de bilhões de dólares em equipamentos militares norte-americanos ilustram os esforços poloneses de reforçar a cooperação transatlântica em defesa.



Atualmente, segundo o Ministério da Defesa Nacional da Polônia, um total de cerca de 10.000 soldados das forças armadas dos EUA estão estacionados no país, em caráter rotativo. Em 21/03/2023, o Exército dos Estados Unidos inaugurou uma guarnição permanente instalada em Poznan. Trata-se da primeira instituição militar desta natureza no flanco oriental da OTAN, resultado da visita a Varsóvia do presidente norte-americano, Joe Biden, em 22/02/23, e de declarações feitas por ele, em junho de 2022, sobre a criação de possível base permanente para seu V Corpo de Exército, que opera na Polônia. Embora o país já dispusesse da presença em seu território de tropas norte-americanas em forma rotativa, Varsóvia vinha insistindo junto a Washington para que essa presença se tornasse permanente. A principal tarefa da unidade norte-americana é coordenar as atividades e supervisionar as forças terrestres dos EUA destacadas na Europa e promover o planejamento operacional, a cooperação e a sincronização das forças dos EUA com as tropas de outros países da OTAN. O comando desempenha um papel fundamental na integração das tropas dos EUA destacadas na Polônia, sincronizando a sua cooperação com as Forças Armadas Polonesas.

A Polônia busca a ajuda norte-americana, ainda, para garantir sua segurança energética, diminuindo a dependência do carvão, e para livrar-se da dependência do gás proveniente da Rússia. Essa segurança teria ficado comprometida, segundo Varsóvia, com a conclusão do gasoduto Rússia-Alemanha *Nord Stream 2*. Buscando tais objetivos, a Polónia concluiu contrato de longo prazo para aquisição de gás liquefeito de petróleo de companhia dos EUA e assinou acordo com aquele país para desenvolver sua primeira usina nuclear.

Digno de nota foi a visita conjunta a Washington, realizada pelo presidente Andrzej Duda e o primeiro-ministro Donald Tusk em março de 2024, no âmbito dos 25 anos de adesão da Polónia à OTAN, ocasião em que se encontraram com o presidente Joe Biden e com diversos interlocutores norte-americanos de alto nível. Tusk enfatizou na visita que, no que concerne à defesa e à segurança da Polónia e da Europa, seu governo, o presidente Duda e a oposição estariam unidos por enfoque comum. Tusk declarou que o propósito principal da visita foi o de obter dos EUA a garantia de que Washington viria ao socorro da Polónia em caso de um ataque ao país, com base no artigo 5º do Tratado da Aliança, a qual, segundo indicou, teria sido obtida.

Com relação à possível adesão da Ucrânia à Aliança Atlântica, o governo polonês afirmou que, embora apoie e seja favorável ao pleito ucraniano, não haveria, por ora, discussões para emissão de convite oficial de adesão a Kiev. Em entrevista sobre o tema, Sikorski afirmou que caso a Ucrânia fosse convidada já com garantias de segurança, isso equivaleria à entrada da OTAN no conflito, o que, em sua visão, não seria bem recebido pela opinião pública da maioria dos países da Organização, inclusive na Polónia.

Quanto ao tema do programa de compartilhamento nuclear da OTAN e eventual participação da Polónia, haja vista a existência de armas nucleares russas em Kaliningrado e Belarus, o chanceler Sikorski já se manifestou dizendo que tal estratégia não passaria de “ilusão”, por não acreditar ser possível “pedir poder emprestado” de ninguém. Segundo ele, a participação da Polónia no programa não lhe daria necessariamente controle sobre armas nucleares. No caso do uso dessas armas, defendeu que toda a Europa seria ainda dependente da garantia da proteção norte-americana.

Com a mudança de governo nos EUA, a natureza do relacionamento bilateral está sendo revisitada de lado a lado. O principal interesse estratégico da Polónia no seu relacionamento bilateral continua sendo a preservação da “proteção norte-americana”, tanto para o próprio país como para todo o flanco oriental da Europa. É real e efetivo o desafio de manter o mesmo engajamento dos Estados Unidos na defesa da Polónia e da Europa, haja vista todos os sinais emitidos pelo novo governo norte-americano de que a Europa necessitaria ocupar-se mais de sua própria segurança. A Polónia mantém-se contida no que tange a críticas ao governo Trump, o que exigirá que o país se equilibre entre



eventuais pressões norte-americanas e aquelas exercidas por seus parceiros na União Europeia, sobretudo no semestre em curso, no qual Varsóvia exerce a presidência rotativa do Conselho da UE.

Na área comercial, as relações dos EUA com a UE tendem a impor desafios adicionais ao relacionamento entre Varsóvia e Washington. Donald Tusk defende que a UE mantenha as melhores relações possíveis com os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo sugere que o bloco se mantenha unido em uma resposta “clara, amigável, mas firme” contra as ameaças de Trump de imposição de tarifas adicionais sobre a importação de produtos europeus. O chanceler polonês Sikorski, recordou, a respeito, que os Estados Unidos exibem enorme superávit com a UE no comércio de serviços e os investimentos e que não deveria iniciar uma guerra comercial com seus parceiros europeus.

Com Donald Trump de volta à Casa Branca, o governo polonês tem agido de forma pragmática, portanto, a fim de evitar tensões desnecessárias com Washington e de buscar meios de até mesmo aprofundar seus “laços existenciais” com os Estados Unidos. O gabinete do presidente Andrzej Duda anunciou recentemente a intenção de convidar o presidente norte-americano para realizar visita oficial à Polônia este ano, aventada para ocorrer em abril próximo, quando da realização de reunião de cúpula da Iniciativa dos Três Mares em Varsóvia. O secretário de Estado Marco Rubio, por sua vez, foi convidado pelo chanceler Sikorski a ser o convidado de honra da Reunião dos Embaixadores Poloneses, realizada em Varsóvia em julho último.

- Relações com a Rússia e Belarus

A Rússia constitui para a Polônia, nas palavras do presidente Andrzej Duda, “uma vizinhança agressiva e temerária, cujas ações, a começar pela invasão da Ucrânia, devem ser enfrentadas com firmeza pela Polônia e por seus aliados”. A proximidade com o território russo – com o qual compartilha fronteira de 210 km de extensão junto ao exclave de Kaliningrado (renomeado internamente pelo governo polonês, em 2023, para “*Królewiec*”) – é tema de grande sensibilidade para o país. As relações russo-polonesas conheceram diversos momentos difíceis no período pós-1989, tendo sido marcadas por ciclos alternados de maior ou de menor tensão, condicionando uma interação já impactada por 45 anos de regime comunista subserviente a Moscou.

A anexação da Crimeia por forças russas, em fevereiro e março de 2014, levou a um endurecimento das posições polonesas contra a Rússia. O país tem suscitado a necessidade de maior presença da OTAN em seu flanco oriental, para o que tem instrumentalizado as relações estratégicas mantidas com os EUA, e de quem tem realizado importantes compras militares, além da instalação de nova base de mísseis em Redzikowo, nas cercanias do mar Báltico.

Em uma das diversas referências críticas à Rússia, potência que considerou ter como objetivo “a derrubada da ordem internacional que surgiu depois de 1989”, Sikorski afirmou que, por muitos anos, a Polônia buscou encorajar o país a modernizar-se e a democratizar-se, assumindo identidade cultural e política mais europeia. Ao ressaltar que a Rússia fez exatamente o contrário, Sikorski condenou as ações de Vladimir Putin e argumentou que suas ambições seriam prejudiciais ao seu próprio país. Ponderou, ainda, que os resultados alcançados por Putin com a invasão da Ucrânia foram o oposto do que o líder russo almejava: (i) a OTAN expandiu-se, acolhendo dois novos membros; (ii) o sentido de soberania e independência da Ucrânia reforçou-se, com a destruição dos últimos liames de afeição que ainda poderiam existir entre os dois países; e (iii) a Rússia tornou-se dependente política e economicamente da China.

Outro motivo de tensão entre Varsóvia e Moscou é o que este país considera como “guerra híbrida”, encetada via Belarus, “com o pleno aval de Moscou”, e consubstanciada em tentativas de utilização de imigrantes de países africanos, do Oriente Médio e da Ásia Central (que já somariam



dezenas de milhares), para, segundo a Chancelaria polonesa, “desestabilizar a Polônia e a União Europeia”. A Polônia acusa o regime de Aleksander Lukashenko de “tráfico humano”, por incentivar a viagem desses migrantes primeiro para Minsk para depois impeli-los na direção da fronteira belarussa com este país. Ao mesmo tempo, no entanto, a imprensa polonesa não cessa de recordar que, sob o novo governo de Tusk, as forças polonesas na fronteira teriam continuado a polêmica prática do governo anterior de forçar de volta para dentro da Belarus muitos dos que tentam entrar ilegalmente na Polônia, o que já foi objeto de condenação por grupos de defesa dos direitos humanos e pelas Nações Unidas, inclusive com violação de regras básicas de direitos humanos. A forma como o governo de Tusk tem lidado com a situação também tem sido criticada por membros de sua coalizão, a exemplo da eurodeputada Janina Ochojska, do Partido Popular Europeu. Recentemente, o governo anunciou a construção de sistema de fortificações ao longo dessa fronteira, no contexto de seu projeto “Escudo Leste”.

O governo polonês não poupa críticas a Belarus, responsabilizando Minsk pelo estado deteriorado das relações bilaterais e condenando sua subordinação aos ditames de Moscou. Segundo o chanceler Sikorski, “a progressiva vassalagem de Belarus à Rússia significa que esse país também deve ser visto em termos de ameaças à segurança polonesa. A crise política que já dura mais de três anos, as violações dos direitos humanos, a repressão sem precedentes, o apoio à agressão da Rússia contra a Ucrânia e a provocação da crise migratória, tudo isto representa uma séria ameaça para toda a região. Lamentamos a situação do país com o qual partilhamos séculos de história comum e fortes laços culturais. Particularmente preocupante é a situação da minoria nacional polonesa, que se tornou refém do regime. São as autoridades belarussas as únicas responsáveis pelo pior estado das relações bilaterais da nossa história”.

A deterioração das relações entre a Polônia e a Rússia, mas também com Belarus, se reflete, ainda, em seguidas expulsões de diplomatas de lado a lado, bem como no fechamento de representações consulares, como o consulado-geral da Rússia em Poznan (outubro/24) e o consulado-geral da Polônia em São Petersburgo (janeiro/25). A Polônia acusa a Rússia, ainda, de cometimento de atos de sabotagem em seu território, incluindo o envio de cargas explosivas por avião e a provocação de graves incêndios em diversas cidades polonesas, incluindo Varsóvia, Gdansk e Wrocław. Russos, belarussos e até mesmo ucranianos e poloneses encontram-se presos na Polônia sob a acusação de agirem em nome dos serviços secretos russos no país.

- Relações com a Ucrânia

Desde o início do conflito no país vizinho, em 2022, a Polônia tem sido o parceiro mais ativo e cooperativo com a Ucrânia no enfrentamento à ameaça representada pela Federação Russa. Divergências históricas com a Ucrânia, muitas das quais resultantes da relação conturbada entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial, como os chamados “Massacres da Volínia”, foram deixadas provisoriamente de lado por Varsóvia para facilitar o apoio a Kiev no contexto da invasão russa.

No final do governo do PiS no segundo semestre de 2023, contudo, as relações bilaterais passaram por desafios. Para além de certa fadiga do povo polonês com a recepção de elevadíssimo número de refugiados ucranianos em seu território, divergências quanto à entrada de grãos ucranianos no mercado polonês ou quanto a seu trânsito pelo país criaram desentendimentos sérios entre Varsóvia e Kiev, especialmente após críticas veladas feitas pelo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky à Polónia, durante sua participação nas reuniões da AGNU em 2023. O novo governo polonês deu sinais, logo de início, de querer resolver a questão com a brevidade possível e, apesar dos ruídos, o relacionamento bilateral deu sinais de melhoras com a ascensão de Tusk ao poder.



Em relação ao país vizinho, o presidente Duda explicitava a expectativa de que a Polônia viesse a desempenhar papel central no processo de reconstrução da Ucrânia, seja por razões geográficas, seja por ser hoje o maior parceiro econômico de Kiev. Para o esforço de reconstrução da Ucrânia, conclamou as empresas polonesas a participarem ativamente do processo, o que traria igualmente grandes ganhos econômicos para as mesmas e para a economia polonesa como um todo. Para tanto, criou no governo o cargo de Plenipotenciário para a Reconstrução da Ucrânia. Ademais, foi aberta em Varsóvia unidade de representação do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), com o fito de apoiar projetos para a reconstrução da Ucrânia no pós-guerra.

De todo modo, cabe notar que a percepção dos poloneses em relação aos ucranianos se vem deteriorando regularmente, provocando acentuada queda no apoio da sociedade civil aos refugiados da Ucrânia. Várias pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2024 e mais recentemente demonstraram esse fato. Um dos principais motivos de descontentamento seria o “excesso de benefícios concedidos” e uma certa atitude percebida como de “exigência exagerada” da parte do governo ucraniano e dos próprios refugiados daquele país. Os poloneses vêm apontando nessas pesquisas a percepção nos refugiados ucranianos de uma “mentalidade oriental, de cultura soviética”, que se revelaria, por exemplo, na falta de cuidado com o bem público. Em pesquisa realizada em 2024, a maioria dos poloneses (52%) disse acreditar que as soluções adotadas pela legislação local não devem ser mantidas nas condições atuais e o escopo dos benefícios deve ser reduzido (95%). O único tema que manteria amplo apoio dos poloneses (82%) é o acesso à escola para as crianças da Ucrânia.

- Relação com os Países do Leste e do Norte da Europa

Em relação a seu entorno regional imediato, a Polônia vinha buscando exercer papel de liderança no chamado grupo de Visegrado (Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia), objetivo que ficou comprometido em decorrência das opiniões divergentes dos mandatários de dois desses países – a Hungria e a Eslováquia – em relação ao conflito ucraniano, dentre outros temas. Nesse contexto, seu relacionamento dentro do grupo de Visegrado (V4), que preside atualmente, tem perdido espaço para uma maior articulação com os países nórdicos e bálticos, que compõem o NB8, grupo do qual fazem parte Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia, além de Lituânia, Letônia e Estônia.

Grupo de Visegrado

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, os países do V4 não alcançaram consenso no que tange às causas do conflito e à forma do apoio a ser fornecido a Kiev. Enquanto Polônia e República Tcheca apoiam a concessão de ajuda militar aos ucranianos, Eslováquia e Hungria preferem focar na ajuda humanitária. Além de não apoiarem a entrada da Ucrânia na OTAN, em contraste com a posição polonesa, Eslováquia e Hungria têm favorecido a realização de negociações de paz, ideia frequentemente rejeitada pela Polônia no entendimento de que isso poderia resultar em perdas territoriais para a Ucrânia.

Antecipando o tema central da presidência polonesa do V4, assumida em 01/07/2024, o chefe de governo polonês se expressou no sentido de que o grande teste para a cooperação entre os países do grupo seria sua articulação no âmbito da União Europeia em temas como a correção e revisão do “*Green Deal*” e a proteção dos mercados, da indústria e da agricultura dos países membros do Grupo de Visegrado. Para viabilizar os trabalhos no âmbito do V4, a Polônia tem evitado trazer o tema ucraniano para a agenda do mesmo.

Nesse contexto, ao assumir a presidência do V4 em julho passado, a Polônia adotou o lema: “*V4: Back to Basics*”, com o objetivo de promover o que considera serem os fundamentos da



cooperação do grupo, como liberdade, direitos humanos, Estado de Direito e o compromisso com o processo de integração europeia. O programa da presidência polonesa do V4 baseou-se em três pilares:

i) Segurança dos cidadãos: abrange desafios de segurança em várias dimensões, incluindo segurança interna, segurança cibernética, saúde e proteção civil, bem como cooperação policial, consular e judiciária;

ii) Conectividade: maior fortalecimento das conexões de infraestrutura energética, rodoviária e digital da região. Será dada atenção especial ao transporte, à segurança rodoviária e ao desenvolvimento de rotas de transporte. A presidência polonesa também se concentrará na segurança das matérias-primas dos países do V4; e

iii) "*Unleashing the Potential*": iniciativas que visem a impulsionar a cooperação, por meio de, entre outros temas, o apoio às regiões fronteiriças, a cooperação acadêmica, cultural e turística, a cooperação em políticas voltadas para os jovens, além de ações na área de política social e familiar. O Fundo Internacional de Visegrado desempenhará papel crucial nessa área, com atividades que promovem programas de subsídios e bolsas de estudo destinadas a aprofundar a cooperação entre cidadãos e organizações da sociedade civil. Essa prioridade também incluirá discussões sobre questões horizontais da União Europeia, como a política de coesão após 2027, a política agrícola, a silvicultura e as finanças do bloco.

A desgastada relação bilateral entre a Polônia e a Hungria, que se agravou desde a ascensão de Tusk ao poder em dezembro de 2023, piorou ainda mais em 2024, após o primeiro-ministro húngaro Viktor Orban ter acusado a Polônia de "hipocrisia" por suas críticas às relações comerciais mantidas pela Hungria com a Rússia, a despeito das sanções europeias impostas a Moscou desde a invasão da Ucrânia em 2022. Além de recordar que a Polônia adquiria petróleo russo por meio de intermediários, Orban acusou a Polônia de enfraquecer a cooperação no âmbito do Grupo de Visegrado e de buscar a criação de um novo eixo de cooperação na Europa, alternativo ao tradicional eixo Paris-Berlim, o qual incluiria, além de Varsóvia, Londres, Kiev e capitais bálticas e escandinavas.

Países Nórdicos e Bálticos

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, o primeiro-ministro Donald Tusk participou, na condição de convidado de honra, da Cúpula do *Nordic-Baltic Eight* (NB8), grupo do qual fazem parte os países nórdicos e bálticos. Os países do NB8 e a Polônia compartilham interesses estratégicos relacionados à estabilidade no norte da Europa e ao fortalecimento de sua defesa coletiva diante da percepção comum face à ameaça russa. Enquanto Polônia, Finlândia e os países bálticos formam a linha de frente do flanco oriental da OTAN, os países nórdicos desempenham papel crucial no controle de corredores estratégicos, como o Mar do Norte e o Báltico.

Como parte da visita, Tusk manteve também encontros bilaterais com o primeiro-ministro norueguês Jonas Gahr Stør e com o primeiro-ministro sueco Ulf Kristersson. Com este último, elevou o patamar das relações bilaterais e assinou o Acordo da Parceria Estratégica entre a Polônia e a Suécia, instrumento emblemático da cooperação desejada pelo país com os países do NB8. A segurança das infraestruturas críticas dos países da região, especialmente as submarinas, tornou-se outra prioridade emergente para Varsóvia, sobretudo após a explosão dos oleodutos Nord Stream 1 e 2 e a sabotagem de cabos de transmissão de dados no Báltico e de gasodutos que ligam a Finlândia e a Estônia. Para o governo polonês, é essencial fortalecer a proteção dessas instalações no país, como o Gasoduto Báltico - que transporta cerca de 10 bmc/ano de gás natural do Mar do Norte via Dinamarca para a Polônia - e o terminal de GNL em Swinoujscie.

A Polônia também pretende desenvolver com os países do grupo novos projetos energéticos, incluindo usinas eólicas offshore, e estender, na esfera econômica, a cooperação nas áreas



da digitalização e da inovação tecnológica. Os países nórdicos contam com empresas líderes como Spotify, Klarna e Novo Nordisk, e estariam à frente da Polônia na integração entre tecnologia digital e indústria. Nesse sentido, a Polônia busca tornar-se polo regional no setor e atrair investimentos como a instalação de "hub de tecnologia" da *fintech* Klarna, cujo valor estimado de mercado atinge cerca de 40 bilhões de euros, localizada em cidade próxima a Varsóvia.

No plano global, os desafios da relação transatlântica reforçam a importância, para Varsóvia, de um maior alinhamento estratégico com os países do NB8. Esse reposicionamento reflete a percepção polonesa de que a coesão dentro da União Europeia e da OTAN é fundamental para enfrentar "ameaças comuns", como a "postura assertiva" da Rússia e os "desafios emergentes" no Ártico e no Mar Báltico. A cooperação polonesa-NB8, portanto, não apenas busca consolidar frente unida em relação à segurança, mas também visa a impulsionar iniciativas conjuntas em áreas como energia limpa, inovação tecnológica e resiliência econômica, promovendo modelo de "interdependência positiva" que se alinhe às suas prioridades estratégicas de longo prazo.

A articulação no marco do NB8 ofereceria alternativa "equilibrada" entre as ambições de autonomia europeia e a indispensabilidade da parceria transatlântica. Na visão de Varsóvia, a aproximação com os países nórdicos e bálticos, além de "natural", marcaria a "reorientação pragmática" de sua diplomacia regional. O realinhamento do país refletiria interesses estratégicos compartilhados com o grupo, ao mesmo tempo em que ofereceria alternativa ao Grupo de Visegrado.

- Relações com Israel e Palestina

As relações entre a Polônia e Israel nos últimos anos têm sido caracterizadas por dificuldades e irritantes pontuais, tanto no governo anterior do partido Lei e Justiça (PiS), quanto no atual governo do primeiro-ministro Donald Tusk. Tais dificuldades dizem respeito, principalmente, i) a discordâncias quanto ao papel da Polônia durante o Holocausto, questão que gerou nos últimos anos várias interrupções no intercâmbio de estudantes entre os dois países e pedidos de indenização por parte do governo israelense; ii) a episódios de antissemitismo na Polônia; iii) à atuação vocal e agressiva do embaixador israelense em Varsóvia, Yakov Livne, que acaba de retornar a Tel Aviv; e iv) ao reconhecimento pela Polônia, desde 1988, do Estado da Palestina.

Não obstante os irritantes bilaterais, o presidente Andrzej Duda e o então ministro dos Negócios Estrangeiros Zbigniew Rau, durante o governo do PiS, condenaram os ataques do Hamas contra civis em Israel em 07/10/23. O presidente polonês também manifestou preocupação com a pressão migratória que o conflito na Palestina poderia trazer para a Europa. As autoridades polonesas defenderam como prioridade a proteção dos civis de ambos os lados no conflito, bem como o acesso à ajuda humanitária por todas as pessoas afetadas. Ao mesmo tempo em que condenaram os atos terroristas cometidos pelo Hamas e defenderam a libertação de todos os reféns mantidos pela facção, o governo polonês do PiS manifestou sua opinião de que a resposta de Israel deveria ser conduzida em conformidade com o direito internacional. Rau reiterou apelo para que ambos os lados do conflito permitissem a evacuação segura de civis da Faixa de Gaza.

Desde a assunção do governo atual, em dezembro de 2023, a Polônia manteve, na essência, a mesma posição com relação ao conflito na região. Entretanto, ataque das Forças de Defesa de Israel (*Tzahal*) a comboio da ONG humanitária *World Central Kitchen* em Gaza, em 01/04/24, que vitimou um cidadão polonês, gerou indignação no país e motivou veementes pedidos do primeiro-ministro Tusk e do chanceler Sikorski por desculpas oficiais, investigações e esclarecimentos da parte das autoridades israelenses. A Polônia anunciou a realização de inquérito próprio, pelo Ministério Público polonês, classificando o incidente como caso criminal. Radosław Sikorski chegou a declarar que "a Polônia não concorda com a falta de cumprimento do direito humanitário internacional e da proteção



dos civis, incluindo os trabalhadores humanitários. Para a credibilidade das ações de Israel e o futuro da paz no Oriente Médio, é essencial que a atual ação militar em Gaza seja acompanhada por um processo político e pela apresentação de propostas ao povo palestino”.

O governo polonês condenou veementemente, por outro lado, os ataques aéreos contra Israel realizados pelo Irã em abril último. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrzej Szejna, chegou a opinar que a Polônia deveria apoiar Israel de forma mais contundente contra o Irã. Segundo Szejna, o conflito entre os dois países não é diferente daquele entre a Ucrânia e a Rússia: “o ataque foi de caráter terrorista, tanto quanto o ataque da Rússia à Ucrânia”. Szejna argumentou que tal apoio se justificaria também por outros dois aspectos: i) a forma como Israel se defende, com o apoio dos Estados Unidos, permite à Polônia chegar a “conclusões sábias” em termos de estratégia de defesa; e ii) a proporção do ataque iraniano, com a utilização de centenas de drones e mísseis, foi duas vezes maior do que o ataque russo à Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022. O vice-ministro observou, ainda, que o objetivo precípua do Irã seria a destruição de Israel.

Em abril de 2024, Sikorski mais uma vez condenou o ataque perpetrado pelo Hamas e reafirmou o direito de defesa de Israel, além de ter recordado as vítimas do conflito e a manutenção de reféns pelo Hamas. Porém, lembrou também que a Polônia reconhece o Estado Palestino e questionou os objetivos de Tel Aviv: “gostaríamos de saber se Israel considera a possibilidade de coexistência com o Estado Palestino, reconhecido pela Polônia, e, se não, quais os planos que teria para os cinco milhões de palestinos cujas vidas controla”. Nesse sentido, em 10/05/24, a Polônia votou favoravelmente à resolução da AGNU a respeito da elegibilidade do Estado da Palestina para ingresso nas Nações Unidas como membro pleno. A posição polonesa gerou críticas do embaixador israelense em Varsóvia, cujas declarações foram novamente objeto de repúdio na Polônia. O chanceler polonês ainda esclareceu que o voto polonês na AGNU não fora contra Israel, mas, sim, a favor de uma solução de dois estados, em linha com a política do país, de mais de três décadas, de reconhecer a Palestina como um Estado.

Ainda sobre o conflito israelo-palestino, o chefe de gabinete do presidente Andrzej Duda, Marcin Mastalarek, lamentou em entrevista o fato de que, desde o ataque do Hamas a Israel em outubro passado, o foco da atenção norte-americana teria sido transferido da guerra na Ucrânia para o Oriente Médio: “No dia 7 de outubro, essa atenção se inverteu e infelizmente nossa região está perdendo. Estando em Washington e mantendo conversações, foi possível constatar que a questão principal para eles, também por causa das eleições americanas, é a Faixa de Gaza”.

- Relações com a China

Embora se trate de uma potência e de um parceiro econômico relevante para Polônia, os imperativos de segurança nacional ganharam peso prioritário no relacionamento de Varsóvia com Pequim devido à invasão da Ucrânia pela Rússia. Para o chanceler polonês, a Polónia espera que os parceiros chineses compreendam a “oposição polonesa à versão de colonialismo moderno de Vladimir Putin”. Sikorski ainda observou que a competição entre a China e os Estados Unidos, embora natural, deve ser pacífica, e disse que a Polónia não quer ter que escolher entre manter boas relações com um grande parceiro comercial, de um lado, e com um grande garantidor de sua segurança, de outro. Sobre as relações da UE com a China, defendeu pragmatismo: “Acreditamos que na sua interação com Pequim, a União Europeia deve seguir uma regra simples: cooperar quando possível, competir e confrontar quando necessário”.

A Polónia foi um dos primeiros países europeus a manifestar interesse em cooperar com a China no âmbito do Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI. Dessa forma, aderiu ao projeto conhecido como “*Belt and Road Initiative*” (BRI) em 26 de



novembro de 2015, no grupo de países de alta renda, por meio de memorando de entendimento assinado durante visita feita a Pequim pelo presidente Andrzej Duda. O país também se tornou membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura no mesmo ano e participou, em 2017, em nível de chefe de Governo, do primeiro fórum internacional da Iniciativa. Ainda em 2016, os presidentes Andrzej Duda e Xi Jinping assinaram declaração conjunta pela qual os dois países reiteraram o caráter de parceria estratégica das relações bilaterais e a importância da cooperação de ambos no contexto tanto do Plano Polonês para Desenvolvimento Responsável como no da BRI, com foco, entre outras áreas, em infraestrutura de logística e de comunicações, assim como em desenvolvimento de parques industriais.

Na ocasião, Duda expressou sua expectativa de que a Polônia viesse a se tornar para a China, em termos econômicos e por meio de projetos de investimento conjunto, uma porta de entrada para a Europa, especialmente a fim de desenvolver o setor portuário polonês. A Polônia é apenas um de quase duas dezenas de países da União Europeia que fazem parte da BRI, a qual estaria, portanto, em tese, alinhada com as prioridades de desenvolvimento polonesas e regionais, em que pesem as dificuldades práticas de implementação da Iniciativa.

Em visita oficial à China em fevereiro de 2022, por ocasião da abertura dos jogos olímpicos de inverno em Pequim, o Presidente Andrzej Duda recebeu de seu homólogo Xi Jinping a promessa de transformação da Polônia em plataforma logística de exportações e de investimentos daquela potência asiática para toda a Europa. Nota-se o pragmatismo de Varsóvia nas suas relações com Pequim, sem prejuízo das críticas por sua proximidade com Moscou. Como país que detém extenso território no “*New Eurasian Land Bridge Economic Corridor*”, um dos primeiros a aderir à BRI e uma das principais economias do arranjo de cooperação “16+1”, iniciado em 2011 entre a China e a Europa Central e Oriental, a Polônia alimentou, sem prejuízo de considerações pragmáticas, grandes expectativas quanto à recepção de investimentos diretos chineses e ao progresso de suas trocas comerciais com aquele país, estruturalmente deficitárias e desequilibradas em termos de valor agregado. Os inúmeros instrumentos de cooperação assinados desde então ainda não se traduziram, entretanto, em muitos resultados concretos, condizentes com aquelas expectativas, mesmo quando se considera a dificuldade de identificar relações diretas entre determinados projetos de infraestrutura na Polônia e a BRI.

- Relações com a Coreia do Sul

A Polônia mantém relações cada vez mais próximas com a Coreia do Sul, caracterizadas por intenso intercâmbio comercial e estreita cooperação na área econômica, mas muito especialmente nos setores de defesa e de segurança.

Em julho de 2023, o então presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol, acompanhado de delegação empresarial de 90 pessoas, realizou visita oficial de três dias à Polônia. Na oportunidade, o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki agradeceu as primeiras entregas de tanques K2, obuses K9 e aeronaves FA-50 comprados por Varsóvia e avaliou que “os investimentos sul-coreanos geram fluxo de tecnologias avançadas e inovações que criam empregos bem remunerados para mulheres e homens poloneses”. Ainda no contexto da mesma visita, as autoridades polonesas agradeceram a disposição da Coreia do Sul de participar da reconstrução da Ucrânia, especialmente no que tange ao restabelecimento das infraestruturas de transporte. Os dois países assinaram acordos sobre a reconstrução da Ucrânia, a descarbonização da indústria química e o fortalecimento da cooperação econômica e militar bilateral.

Em setembro de 2023, o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki recebeu visita oficial do seu homólogo coreano, Han Duck-soo, na 23ª Base Aérea Tática em Minsk Mazowiecki, no



centro-leste da Polônia. Os chefes de governo examinaram os aviões coreanos FA-50, que a Força Aérea Polonesa adquirira recentemente, e trataram da cooperação bilateral em economia e defesa. Durante o encontro, Morawiecki defendeu que os dois países tinham muito em comum, particularmente a experiência de “viverem à sombra de um vizinho poderoso”, em referência direta à Rússia: “A Rússia é nossa vizinha. O que ela está fazendo hoje com a Ucrânia e a forma como está piorando as condições de segurança no Extremo Oriente significa que partilhamos os mesmos pensamentos, preocupações e esperanças para o futuro. Estamos unidos pela defesa da civilização e da paz. Temos cada vez mais projetos comuns econômicos e de defesa”. Morawiecki e Han discutiram na ocasião a transferência da produção de armas sul-coreanas para a Polônia, bem como a participação de Seul no desenvolvimento do setor de energia nuclear polonês.

Já no atual governo Tusk, o Ministério da Defesa Nacional da Polônia divulgou ter assinado com a Coreia do Sul, em 25/04/2024, o segundo contrato executivo para o fornecimento de 72 módulos lançadores de foguetes K239 Chunmoo, além de mísseis táticos guiados, com alcance de até 290km. A assinatura do contrato, no valor de USD 1,6 bilhão, ocorreu durante visita de delegação da pasta a Seul, chefiada pelo secretário-de-Estado Pawel Bejda. No final de 2022, ainda no governo anterior do partido Lei e Justiça (PiS), a Polônia já havia comprado 218 lançadores da empresa sul-coreana Hanwha Aerospace. A notícia foi repercutida pela imprensa polonesa, que divulgou declaração do CEO da Hanwha Aerospace, Jaeil Son, de que o acordo representava a dedicação da empresa ao reforço da segurança da Polônia e de região, independentemente das mudanças políticas e sociais: “A Hanwha Aerospace orgulha-se do seu empenho contínuo em fornecer soluções de dissuasão para regiões com demandas urgentes”.

- Relações com o “Sul Global”

Em que pese a inegável prioridade conferida ao eixo euro-atlântico, a política externa polonesa tem buscado revalorizar as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial. O presidente Andrzej Duda afirmou, em janeiro de 2024, estar empenhado em aprofundar as relações da Polônia com os países do chamado “Sul Global”. Em suas declarações, atenção especial foi conferida ao continente africano, tendo o presidente polonês qualificado os países da África de “parceiros de negócios previsíveis e atrativos”. O crescimento do interesse polonês na África deu-se concomitantemente com o agravamento da crise energética na Europa, quando os dirigentes europeus afluíram ao continente africano em busca de novos fornecedores de petróleo e gás.

Adicionalmente, o presidente polonês mencionou o interesse de seu país em aprofundar a cooperação com os países do Golfo Pérsico e do Oriente Médio, assim como com grandes nações asiáticas como a China, a Índia, o Japão, com os países do Sudeste Asiático e, notadamente, com a Coreia do Sul. Em relação à América Latina, que até a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 figurava no discurso oficial como uma meta relevante no projeto de expansão das relações externas do país, o presidente Duda, em seu discurso de janeiro de 2024, limitou-se a mencionar que vislumbra grande potencial de cooperação, política e econômica, com os países da região.

Em 07/03/24, foi realizado encontro do ministro dos Negócios Estrangeiros polonês, Radoslaw Sikorski, com os embaixadores dos países da América Latina e do Caribe (GRULAC) em Varsóvia. Sikorski descreveu a Polônia e a América Latina como “regiões distantes, mas que se veem com simpatia”, caracterizadas por experiências históricas comuns, inclusive o fato de terem sofrido “invasões coloniais”.

Em abril de 2024, o chanceler Sikorski comentou sobre a importância do envolvimento polonês em temas de interesse global, como forma de garantir maior segurança para o país. Anunciou, nesse sentido, que em 2024 a Polônia pretendia dispendar cerca de PLN 600 milhões (cerca de USD



150 milhões) em ajuda ao desenvolvimento (em 2023, foram gastos cerca de PLN 450 milhões). Afirmou que o governo daria impulso às políticas polonesas de apoio à democracia, de compartilhamento de experiências no campo da transformação política e de combate ao populismo. Entre os desafios globais de maior interesse estratégico para o país, Sikorski citou a migração ilegal, afirmando ser prioridade para a Polônia assegurar o controle de suas fronteiras, assegurando, porém, que o faria de maneira ética e humanitária. Argumentou, ainda, que “quando legal e controlada, a migração pode ser benéfica tanto para os migrantes como para os países de acolhimento. Ainda assim, o direito à migração não é um direito humano e deve estar sujeito a restrições. E os países têm o direito de regulamentar quem pode permanecer no seu território”.

Sikorski também tem alertado para a propaganda russa de desinformação junto aos países do “Sul Global”. Ao observar que o “Sul Global” precisa reagir à propaganda e ao imperialismo russos, argumentou que o apoio do Ocidente à Ucrânia não é, como Moscou tencionaria fazer parecer, uma disputa entre Ocidente e Oriente, chegando a ilustrar essa perspectiva citando o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia como aliados do Ocidente.

Vale ressaltar que Sikorski tem dado declarações sobre as expectativas dos países do “Sul Global” em relação à reforma das instituições internacionais de governança, em especial com relação a sua representatividade. Para ele, “os países do Sul Global têm razão em pensar que instituições internacionais sérias se tornaram pouco representativas e disfuncionais ao longo das décadas. É impossível explicar razoavelmente por que razão os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU não incluem países da América Latina ou o país mais populoso, a Índia”.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Polônia é uma economia de alta renda, diversificada e fortemente integrada ao mercado europeu, tendo-se beneficiado amplamente de sua adesão à União Europeia em 2004. Desde então, o país tem experimentado crescimento significativo do PIB, impulsionado pelo aumento do comércio e dos investimentos estrangeiros, bem como pelo recebimento de fundos estruturais da UE. Estima-se que o país se tenha beneficiado da posição de receptor líquido de fundos europeus da ordem de EUR 238 bilhões desde sua adesão à UE. O dinamismo econômico polonês resultou em um forte processo de convergência com os países mais ricos do bloco europeu, permitindo ao país modernizar sua infraestrutura, fortalecer sua indústria e ampliar sua participação em cadeias globais de valor. O PIB per capita do país, por paridade de poder de compra, tem-se aproximado daquele dos seus pares ocidentais (US\$ 46.410, em 2023 / PIB per capita nominal de US\$ 22.000).

A economia polonesa tem apresentado trajetória de crescimento sustentado desde os anos 1990, a partir de seu processo de transição para uma economia de mercado, expandindo-se, desde então, à taxa média de 4% ao ano. O crescimento econômico do país tem sido amparado por uma base produtiva diversificada, com destaque para os setores industrial, de serviços e agrícola. O setor industrial representa aproximadamente 27% do PIB e inclui a produção de automóveis, produtos químicos, máquinas e equipamentos eletrônicos, consolidando o país como um importante centro manufatureiro na Europa. O setor de serviços, que responde por 58% do PIB, tem registrado forte expansão, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, comércio e serviços financeiros. A Polônia se tornou um destino estratégico para centros de serviços compartilhados e outsourcing de processos empresariais, atraindo investimentos de grandes corporações multinacionais. Já a agricultura, que representa cerca de 3,5% do PIB, mantém uma posição relevante no comércio internacional, com destaque para a produção e exportação de trigo, batatas, carne suína e laticínios.

Nos últimos anos, a economia polonesa tem sido impulsionada pelo consumo interno e pelo investimento público e privado. Em 2024, o PIB do país cresceu 2,9%, sinalizando uma recuperação após a desaceleração causada pelo impacto da inflação e da crise energética global. Para 2025, as projeções do Banco Central da Polônia e da Comissão Europeia apontam para uma expansão de 3,1% a 3,5%, refletindo melhora no poder de compra das famílias e aumento nos investimentos em infraestrutura e inovação. A renda per capita nominal polonesa alcançou aproximadamente US\$ 22.000 em 2023, evidenciando a trajetória de convergência do país com as economias mais avançadas da União Europeia. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de modernizar o setor produtivo, lidar com o envelhecimento da população e garantir a sustentabilidade das finanças públicas em um contexto de maior demanda por investimentos sociais e militares.

O mercado de trabalho polonês tem apresentado elevada resiliência, com uma taxa de desemprego historicamente baixa, uma das menores da União Europeia. Contudo, a escassez de mão de obra tem-se tornado um problema crescente, resultado do declínio acelerado da população em idade ativa, no que configura já há muitos anos uma grave crise demográfica. O déficit de trabalhadores tem sido parcialmente mitigado pela imigração, especialmente de cidadãos ucranianos, mas os operadores econômicos enfrentam hoje a tendência ao recrudescimento das leis e políticas migratórias defendido pelo governo polonês.

A inflação tem sido um dos principais desafios da economia polonesa nos últimos anos. Em 2022 e 2023, os preços subiram de forma acelerada, atingindo um pico de 15,9% ao ano, devido sobretudo ao aumento dos custos de energia e alimentos, reflexo da crise geopolítica global e das interrupções nas cadeias de suprimentos. Em 2024, a inflação desacelerou para 5,8%, e a expectativa para 2025 é de que se reduza para cerca de 4%, aproximando-se da meta estabelecida pelo Banco Central da Polônia. A política monetária tem sido ajustada para conter os efeitos inflacionários, com a taxa básica de juros atualmente em 5,75%. A estabilidade de preços depende, entretanto, da



normalização dos custos energéticos e da recuperação do equilíbrio entre oferta e demanda no mercado interno.

A política fiscal polonesa enfrenta desafios, apesar de a dívida pública do país permanecer em níveis relativamente controlados, em torno de 50% do PIB. O aumento dos gastos com defesa, impulsionado pelo cenário de insegurança na Europa do Leste, somado às reformas no sistema tributário, tem elevado o déficit orçamentário. O governo tem buscado, entretanto, equilibrar a necessidade de investimentos em áreas estratégicas com a responsabilidade fiscal. O FMI e a OCDE recomendam ajustes fiscais para garantir a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo, incluindo a revisão dos benefícios sociais universais, maior eficiência nos gastos públicos e possíveis elevações nos impostos sobre renda, propriedade e consumo. Reformas estruturais na previdência também são apontadas como essenciais, incluindo a harmonização da idade de aposentadoria entre homens e mulheres e ajustes no sistema previdenciário para acompanhar a evolução demográfica.

No que tange às perspectivas para 2025 e 2026, caberá verificar o quanto a economia polonesa será afetada pela situação econômica na zona do euro no corrente ano, em particular quanto à Alemanha. Sua eventual estagnação em 2025 - especialmente em eventual cenário de altas tarifas impostas pelos EUA sobre importações da UE - poderia impactar o crescimento do PIB polonês. De outra parte, o crescimento do PIB com base no consumo e em investimentos financiados por fundos europeus poderá ser um fator positivo para o crescimento da economia polonesa nos próximos anos.

- Comércio exterior global da Polônia

O comércio exterior é um dos pilares da economia polonesa e sua estrutura é fortemente integrada às cadeias produtivas europeias e globais. A Alemanha é o principal parceiro comercial da Polônia, absorvendo aproximadamente 28% das exportações do país. Outros mercados relevantes incluem França, Itália, Reino Unido, China e Estados Unidos. Entre os principais produtos exportados estão automóveis, eletrônicos, máquinas industriais, produtos químicos e alimentos processados. As importações, por sua vez, são dominadas por petróleo, gás natural, semicondutores e equipamentos industriais. O saldo da balança comercial tem-se mantido positivo na maior parte dos últimos anos, refletindo a competitividade da indústria polonesa no cenário internacional.

Em 2024, a Polônia registrou um pequeno superávit comercial após forte expansão no ano anterior, porém bem menor que em 2023. As exportações polonesas somaram PLN 1,512 trilhões (cerca de USD 380,7 bilhões) e as importações PLN 1,509 trilhões (cerca de USD 380 bilhões). Assim, a corrente de comércio em 2024 teria alcançado cerca de PLN 3,02 trilhões (cerca de USD 760,7), registrado uma queda de cerca de 5% em relação a 2023. O saldo comercial de 2024 encerrou positivo em PLN 3,0 bilhões (cerca de USD 700 milhões), um superávit modesto se comparado ao de PLN 45,1 bilhões (cerca de USD 11,3 bilhões) obtido em 2023. A redução do saldo deve-se à diminuição tanto das exportações (6,3%) como das importações (3,8%) na comparação anual.

A Alemanha manteve-se como o maior parceiro comercial da Polônia em 2024, embora com leve perda de participação. O mercado alemão respondeu por cerca de 27% das exportações polonesas e foi origem de aproximadamente 19% das importações. As exportações para a Alemanha somaram PLN 409 bilhões (cerca de USD 103 bilhões) em 2024, bem acima dos demais destinos, enquanto as importações provenientes da Alemanha totalizaram PLN 290 bilhões (cerca de USD 73 bilhões). Outros parceiros de destaque foram China, França e República Tcheca como maiores destinos das exportações polonesas, cada um responsável por volume de comércio de cerca de PLN 92 bilhões (cerca de 6% das exportações). Do lado das importações, após a Alemanha, a China foi o segundo principal fornecedor – enviou para a Polônia cerca de PLN 219 bilhões (cerca de USD 55,1 bilhões) em 2024 – e os Estados Unidos ocuparam a terceira posição, com PLN 76 bilhões (cerca de USD 19,1



bilhões) em vendas ao mercado polonês. Itália e República Tcheca também figuraram entre os cinco principais parceiros comerciais, cada uma com fluxos bilaterais da ordem de PLN 130–140 bilhões (exportações polonesas de PLN 69 bilhões para a Itália e importações de PLN 71 bilhões; no caso tcheco, PLN 92 bilhões exportados e PLN 49 bilhões importados). Comparativamente a 2023, a Alemanha ainda domina as trocas comerciais da Polônia, mas sua fatia recuou ligeiramente, enquanto a China ampliou sua parcela nas importações polonesas (de 13,9% para 14,5%), tendo os EUA ganhado igualmente relevância como fornecedor.

A pauta exportadora polonesa em 2024 continuou concentrada em bens manufaturados de alto valor agregado. As máquinas e equipamentos (incluindo computadores) foram o principal grupo, representando cerca de 13,1% do valor total exportado. Em seguida, vieram equipamentos elétricos e eletrônicos (cerca de 13% das exportações). O setor automotivo também teve grande peso: veículos automóveis e autopeças responderam por cerca de 10,8% do total exportado. Produtos de média-alta complexidade e de consumo durável completam a lista dos cinco principais produtos vendidos: móveis e artigos de mobiliário (incluindo colchões, luminárias e construções pré-fabricadas, 4,7% das exportações) e plásticos e suas obras (4,6% do total). Esses cinco grupos combinados corresponderam a quase metade das exportações polonesas em valor. Vale notar que, no ano anterior (2023), móveis e produtos correlatos destacaram-se pelo forte crescimento (+47% ante 2022), embora em 2024 o desempenho geral das exportações tenha arrefecido. Ainda assim, o perfil das vendas polonesas confirma a diversificação industrial da Polônia: além dos segmentos mencionados, o país exporta combustíveis refinados, artigos de metal, produtos agroalimentares (como carnes e grãos) e equipamentos de precisão.

A estrutura das importações polonesas é similarmente dominada por bens e insumos industriais. Em 2024, o grupo de equipamentos elétricos e eletrônicos liderou as compras externas, respondendo por cerca de 12,4% das importações (cerca de US\$ 46 bilhões em 2023). Logo em seguida vieram as máquinas e aparelhos mecânicos, incluindo computadores (12,2% do total importado). Os veículos automotores (automóveis, caminhões e suas partes) constituíram o terceiro maior item de importação, com cerca de 9,7% de participação, refletindo tanto a demanda interna por veículos quanto a integração da Polônia em cadeias automotivas europeias. Os combustíveis minerais (petróleo bruto, gás natural e derivados) representaram aproximadamente 9% das importações – uma parcela ainda significativa, embora inferior à de anos de pico do custo de energia provocados pelo conflito na Ucrânia. Por fim, os plásticos e suas obras foram responsáveis por cerca de 5% das importações. Nos últimos anos, a composição setorial das importações permaneceu estável, atendendo às necessidades industriais e de consumo do país.

A China permanece um caso notável no comércio exterior polonês, caracterizado por um expressivo déficit comercial. Em 2024, a China consolidou-se como segundo maior parceiro comercial individual da Polônia em termos de volume, atrás apenas da Alemanha, porém essa relação é desequilibrada em favor da China. As importações polonesas originárias da China atingiram cerca de PLN 219 bilhões (cerca de USD 55,1 bilhões), abrangendo principalmente produtos eletrônicos, máquinas e bens de consumo. Por outro lado, as exportações da Polônia para o mercado chinês foram mínimas – apenas uma fração desse montante, concentradas em itens como equipamentos eletrônicos, cobre, máquinas e produtos agrícolas. O resultado foi um déficit comercial expressivo com a China (estimado em cerca de PLN 215 bilhões, ou seja, USD 54,1 bilhões). Em 2023, já havia sido registrado desequilíbrio similar – para uma corrente bilateral de aproximadamente USD 42 bilhões, a Polônia exportou apenas cerca de USD 3 bilhões e importou mais de USD 39 bilhões da China, confirmando a tendência de manutenção de déficit: a Polônia continua dependente de produtos chineses (especialmente eletrônicos, maquinários e têxteis), ao passo que enfrenta dificuldades para ampliar significativamente suas exportações para o país asiático, apesar dos esforços diplomáticos empreendidos para melhorar o acesso de produtos poloneses (como alimentos) ao mercado chinês.



- Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Em 2023, a Polônia consolidou-se como destino atrativo de investimentos estrangeiros diretos (IED), registrando estoque total de aproximadamente USD 22 bilhões e fluxos anuais de cerca de USD 5 bilhões, números que evidenciam o interesse internacional no país. Entre os principais investidores estrangeiros, a Alemanha destaca-se com uma participação de aproximadamente 35% do total, cerca de USD 1,75 bilhão dos fluxos anuais, reforçando os laços comerciais e a integração econômica entre os dois países. Em seguida, os Países Baixos contribuem com cerca de 15% – aproximadamente USD 750 milhões anuais de fluxos –, concentrando investimentos nos setores de logística e serviços financeiros. Os Estados Unidos representam cerca de 12% do IED, correspondendo a aproximadamente USD 600 milhões. A França investe em torno de 10% do total, cerca de USD 500 milhões, com foco em energia, infraestrutura e setores industriais, enquanto a República Tcheca, com cerca de 8%, investe aproximadamente USD 400 milhões anuais, confirmando a importância da integração regional. Os cinco países juntos perfazem, em média, 80% dos fluxos anuais de IED para a Polônia.

Paralelamente, as empresas polonesas têm intensificado seus investimentos no exterior. Em 2023, o estoque de investimentos externos (IED) polonês foi estimado em torno de USD 10 bilhões, com fluxos anuais de aproximadamente USD 2,5 bilhões, sinal da crescente internacionalização das empresas locais, que buscam diversificar seus mercados e integrar suas cadeias de valor no plano global. Entre os destinos preferenciais desses investimentos, a Alemanha aparece como o principal receptor, absorvendo cerca de 25% do total – aproximadamente USD 625 milhões dos fluxos anuais –, seguida pelo Reino Unido, com cerca de 20% (ou USD 500 milhões), sobretudo nos setores de serviços e tecnologia. Os Estados Unidos recebem cerca de 18% dos fluxos de investimentos poloneses, aproximadamente USD 450 milhões, destacando-se as oportunidades nos setores industrial e tecnológico, enquanto a Lituânia, com cerca de 15%, absorve aproximadamente USD 375 milhões, beneficiando-se da proximidade com os mercados da Europa Oriental. Por fim, a República Tcheca registra participação de cerca de 10%, correspondendo a aproximadamente USD 250 milhões. A Polônia direciona para esses cinco países, em média, 88% de seus fluxos anuais de IED.

Quanto à alocação dos investimentos estrangeiros recebidos, os dados de 2023 indicam que cerca de 30% do IED é destinado à indústria manufatureira, representando aproximadamente USD 1,5 bilhão dos fluxos anuais, com ênfase no setor de máquinas, equipamentos e autopeças. O setor de tecnologia e inovação absorve cerca de 20% dos investimentos – aproximadamente USD 1 bilhão –, impulsionando empresas de TI, *startups* e centros de pesquisa locais. Os projetos de infraestrutura e energia, incluindo iniciativas em fontes renováveis, somam cerca de 18% (aproximadamente USD 900 milhões) e o setor financeiro é responsável por cerca de 15% dos investimentos no exterior, aproximadamente USD 750 milhões. Por fim, os serviços e a logística respondem por cerca de 17% dos investimentos, aproximadamente USD 850 milhões, no âmbito sobretudo do desenvolvimento das cadeias de suprimentos europeias e no setor de transporte.

Os dados de 2023 demonstram que a Polônia se firmou como importante polo de atração de IED, com fluxos de capital estrangeiro que impulsionam a modernização de seus setores industriais, tecnológicos e financeiros. Ao mesmo tempo, a internacionalização das empresas polonesas – com investimentos que se direcionam preferencialmente para a Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Lituânia e República Tcheca – evidencia a estratégia de diversificação e expansão, consolidando a posição da Polônia como um destacado centro econômico na Europa Central e importante ator da economia mundial.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polonos se estabelece no atual território da Polônia
c. 960	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa
966-990	Expansão do reino de Mieszko até os limites do Rio Oder
1025	Primogênito de Mieszko, Bolesław I é coroado o primeiro rei da Polônia
ca.1220	Chegada dos primeiros imigrantes alemães
1241-1287	Invasões mongóis
1314	Polônia é dividida em cinco principados
1327-1332	Guerra contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1386	Formada a União Polaco-Lituana
1505	Lei <i>Nihil novi</i> transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca
1569	União de Lublin estabelece a <i>Commonwealth</i> Polaco-Lituana
1600	<i>Commonwealth</i> propõe união com a Rússia
1620	Guerra contra o Império Otomano
1621	Guerra contra a Suécia
1632	Guerra contra a Rússia
1648	Invasão sueca
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da <i>Commonwealth</i>
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria Hungria
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito
1792	Invasão russa
1793	Segunda partição da Polônia
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia
1795	Terceira partição da Polônia, que deixa de existir como entidade soberana
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polônia, em união pessoal com o Império Russo
1830	Levante de Novembro, de cunho nacionalista, sufocado pela Rússia
1848	Grande Levante Polônês



1863	Levante de Janeiro
1905	Revolução de 1905
1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia
1915	Varsóvia é capturada pela Alemanha
1917	Fundação do Comitê Nacional Polonês, em apoio à Tríplice Entente
1918	Aliados endossam proposta de Woodrow Wilson de criar a República Polonesa
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa
1920	Guerra Polaco-Lituana
1921-1926	Segunda República
1926	Józef Piłsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação
1935	Morte de Piłsudski e início do Regime dos Coronéis
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha nazista
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo no exílio
1943	Levante do Gueto de Varsóvia
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia
1945	Estimativas indicam em 5 milhões o número de poloneses mortos na II Guerra Mundial. A Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste. Fundação da República Popular da Polônia.
1947	Eleições controladas dão ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva.
1947-1949	Primeiro plano trienal e rejeição ao Plano Marshall.
1968	Exército polonês participa da Invasão da Tchecoslováquia
1970	Normalização das relações com a Alemanha Ocidental; Levante de Gdańsk, Gdynia e Szczecin
1976	Estabelecimento do Comitê de Defesa dos Trabalhadores
1978	Karol Wojtyła, Arcebispo de Cracóvia, é eleito Papa João Paulo II.
1980	Greves gerais em Lublin e Gdańsk; fundação do sindicato “Solidariedade”



1981	URSS nomeia o ministro da Defesa da Polônia, Wojciech Jaruzelski, primeiro-ministro e primeiro-secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Decretada lei marcial
1986	Anistia geral
1988	Início de negociações entre o Governo e o Solidariedade
1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres. Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidariedade, é incumbido pelo presidente da República para formação de novo governo
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Eleição de Lech Wałęsa à Presidência da República
1993	Saída das últimas tropas russas da Polônia
1997	Adoção da nova Constituição
1999	Ingresso da Polônia na OTAN
2004	Ingresso da Polónia na União Europeia.
2007	Partido Plataforma Cívica (PO) vence as eleições legislativas. Donald Tusk é nomeado primeiro-ministro
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa, incluindo o Presidente Lech Kaczyński
2014	Donald Tusk é eleito presidente do Conselho Europeu. Ewa Kopacz (PO) assume como primeira-ministra
2015	Vitórias eleitorais do partido Lei e Justiça (PiS): eleição de Andrzej Duda para presidente da República (maio) e vitória nas eleições legislativas (outubro). Beata Szydło é nomeada primeira-ministra
2017	Mateusz Morawiecki (PiS) é nomeado primeiro-ministro (dezembro).
2020	Andrzej Duda é mantido na Presidência da República (agosto), após apertada vitória eleitoral (51,03% x 48,97% dos votos) contra o adversário Rafał Trzaskowski, prefeito de Varsóvia e representante da opositorista “Plataforma Cívica”.
2023	Donald Tusk (PO) é nomeado primeiro-ministro e Radosław Sikorski assume como seu ministro dos Negócios Estrangeiros (dezembro).
2025	Karol Nawrocki (PiS) é eleito o novo Presidente da República da Polónia, tendo tomado posse em 6 de agosto. O chanceler Radoslaw Sikorski é elevado ao cargo cumulativo de Vice-Primeiro-Ministro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa
1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil, iniciando ciclo migratório que ficou conhecido como “o voo da águia”.
1907	Ruy Barbosa defende na Conferência de Paz em Haia a restauração do Estado polonês
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8)
1920	Primeiro enviado polonês ao Brasil, Ksawery Orłowski, entrega credenciais ao presidente Epitácio Pessoa (27/5)
1921	Primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva, entrega credenciais ao presidente Józef Piłsudski (3 de junho)
1922	Presidente Epitácio Pessoa é condecorado com a “Ordem da Águia Branca”
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário
1934	Visita ao Brasil do presidente do Senado polonês, Władysław Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo General Leite de Castro
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a “Ordem da Águia Branca”
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra
1940	Atraca no Brasil o navio “Angola”, com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para atuar nos campos de batalha na Europa
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao governo polonês no exílio e passa a apoiar o governo temporário de União Nacional em Varsóvia
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polónia, Adam Rapacki
1962	Visita à Polónia do ministro das Relações Exteriores Santiago Dantas; visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Witold Trampeczyński
Década de 1970	Intensificação das relações comerciais, mediante a concessão de créditos brasileiros ao governo polonês; intercâmbio comercial alcança a marca de US\$ 700 milhões/ano; endividamento da Polónia com o Brasil



1985	Encontro entre o presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Partido Operário Unificado da Polônia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York
1991	Visita ao Brasil do presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia, Krzysztof Skubiszewski
1992	Reestruturação da dívida polonesa com o Brasil
1995	Visita ao Brasil do presidente Lech Wałęsa
2000	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jerzy Buzek e do presidente do Senado, Maciej Plazynski
2002	Visita à Polónia do presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do presidente Aleksander Kwaśniewski
2003	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Włodzimierz Cimoszewicz
2007	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Lech Kaczyński em Nova York; visita ao Brasil do presidente do Senado, Bogdan Borusewicz; inauguração em Varsóvia do Centro Comercial da Apex-Brasil
2008	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro Donald Tusk, em Lima
2010	Visita à Polónia do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim
2010	Visita à Polónia do ministro da Defesa Nelson Azevedo Jobim.
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Radosław Sikorski
2013	Visita a Varsóvia do ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado, por ocasião da 19ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), e reunião de trabalho com chanceler Sikorski
2015	Visita do vice-presidente da República, Michel Temer, à Polónia (16-17 de setembro)
2019	Celebrações do sesquicentenário da imigração polonesa no Brasil.
2019	Visitas à Polónia do ministro das Relações Exteriores Ernesto Henrique Fraga Araújo, em fevereiro e maio
2020	Celebrações do centenário das relações diplomáticas entre a Polónia e o Brasil, e lançamento de selo comemorativo correspondente.
2021	Visita à Polónia do almirante Flávio Augusto Viana Rocha, então secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
2022	Visita do ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França à Polónia, em março.
2022	Realização de reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília (julho).



2024	Visita à Polônia do comandante do Exército Brasileiro, general de exército Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, em abril.
2025	Visita à Polônia do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo, em fevereiro.
2025	Realização da 4ª reunião de consultas políticas bilaterais, em Varsóvia (março).



ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Polonês de Diplomacia Ignacy Jan Padarewski sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	Academias Diplomáticas	17/09/2015	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas.	Direito Penal	26/11/2012	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	Dependentes - Atividades Remuneradas	26/11/2012	Em Vigor
Acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	Defesa e Assuntos Militares	01/12/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas	Entorpecentes Direito Penal	09/10/2006	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Acordo não ratificado, do período anterior ao ingresso da Polônia na UE.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas.	Agricultura Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Acordo não ratificado, do período anterior ao ingresso da Polônia na UE.



Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Transporte Aéreo	13/03/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Isenção Recíproca de Vistos.	Vistos e Imigração	14/07/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia.	Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia	Consultas Diplomáticas	20/02/1995	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	29/07/1991	Em Vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	05/09/1980	Em Vigor
Minutas de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	05/09/1980	Em Vigor
Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, na Cidade do Rio de Janeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polónia.	Relações Diplomáticas e Consulares	05/03/1980	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polónia.	Transporte Fluvial e Marítimo	26/11/1976	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polónia.	Cooperação Econômica	16/01/1975	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polónia.	Declaração Conjunta	01/12/1962	Em Vigor



Protocolo de Negociações Econômicas entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	25/05/1961	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Comércio	19/03/1960	Em Vigor



Mensagens da Presidência da República

- nº 61, de 2025 (nº 1.219/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

- nº 62, de 2025 (nº 1.220/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

- nº 63, de 2025 (nº 1.221/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Tailândia e, cumulativamente, na República Democrática Popular do Laos.

- nº 64, de 2025 (nº 1.222/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO MEIRELLES DE AZEVEDO PIMENTEL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

- nº 65, de 2025 (nº 1.259/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Parecer aprovado em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 89, DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 175, de 2019, que Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar a inserção e a participação cultural da pessoa idosa.

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

RELATOR: Senador Flávio Arns

RELATOR ADHOC: Senador Fabiano Contarato

17 de setembro de 2025



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/25681.41351-51

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 175, de 2019, do Deputado Igor Timo, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar a inserção e a participação cultural da pessoa idosa.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 175, de 2019, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar a inserção e a participação cultural da pessoa idosa.*

O art. 1º do projeto enumera alterações em diversos dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). Inicialmente, insere um inciso X no art. 3º, § 1º, dessa lei para estabelecer a garantia de acesso à dimensão cidadã da cultura, para assegurar a inserção e a participação da pessoa idosa em todas as dimensões da vida cultural.

No art. 18 do Estatuto, cria um parágrafo único, que determina que o treinamento e a capacitação dos profissionais de saúde, bem como a orientação dos cuidadores de pessoas idosas, incluirão atividades e conteúdos artístico-terapêuticos.

No art. 21, introduz o § 3º, que dispõe sobre programas especiais de alfabetização e de atualização do letramento para pessoas idosas.

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>





3

SF/25681.41351-51

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

No art. 25, insere os §§ 2º e 3º, para prever conteúdos, atividades e projetos no âmbito do programa Universidade Aberta à Terceira Idade.

Ademais, cria o art. 25-A, voltado à realização de iniciativas e premiações com o intuito de promover a inclusão cultural da pessoa idosa.

Finalmente, no art. 49, propõe o inciso VII, que estabelece o princípio da oferta de atividades e de conteúdos artísticos e culturais no escopo da implementação de programas de institucionalização de longa permanência.

O art. 2º do projeto especifica que a lei que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação indica que a proposição consiste na reapresentação do PL nº 7.349, de 2017, que se mantém politicamente conveniente e oportuno, apesar do arquivamento nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em suas razões, discorre sobre a importância do envolvimento de pessoas idosas com as artes e a cultura, que resulta em diversos benefícios como a melhoria na saúde física e mental e na sociabilidade.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, foi despachada à CDH e seguirá, posteriormente, à Comissão de Educação e Cultura.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção das pessoas idosas, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise da proposição por esta comissão.

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/25681.41351-51

No mérito, a proposição representa um avanço significativo na consolidação dos direitos culturais das pessoas idosas.

Ao incluir a garantia do acesso à dimensão cidadã da cultura, reconhece-se que a cultura é um direito de todos, inclusive das pessoas idosas, sendo fundamental para sua qualidade de vida, autoestima e integração social. Essa dimensão é reforçada pelas demais medidas previstas pela proposição.

Nesse sentido, a inserção de atividades artístico-terapêuticas na formação de profissionais de saúde e cuidadores mostra sensibilidade ao papel da arte no bem-estar físico e emocional. Além disso, a previsão de programas de alfabetização e letramento para pessoas idosas contribui para sua autonomia e participação ativa na vida social.

As mudanças relacionadas à Universidade Aberta à Terceira Idade e à criação de iniciativas e premiações culturais reforçam o valor da educação continuada e da valorização das experiências e saberes das pessoas idosas.

Por fim, ao incluir atividades culturais nos programas de instituições de longa permanência, a proposta promove um ambiente mais acolhedor e significativo para quem vive nesses locais.

Em suma, a proposição reconhece que envelhecer com dignidade vai além do cuidado físico e inclui o acesso a oportunidades culturais, educativas e sociais que possibilitem o desenvolvimento pessoal contínuo e a participação ativa na sociedade.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 175, de 2019.

Sala da Comissão,

3



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>





5

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/25681.41351-51

, Presidente

, Relator

4



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>



6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

57ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
GIORDANO		2. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
SERGIO MORO	PRESENTE	3. ZEQUINHA MARINHO	
VAGO		4. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE
MARCOS DO VAL		5. MARCIO BITTAR	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
JUSSARA LIMA	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	PRESENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	3. VAGO	
VAGO		4. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAIME BAGATTOLI		1. EDUARDO GIRÃO	
MAGNO MALTA		2. ROMÁRIO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	3. JORGE SEIF	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES		4. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	1. WEVERTON	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		2. AUGUSTA BRITO	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA		1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL
SÉRGIO PETECÃO
ZENAIDE MAIA
BETO FARO
NELSINHO TRAD
IZALCI LUCAS
CIRO NOGUEIRA



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 175/2019)

NA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FABIANO CONTARATO COMO RELATOR “AD HOC”. NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO

17 de setembro de 2025

Senadora Damares Alves

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8961703464>



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4660, DE 2025

Altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para instituir a obrigatoriedade de exame toxicológico como requisito para aprovação em concurso público e exercício de função pública.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4660/2025 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25349.78128-60

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera a Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, e a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para instituir a obrigatoriedade de exame toxicológico como requisito para aprovação em concurso público e exercício de função pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.965, de 9 de setembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º**

§ 1º

....

IV – exame toxicológico: procedimento laboratorial destinado à detecção, em amostras biológicas de origem humana, de substâncias psicoativas ilícitas constantes das listas de controle da autoridade sanitária competente, com o objetivo de identificar o consumo atual ou pretérito de drogas que possam comprometer a capacidade psicomotora, o discernimento ou a aptidão para o exercício de atividades que demandem atenção, responsabilidade e segurança.

.....

....

§ 5º Constitui requisito para aprovação em concurso público a aprovação em exame toxicológico, realizado por laboratório habilitado, que ateste a ausência de consumo atual ou pretérito de substâncias ilícitas.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9088510530>

Avulso do PL 4660/2025 [2 de 7]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25349.78128-60

§ 6ª O exame toxicológico será realizado às expensas do candidato, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

§ 7º A recusa injustificada em se submeter ao exame, bem como a confirmação de resultado positivo após contraprova, implicará a inabilitação do candidato para o certame, sem prejuízo de novo requerimento em concursos futuros, observado o prazo de reabilitação de um ano.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 19-A.** O início do exercício de qualquer função pública, nos termos do art. 327 do Código Penal, deve ser precedido de exame toxicológico, realizado por laboratório habilitado, que ateste a ausência de consumo atual ou pretérito de substâncias ilícitas.

Parágrafo único. O exame em toxicológico de que trata o caput deverá ser repetido periodicamente, nos termos de regulamento.” (NR)

“**Art. 28**

IV - suspensão do exercício de função pública, sem remuneração, pelo prazo de até 6 (seis) meses.

.....
§ 1º-A. Às mesmas medidas submete-se o funcionário público, nos termos do art. 327 do Código Penal, reprovado em exame toxicológico periódico.

.....”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias de sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9088510530>

Avulso do PL 4660/2025 [3 de 7]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25349.78128-60

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade instituir, como requisito para a investidura em cargos públicos efetivos e em comissão, bem como para a manutenção do vínculo funcional, a obrigatoriedade de aprovação em exame toxicológico, medida que visa a resguardar a probidade administrativa, a eficiência do serviço público e a segurança da coletividade.

A Administração Pública exerce atividades que demandam elevado grau de responsabilidade, atenção e idoneidade moral por parte de seus agentes. O consumo de substâncias psicoativas ilícitas compromete a capacidade psicomotora, o discernimento e a aptidão para o desempenho de funções que exigem precisão, confiabilidade e tomada de decisão em prol do interesse público. O serviço público lida diariamente com decisões sensíveis, serviços essenciais e riscos à coletividade (saúde, educação, fiscalização, segurança, infraestrutura). O uso de substâncias psicoativas por agentes públicos pode degradar desempenho, aumentar erros e acidentes e fragilizar a confiança social.

Hoje, a legislação brasileira já adota exame toxicológico de larga janela para categorias profissionais de alto risco no trânsito (CNH C, D e E). Algumas carreiras exigem esse teste como parte do exame de vida pregressa dos candidatos aos cargos. Entretanto, não há regra geral e uniforme para ingresso e acompanhamento periódico de qualquer função pública (art. 327, CP), o que gera assimetria de exigências, insegurança jurídica e respostas reativas.

Por fim, mudanças recentes no tratamento jurídico do porte de maconha para uso pessoal (parâmetro de 40g definido pelo STF) deslocam parte do tema para o âmbito administrativo/sanitário, sem resolver, porém, a aptidão funcional do agente público. O Estado precisa de critérios objetivos, transparentes e compatíveis para prevenir riscos e, quando for o caso, aplicar consequência funcional proporcional.

Nesse sentido, o projeto propõe a conceituação legal de exame toxicológico no art. 2º da Lei nº 14.965, de 2024, vinculando-o às listas

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9088510530>

Avulso do PL 4660/2025 [4 de 7]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25349.78128-60

oficiais de substâncias controladas pela autoridade sanitária competente, de modo a garantir segurança jurídica e atualização permanente quanto às drogas objeto de fiscalização.

A alteração da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 introduz expressamente a exigência do exame toxicológico como requisito de exercício para qualquer função pública, assim como estabelece a obrigatoriedade de renovação periódica do exame, com previsão de sanção em caso de reprovação.

Também para funcionários públicos, o projeto prevê a suspensão do exercício de função pública, sem remuneração, pelo prazo de até 6 (seis) meses, além de equiparar a reprovação em exame toxicológico ao uso de drogas, também apenas para funcionários públicos. O art. 28 hoje prevê medidas educativas e prestação de serviços para quem porta droga para consumo pessoal (regra geral). A proposta acrescenta uma consequência funcional específica quando o agente público estiver nessa situação ou for reprovado no exame periódico — sem criar pena criminal nova, mas vinculando idoneidade funcional a padrões objetivos.

O projeto também assegura o direito à contraprova antes da aplicação de penalidades, garantindo o respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Além disso, estabelece prazo razoável de reabilitação, conciliando a proteção da coletividade com a possibilidade de reinserção futura do candidato ou servidor.

A iniciativa alinha-se a políticas públicas de prevenção ao uso de drogas, de valorização da integridade e de promoção de um ambiente de trabalho seguro, em conformidade com o princípio da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da Constituição Federal) e com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no âmbito das políticas de saúde e segurança do trabalho.

Por todo o exposto, trata-se de medida necessária e oportuna, que contribuirá para fortalecer a confiança da sociedade na Administração Pública, reduzir riscos de acidentes e falhas decorrentes de

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9088510530>

Avulso do PL 4660/2025 [5 de 7]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/25349.78128-60

comprometimento psicomotor e assegurar que os agentes públicos desempenhem suas atribuições em plena capacidade de julgamento e responsabilidade.

Diante da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9088510530>

Avulso do PL 4660/2025 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- cpt

- Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 - Lei Antidrogas (2006); Lei de Drogas; Lei de Entorpecentes (2006); Lei Antitóxicos (2006); Lei dos Tóxicos (2006) - 11343/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11343>

- Lei nº 14.965 de 09/09/2024 - LEI-14965-2024-09-09 - 14965/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14965>

- art2



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 196, DE 2025

Permite a participação das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte na inovação e na construção da infraestrutura do país.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 196/2025 [1 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25592.68942-57

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

Permite a participação das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte na inovação e na construção da infraestrutura do país.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 65 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 65.

.....

§ 4º
.....

III - a União, em relação à CBS, incidente na importação e no mercado interno; e

IV - os Estados e o Distrito Federal, em relação ao IBS.

.....” (NR)

Art. 2º Os arts. 105 e 106 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 105.
.....

§ 8º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, quando exercerem a opção de inscrição no regime regular de que trata o § 3º do art. 41 desta Lei Complementar, poderão aderir ao Reporto.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02

Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [2 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25592.68942-57

§ 9º As demais pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional também poderão aderir ao Reporto, quando comprovarem capacidade operacional.” (NR)

“Art. 106.

§ 6º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, quando exercerem a opção de inscrição no regime regular de que trata o § 4º do art. 21 desta Lei Complementar, poderão aderir ao Reidi.

§ 7º As demais pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional também poderão aderir ao Reidi, quando comprovarem capacidade operacional.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar tem por escopo assegurar a participação efetiva das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte na inovação tecnológica do país e no desenvolvimento da infraestrutura nacional.

O primeiro artigo tem por objetivo evitar a descontinuação do Apoio à Inovação e do Inova Simples da Empresa Simples de Inovação no âmbito federal, com evidentes prejuízos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

O Inova Simples é um regime especial simplificado criado para incentivar a formalização de *startups* e empresas inovadoras no Brasil. Ele foi introduzido pela Lei Complementar (LC) nº 167/2019 com o objetivo de facilitar a criação, desenvolvimento e regularização de negócios inovadores de forma rápida e menos burocrática.

O regime é voltado para empresas que se dedicam a atividades inovadoras, como a criação de novos produtos, serviços ou modelos de negócio, muitas vezes em



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [3 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25592.68942-57

áreas de tecnologia, mas não limitado a isso. O Inova Simples prevê condições diferenciadas de tributação para as empresas cadastradas, constantes especialmente nos arts. 65 a 67 da LC nº 123/2006.

O Inova Simples busca, portanto, estimular a inovação e o empreendedorismo no Brasil, principalmente para *startups* que enfrentam dificuldades burocráticas e financeiras nos estágios iniciais de operação.

Em concreto, o art. 65 da LC nº 123/2006 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICT, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio manterão programas específicos para as Microempresas e para as Empresas de Pequeno Porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras.

Deve-se observar que as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas e o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

As pessoas jurídicas referidas terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas Microempresas ou nas Empresas de Pequeno Porte.

Já o § 4º do art. 65 da LC nº 123/2006 determina que ficam autorizados a reduzir a 0 (zero) as alíquotas dos impostos e contribuições a seguir indicados, incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em regulamento, quando adquiridos, ou importados, diretamente por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte para incorporação ao seu ativo imobilizado:

I - a União, em relação ao IPI, à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins-Importação e à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; e

II - os Estados e o Distrito Federal, em relação ao ICMS.



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [4 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25592.68942-57

A regulamentação da reforma tributária (LC nº 214/2025) acabou por esvaziar e, conseqüentemente, cancelar a participação da União e dos Estados, inclusive DF, nesta importante política pública, pois restringiu o benefício fiscal federal ao IPI, que será extinto, sem fazer a devida adaptação da COFINS e da Contribuição para o PIS/Pasep à Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e da COFINS-Importação e da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação à CBS, incidente sobre a importação, bem como deixou de fazer a devida adaptação do ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Não se pode admitir esse prejuízo às Micro e Pequenas Empresas, por não estar de acordo com o tratamento tributário diferenciado e favorecido devido constitucionalmente a essas empresas, nem tampouco por estar de acordo com o princípio constitucional da vedação ao retrocesso.

Nesse sentido, proponho alteração para acrescentar incisos ao § 4º do art. 65 da LC nº 123/2006 alcance também a CBS e o IBS, de forma a manter a autorização de redução a 0 (zero) das alíquotas da CBS e do IBS, incidentes na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em regulamento, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas ou empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado.

O objetivo do segundo artigo é corrigir uma distorção que, de forma injustificada, exclui essas empresas do acesso aos regimes especiais do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária) e do Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

A LC nº 214/2025, ao regulamentar tais regimes, proibiu de maneira indiscriminada a adesão das empresas optantes pelo Simples Nacional, ainda que algumas delas já recolham o IBS e a CBS pelo regime regular, nos termos do art. 41, § 3º. Essa vedação representa uma contradição jurídica, pois, se a empresa do Simples



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [5 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Nacional já está submetida ao mesmo critério de apuração do IBS e da CBS que as demais, não há justificativa plausível para lhe vedar os benefícios fiscais. Tal contradição afronta a segurança jurídica, gera litígios desnecessários e compromete o princípio da isonomia tributária.

Nos casos em que a empresa não adere ao regime regular do IBS e da CBS, a proposta aqui apresentada prevê que a adesão aos regimes especiais seja autorizada quando houver comprovação de capacidade operacional, garantindo que as empresas aptas possam participar. Dessa forma, o critério de inclusão se pauta no esforço e na competência demonstrada pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sem discriminações indevidas.

O Reporto e o Reidi são instrumentos cruciais para modernizar o setor portuário, ampliar a infraestrutura e dinamizar a economia brasileira. Excluir as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte desses benefícios equivale a restringir o protagonismo de quem, historicamente, é responsável por grande parte da geração de empregos, pela circulação de renda e pelo dinamismo das economias locais. Ao contrário, sua inclusão fortalece o tecido produtivo nacional, descentraliza oportunidades e cria um ambiente concorrencial mais justo e equilibrado.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte são responsáveis por cerca de 30% do PIB e por mais de 50% dos empregos formais no país. Negar-lhes acesso ao Reporto e ao Reidi é impedir que participem da construção de obras estratégicas, limitar sua competitividade e enfraquecer o elo mais inovador e resiliente do setor produtivo. Sua inclusão, por outro lado, permite que forneçam equipamentos, serviços e materiais a custos mais competitivos, ampliando a diversidade de fornecedores, reduzindo a concentração de mercado e gerando benefícios para toda a sociedade.

A proposta ora apresentada não busca apenas corrigir falhas normativas; trata-se de uma ação afirmativa em favor da justiça tributária, da coerência legal e do cumprimento do mandamento constitucional de tratamento



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02
Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [6 de 8]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/25592.68942-57

diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Ao permitir sua participação no Inova Simples, no Reporto e no Reidi, seja quando forem do regime regular do IBS e da CBS, seja mediante comprovação de capacidade operacional nos demais casos, estamos abrindo caminho para que a base da economia brasileira participe ativamente da construção da infraestrutura nacional e do processo de inovação.

Por essas razões, conclamo o apoio do relator e dos nobres Senadores à aprovação deste Projeto de Lei Complementar, que representa uma medida de justiça, de coerência jurídica e, sobretudo, de valorização das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que são a verdadeira espinha dorsal da economia brasileira, de forma que elas possam gerar mais emprego e renda para nosso povo brasileiro, especialmente os mais necessitados.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS
(REPUBLICANOS/RR)



Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Ruy Carneiro – Gabinete 02

Assinado eletronicamente por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7698462576>

Avulso do PLP 196/2025 [7 de 8]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006;123>
 - art65_par4
- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>
 - art105
 - art106



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 680, DE 2025

Requer informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, sobre o Contrato n° 604/2025, celebrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA com o historiador Eduardo Bueno, conhecido como Peninha, da PEN Publicações Ltda. (representada por Eduardo Bueno), relativo à atualização de obras institucionais, com nova edição comemorativa, edição bilíngue digital e web série documental, no âmbito do Processo Administrativo n° 5688.01.2127.0/2024.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 680/2025 [1 de 9]





SENADO FEDERAL

SF/25122.92651-96 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Fernando Haddad, informações sobre o Contrato nº 604/2025, celebrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA com o historiador Eduardo Bueno, conhecido como Peninha, da PEN Publicações Ltda. (representada por Eduardo Bueno), relativo à atualização de obras institucionais, com nova edição comemorativa, edição bilíngue digital e web série documental, no âmbito do Processo Administrativo nº 5688.01.2127.0/2024.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Fernando Haddad, informações sobre o Contrato nº 604/2025, celebrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA com o historiador Eduardo Bueno, conhecido como Peninha, da PEN Publicações Ltda. (representada por Eduardo Bueno), relativo à atualização de obras institucionais, com nova edição comemorativa, edição bilíngue digital e web série documental, no âmbito do Processo Administrativo nº 5688.01.2127.0/2024.

Solicita-se que sejam respondidas as seguintes questões, sem prejuízo de outras informações que o Ministério considerar relevantes:

Avulso do RQS 680/2025 [2 de 9]



1. Modalidade e fundamento jurídico da contratação, com análise expressa de parcelamento do objeto: justificar o porquê autoria/atualização, produção editorial/diagramação, impressão física e produção audiovisual (websérie) não foram licitadas separadamente (ou, se parceladas, detalhar o arranjo adotado), juntando parecer jurídico e despacho decisório.
2. Estimativa de preços: encaminhar memória de cálculo independente (pesquisas de mercado, fontes, parâmetros, séries históricas) e demonstrar como se evitou a simples adoção da proposta do contratado como preço de referência.
3. Negociação: enviar atas/trilhas das rodadas de negociação de preços e escopo (e-mails, minutas com controle de versões), com evolução de valores e justificativas de vantajosidade.
4. Composição detalhada de preços (planilha): livro impresso (custo unitário por tipo de capa/papel/acabamento, tiragem, logística), e-book (edição/conversão), websérie (custo por episódio, diárias de filmagem, equipe técnica, captação, pós-produção, trilha, direitos conexos), editoração/diagramação/revisão, tributos e taxas.
5. Direitos autorais e de propriedade intelectual: esclarecer a extensão da cessão patrimonial (texto, imagens, audiovisual e arquivos-fonte), titularidade dos masters e direitos de exibição/distribuição (plataformas, canais, prazos, exclusividade), sanando eventuais contradições entre cessão ampla e restrições de uso.
6. Sustentabilidade/PRSAC: justificar o pedido de exclusões (p.ex., neutralização de GEE e logística reversa) à luz da tiragem física prevista; informar medidas ambientais compensatórias e como a exigência de sustentabilidade do Código de Fornecedores será observada.



7. Prevalência normativa e fiscalização: indicar qual regramento prevalece (contrato/código x pleitos de exclusão no PRSAC) e apresentar o plano de fiscalização correspondente.
8. Cronograma e vigência: sanar inconsistências de redação (p.ex., "18 (doze) meses" no item 6.2 do contrato); compatibilizar calendário de produção com eventual veiculação mensal ao longo de 2026 e com os marcos de pagamento.
9. Distribuição institucional: apresentar critérios/finalidade pública para a distribuição de exemplares a parlamentares, embaixadas e demais públicos, com metas e indicadores de utilidade pública.
10. Governança, integridade e riscos reputacionais: detalhar segregação de funções, instâncias envolvidas, avaliação específica de riscos reputacionais e comunicação de fatos supervenientes de ampla repercussão pública envolvendo manifestações do contratado relacionadas a episódio de violência política no exterior com vítima fatal; indicar medidas de mitigação e eventuais comunicações à alta administração.
11. Processo administrativo completo: remeter ETP, TR, PRSAC, CI/ CI Complementar, Mapa de Riscos, checklist de contratação direta, pareceres, resoluções e atos de designação do fiscal e substituto.
12. Proteção de dados e direitos de terceiros: comprovar termos de confidencialidade, tratamento de acervos, autorização/direitos de imagem de entrevistados/terceiros e conformidade LGPD.
13. Impressão, gráfica e logística: informar se a impressão será executada diretamente pela contratada ou por terceiros; critérios de seleção do parque gráfico, comprovação de capacidade técnica, responsabilidades logísticas e conformidade socioambiental na cadeia.



14. Documentos e comprovações específicas (anexar e referenciar links públicos): a) Resolução nº 18353/2025 – Comitê de Compras e Contratações (Turma C): cópia integral com ata, quórum, votos, fundamentos e anexos citados (incluindo CI Proposição CECOT 03-0038/2025; NJ 6778377/2024; NJ 6806450/2025; esclarecimentos do gestor). b) CI Proposição CECOT 03-0038/2025 (14/01/2025): versão integral, destacando: (i) estimativa de preço (item 4) e memória de cálculo; (ii) distribuição dos 11.000 exemplares com critérios; (iii) CR512 – Diligência Prévia / RVA 068/2024 com conclusão de risco ALTO para integridade e as quatro recomendações com evidências de cumprimento; (iv) identificação ERP/SAP 8000033539 e ateste da GEORC (31/10/2024). c) Extrato de Inexigibilidade/Contrato 604/2025 no DOU (23/01/2025, Seção 3): encaminhar o extrato oficial com código de autenticidade 05302025012300062. d) Validações ICP-Brasil (ITI): anexar relatórios de validação das assinaturas digitais do contrato e dos atos correlatos (cadeia de certificação, carimbo do tempo, hash e status de revogação). e) Identificadores e trilhas sistêmicas: comprovar SICLG 64198 e Processo 5688.01.2127.0/2024; enviar logs/trilhas de inclusão/alteração em SICVE/SICLG (data/hora, usuário/perfil, versões de documentos). f) Mapa de Riscos e Checklist de Contratação Direta efetivamente utilizados (planilhas finais assinadas), com evidência de ciência do gestor e do jurídico. g) Manifestações jurídicas (NJ 6778377/2024 e NJ 6806450/2025) e respostas do gestor a cada apontamento, com a demonstração da adoção das providências. h) Anuência/atesto da DEGEM (Governança, Estratégia e Marketing) e plano de comunicação vinculados ao projeto.



15. Proposta (Anexo II – “Proposta CAIXA 165 anos”) – neutralidade institucional e finalidade pública: informar se houve análise formal do teor da proposta quanto a linguagem valorativa/politizada (p.ex., termos como “negacionismo”, “golpe de Estado”); encaminhar parecer(es) de conformidade com a Política de Comunicação e com os princípios da impessoalidade, legalidade e finalidade pública; apresentar versão revisada do conteúdo editorial sem linguagem político-partidária, bem como as diretrizes editoriais entregues ao contratado e o plano de fiscalização para garantir neutralidade e não desvio de finalidade.
16. ETP – estimativa de preços derivada de proposta/negociação e exclusividade sem comparáveis: comprovar pesquisa de mercado independente (fontes, cotações, séries históricas e comparáveis) anterior à negociação; justificar, com documentos, a exclusividade alegada quando o escopo inclui serviços não exclusivos (produção audiovisual, editoração/diagramação, impressão); confrontar a estimativa com direitos pré-existent das obras anteriores (eventuais cessões já detidas pela CAIXA) e explicar o impacto disso na precificação.
17. Estrutura do objeto – separação entre tarefas exclusivas e competitivas; direitos autorais: identificar quais tarefas são intrinsecamente autorais e quais são competitivas (edição, impressão, audiovisual); motivar a opção por contrato único em vez de parcelamento (ou, se parcelado, detalhar); demonstrar a coerência do tratamento dos direitos patrimoniais em todas as mídias (livro impresso, e-book e websérie), anexando termos de cessão/licenças de terceiros quando cabível.
18. Cronograma, vigência e qualidade do ETP: esclarecer a divergência entre a vigência contratual de 18 meses e



prazos mais curtos apresentados para a websérie e o e-book; corrigir o erro material (“18 (doze) meses”) com documento retificador; apresentar matriz de marcos/entregas coerente com os pagamentos e o plano de veiculação; indicar medidas de gestão para atrasos/antecipações.

19. Observação de fonte (transparência CAIXA). Todos os documentos referidos nesta solicitação foram acessados em 16/09/2025, no Portal de Transparência da CAIXA. <https://licitacoes.caixa.gov.br/sicve-web/public/view/portal/transparencia.jsf>

JUSTIFICAÇÃO

A Caixa Econômica Federal contratou o jornalista Eduardo Bueno, também conhecido como Peninha, que se especializou em escrever sobre sua história, para atualizar 2 livros produzidos por ele sobre o banco para os 165 anos da instituição, a serem completados em 12 de janeiro de 2026. O valor do contrato, acertado em janeiro de 2025, é de R\$ 3.270.600,00, sem licitação.

Em vídeo postado em uma rede social dia 12/09/2025, dois dias após o assassinato do influenciador conservador americano Charlie Kirk, Bueno disse em vídeo: "É sempre terrível, não é? Um ativista sendo morto por suas ideias. Exceto quando é o Charlie Kirk! Mataram o Charlie Kirk, ai, coitado, tomou um tiro, não sei se na cara".

Assim, a presente solicitação visa tutelar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da economicidade na gestão de recursos públicos por empresa estatal. No caso concreto, a contratação reúne conteúdos editoriais e audiovisuais (atualização de obras, edição bilíngue digital e web série) e faz referência à Lei nº 13.303/2016, inclusive a inexigibilidade



(inviabilidade de competição), o que impõe escrutínio reforçado quanto a exclusividade, formação de preços, planejamento, governança e direitos autorais.

Os documentos do processo consultados no Portal de Transparência da CAIXA (acesso em 16/09/2025) evidenciam pontos sensíveis que demandam esclarecimento específico e documentado, sob pena de respostas evasivas:

- Estimativa de preços do ETP supostamente derivada de proposta/negociações, sem comprovação de pesquisa de mercado independente e comparáveis setoriais prévios, fragilizando a vantajosidade — especialmente diante da alegada exclusividade sem parametrização objetiva.

- Estrutura do objeto mescla tarefas potencialmente exclusivas (autoria/atualização) com tarefas competitivas (produção audiovisual, editoração/diagramação, impressão de 11.000 exemplares), sem motivação robusta para a não adoção do parcelamento.

- Direitos autorais: necessidade de compatibilizar a cessão patrimonial ampla anunciada com restrições de uso/veiculação previstas; aferir direitos preexistentes da CAIXA sobre obras anteriores e o reflexo na precificação e no escopo.

- Sustentabilidade/PRSAC: pedido de exclusões (p. ex., neutralização de GEE, logística reversa) incompatível com a entrega física de milhares de livros, exigindo definição clara de prevalência normativa e fiscalização.

- Cronograma e vigência: inconsistências materiais (p. ex., "18 (doze meses)") e desalinhamento entre a vigência global e os prazos para web série e e-book, afetando marcos de medição e pagamentos.

- Distribuição institucional de exemplares a públicos diversos (p. ex., parlamentares e atores externos), carecendo de critérios objetivos, vinculação à finalidade pública e indicadores de utilidade pública.



- Governança e integridade: necessidade de detalhar segregação de funções, trilhas de negociação, pareceres jurídicos, mapa de riscos, gestão de riscos reputacionais (com redação genérica para fatos supervenientes de ampla repercussão pública) e publicidade ativa de todos os atos com links verificáveis.

Adicionalmente, houve repercussão jornalística recente sobre a matéria, o que reforça o interesse público na transparência e na neutralidade institucional.

Diante disso, os quesitos objetivos deste RIC são indispensáveis para verificar regularidade, economicidade, adequação do enquadramento jurídico (Lei nº 13.303/2016) e conformidade com políticas corporativas da estatal, prevenindo desvio de finalidade e assegurando a neutralidade institucional da comunicação.

Fontes: <https://www.poder360.com.br/poder-gente/caixa-contratou-bueno-por-r-327-mi-para-atualizar-livros/>

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/caixa-pagou-r-327-milhoes-para-eduardo-bueno-escritor-que-comemorou-a-morte-de-charlie-kirk,9776bfa3da9e404f69e26163898fa7923tzakxyx.html#google_vignette

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/caixa-pagou-r-327-milhoes-para-eduardo-bueno-escritor-que-comemorou-a-morte-de-charlie-kirk,9776bfa3da9e404f69e26163898fa7923tzakxyx.html#google_vignette

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 680, de 2025, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, sobre o Contrato nº 604/2025, celebrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA com o historiador Eduardo Bueno, conhecido como Peninha, da PEN Publicações Ltda. (representada por Eduardo Bueno), relativo à atualização de obras institucionais, com nova edição comemorativa, edição bilíngue digital e web série documental, no âmbito do Processo Administrativo nº 5688.01.2127.0/2024.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 681, DE 2025

Requer voto de aplauso à Sra. Tatiana Monteiro de Barros, por ter conquistado a outorga do título de cidadã sul-mato-grossense.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 681/2025 [1 de 3]



RQS
00681/2025

SENADO FEDERAL

SF/25672.97348-23 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Tatiana Monteiro de Barros, por ter conquistado a outorga do título de cidadã sul-mato-grossense.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal rende Voto de Aplauso à Sra. Tatiana Monteiro de Barros, pela conquista da outorga do título de Cidadã Sul-Mato-Grossense, honraria mais que merecida em razão de seu histórico de relevantes serviços prestados à sociedade.

Tatiana Monteiro de Barros tem trajetória marcada pelo engajamento em ações de caridade e pelo protagonismo em movimentos da sociedade civil. Conselheira e apoiadora de diversas organizações não governamentais, é empresária sócia da agência Multicase, com formação em Administração de Empresas.

Fundadora do movimento nacional União BR, criado em março de 2020, exerce também sua presidência, tendo liderado iniciativas que já alcançaram mais de 30 milhões de pessoas e apoiado cerca de 3 mil organizações em

Avulso do RQS 681/2025 [2 de 3]



situações de desastres climáticos. O trabalho de Tatiana foi reconhecido nacional e internacionalmente, com o Prêmio Empreendedor Social 2020, o Folha Escolha do Leitor 2021 e uma homenagem na ONU, em outubro de 2021, como caso mundial de sucesso durante a pandemia.

Sua atuação de impacto social fez com que fosse eleita uma das 10 mulheres de sucesso do ano de 2023 pela Forbes, incluída entre as 10 Mulheres Notáveis pela Money Report em 2024, e listada entre as 500 personalidades mais influentes da América Latina pela Bloomberg Línea, em 2024.

Oriunda da tradicional família Matarazzo, de origem italiana, que marcou a história industrial do Brasil, Tatiana dá continuidade a esse legado por meio de ações voltadas ao bem comum, especialmente na proteção da vida, da dignidade humana e no fortalecimento da sociedade civil organizada.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 682, DE 2025

Requer voto de aplauso ao Portal Brasil Norte de Comunicação (BNC), em nome de seu fundador, o jornalista Neuton Corrêa, por todo o trabalho exemplar, pelos anos de dedicação ao jornalismo e pela relevante contribuição à sociedade, no mês de celebração do 10º aniversário do portal.

AUTORIA: Senador Omar Aziz (PSD/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 682/2025 [1 de 3]



RQS
00682/2025

SENADO FEDERAL

SF/25873.68129-91 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Portal Brasil Norte de Comunicação (BNC), em nome de seu fundador, o jornalista Neuton Corrêa, por todo o trabalho exemplar, pelos anos de dedicação ao jornalismo e pela relevante contribuição à sociedade, no mês de celebração do 10º aniversário do portal.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande honra e satisfação que proponho a presente Moção de Aplausos ao Portal Brasil Norte de Comunicação (BNC), em nome de seu fundador, o jornalista Neuton Corrêa, pela celebração de seu 10º aniversário.

Ao longo de uma década, este portal se consolidou como uma referência no jornalismo político e de bastidores, com uma atuação fundamental na cobertura dos acontecimentos mais relevantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com foco especial na Região Norte do Brasil.

Em um cenário onde a informação de qualidade é um bem inestimável, o Brasil Norte de Comunicação tem se destacado por sua seriedade, ética e compromisso em levar ao público análises aprofundadas e notícias precisas.



A liderança e o profissionalismo do jornalista Neuton Corrêa são dignos de reconhecimento, refletindo-se na credibilidade e no respeito conquistados junto à sociedade e às instituições.

A dedicação em informar, fiscalizar e dar voz aos acontecimentos dos bastidores da política é uma contribuição inestimável para a nossa democracia, promovendo a transparência e fortalecendo o debate público.

Por todo o trabalho exemplar, pelos anos de dedicação ao jornalismo e pela relevante contribuição à sociedade, esta casa manifesta seu profundo reconhecimento e admiração. Que o Portal Brasil Norte de Comunicação continue sua trajetória de sucesso por muitos anos.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2025.

Senador Omar Aziz
(PSD - AM)
Líder do PSD no Senado Federal



Apresentados os Requerimentos n^{os}:

- 681, de 2025, do Senador Nelsinho Trad, *solicitando o envio de voto de aplauso à Sra. Tatiana Monteiro de Barros, por ter conquistado a outorga do título de cidadã sul-mato-grossense.*

- 682, de 2025, do Senador Omar Aziz, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Portal Brasil Norte de Comunicação (BNC), em nome de seu fundador, o jornalista Neuton Corrêa, por todo o trabalho exemplar, pelos anos de dedicação ao jornalismo e pela relevante contribuição à sociedade, no mês de celebração do 10^o aniversário do portal.*

Serão encaminhadas cópias dos votos nos termos solicitados.



Término de Prazo



Encerrou-se em 17 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 2.996, de 2024.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
MDB - Pedro Chaves* (S)
PL - Wilder Morais**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PP - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25 MDB-12 / UNIÃO-6 / PODEMOS-4 / PSDB-3	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Pedro Chaves.	MDB / GO
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styverson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 16 PSD-12 / PSB-4	
Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Zenaide Maia.	PSD / RN
Bloco Parlamentar Vanguarda - 16 PL-15 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC

Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO
Bloco Parlamentar Aliança - 12 PP-8 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Margareth Buzetti.	PP / MT
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS
Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12 PT-9 / PDT-3	
Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	16
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	12
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Pedro Chaves* (MDB-GO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PP-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 12 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Giordano (86)</p> <p>Líder do UNIÃO - 6 Efraim Filho (4,10,42,43,49,63,75)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102) Jayme Campos (93)</p> <p>Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (57)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,83)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 16</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 12 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (67)</p> <p>Líder do PSB - 4 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 16</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68)</p> <p>Izalci Lucas (81,88,91,101)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p>
<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (60,96,97)</p> <p>Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (35,64,99)</p> <p>Líder do PDT - 3 Weverton (20,62,72)</p>	<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 12</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 8 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,58)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Líder em exercício Rogério Carvalho - PT (60,96,97)</p> <p>Vice-Líderes Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,47,48,65,66,78,98,100) Leila Barros (79)</p>
<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (50,70)</p>		



Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		
--------------------------------------	--	--

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLD/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLD/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais vice-líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

- Notas:**
1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmty@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INTERLOCUÇÃO
SOBRE AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS COM OS EUA

Finalidade: Manter, no prazo de 60 dias, interlocução "in loco" com parlamentares norte-americanos em Washington, DC, sobre as relações econômicas bilaterais.

Requerimento nº 556, de 2025

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽³⁾

Instalação: 07/08/2025

Prazo final: 06/10/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	3. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	4. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾

Notas:

- 1. Em 17.07.2025, a Presidência designa o Senador Nelsinho Trad Presidente desta comissão.
- 2. Em 17.07.2025, a Presidência designa os Senadores Nelsinho Trad, Tereza Cristina, Jaques Wagner e Fernando Farias membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Carlos Viana, membros suplentes, para compor a comissão.
- 3. Em 07.08.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada Relatora desta comissão (Of. nº 3/2025-CTEUA).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Adjunto: Victor Ramon Gonçalves Ferreira

Telefone(s): 3303-3517



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025



3)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,14)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA).
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,20,21,22)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLD/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS
RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/08/2025

Prazo final: 05/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁵⁾	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

- Notas:**
- Em 21.08.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - Em 21.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - Em 21.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 224/2025-SACAS).
 - Em 27.08.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Dra. Eudócia e o Senador Dr. Hiran, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
 - Em 01.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 245/2025-SACAS).
 - Em 15.09.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 295/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,30)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,31)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,22)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO).
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA).
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG).
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA).
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA).
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA).
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN).
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN).
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA).
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,17)	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,24)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).

8. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).
2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,19)
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLIID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA).
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).

4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).

11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).

12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).

14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).

15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM).

16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,14,21)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).

12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS
POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRATERRAS)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:
1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).
2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).
Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quartas-feiras 14h -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(3,16)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).

14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (3)	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 3303-3491

E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS
PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2025 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

1. Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
2. Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
3. Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
4. Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PP-MT) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,20)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ^(12,24)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLD/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG).
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG).
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG).
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA).
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(4,9)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of.nº 008/2025-BLDEM).
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of.nº 33/2025-GLPDT).
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLEMO).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

- PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)
- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS	
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal	José Edmar de Queiroz
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação	João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante da Unesco	Rebeca Otero Gomes
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho	Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representantes das Entidades Educacionais do Terceiro Setor	Bárbara Panseri - Fundação Lemann
	Débora de Freitas Viégas - Associação Bem Comum
	Márcia Ferri - Instituto Natura



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

